

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**ENTRE A VIOLÊNCIA E O CAMINHO DE VOLTA: A RESISTÊNCIA DOS
NAMBIQUARA DO VALE DO GUAPORÉ DURANTE A DITADURA MILITAR
(1968-1975)**

RAYANE BARRETO DE ARAÚJO

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ENTRE A VIOLÊNCIA E O CAMINHO DE VOLTA: A RESISTÊNCIA
DOS NAMBIQUARA DO VALE DO GUAPORÉ DURANTE A
DITADURA MILITAR (1968-1975)**

RAYANE BARRETO DE ARAÚJO

Sob a orientação da Prof^a Dr^a
Vânia Maria Losada Moreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
(fevereiro, 2020)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A658e Araújo, Rayane Barreto de, 1994-
Entre a violência e o caminho de volta: a
resistência dos Nambiquara do Vale do Guaporé durante
a ditadura militar (1968-1975) / Rayane Barreto de
Araújo. - Seropédica, 2020.
195 f.: il.

Orientadora: Vânia Maria Losada Moreira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História
, 2020.

1. Nambiquara. 2. remoções de indígenas. 3. ditadura
militar. 4. política indigenista. 5. resistência
indígena. I. Moreira, Vânia Maria Losada, 1963-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História III.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RAYANE BARRETO DE ARAÚJO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/02/2020

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Vânia Maria Losada Moreira
Orientadora e Presidenta da Banca – UFRRJ

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos – UFRRJ

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho – Museu Nacional/UFRRJ

Para Sônia Regina, José Luiz e Angélica. Aos Nambiquara do Vale do Guaporé e aos demais povos indígenas do Brasil. A todas as mulheres que vieram antes de mim.

AGRADECIMENTOS

Acredito que na vida é impossível seguirmos sozinhos, sem sermos atravessados por pessoas que inspiram nossos pensamentos e ações, assim como expandem nossas possibilidades de atuar no mundo. Da mesma forma, não me parece ser possível fazer pesquisa sem contar com a ajuda de tantas pessoas com saberes diversos, que cruzam nossos caminhos ou contribuem de longe. Assim, gostaria de agradecer a algumas dessas muitas pessoas que foram fundamentais durante os processos de pesquisa e escrita desta dissertação.

Começando por meus pais e minha irmã mais velha. É uma honra ser filha de trabalhadores que, apesar de não terem tido a oportunidade de terminar o ensino básico, me permitiram tomar a educação como farol de vida, me forneceram condições para que eu dedicasse minha vida aos estudos, me apoiaram nas minhas escolhas e vibraram a cada pequena conquista até aqui. A minha irmã, para além de todo o apoio e acolhimento de sempre, por me mostrar que a única forma de transformação da minha trajetória seria por meio da educação, por demonstrar que eu poderia ser uma mulher cujo lugar seria onde eu quisesse. Sônia Regina Barreto de Araújo, José Luiz de Araújo e Angélica Barreto de Araújo: a vocês devo tudo. Aos meus sobrinhos, pela paciência com minhas ausências e por encherem minha vida de luz.

Minha profunda gratidão aos amigos do mestrado, amigos de pesquisa e de vida, com os quais compartilhei questões, medos, angústias, entusiasmos, cansaços e alegrias. Com os meus amigos do PPHR criei uma comunidade, uma rede de apoio, que tornou os dias mais leves, seja pelas palavras de apoio ou por muitas risadas. Obrigada a Marcos Paulo Coelho, Yan Fonseca, Karollen Silva, Grazielle Balieiro e Marina Soares, pelo carinho, pelo apoio, pelos debates historiográficos realizados pessoalmente e por Whatsapp. Obrigada por terem sido interlocutores, tanto de reflexões sérias quanto de devaneios. Meus agradecimentos de sempre, e ainda não suficientes, ao meu grande amigo Emanuel da Cunha Germano, companheiro de graduação e de vida, por todo o compartilhamento de saberes, angústias e alegrias, pelos debates, por todo apoio de muitos anos que foi (e continua sendo) sempre fundamental para mim. Agradeço a Rafael Ramiro Monteiro pela generosidade em revisar o *abstract* e demais fragmentos da dissertação escritos em inglês. A Kairo Santos, por gentilmente fazer os mapas. Agradeço também a João Gabriel Ascenso, confidente de pesquisa, pelo compartilhamento de textos, fontes, dúvidas e descobertas, bem como por debates e reflexões teóricas, parceria, apoio e incentivo. A Marcos Barreto e Grazielle Pereira por todas as trocas, parcerias e debates dos últimos anos. A José Miranda da Rocha, pelo apoio, incentivo e companheirismo de muitos anos, minha mais profunda gratidão e carinho.

Gostaria de agradecer especialmente a tantas mulheres especiais da minha vida, sem as quais nada seria possível. Sou composta de muitas outras que me sustentam e me impulsionam na caminhada, com carinho, generosidade, incentivo e críticas construtivas. Primeiramente, minha enorme gratidão a minha orientadora Vânia Maria Losada Moreira, pela generosidade e profissionalismo com que me orientou durante esses dois anos de mestrado. É um prazer e motivo de alegria ter realizado essa dissertação sob sua orientação, como será continuar esse trabalho conjunto pelos quatro anos de doutorado. Agradeço por todo o carinho, compreensão, paciência, dedicação e incentivo de Vânia para comigo, por todas as críticas construtivas, sugestões e reflexões fomentadas nesses dois anos de orientação. A forma como Vânia acreditou e acolheu a mim e a minha pesquisa foi fundamental para a conclusão desta dissertação.

Agradeço ainda, sem fazer justiça ao tamanho da importância delas, a outras mulheres maravilhosas que o Universo me brindou com a amizade: Tamires Nogueira, Kemmely Barbosa, Marina Soares, Grazielle Balieiro, Karollen Silva e Bruna Doimo, por escutarem minhas lamentações, por acreditarem em mim mais do que muitas vezes eu mesma acreditei, por me apoiarem sempre, por caminharem comigo, por vibrarem a cada passo dado nos processos de pesquisa e escrita. É preciso lembrar sempre: *“Companheira me ajuda, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”*.

Agradeço também aos professores João Pacheco de Oliveira e Pedro Henrique Campos, membros da banca, pelas sugestões, críticas e indicações de leituras realizadas na qualificação. Os comentários da banca no exame de qualificação foram da maior importância, não apenas para a realização de correções necessárias, mas também para que eu assumisse um olhar mais apurado sobre minhas fontes, bem como adotasse uma perspectiva mais ampliada sobre o objeto estudado.

Minha imensa gratidão ao jornalista Rubens Valente pela generosidade em ceder parte da documentação sobre os Nambiquara, com a qual escreveu o capítulo sobre eles em sua fundamental obra *Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura*. Sem parte da documentação cedida por Valente, certamente essa dissertação teria sido prejudicada. Agradeço ao Setor de Documentação da Funai, ao Setor de Documentação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ao Setor de Arquivo do Museu do Índio, Serviço de Gestão Documental (Sedoc) da Funai, mais especificamente a funcionários que diretamente me atenderam e com muita boa vontade se dispuseram a ceder documentos que foram essenciais para esta pesquisa. Agradeço também ao Núcleo de Documentação DPT/Funai.

Minha gratidão a todos que operam os acervos digitais do Instituto Socioambiental (ISA), Arquivo Nacional (SIAN) e Armazém da Memória, também aos que digitalizaram a documentação desses acervos e dos demais núcleos de documentação mencionados. Grande parte da documentação desta dissertação é composta por documentos digitalizados; por isso é de grande importância o trabalho de digitalização realizado por essas pessoas.

Sem a concessão da bolsa pela CAPES não seria possível a dedicação exclusiva à pesquisa, nem a minha participação no curso de mestrado. Não haveria esta dissertação. Por isso, meu agradecimento também à CAPES pela bolsa de pesquisa que a mim foi concedida. Assim, reforço minha defesa sobre a necessidade de manutenção e ampliação das bolsas de pesquisa para pós-graduandos de todo o Brasil. Agradeço ainda à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, casa onde desenvolvi este trabalho, em especial a professores e demais funcionários do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR). Com grande carinho, agradeço ao secretário Paulo César Longarini, pela paciência e eficiência com que atende a nós, pós-graduandos, e por toda a ajuda concedida para resolvermos nossos “pepinos”. Paulo é a alma do PPHR.

Por fim, é preciso destacar que não seria possível chegar aqui sem a política de cotas e de assistência estudantil, das quais fui beneficiária no período de graduação. Políticas essas que foram ampliadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, e que possibilitaram a entrada de milhares de brasileiros pobres, como eu, ao ensino superior. Sou filha da escola pública, da universidade pública, da política de cotas e de assistência estudantil, com muito carinho e orgulho. Por isso, uso também deste espaço para sustentar minha defesa por uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Minha mais profunda gratidão aos professores e demais profissionais de educação que passaram pela minha vida. Não seria justo citar nomes, correndo o risco de deixar alguns de fora. Desse modo, prefiro agradecer de forma geral à categoria a qual hoje também pertencço.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

Este trabalho analisa a agência histórica das etnias Nambiquara do Vale do Guaporé – Wasusu, Alantesu, Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu, situadas no noroeste do Mato Grosso – diante da expansão de grandes agropecuárias sobre seus territórios tradicionais, bem como a política indigenista de remoções da ditadura militar, entre os anos de 1968-1975. Tem como recorte inicial a criação da Reserva Nambikwara em 1968, para onde foram levados os primeiros grupos removidos, e final em 1975, pois nesse ano se encerraram os processos de remoções dos Nambiquara do Vale do Guaporé, como também quase todas as etnias já haviam retornado para seus territórios tradicionais.

Investigamos as remoções dos Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara entre 1972 e 1973, e as remoções dos Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu para a área interdita, pretendendo demonstrar que a política indigenista para o Nambiquara do Vale do Guaporé, entre 1968 e 1975, que teve na realização de remoções seu *modus operandi*, violou direitos territoriais das etnias daquela região, produzindo o aumento de doenças, mortes e fome entre os indígenas. E que, ainda assim, esses grupos mobilizaram diferentes estratégias de resistência para lidar com esse quadro. A documentação da pesquisa consiste em documentos primários produzidos pela Fundação Nacional do Índio, entidades civis, missionários e antropólogos, que foram analisados e articulados à bibliografia pertinente.

Palavras-chave: Nambiquara; Wasusu; Alantesu; Hahaintesu; Waikisu/Waikatesu; remoções de indígenas; Funai; ditadura militar.

ABSTRACT

This paper analyses the historical agency of the Nambiquara ethnic groups in the Vale do Guaporé – Wasusu, Alantesu, Waikisu/Waikatesu and Hahaintesu, located in the northwest of Mato Grosso – in the face of the expansion of large farms over their traditional territories, as well as the indigenous politics of removals from the military dictatorship, between the years 1968-1975. The initial cutting was the creation of the Nambiquara Reserve where the first removed groups were taken in 1968, and the end of 1975, since that year the removal processes of the Nambiquara from the Vale do Guaporé ended, as well as almost all the ethnic groups had already returned to their traditional territories.

We investigate the removals of the Wasusu and Alantesu for the Nambikwara Reserve between 1972 and 1973, and the removals of the Waikisu/Waikatesu and Hahaintesu to the restricted area, intending to demonstrate that the indigenous politics for the Nambiquara in the Vale do Guaporé, between 1968 and 1975, which had its *modus operandi* carried out in removals, violated the territorial rights of the ethnic groups of that region, producing the increase in diseases, deaths, and hunger among indigenous people, and that even so, the Wasusu, Alantesu, Hahaintesu, and Waikisu/Waikatesu mobilized different resistance strategies to deal with this situation. The research documentation consists of primary documents produced by the National Foundation of Indians, civil entities, missionaries and anthropologists who were analysed and linked to the relevant bibliography.

Keywords: Nambiquara; Wasusu; Alantesu; Hahaintesu; Waikisu/Waikatesu; removals of indigenous people; Funai; Military dictatorship.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: De Cabixis a Nambiquara	35
1.1 Histórico de contatos entre os Cabixi/ Nambiquara e a sociedade não indígena do século XVIII ao XX.....	35
1.2 Organização social dos Nambiquara do Vale do Guaporé	50
CAPÍTULO 2: O exílio dos Alantesu e Wasusu: desenvolvimentismo e política indigenista autoritária	56
2.1 O modelo econômico ditatorial e o papel da política indigenista	56
2.2 Exílio dos Wasusu e Alantesu e reocupação dos territórios tradicionais: a força da etnicidade frente ao poder tutelar	76
CAPÍTULO 3: O Projeto Nambiquara e o exílio dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu (1974 a 1975)	111
3.1 A criação e o planejamento do Projeto Nambiquara.....	111
3.2 O cotidiano dos Nambiquara do Vale do Guaporé e funcionamento do Projeto Nambiquara em 1975	122
CAPÍTULO 4: O Conselho Indigenista da Funai e a questão das terras dos Nambiquara do Vale do Guaporé (1975)	148
4.1 Apresentação da questão Nambiquara no Conselho Indigenista da Funai.....	148
4.2 Projetos em disputa para a demarcação de território(s) para os Nambiquara do Vale do Guaporé e o lugar das remoções	154
CONCLUSÃO	177
Referências Bibliográficas	184
Leis e Decretos	189
Fontes	190
Anexos	193

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de transferências.....	81
Figura 2: Mapa da área tradicionalmente ocupada pelos Nambiquara (segundo Olympio Serra) e localização de certidão negativa.....	88

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Total consolidado de incentivos liberados pela SUDAM (1965-1977) 63

Tabela 2: Agropecuárias com certidões negativas..... 82

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a agência histórica das etnias Nambiquara do Vale do Guaporé – Wasusu, Alantesu, Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu¹, situadas no noroeste do Mato Grosso – diante da expansão de grandes agropecuárias sobre seus territórios tradicionais, bem como a política indigenista de remoções da ditadura militar², entre os anos de 1968-1975.

O interesse por esse tema surgiu com a leitura do capítulo sobre os povos indígenas do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), durante o final de minha graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Naquele momento, em 2017, terminava a escrita da minha monografia, na qual tratei dos discursos do Jornal do Brasil (JB), entre os anos de 1965 e 1968, sobre violações dos direitos indígenas, e do Relatório Figueiredo, redigido em 1967 pelo procurador Jader Figueiredo, no qual denunciava a existência de corrupção no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e crimes contra indígenas, cometidos por funcionários do órgão e civis.

Com o fim da graduação, desejava seguir pesquisando sobre temas que se referissem à vivência dos povos indígenas durante a ditadura militar brasileira. A pesquisa anterior, com o JB, me fez perceber a importância de realizar estudos de caso, nos quais as dimensões da violência do Estado contra os povos indígenas e suas estratégias de resistência pudessem ser trabalhadas com maior cuidado. Assim, buscando outro tema a ser desenvolvido no mestrado, cuja seleção eu tentaria para a UFRJ, voltei-me novamente para o relatório da CNV, no qual diversos casos foram apresentados sobre etnias que tiveram seus direitos territoriais e humanos violados pelo Estado brasileiro naquele período.

¹ Demos preferência a utilizar os nomes das etnias como grafadas atualmente e mencionadas no livro *Povos Indígenas do Brasil (2006/2010)*. Escolhemos usar Waikisu/Waikatesu para nos referirmos a um dos grupos removidos de seus territórios para a área interdita no Vale do Sararé em 1974, dada a dificuldade de determinar se esse grupo é atualmente Waikisu ou Waikatesu. Essa dificuldade se dá pelo fato do referido grupo ser mencionado nas fontes, em alguns momentos, como Waisu, ou Way'su (atuais Waikisu) e, por vezes, como Waikatesu. Já o grupo que vivia na Fazenda Sorana, sempre chamado de Waisu, ou Way'su, será mencionado apenas como Waikisu. Por isso, quando o grupo removido for mencionado, o chamaremos de Waikisu/Waikatesu, e quando se tratar do grupo que permaneceu em seu território será chamado de Waikisu, já que não é possível, com as fontes e bibliografia consultadas, identificar se os indígenas que ficaram e os que foram removidos são um mesmo grupo ou grupos distintos.

² Usamos o termo *ditadura militar* definido por Carlos Fico, que reconhece o golpe de 31 de março de 1964 como civil-militar. Entretanto, este conceito defende que a ditadura que se seguiu foi eminentemente militar, pois muitos civis que auxiliaram o golpe foram progressivamente afastados do governo por serem considerados um risco ao regime. Fico ainda defende que não é o apoio que define o caráter do regime, mas a participação dos agentes históricos na configuração do aparato ditatorial. Ver: FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

Entre os casos de violações de direitos territoriais e humanos cometidos contra os povos indígenas no período de ditadura militar abordados no relatório, a CNV apresentou o caso das remoções impostas aos Nambiquara do Vale do Guaporé. Ao mesmo tempo em que agropecuárias, subsidiadas pelo Estado e possuidoras de certidões negativas oferecidas pela Funai, se estabeleciam no território tradicional Nambiquara, indígenas de etnias desse grupo linguístico foram removidos de seus territórios pela Funai na primeira metade da década de 1970. Esse processo e a pavimentação da BR-364 em um novo traçado, em 1980, foram responsáveis pelo aumento das invasões de terras, levando doenças, mortes e fome aos Nambiquara. A gravidade da situação foi denunciada ao Tribunal Russell, em 1980, no qual o Brasil foi condenado pelas ações cometidas contra os Nambiquara, Waimiri Atroari, Yanomami e Kaingang de Manguueirinha.

O caso das remoções dos Nambiquara me chamou a atenção pela atualidade que a questão das remoções possui nos debates sobre a demarcação de terras indígenas. Como exemplo, podemos citar a teoria do “marco temporal”, que ganhou força no STF após 2009, com a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Tal teoria exige a existência da presença dos indígenas nas terras que pleiteiam para demarcação, em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. A defesa do “marco temporal” negligencia o histórico de remoções forçadas de povos indígenas, como as que os Nambiquara sofreram na ditadura, que fizeram com que muitos deixassem ou fossem retirados dos seus territórios tradicionais, em diferentes momentos dos mais de 519 anos de colonialismo da História do Brasil. Além disso, também é atual a relação entre a presença de fazendas em territórios indígenas e as violações de direitos. O avanço do agronegócio sobre os territórios tradicionalmente ocupados pelos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, por exemplo, produz violações de direitos humanos, ainda hoje, em 2020.

Como ponderava March Bloch³, os historiadores partem das suas experiências e indagações do presente para investigar o passado. Dessa forma, além dos aspectos mencionados, sem dúvidas, a conjuntura atual – em que os povos indígenas no Brasil reivindicam a manutenção de seus direitos constitucionais e humanos, denunciam o genocídio ainda em marcha no país, se articulam em um dos movimentos sociais mais expressivos da atualidade – influenciou a escolha da temática e do problema da pesquisa. Nesse sentido, como destaca João Pacheco de Oliveira⁴, não basta investigar apenas o genocídio ou a violência contra

³ BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002.

⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

esses povos, mas é necessário compreender as formas concretas pelas quais essas coletividades conseguiram sobreviver a esses processos e se assumirem, hoje, como portadoras de direitos.

Seguindo a ideia de trabalhar na dissertação com as remoções dos Nambiquara do Vale do Guaporé na ditadura militar, buscando compreender as dimensões da violência desse processo e, parafraseando João Pacheco de Oliveira, as formas concretas pelas quais sobreviveram, o recorte temporal escolhido foi o período entre 1968 e 1975. Na conjuntura desses anos, os Nambiquara do Vale do Guaporé sofreram mais intensamente os impactos do modelo da política indigenista, atrelada aos interesses dos grandes grupos econômicos, assim como do modelo desenvolvimentista dos governos militares.

Algumas ações indigenistas realizadas nesse período impactaram fortemente a vida das etnias Nambiquara nesse recorte. A primeira foi o processo de concessões de certidões negativas produzidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para garantir legalidade ao estabelecimento de agropecuárias no território de etnias Nambiquara do Vale do Guaporé. Igualmente merece destaque os processos de remoções, também realizados pela Funai, das etnias do Vale do Guaporé para outros territórios: primeiramente, remoções dos Alantesu e Wasusu para a Reserva Nambikwara entre 1972 e 1973 (reserva criada em 1968), e depois dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu para uma área interditada no Vale do Sararé em 1974 e 1975. Assim, o início do recorte temporal da pesquisa é o ano de criação da Reserva Nambikwara, em 1968. A data final é 1975 porque nesse ano completou-se o quadro de remoções, além de terem iniciado os debates sobre a necessidade de demarcações de terras no Vale do Guaporé, cujo *locus* foi o Conselho Indigenista da Funai, acontecido em outubro do mesmo ano. Essas ações impuseram aos Nambiquara progressivamente a perda de seus territórios do Vale do Guaporé e o aumento de epidemias e mortes. Em outras palavras, violações de seus direitos territoriais e humanos⁵, cujos desdobramentos não ficaram apenas no passado, com o fim da ditadura em 1985. Atualmente, os Nambiquara passam por conflitos contra invasores de terras,

⁵ Na Constituição de 1967 – que estava em vigência no recorte aqui estudado –, os direitos indígenas estavam assim estabelecidos: Constituição de 1967 “Art. 186 – É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”. Desde 1934, as constituições brasileiras estabeleceram os direitos das populações indígenas. A lei de criação da Funai – Lei nº 5.371 de 1967 – define como funções dessa instituição, entre elas: respeitar a vida do índio e as instituições tribais, garantir a posse e a permanência nas terras que habitam e seu usufruto exclusivo, preservar o equilíbrio biológico e cultural do índio, promover a prestação de assistência médico-sanitária, promover educação apropriada. Podemos citar como alguns dos direitos humanos estabelecidos na Declaração Universal de 1948, pela Assembleia Geral das Nações, e sistematicamente desrespeitados da ditadura militar: o direito à dignidade, igualdade, liberdade, à vida e segurança pessoal.

que chegaram a esta região a partir do processo de espoliação, engendrado durante o período ditatorial. No entanto, já possuem algumas terras demarcadas para seus grupos⁶.

Os Nambiquara foram desde o século XVIII genericamente denominados pelos não indígenas como Cabixis e, a partir do século XIX, como Nambiquara – nome de origem tupi que significa “orelha furada”. Subdividem-se em outras etnias: Mamaindê, Negarotê e Manduca (Serra do Norte); Wakalitesu, Halotesu, Kithaulhu, Sawentesu (Chapada dos Parecis); Aikkutesu, Nantesu, Qalisattesu, Yxotxusu, Elahitxansu, Alantesu, Alakatesu, Waikisu, Waikatesu, Wasusu e Katitaulhu (Vale do Guaporé)⁷. Ademais, os Nambiquara que sofreram os processos de remoções e foram negligenciados nos processos de expedição de certidões negativas em seus territórios pela Funai, bem como foram fortemente impactados com o avanço das agropecuárias, eramos grupos da região do Vale do Guaporé considerados de pouco contato com a sociedade não indígena.

Ao longo dos séculos, as relações entre as etnias denominadas como Nambiquara e a sociedade não indígena ocorreram de forma processual, conforme foi aumentando a ocupação desses três territórios pelo Estado brasileiro e por frentes de colonização. Eles foram constantemente representados como “selvagens” e “antropofágicos”, mencionados dessa forma em fontes coloniais e imperiais, despertando o medo da população regional⁸.

Durante o século XVIII, os Nambiquara, chamados de Cabixis, foram afetados pela mineração nas cercanias de Vila Bela de Santíssima Trindade, com o aumento populacional na região que ocupavam e com a formação de quilombos. No século XIX, com a decadência da mineração, as atividades de extração da poaia e da seringa foram realizadas pelos regionais, aumentando as hostilidades entre esses e os indígenas.⁹. Além disso, na primeira metade do século XIX, expedições e tentativas fracassadas de aldeamentos foram realizadas pela Diretoria dos Índios da Província do Mato Grosso, sobretudo em relação aos grupos do Vale do Guaporé. No entanto, houve uma diminuição dos contatos entre os Nambiquara e a administração

⁶ Atualmente os Nambiquara possuem dez terras indígenas homologadas e registradas, e uma identificada ainda em processo demarcatório. São as terras homologadas: Lagoa dos Brincos, Nambiquara, Pequizal, Pirineus de Souza, Sararé, Taihantesu, Tirecatinga, Tubarão/Latundê, Umutina e Vale do Guaporé. A área ainda em processo de demarcação é a Terra Indígena Paukalirajausu. Essas terras indígenas são habitadas por um total de 2.586 pessoas. Na Terra Indígena Tubarão Latundê vivem também os Aikanã e os Kwazá, e na Terra Indígena Umutina vivem também os Umutina, Paresí e Iranxe Manoki, assim como os Nambiquara. Fonte: Instituto Socioambiental (ISA) <<https://terrasindigenas.org.br/>> Acesso em: 18 jan. 2020.

⁷ Cf. Costa, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. *Senhores da Memória: História e universo dos nambiquara do Cerrado (1942-1968)* Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UFMT, 2002. De acordo com a autora, viviam anteriormente nessa região os Sabanê, Txawenté, Txawanté, Yalakunté, Yalakaloré e os Latundê.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

imperial no final daquele século¹⁰. Já no início do século XX, a nova frente de contato passou a ser mais sistematicamente o próprio Estado republicano brasileiro, com um discurso pacifista e positivista sobre a forma como deveriam ser estabelecidos os relacionamentos com as populações indígenas¹¹.

Esse novo tipo de atuação do Estado, inicialmente, foi realizado pela Comissão de Linhas Telegráficas que ligaria a comunicação do Mato Grosso ao Amazonas, cujo principal líder foi Cândido Mariano Rondon, mais conhecido posteriormente como Marechal Rondon, que também foi o presidente da primeira instituição indigenista do Brasil republicano. Com a criação dessa instituição indigenista em 1910, chamada Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILT) – a partir de 1918, apenas SPI – os Nambiquara deveriam ser “protegidos” e “pacificados”, assim como as demais populações indígenas consideradas “hostis” no interior do Brasil¹².

Rondon esteve em contato com etnias na região do Rio Juruena em 1907, durante o estabelecimento da linha de telégrafos no território ocupado por grupos Nambiquara dessa região, na Chapada dos Parecis. Além da Comissão de Linhas Telegráficas – também conhecida como Comissão Rondon – ter lançado as bases para o estabelecimento de um poder tutelar sobre os indígenas autônomos do interior do Brasil, ela também favoreceu o aumento da ocupação de não indígenas nos territórios Nambiquara ao longo prazo, uma vez que ampliou as comunicações e a presença do Estado nas regiões por onde passava.¹³

A partir da década de 1920, o SPI tentou estender sobre os Nambiquara o seu *poder tutelar*¹⁴, criando postos indígenas e utilizando-os como mão de obra compulsória em atividades

¹⁰ Cf. COSTA, Op. cit.; PRICE, Paul David. Política indigenista e política indígena entre os Nambiquara. Informativo FUNAI, Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, ano V, n.15/16, p. 48-62, 1975b. De acordo com a autora, a imagem dos Nambiquara como antropofágicos e selvagens contribuiu para que mantivessem os não indígenas afastados do seu território, retardando a invasão. Já David Price afirmou que os Nambiquara parecem ter sido deixados em paz pela administração imperial no final do século XIX. Ver; PRICE, P. David. A política indigenista e política indígena entre os Nambiquara In: FUNAI. Informativo da Funai. Ano V, nº 15 e 16, 1975.

¹¹ Ibid. No início do século XX, com o advento do Estado republicano brasileiro, uma das grandes discussões do novo regime era a forma como lidar com os indígenas; sobretudo, aqueles considerados hostis. Dentre as diversas propostas apresentadas por intelectuais e religiosos – de extermínio e de catequese –, uma terceira via foi bem-sucedida: a humanista e secular, influenciada pelo positivismo, que defendia a necessidade de “proteger”, “pacificar” e “civilizar” as populações indígenas “hostis” do interior do Brasil. Essa perspectiva, cujo um dos principais defensores era Marechal Rondon, foi a base ideológica da criação do Serviço de Proteção aos Índios em 1910. Cf. GAGLIARD, José Mauro. O indígena e a República. Campinas, SP: UNICAMP, 1990; RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. O desenvolvimento e os índios no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras: 1996 [1970].

¹² Ibid.

¹³ Cf. COSTA Op.cit.; PRICE Op.cit.; LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. Editora Anhembi Limitada: São Paulo, 1957.

¹⁴ Cf. LIMA, Antonio Carlos Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

extrativistas. A ideia da “incorporação” fazia parte de um quadro mais geral de ação indigenista do Estado, que objetivava a “integração” das populações indígenas à “nação brasileira”, com o objetivo de consolidar projetos de autossuficiência dos postos indígenas através da venda da produção agrícola, do extrativismo, e aluguel da mão-de-obra desses povos – práticas que levaram a uma situação de corrupção generalizada e de crimes contra os indígenas por todo o país, resultando na extinção do SPI pelo governo do general Costa e Silva e na criação da Fundação Nacional do Índio (Funai)¹⁵.

Durante a vigência do SPI, foram feitas várias tentativas de sedentarizar os Nambiquara em postos indígenas, a maioria malsucedida. A falta de verbas, a resistência dos indígenas a esse processo de “territorialização” e o medo dos encarregados dos postos em lidar com essas etnias foram fatores para que, algumas vezes, postos fossem criados, deslocados ou abandonados. Uma exceção foi o posto indígena Pirineus de Souza, estabelecido no Córrego Espirro, que teria funcionado entre 1943 e 1968 com a prática, inclusive, do uso de mão de obra escravizada Nambiquara na extração de látex¹⁶.

As etnias do Vale do Guaporé tiveram pouco contato com o Estado brasileiro no século XX, até a década de 1960. Embora missionários católicos e protestantes já estivessem presentes naquela região, realizando atividades de assistência de saúde e evangelização com os indígenas, foi a partir do governo militar do general Costa e Silva que houve uma política indigenista orientada para essas etnias, motivada por interesses econômicos. Foi nesse contexto também que as frentes pioneiras avançaram em maior escala sobre as terras desses grupos¹⁷.

A política indigenista na ditadura¹⁸ parece ter sido orientada, muitas vezes, por uma perspectiva assimilacionista e desenvolvimentista, visto a subordinação da Funai ao Ministério

¹⁵ Sobre o inquérito administrativo criado para averiguar irregularidades no SPI, Guimarães afirma: “Através do Inquérito, o Ministério quer provar que os crimes foram cometidos por funcionários corruptos, fruto da leniência do estado nos anos pré-golpe militar. E mais adiante corrobora o projeto de extinção do SPI e criação da Fundação Nacional do Índio, como se esta ideia fosse algo gestado pelos militares como solução e redenção para os problemas dos índios”. GUIMARÃES, Elena. Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias. 2015. 204f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁶ Cf COSTA Op.cit; Segundo David Price “Em 1942, o Posto Indígena Pyreneus de Souza foi fundado no Córrego Espirro, uma cabeceira do Rio 12 de Outubro. O encarregado do posto, desde 1943 até 1968, foi Afonso Mansur de França, que empregou os índios na extração de seringa, primeiro oficialmente, de acordo com um convenio entre o SPI e a Rubber Development Corporation, e depois por sua própria conta. Os índios que ainda se encontram escravizados no Seringal de Faustino são os remanescentes, como parece, de uma espécie de dote humano, pois Afonso de França é seu sogro. Não é mais possível comprovar as atrocidades que os índios contam, mas o certo é que Afonso foi obrigado de fazer expedições de vez em quando para capturar mais índios, pois os índios no posto morreram muito mais rapidamente do que nasceram.” PRICE, Paul David. Projeto para a normalização da situação Nambiquara. Fundação Nacional do Índio, 1975a, p.10. ISA

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Como mencionado, estabelece-se como recorte temporal da pesquisa o período entre 1968 e 1975, parte do período de ditadura militar, iniciada após o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Conhecida hoje, pela historiografia e pela memória pública, por sua estrutura autoritária, repressiva, muitos foram os impactos dos

do Interior, o que observa-se tanto nos discursos de presidentes do órgão, e no Estatuto do Índio de 1973¹⁹, quanto em ações como a produção de certidões negativas para agropecuárias e a remoção dos Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara. Subjacente a essa perspectiva, estava o interesse na liberação das terras indígenas para os projetos agropecuários e industriais destinados à região Centro-Oeste e à Amazônia brasileira. Em muitos casos, a Funai se associou às elites econômicas para viabilizar os interesses que possuíam nessas regiões²⁰.

Apesar da existência de uma perspectiva assimilacionista e desenvolvimentista, na prática cotidiana, sertanistas e indigenistas precisaram lidar com as consequências dos avanços de projetos econômicos sobre territórios indígenas, com a falta de verbas ou de interesse de membros dos escalões superiores da Funai, exercitando um *modus operandi* de “administrar por crises”²¹.

A região da Amazônia, na qual a parte mato-grossense era ocupada pelos Nambiquara e outros povos, foi um dos grandes centros de interesse nos projetos de desenvolvimento econômico dos governos ditatoriais, sobretudo durante o governo do general Médici no contexto do “milagre econômico”²². Os projetos de desenvolvimento econômico para essa região, como o Plano de Integração Nacional, a POLAMAZÔNIA, a POLONOROESTE, que envolviam a expansão de infraestrutura, com a construção de estradas e de hidrelétricas, a concessão de subsídios e isenções fiscais para empresas de prospecção de recursos naturais, industriais e agropecuárias, além de planos de colonização na região, eram baseados na perspectiva de integração e desenvolvimento da Amazônia dos militares²³. O avanço desses empreendimentos esbarrava com a presença de povos indígenas, que tiveram seus direitos sistematicamente violados, não apenas na questão da terra, mas em razão também de

governos militares sobre as populações indígenas. No que tange às instituições indigenistas, duas funcionaram durante os 21 anos de ditadura militar: O Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967), o SPI, e a Fundação Nacional do Índio (1968-atual), a Funai. No recorte temporal desse trabalho, era a Funai a responsável pela política indigenista.

¹⁹ “O Estatuto do Índio de 1973 coloca a integração dos índios, entendida como assimilação cultural, como o propósito da política indigenista. O Ministro do Interior, Rangel Reis, declarou à CPI da Funai em 1977 que o ‘objetivo permanente da política indigenista é a atração, o convívio, a integração e a futura emancipação’”. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II, Texto 5. Brasília: CNV, 2014, p. 207.

²⁰ Cf. DAVIS, Shelton H. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro. Zahar, 1978, p.67.

²¹ OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

²² Ibid.

²³ Cf FURTADO, Paulo José. O governo militar e o incentivo de acesso à terra na Amazônia Legal: controle e favorecimento do capital privado (1964-1980). Revista Outras Fronteiras, Cuiabá, vol.1, n. 1, jun., 2014. Disponível em: <<http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/85/21>>; Acesso em: 28 jun. 2018; KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos avançados, São Paulo, vol.16, n.45, ago., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004>. Acesso em: 25 jun. 2018.

extermínios, epidemias, fome, prisões forçadas, trabalho escravo, entre outros tipos de violações²⁴.

Nesse quadro, os desdobramentos da política indigenista autoritária da ditadura não foram muito diferentes em relação aos Nambiquara. Com recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que exigia a ausência de indígenas nos territórios pleiteados por empresas para receberem autorização e subsídios, grandes agropecuárias se expandiram extensivamente sobre a região do Vale do Guaporé, no território Nambiquara. Essa penetração foi facilitada pelo mecanismo de produção de certidões negativas – fornecidas pela Funai – que, como o nome indica, negavam a presença de indígenas em determinados territórios para que a SUDAM concedesse permissões e subsídios. A realização de remoções dos Nambiquara do Vale do Guaporé faz parte dessa história. Essas ações levaram à expansão das doenças, ao aumento das mortes e à desorganização do sistema alimentar dos grupos²⁵.

No que se refere à literatura existente, embora os Nambiquara tenham sido objeto de estudo no campo da antropologia, são escassos na historiografia trabalhos que tratem desse grupo linguístico, principalmente no recorte temporal aqui estudado²⁶. O diálogo entre os estudos sobre populações indígenas durante a ditadura militar tem crescido mais recentemente, com a produção de novas pesquisas que tratam da violação dos direitos humanos dos povos indígenas nos governos militares brasileiros, pesquisas essas influenciadas pelo contexto de

²⁴ Ver GUIMARÃES Op. cit.

²⁵ Valente aponta que, entre 1971 e 1974, foram realizados três deslocamentos dos grupos do Vale do Guaporé e da Serra do Norte. É possível que esse número de remoções seja maior. Ver: VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pp.202-212.

²⁶ Na produção historiográfica anterior à Comissão Nacional da Verdade, poucos trabalhos tinham especificamente como objeto as populações indígenas durante a ditadura militar. Podemos mencionar obras que tratam de um período mais amplo sobre a luta indígena ou que apresentam maior preocupação com a política indigenista republicana: o livro de José Mauro Gagliardi (1989) sobre os indígenas na República; de Mércio Pereira Gomes (2001), *Os índios e o Brasil*; a coletânea de artigos de Manuela Carneiro da Cunha (2012) a respeito da política indigenista no Brasil; a obra clássica de Antônio Souza Lima (1995) que trata da política indigenista republicana; a dissertação de Anna Maria Costa (2002) sobre a resistência Nambiquara entre as décadas de 1940 e 1960; as produções de artigos produzidas por João Pacheco de Oliveira nas décadas de 1980 e 1990; e a coletânea organizada por ele sobre indigenismo e territorialização em 1998. Das obras anteriores à CNV, que focaram na política indigenista, nos impactos dos projetos de desenvolvimento sobre as populações indígenas e nas violações de seus direitos no período ditatorial, podemos mencionar o livro do antropólogo David Price (1989) sobre os impactos dos projetos de desenvolvimentos sobre os Nambiquara e a tese de Egon Heck (1997) a respeito da política indigenista dos governos militares. Os trabalhos mais recentes, produzidos após o início das pesquisas da CNV, vêm apresentando uma maior preocupação com a violação dos direitos indígenas e, em grande parte, têm se debruçado sobre o Relatório Figueiredo. Destacamos algumas dessas produções acadêmicas, teses e dissertações, mais recentes: a dissertação de mestrado de Rodrigo Lins Barbosa (2016) sobre crimes e corrupção no SPI e na Funai; a tese de doutorado de Antônio Jonas Dias Filho (2015) sobre os presídios indígenas na ditadura; a dissertação pioneira de Elena Guimarães (2015) sobre o Relatório Figueiredo; e a dissertação de mestrado de Eduardo Silva Filho (2015) sobre a resistência dos Waimiri-Atroari do período ditatorial até 2014. Uma obra também recente sobre a resistência indígena na ditadura, que oferece um panorama sobre as violações de direitos e resistência das populações indígenas, é o livro *Os fuzis e as flechas [...]*, de 2017, do jornalista Rubens Valente.

elaboração e divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), como já mencionado. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira²⁷, houve um aumento do interesse pela história do tempo presente e sobre populações indígenas e afro-brasileiras à medida que se consolidaram as instituições democráticas no Brasil. A historiadora aponta que a instituição da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso e Informação contribuíram para o impulso na produção de estudos sobre a ditadura militar e sobre esses grupos sociais.

O primeiro livro a tratar dos Nambiquara no período de ditadura militar foi *Before the bulldozer: the Nambiquara Indians & the World Bank* de 1989, do antropólogo estadunidense David Price, consultor do Banco Mundial no projeto POLONOROESTE. Segundo o autor, um dos principais objetivos do projeto era a pavimentação da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e a construção de uma variante que passaria dentro do território de etnias Nambiquara do Vale do Guaporé. Price, que havia sido antropólogo da Funai entre os anos de 1974 e 1976 e tinha realizado estudo de campo com os Nambiquara²⁸ no final da década de 1960, publicou “Before the bulldozer [...]” como crítica à implementação da POLONOROESTE na região do Vale do Guaporé e à política indigenista realizada naquele contexto. Esse livro não possui formato de um trabalho acadêmico, mas sim de um diário do antropólogo, em que ele argumenta sobre o desrespeito por parte do Estado brasileiro aos modos de viver dos Nambiquara com a construção da estrada. O livro de Price é um testemunho de um antropólogo a respeito da interlocução entre os interesses do governo brasileiro e dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, e de como essa relação foi nociva aos Nambiquara, resultando em perdas territoriais, alterações nos modos de vida e no ecossistema, graças ao avanço das agropecuárias sobre seus territórios²⁹.

Em dois dos trabalhos de maior relevância sobre os Nambiquara, os únicos de História encontrados, a relação entre os Nambiquara e a ditadura militar foi de tratamento rápido dentro de alguns dos capítulos da dissertação de mestrado e da tese de doutorado de Anna Maria Costa, em *Senhores da memória: história no universo do Nambiquara do cerrado (1942-1968)* e *Wanintesu: um construtor do mundo Nambiquara*³⁰, sobre os Nambiquara do Cerrado. Entretanto, a pesquisa de Costa é de grande relevância, para além do tema e dos problemas que levanta, pela utilização que faz da relação entre antropologia e história e pelo uso de fontes

²⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. TEMPO E ARGUMENTO, v. 10, p. 80-108, 2018.

²⁸ David Price nos anos 60 realizou entre os Nambiquara uma pesquisa antropológica que resultou na sua tese de doutorado, de título “Nambikwara Society”, defendida em 1972. Ver: PRICE, Paul David. Nambikwara society. tese (For the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, 1972.

²⁹ Cf. PRICE, David. Before the bulldozer: the Nambiquara Indians and the World Bank. Washington, DC: Seven Locks Press, 1989.

³⁰ Cf. COSTA Op. cit.

orais. A autora foi capaz de investigar, sobretudo na dissertação, as relações culturais entre Nambiquara, Estado, pessoas e instituições civis (missionários, seringueiros e madeireiros). Pelo seu trabalho, é possível visualizar a agência dos Nambiquara e suas formas de resistência frente a situações de violência e hostilidade quando da invasão das suas terras.

Sobre o recorte escolhido para a presente pesquisa, a autora apresenta rapidamente o estabelecimento das agropecuárias nas terras Nambiquara no Vale do Guaporé, a produção de certidões negativas e as remoções forçadas realizadas pela Funai. Além disso, também informa sobre as demarcações da Reserva Nambikwara apoiadas em laudo fraudulento, e destaca estes fatos como resultantes da política indigenista de então. Embora seja possível relacionar a política indigenista e os interesses das agropecuárias na região com a violação dos direitos indígenas, essa parte da dissertação destoa do conjunto da obra por dar pouca atenção às formas de resistência e negociação dos Nambiquara no contexto específico de ditadura. Apenas por meio da apresentação do regresso Wasusu, Alantesu, Waikisu e Hahaintesu aos seus territórios tradicionais é possível perceber uma forma de resistência destes indígenas na dissertação de Costa.

Já em *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*, livro resultante da pesquisa de anos de dedicação do jornalista Rubens Valente³¹ apoiada em uma ampla gama de documentos oficiais da Funai e entrevistas, entre outras fontes, há um capítulo no qual o autor trata apenas do caso dos Nambiquara. Cabe ressaltar que o trabalho de Valente, uma obra da maior importância sobre o assunto, tem como objeto a violência do Estado brasileiro sobre os povos indígenas e as formas de resistência desses povos durante o período da ditadura militar. Assim como Costa, Rubens Valente apresenta o cenário de invasões às terras Nambiquara, a produção de certidões negativas, os sucessivos deslocamentos dos grupos pela Funai, as inúmeras epidemias que assolaram os grupos e levaram à morte de dezenas de indígenas. Ainda que os *Os fuzis e as flechas*[...] seja uma obra jornalística que carece de diálogos com produções bibliográficas sobre o assunto, bem como de reflexões teóricas mais elaboradas sobre as temáticas apresentadas, pois não é proposta do livro, é possível perceber no capítulo a agência dos Nambiquara quando mencionado o regresso às terras e os conflitos que estes tiveram com os fazendeiros, além da responsabilidade do Estado nas perdas territoriais, doenças, mortes e fome entre os Nambiquara.

Apesar de poucos trabalhos tratarem dos Nambiquara na ditadura militar, há algumas etnografias produzidas em outros contextos sobre o grupo linguístico que têm como foco

³¹ Cf. VALENTE. Op. cit.

relações de parentesco, formas de alimentação, territorialidade e construção da etnicidade. Desses trabalhos, podemos citar o de Eleonore Zулnara Setz³² sobre os Alantesu e os Juína, e o de Rafael Lemos de Souza³³, que tratou de etnoarqueologia, com destaque para a “territorialidade” Wasusu. Esses trabalhos acadêmicos, baseados principalmente nas pesquisas de David Price, mencionam superficialmente a situação desses grupos durante a ditadura militar. No entanto, as abordagens sobre a “territorialidade” das etnias citadas, as formas como relacionam-se com o seu meio ambiente e suas configurações étnicas e culturais tornam importantes essa produção para a presente pesquisa.

A grande referência desses trabalhos, bem como desta pesquisa, é a tese de David Price, publicada em 1972, de nome *Nambikwara Society*. Em sua tese, fruto de anos de pesquisas de campo, Price realiza uma análise aprofundada sobre a história de contato dos Nambiquara com o Estado, também sobre a organização social, política, cultural, semelhanças e diferenças entre os grupos do Vale do Guaporé, Chapada dos Parecis e Serra do Norte. Além disso, ela é a primeira tese que menciona aspectos da vida de grupos do Vale do Guaporé³⁴.

Pela proximidade temporal com o tema da pesquisa, *Relatório de viagem às áreas indígenas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé-MT*, de 1981, também é um texto importante por trazer os aspectos sociais, culturais e políticos das etnias Nambiquara do Vale do Guaporé³⁵.

Alguns aspectos trabalhados nessas pesquisas são fundamentais para compreendermos as territorialidades das etnias Nambiquara estudadas: a relação entre o enterro dos mortos, os lugares sagrados e o território de origem; as diferenças culturais entre os grupos e os diferentes padrões de alimentação entre as etnias das três regiões Nambiquara. Tais aspectos podem contribuir para o entendimento de como os grupos lidaram com os processos de remoções, por exemplo, como resistiram às remoções e retornaram às suas terras.

Além das etnografias mencionadas, produzidas nas últimas décadas, outros pesquisadores também fizeram anotações de campo sobre os Nambiquara antes do período ditatorial. Seus escritos são referências clássicas sobre os Nambiquara, ainda que não tratem dos grupos do Vale do Guaporé, e consistem em uma bibliografia de grande relevância e fontes históricas importantes para estudá-los. Podemos citar os registros do Marechal Rondon e a obra

³² Cf. SETZ, Eleonore Zulnara Freire. Ecologia alimentar em um grupo indígena: comparação entre aldeias Nambikwara de floresta e de Cerrado. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1983.

³³ Cf. SOUZA, Rafael Lemos de. Etnoarqueologia e história Wasusu no vale do rio Guaporé, Mato Grosso. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFGD, 2014.

³⁴ PRICE, Paul David. Nambikwara society. Tese (for the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, 1972.

³⁵ FUNAI. Relatório de viagem às áreas indígenas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé-MT. Brasília: Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, 1981.

de Roquette-Pinto, *Rondônia*, ambos produzidos após seus primeiros contatos com etnias Nambiquara nas décadas de 1900 e 1910 – no contexto de construção das linhas telegráficas³⁶. Outra obra importante é *Tristes Trópicos*, do antropólogo Lévi-Strauss – memórias de viagem ao interior do Brasil que realizou durante os anos 1930, quando esteve em contato com alguns indígenas Nambiquara na região do Utiariti³⁷.

A respeito da política indigenista e dos impactos dos projetos de desenvolvimento sobre os povos indígenas, foram desenvolvidos alguns trabalhos importantes entre os anos de 1970 e 1990. Ainda em 1978, o antropólogo estadunidense Shelton Davis publicou o livro *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Nesta obra, Davis defende a tese de que as doenças, as mortes e o sofrimento das populações indígenas brasileiras eram resultados diretos da política de desenvolvimento econômico dos governos militares, especialmente do “milagre econômico”. O foco de Davis é a relação entre política econômica e indigenista para indígenas da Amazônia brasileira, que se expressava na presença do capital internacional na exploração de recursos minerais concentrados em terras indígenas. Além disso, a parte da pesquisa de Davis que mais interessa ao trabalho se refere aos seus apontamentos sobre a expansão das agropecuárias sobre a Amazônia Legal e os impactos que a articulação entre as classes desse setor com a ditadura brasileira gerou para os indígenas, que se expressava na violação de direitos das populações indígenas e no desflorestamento da Amazônia Brasileira³⁸.

Davis apresenta, no seu contexto, uma história do tempo presente sobre um processo que ainda estava em andamento e, por consequência, seu trabalho possui limitações temporais. Apesar disso, a obra de Davis é um clássico sobre a política indigenista e o desenvolvimento econômico na ditadura militar brasileira, e sua perspectiva de análise, que articula a política indigenista aos interesses de grupos econômicos, foi seguida por outros trabalhos nas Ciências Humanas, e também o presente trabalho.

Um dos trabalhos que seguem a perspectiva de Davis, a respeito da articulação entre política indigenista e política econômica ditatorial, é a dissertação de mestrado em Ciência Política de Egon Heck, *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985*, defendida em 1996. Em sua dissertação, Heck defendeu que a política indigenista

³⁶ Cf. RONDON, Candido Mariano da Silva (Direção). Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916; RONDON, Cândido Mariano da Silva, FARIA, João Barbosa de. Glossário geral das tribos silvícolas de Mato-Grosso e outras das Amazônia e do norte do Brasil. Publicação n. 76. Comissão Rondon. Anexo n. 5, Etnografia, tomo I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura / Imprensa Nacional, 1948. ROQUETTE-PINTO, Edgard. Rondônia. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasileira. 3. ed., v. XXXIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

³⁷ LÉVI-STRAUSS, Op.cit.

³⁸ Cf. DAVIS. Op.cit.

da ditadura foi orientada pela ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), desenvolvida na Escola Superior de Guerra (ESG), na qual a “questão indígena” passa a ser uma preocupação de segurança nacional. A forma como a política indigenista se tornou preocupação de segurança nacional se expressava no processo de militarização da Funai e na negação da demarcação de terras indígenas em áreas de fronteira. O aparelhamento da Funai aos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais materializava-se nos projetos econômicos realizados em terras indígenas com o apoio do Estado³⁹. O autor não nega aspectos particulares da política indigenista nos diversos governos. No entanto, afirma que, apesar da sua variação, “o binômio desenvolvimento e segurança” era a tônica da política indigenista, e estava presente nos discursos e planejamentos dos diferentes governos militares.

Apesar do quadro de violência exposto, não podemos tomar os processos de colonialidade, de violações dos direitos territoriais e humanos, como toda a história das populações indígenas. Manter a perspectiva da passividade dos indígenas é contribuir para a manutenção de estereótipos que, justamente, fundamentavam a política indigenista autoritária durante a ditadura militar. Por isso, busca-se analisar a relação entre os Nambiquara e o Estado brasileiro durante os anos de ditadura, investigando a agência histórica dos Wasusu, Alantesu, Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu em relação ao avanço das frentes pioneiras e à tutela do Estado, sem negligenciar o aspecto de violência e de relações de poder desiguais que tendiam para o lado dos militares e dos não indígenas. Por isso, esta pesquisa parte da hipótese principal de que, apesar de estarem submetidos a situações de violência cometidas pelo Estado e pela sociedade civil durante os anos de ditadura, os Nambiquara do Vale do Guaporé foram senhores de sua própria história, agenciando formas de resistência e negociação diante da política indigenista aparelhada pelos interesses dos grandes grupos agropecuários, política essa que atuava sob um “paradoxo ideológico da tutela” e “administrando por crises”.

Dessa forma, do ponto de vista teórico-metodológico, o presente trabalho se insere no campo de estudos sobre a história indígena, integrante de uma perspectiva de análise chamada por E. P. Thompson de “história vista de baixo”⁴⁰, que vem dando ênfase à agência histórica de personagens e grupos por muito tempo negligenciados pela historiografia tradicional. Faz

³⁹ Cf. HECK, Egon Dionisio. Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985. Mestrado em Ciências Políticas. Campinas: UNICAMP, 1996.

⁴⁰ A *história vista de baixo* é uma perspectiva de escrita da história que tem como objetivo estudar a agência de grupos sociais subalternizados pela sociedade e na historiografia tradicional, tais como negros, mulheres e LGBTQ+. Esse termo foi cunhado pelo historiador E.P. Thompson nos seus estudos sobre a classe trabalhadora inglesa no século XVIII, nos anos 1970, cuja intenção era se distanciar de uma história *vista de cima*, ou seja, que centraria a ação no Estado ou em grandes figuras da política, ou daquelas estruturalistas que tinham como norte as mentalidades coletivas. Sobre a discussão acerca da história vista de baixo, ver THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: UNICAMP, 2001.

parte da área da Nova História Cultural, na qual pensa-se a cultura e a política articuladas nas relações sociais, vertente historiográfica que não apenas dialoga com a Ciência Política, mas principalmente com a Antropologia⁴¹. Certamente, também é influenciada por produções como as de Manuela Carneiro da Cunha⁴², Vânia Maria Losada Moreira⁴³ e Maria Regina Celestino Almeida⁴⁴, preocupadas com as formas de agência indígena no seu relacionamento com os não indígenas, principalmente com o Estado, e que abordam as possibilidades de negociação, de resistência e de reconstrução identitária destas populações diante de situações de violência e hostilidade.

De acordo com John Manuel Monteiro, na historiografia sobre a história indígena no Brasil, prevaleceram durante muitas décadas duas tendências: a exclusão dos indígenas enquanto atores históricos legítimos e o tratamento destes povos enquanto populações em vias de desaparecimento. A partir da década de 1980, começou a ganhar força uma “Nova História Indígena”, que buscou unir as preocupações das demandas do movimento indígena surgido na década de 1970 com reflexões teóricas da História e da Antropologia. A Nova História Indígena trouxe a reconfiguração da ideia de direitos indígenas enquanto direitos históricos; novas abordagens com foco na dinâmica da história das populações indígenas e suas culturas, na historicidade das identidades e políticas indígenas, com utilização inovadora de documentos históricos e teoria social; e novas leituras sobre narrativas orais e documentos alternativos⁴⁵. Partindo do exposto, é no âmbito dessa “Nova História Indígena” que o trabalho pretende se inserir.

Dois conceitos fundamentais para este trabalho são “territorialidade” e “territorialização”. De acordo com Paul Little, “territorialidade” é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o em seu território, ou “*homeland*”⁴⁶, constituída em processos sociais e políticos. Já “territorialização”, produzida em situação colonial, como é o caso da

⁴¹ BARROS, José D’Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Cadernos de História, Minas Gerais: v.12, n.16. ISSN: 2237-8871, 2011, p.39.

⁴² Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

⁴³ Ver MOREIRA, Vânia Maria L. Entre índios e escravos armados: alianças interétnicas e formação de quilombos na província do Espírito Santo, 1808-1850. Afro-Ásia, Salvador, n.41, p.57-83, 2010.

⁴⁴ Ver ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2013, 2. ed).

⁴⁵ Cf. MONTEIRO, John. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas. UNICAMP, 2001. Tese de Livre Docência.

⁴⁶ LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322, Brasília, Unb, 2002, p.253.

política indigenista e econômica para o território Nambiquara, é definida por João Pacheco de Oliveira como um processo de reorganização social de grupos indígenas em territórios definidos pelo Estado, cujas características são:

- 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.⁴⁷

Ao partir do ponto em que as condutas territoriais são produtos de processos históricos, entendemos a política indigenista ditatorial para os Nambiquara do Vale do Guaporé como estando atrelada ao processo de avanço do capitalismo sobre a Amazônia, bem como uma forma de “territorialização” dessas etnias e de ataque às suas formas de “territorialidade” específicas⁴⁸. As remoções dos Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara na Chapada dos Parecis e dos Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu para área interditada no Vale do Sararé, bem como a produção de certidões negativas que a Funai concedia às agropecuárias no território indígena, são vistas aqui como processos de “territorialização”.

Compreendemos como “grupos étnicos”, a partir das definições de Fredrik Barth, organizações sociais, atributivas e exclusivas⁴⁹, criadas na interação interétnica e mantidas através de uma fronteira, cujos traços culturais que servem de marcadores étnicos mudam historicamente. Também compreendemos como “grupos étnicos”, na perspectiva de Max Weber, enquanto comunidades políticas fundamentadas na crença de uma origem comum⁵⁰. Articulamos a perspectiva Barth e Weber à de Boccara⁵¹, que afirma que contatos interétnicos produzem reconfigurações identitárias – em situações de negociação, resistência ou conformação – nas populações indígenas, o que de forma alguma os torna menos indígenas, já

⁴⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998, p.55.

⁴⁸ Paul Little, baseado nas reflexões de Gellner (1983), argumenta que a territorialidade dos Estados-nação é fundamentada no nacionalismo, que reivindica um território para uso exclusivo dos membros da sua comunidade nacional e, em seguida, fundamenta-se no conceito legal de soberania, que estabelece a exclusividade do domínio do território sobre as mãos do Estado. Cf. LITTLE, 2002, p.258.

⁴⁹ Para Barth, os grupos étnicos são organizações sociais que fundamentam suas diferenças através de uma fronteira, na qual elementos constitutivos da sociedade são atribuídos ou excluídos na interação interétnica entre diferentes grupos. O antropólogo argumenta que não são os traços culturais determinantes para o estabelecimento das diferenças, pois eles são instrumentalizados como constituintes a partir dessas relações interétnicas e mobilizados nos processos históricos, mas, sim, as fronteiras estabelecidas. Ver BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

⁵⁰ Cf. WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994, pp.267-277.

⁵¹ Cf. BOCCARA, Op.cit.

que esse processo é constituinte da sua própria história. Wasusu, Alantesu, Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu são grupos étnicos distintos que possuem diferentes sentimentos de “etnicidade”, “territorialidade” e sofreram processos de “territorialização” com especificidades; por isso acreditamos que as formas como essas etnias lidaram com esses processos foram distintas.

A “etnicidade”, de acordo com Pacheco de Oliveira⁵², pressupõe sempre uma trajetória, criada nas contingências históricas, e uma origem ligada a um território ou/e a um grupo biológico. Nesse sentido, Poutignat e Streiff-Fenart⁵³ afirmam, ampliando a tese de Barth – para quem as diferenças culturais não são fundamentais na criação dos grupos étnicos e, sim, as fronteiras historicamente e relacionalmente criadas – que é a “crença em uma origem comum” que fundamenta a diferenciação, as fronteiras entre os grupos étnicos e seus elementos culturais utilizados como diferenciadores, tais como língua, território e religião.

Acreditamos que essa “crença em uma origem comum”, que não é apenas simbólica, mas também vivenciada, está na base da identificação étnica e na luta pela manutenção do território e da “territorialidade” das etnias Nambiquara contra o processo de “territorialização”. Esta identificação se expressava, por exemplo, no retorno às suas terras e nos conflitos que estabeleceram nesse processo. Seguimos a perspectiva de João Pacheco de Oliveira, que afirma:

O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade.⁵⁴

As remoções, deslocamentos ou transferências, como eram designados pela Funai, são tratados neste estudo como “exílio” imposto aos Nambiquara do Vale do Guaporé. De acordo com James Clifford, o “exílio” é uma experiência de deslocamento forçado de grupos nativos, na qual a expectativa de retorno real ao território permanece viva até que as condições que levaram ao “exílio” tenham deixado de existir⁵⁵.

A noção que perpassa o uso de tais conceitos, e que se torna chave para analisarmos as ações das populações indígenas, é a de “experiência histórica”, do historiador inglês E. P. Thompson⁵⁶. O historiador marxista afirma que são as “experiências históricas” de grupos

⁵² Cf. OLIVEIRA Op.cit.

⁵³ POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

⁵⁴ Cf. OLIVEIRA Op.cit, p. 64.

⁵⁵ Cf. CLIFFORD, James. Varieties of Indigenous experience: diasporas, homelands, sovereignties. In: CADENA, Marisol de la; Starn, Orin.(Org.). Indigenous Experience Today. Oxford and New York: Berg Publishing, 2007.

⁵⁶ THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.p. 200-201.

humanos que influenciam as suas ações sobre o mundo, não sendo então uma superestrutura histórica que conduz as atitudes individuais, mas sim as agências coletivas, a partir dessas experiências, que determinam a consciência social. Também são as “experiências históricas” dos indivíduos e grupos sociais que formam e transformam as “culturas”, não sendo essas homogêneas, mas sim múltiplas, diferenciadas e dinâmicas⁵⁷.

Para a ação indigenista do Estado ditatorial em relação aos indígenas, toma-se de empréstimo uma noção importante: o “poder tutelar”. O “poder tutelar”, segundo o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima, é a ação do Estado-nacional sobre populações indígenas, que se realiza como uma “guerra atualizada de conquista” ou uma “guerra de conquista sublimada”. De acordo com as definições do antropólogo:

(...) é uma forma reelaborada de uma guerra, ou, de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamentos possíveis entre um ‘eu’ e um ‘outro’ afastados por uma alteridade (econômica, política, simbólica e espacial) radical, isto é, a conquista, cujos princípios primeiros se repetem - como toda a repetição, de forma diferenciada - a cada pacificação.⁵⁸

A guerra de conquista tem origem no período colonial e é sempre realizada por uma instituição militar e controlada pelo Estado. Neste processo, o produto do conflito pode ser tanto o aniquilamento quanto a assimilação completa. A política indigenista na ditadura seguiu essa tendência, como exposto anteriormente e como defendeu a CNV no relatório final de 2014. Outro aspecto importante da guerra de conquista é a produção do butim, compreendido como o povo conquistado, as suas terras e os recursos naturais, e a necessidade de gerenciá-los. Para gerenciar o butim é criada:

(...) uma dada forma de administração, para gerir a exploração sistemática do butim, e a transmissão de alguns dos elementos culturais e valores principais do invasor, capazes de, por sua presença, definirem o pertencimento dos ocupantes daqueles territórios a uma totalidade social mais inclusiva e com maior dependência funcional entre suas partes, signos e valores cuja introdução / cotidianização / reprodução seria realizada através de instituições concebidas para esse fim.⁵⁹

No entanto, na prática, a materialização e a cotidianização desse poder é o estabelecimento de um “regime tutelar”, que foi a forma como o Estado republicano brasileiro atuou em relação aos povos indígenas até a promulgação da Constituição de 1988. No regime

⁵⁷ Ibid. Cf. THOMPSON, 2001; THOMPSON, Edward P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁵⁸ LIMA, Antônio Carlos Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995, p.43.

⁵⁹ Ibid, p.53.

tutelar, a tutela é baseada na ideia de incapacidade intelectual e civil do “índio”, transformando populações autônomas em subalternas. A constituição do regime tutelar e sua rotinização, historicamente, não se privou do genocídio e da negação de direitos dos povos nativos, bem como atuava sob um “paradoxo ideológico da tutela”⁶⁰. A tutela é uma forma de dominação baseada em princípios de proteção e de repressão, que se alternam ou são conjuntamente acionados⁶¹. Sob esse paradoxo, ao mesmo tempo em que o tutor, a Funai, nesse caso, defendia os interesses indígenas, ele também defendia interesses mais amplos da sociedade não indígena⁶². Essa noção nos parece bastante interessante para pensarmos como o órgão agiu em relação aos Nambiquara entre 1968 e 1975.

Podemos articular o conceito de “regime tutelar”, ou a noção de “guerra atualizada de conquista”, com o de “territorialização”⁶³ de João Pacheco de Oliveira. Na “guerra de conquista” e no estabelecimento de um “regime tutelar”, o Estado, ao promover um controle político e administrativo de grupos indígenas e suas terras, realiza também a “territorialização” dessas populações. Compreender a política indigenista como “guerra atualizada de conquista” não suprime a possibilidade de existir formas de resistência por parte das populações indígenas sob a tutela do Estado, assim como é possível que funcionários da Funai agissem no contrafluxo dessa perspectiva que tendia à assimilação e ao aniquilamento das populações indígenas.

Outra noção importante para compreender a política indigenista da ditadura é “desenvolvimento e segurança”⁶⁴, do cientista político Egon Heck, como binômio que orientou a política indigenista ditatorial, seguindo as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Apesar do debate sobre segurança não ser o centro de interesse e investigação do presente trabalho, a perspectiva de Heck sobre desenvolvimento, que articula o modelo desenvolvimentista ditatorial à política indigenista, é fundamental para as discussões sobre a

⁶⁰ Ver OLIVEIRA, João Pacheco de. O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo / Brasília: Marco Zero/MCT/CNPq, 1988; OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

⁶¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

⁶² OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha Freire (org). A Presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

⁶³ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana. v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

⁶⁴ Cf. HECK, Op.cit. De acordo com o cientista político, desenvolvimento e segurança foram ideias centrais que orientaram a política indigenista na ditadura militar. Progressivamente a Funai foi sendo ocupada por militares nas principais funções do órgão e da montagem do aparato de espionagem a partir do ASI, braço do Serviço Nacional de Informações. Além disso, as ações indigenistas estiveram articuladas aos projetos de desenvolvimento econômico.

produção de certidões negativas e o primeiro processo de remoções dos Wasusu e Alantesu entre 1972 e 1973.

O argumento de João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner de Almeida⁶⁵ sobre “o administrar por crises” da Funai, é importante para essa dissertação, sobretudo nos capítulos 3 e 4, para compreendermos as motivações do segundo processo de remoções, o cotidiano da política indigenista e os debates sobre demarcação de terras para as etnias do Vale do Guaporé. Para os autores, as ações do órgão costumavam ser uma resposta a situações de emergência, sem planejamento ou avaliação profunda sobre os desdobramentos dessas ações.

O objetivo de compreender a “política indigenista”, bem como a “política indígena”, nos termos de Manuela Carneiro da Cunha⁶⁶, me fez perceber a importância de trabalhar os documentos oficiais da Funai, como também documentos produzidos por membros e organizações da sociedade civil. Assim, a escolha metodológica é analisar qualitativamente as fontes primárias, relacionando-as, explorando contradições, e articulando-as à literatura já existente sobre a temática e a trabalhos antropológicos que se debruçaram sobre a vida Nambiquara.

Os documentos consultados consistem, principalmente, em fontes disponíveis em acervos digitais *online*, tais como o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), o Armazém da Memória, sob coordenação do pesquisador Marcelo Zelic, além do acervo do Instituto Socioambiental (ISA). Documentos provenientes diretamente da Funai foram disponibilizados digitalizados, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), pelo Núcleo de Documentação – DPT/Funai e, por e-mail, pelo Serviço de Gestão Documental – Sedoc/Funai e pelo Museu do Índio. Gentilmente, o jornalista Rubens Valente, escritor de *O fuzil e as flechas [...]*, cedeu a documentação que consultou para a feitura do capítulo sobre os Nambiquara, e levantei documentos no arquivo físico do Conselho Indigenista Missionário, em Brasília.

As fontes tratadas aqui são de tipos distintos: ofícios, memorandos e relatórios da Funai, produzidos em diferentes departamentos da fundação, assim como pelo Projeto Nambiquara, decretos, relatórios de missionários da *South American Indian Mission (SAIM)*; textos de denúncias contra a política indigenista da Funai, tais como o folheto da Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas (AEPPA), intitulado *A política de genocídio contra os índios do Brasil* (1976), e o livreto de Carelli e Severiano, com o nome *Mão branca contra o povo cinza*:

⁶⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

⁶⁶ CARNEIRO DA CUNHA, Op.cit.

vamos matar este índio? (1980); gravações em áudios do Conselho Indigenista da Funai (outubro de 1975) e outros.

Foram escolhidos alguns passos metodológicos na realização desta pesquisa. O primeiro foi investigar a política indigenista da ditadura para os Nambiquara e sua relação com os projetos de desenvolvimento econômico, por meio da análise e cruzamento de fontes oficiais, tais como textos legais (ex.: Estatuto do Índio e Constituição de 1967), documentos internos da Funai e de outras instituições e/ou organizações (ex.: relatórios dos postos indígenas e inspetorias, boletins, memorandos, decretos; texto de organizações civis como a AEPPA) e bibliografias pertinentes (ex.: Price, Costa, Davis, Egon Heck, Valente). Em seguida, compreender a territorialidade, cultura e etnicidade das etnias Nambiquara do Vale do Guaporé, interpretando a tese antropológica de David Price e as informações do *Relatório de viagem às áreas indígenas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé* (1981). Por fim, foram analisadas as relações dos Nambiquara do Vale do Guaporé com a Funai e com a sociedade civil não indígena, com foco para a investigação sobre suas estratégias de resistência. Esse último passo foi realizado pelo cruzamento das reflexões obtidas a partir da interpretação das etnografias, da leitura das bibliografias pertinentes e da análise da política indigenista, com documentos oficiais, documentos de organizações civis que mencionavam a forma como eles lidavam com os processos de remoções.

Como é possível populações indígenas agirem, resistirem, negociarem em governos autoritários? Ou melhor, as etnias Nambiquara do Vale do Guaporé resistiram a esses processos de violações? A essas perguntas, poderemos obter respostas diferentes dentro de distintas tradições historiográficas. Trata-se de um espectro que abrange desde uma visão fatalista tradicional⁶⁷ sobre a possibilidade de resistência das populações indígenas, na qual suas ações são apagadas da história; às visões que enfatizam sua agência, possibilidades de resistência, adaptação ou mudanças⁶⁸. A historiografia mais recente sobre a História Indígena vem incorporando para esta discussão novas perspectivas, noções, conceitos e articula-os à necessidade de compreensão da agência desses povos a partir de suas culturas – essas não mais vistas como estáticas, mas sim historicamente construídas – e das relações de poder subjacentes

67 Ver ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: Revisões Historiográficas. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (*online*), v. 37, p. 10.1590/1806-93, 2017; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. Diálogos Latinoamericanos, Dinamarca, v. 3, n.3, p. 87-113, 2001; CARNEIRO DA CUNHA, Op.cit.

68 Cf. BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, revista eletrônica, Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/426>>. Acesso em: 28 ago. 2017, p.48.

ao seu relacionamento com a sociedade não indígena envolvente. É por esse caminho, da investigação sobre formas de agência indígena, que pretendemos seguir no presente trabalho.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. No capítulo 1, apresenta-se um breve histórico de contatos entre os Nambiquara e a sociedade não indígena desde o século XVIII, quando eram chamados de Cabixi, até 1968, no período de ditadura militar (e início do recorte temporal do objeto da dissertação), quando os Nambiquara do Vale do Guaporé passaram a ser mais afetados pela política econômica e indigenista ditatorial. O avanço colonialista sobre seus territórios, com as bandeiras dos séculos XVIII e XIX; a Comissão Rondon e o estabelecimento do Serviço de Proteção aos Índios e da Fundação Nacional do Índio, já no século XX; o relacionamento com os não indígenas; e a passagem de antropólogos por seus territórios são elementos e processos abordados no capítulo. Além disso, os principais aspectos sociais, políticos e culturais dos Nambiquara do Vale do Guaporé serão destacados para, junto às informações sobre o histórico de contatos, servir de subsídios para as discussões sobre resistência e agência histórica dos indígenas nos processos de remoções.

Já no capítulo 2, entramos no problema central da dissertação, que é investigar os processos de remoções e a forma como os Nambiquara do Vale do Guaporé lidaram com eles. Assim, partindo da análise de documentos oficiais e textos produzidos por entidades civis, analisamos de que forma a produção de certidões negativas impactou os grupos do Vale do Guaporé, como se deu o processo de remoção dos Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara, entre 1972 e 1973, e como lidaram com esse processo de expansão das grandes fazendas em seus territórios. A análise da documentação primária, articulada à bibliografia sobre o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura militar para a Amazônia Legal, à bibliografia sobre política indigenista, às etnografias sobre as etnias em estudo, à discussão teórica sobre conceitos e processo sociais, conduziu a reflexão desse estudo acerca da ação indigenista em relação aos Nambiquara, bem como sobre as formas de agência dos diversos grupos indígenas no recorte escolhido.

O capítulo 3 segue o modelo metodológico do capítulo 2. Investiga o processo de remoções dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu no final de 1974 e início de 1975, assim como os desdobramentos que essas novas remoções tiveram para esses indígenas. Também analisa as estratégias de resistência dessas etnias e a realização da política indigenista, investigando o seu cotidiano durante o funcionamento do Projeto Nambiquara em 1975. As reflexões apresentadas no capítulo derivam da articulação da análise de documentos oficiais, como os relatórios do coordenador do Projeto Nambiquara, David Price, e do chefe do posto indígena Sararé, Sílbene de Almeida, à discussão teórica e etnográfica.

Finalizando, o capítulo 4 apresenta os debates do Conselho Indigenista da Funai, de outubro de 1975, sobre a demarcação de terras para os Nambiquara do Vale do Guaporé, no qual a questão das remoções continuou sendo um dos principais problemas abordados. Pretende demonstrar o reconhecimento da Funai sobre a gravidade da situação dos Nambiquara, exemplificado, entre outros problemas, pela questão territorial dos Nambiquara ter sido a pauta principal das reuniões. A atuação da Funai nesse processo é exemplar do que João Pacheco e Alfredo Wagner de Almeida designaram como “administrar por crises” a questão indígena. Além disso, o capítulo discute a heterogeneidade de propostas existentes para lidar com a questão, no âmbito da própria fundação. Analisa e articula os áudios das reuniões do Conselho Indigenista da Funai de outubro de 1975, os relatórios dos antropólogos David Price e Agostinho Silva, articulando-os à abordagem teórica.

Com esse estudo, pretendemos contribuir com a construção do conhecimento histórico acerca da história dos povos indígenas do Brasil durante a ditadura militar, e também com a própria História do Brasil. Compartilhamos a convicção de que a produção historiográfica é de fundamental importância para desconstruir visões estereotipadas, preconceituosas e racistas acerca das populações indígenas, bem como pode contribuir para os próprios indígenas, que podem continuar a reivindicar os seus direitos territoriais, sociais e humanos, e a direcionar o foco de sua agência para seus próprios projetos, podendo contar com visões e interpretações sobre o desenvolvimento histórico brasileiro mais abrangentes, objetivos e honestos sobre a presença dos indígenas na História.

CAPÍTULO 1: De Cabixis a Nambiquara

Neste capítulo temos como objetivo apresentar um breve histórico das relações entre os Nambiquara e a administração colonial, imperial e republicana desde o século XVIII, bem como com a sociedade não indígena. O recorte do capítulo vai do século XVIII, quando aparecem as primeiras menções sobre eles, chamados de “Cabixis”, a 1968, no período de ditadura militar, quando a política indigenista e econômica começou a atingir mais fortemente os grupos do Vale do Guaporé, o foco desta pesquisa. O avanço do Estado colonial e depois brasileiro sobre os Nambiquara com bandeiras, nos séculos XVIII e XIX, a Comissão Rondon, o estabelecimento do Serviço de Proteção aos Índios e da Fundação Nacional do Índio, no século XX, o relacionamento com quilombolas, regionais, missionários e a passagem de antropólogos por seus territórios serão abordados no capítulo. Além disso, os principais aspectos sociais, políticos e culturais dos Nambiquara do Vale do Guaporé serão destacados. A apresentação dos assuntos mencionados será realizada a partir da literatura já existente sobre os Nambiquara, e tem como intuito situar o histórico de contato desse povo e servir de base para as discussões dos próximos capítulos, em que será tratado o problema central desta pesquisa.

1.1 Histórico de contatos entre os Cabixi/Nambiquara e a sociedade não indígena do século XVIII ao XX:

Os Nambiquara foram desde o século XVIII genericamente denominados com diversos termos, principalmente pelo nome “Cabixis”, empregado pelos regionais, e foi a partir do século XX, com a Comissão Rondon, que o nome Nambiquara se popularizou. Muitos dos nomes étnicos, incluindo o etnônimo “Nambiquara”, não foram definidos pelos próprios grupos, mas por outras etnias e não indígenas. Esses grupos, no geral, se autodesignam de *ánúsú*, “gente”⁶⁹.

Os Nambiquara, como foram designados os grupos étnicos falantes de uma mesma família linguística, a Nambiquara, vivem tradicionalmente na região da Chapada dos Parecis, Vale do Guaporé e Serra do Norte, nos estados de Mato Grosso e Rondônia. Dividem-se em diferentes grupos, denominados: Mamaindê, Negarotê e Manduca (Serra do Norte); Wakalitesu, Halotesu, Kithaulhu, Sawentesu (Chapada dos Parecis); Aikkutesu, Nantesu, Qalisattesu,

⁶⁹ PRICE, Op.cit.

Yxotxusu, Elahitxansu, Alantesu, Alakatesu, Waikisu, Waikatesu, Hahaintesu, Wasusu e Katitaulhu (Vale do Guaporé)⁷⁰.

Os indígenas que viviam na região tradicionalmente ocupada pelos Nambiquara, ao longo dos séculos, foram denominados de diversas formas. Havia também uma confusão sobre o uso do próprio nome “Nambiquara” pelos regionais e por outros grupos indígenas para designar etnias daquela região. De acordo com Anna Maria Costa:

Camararés, Cavihís, Cabixis, Cabixi-u-a-jurury, Beiços de Paus, Maimbarés, Nenê, Orelhudo, Tamarés, Tamararé, Tagnani, Tapanhunus, Uaikoákorê e Uaintaçu, entre tantos outros, consiste em uma multiplicidade de nomes encontrados na documentação do final do século XVIII até meados do XX e atribuídos aos índios hoje conhecidos por Nambiquara⁷¹.

No século XIX, os Nambiquara e seus vizinhos, os Paresí, eram denominados também como “Cabixi bravos” e “Cabixi mansos”, respectivamente⁷². Além disso, havia uma distinção entre os Cabixi, nome recorrentemente utilizado para indígenas daquela região, e os Nambiquara, como apresentado em registros de 1843 e 1848. Em 1843, o Frei José Maria de Macerata, ao descrever diversas etnias que compunham as nações de índios que viviam na Província do Mato Grosso, distinguiu os Cabixi-Ajururi dos Nambiquara. O primeiro grupo estava estabelecido nas cabeceiras dos rios Guaporé, Sararé e Galera (área que, no recorte temporal do presente trabalho, era ocupada pelos chamados “Nambiquara do Vale do Guaporé”, e onde ainda vivem); o segundo, Ajururi, viviam nas cabeceiras do Jamaré e Tabyna; enquanto os identificados pelo nome “Nambiquara”, naquele momento, viviam na região do rio S. João da Barra, e eram considerados antropofágicos e valentes⁷³.

Esse tipo de distinção também pode ser encontrada no relatório de 1848, de Joaquim Alves Ferreira, Diretor Geral dos Índios de Mato Grosso, que lista 30 etnias existentes na província, entre elas as duas mencionadas acima:

Cabixis. Nação bastante numerosa, que habita em diversos alojamentos dos campos dos Parecis a Noroeste do Arraial de S. Vicente em 15 á 20 leguas de distancia até

⁷⁰ Cf. MELATTI, Júlio César “Alto Juruena” in: Melatti, Júlio César. Áreas etnográficas da América Indígena, 2011. Disponível em: < <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/c3juruena.pdf> > Acesso em: 10 jan. 2019. Melatti também apresenta outras etnias, com base nos dados do Instituto Socioambiental (ISA): Erihitaunsu, Idalamare, Ilaklore, Kalunhwasu, Qualitsu, Sayulikisu, Uaihlatisu e Hoskokosu; Costa, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. Senhores da Memória: História e universo dos Nambiquara do Cerrado (1942-1968) Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UFMT, 2002. De acordo com Anna Maria Costa, viviam anteriormente na região da Serra do Norte os Sabanê, Txawenté, Txawanté, Yalakunté, Yalakaloré e os Latundê.

⁷¹ COSTA, Op.cit., p.58.

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid.

hoje indomita, sempre manifestou disposição hostil para conosco. Os nossos arraiais e moradores do districto de Mato Grosso muitas vezes forão assaltados por esses Índios, que annualmente repetem as suas correrias, matando e roubando e incendiando as bandeiras, que de vez em quando se expedem contra elles.

Nambiquaras. Conhece-se huma horda de huns 600 desses selvagens que habitão as vizinhanças da confluencia do rio do Peixe com o Arinos. Sustentão-se da caça, da pesca, e de alguns fructos da terra, que cultivão com instrumentos de páo e pedra. Vivem em estado habitual de guerra com os outros Índios, e particularmente com os Apiacás, a quem fazem todo o mal que pódem. Fogem de ter relações conosco, e costumão fazer embuscadas para atacar as nossas canôas que se empregão na navegação da Villa de Diamantino para o Pará (...) de muito das nossas arnas, e não oppõem resistencia aberta⁷⁴.

Sobre o nome Cabixi, um dos membros da Comissão Rondon, o indígena Paresí Toloiri, apresentou uma versão sobre o uso do termo:

Afirmou-nos Tôlôiri que a sua gente é Cozárini, erradamente chamada – Cabixi; que o nome Cabixi era antigamente dado pela população de Vila-Bela aos índios que os Parici denominam de Uáicoacôrê e que a gente de Diamantino e Cáceres chamam – Nambiquara. Êste povo habita o vale do Juruena, desde suas cabeceiras dos rios Sararé e Galéra, afluentes do Guaporé⁷⁵.

O nome Uaikoákôrê, “aquele que dorme no chão”, era também utilizado pelos Paresí para se referir aos Nambiquara, que moravam na margem direita do rio Guaporé e afluentes do Galera e Sararé. Teriam sido também os Paresí que influenciaram Rondon no uso do nome Nambiquara para designar os seus vizinhos, informando que eles não eram os Beiços-de-Pau⁷⁶.

Sobre a utilização do nome Nambiquara, David Price explica que “Nambiquara” era um nome empregado inicialmente aos Beiço-de-Pau pelos regionais, enquanto Cabixi se referia aos grupos que hoje são conhecidos como Nambiquara. Para ele, foram os Paresí que apresentaram à Comissão o nome Nambiquara, se referindo aos seus vizinhos e inimigos, nome esse que se popularizou com a Comissão Rondon, empregado para aqueles que antes eram chamados de Cabixi:

A coincidental outcome of Rondon’s exploration was the christening of the tribe with the name “Nambiquara”. This term, wich means ‘ear hole’ in the Tupi language, had previously been used for the tribe lately know as the Beiço de Pau (Lévi-Strauss 1946). However, Rondon used Pareci guides, who apparently thought the term simply meant ‘enemy’, and used it, when speaking Portuguese, to refer to their westerly neighbors. If, instead, he had employed as guides the people of Villa Bela, it is

⁷⁴ FERREIRA, Joaquim Alves. Relatório apresentado ao ministerio do imperio pelo diretor geral dos Índios da provincia de Matogrosso Joaquim Alves Ferreira em 1848. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico, 1848.p. 14. apud COSTA, 2002, p.59.

⁷⁵ RONDON, Candido Mariano da Silva. História Natural. Publicação n. 2. Comissão de linhas telegráficas estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas (“Comissão Rondon”). 2. ed. Anexo n. 5, Etnografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Protecção aos Índios, Ministério da Agricultura / Imprensa Nacional, 1947.p. 11 apud COSTA, 2002, p.60

⁷⁶ COSTA, Op.cit.

probable that the Cabixi would still be know as “Cabixi”, and the Beijo de Pau would still be know as “Nambiquara”. However, **Rondon chose to follow the usage of the Pareci, and the numerous publications of the Rondon Comission made the name “Nambiquara” canonical for the tribe that had been called “Cabixi” for 150 years.**⁷⁷ (grifo nosso)

Segundo Costa, Rondon indicou que os Nambiquara eram os mesmos indígenas que os moradores de Vila Bela chamavam de “Cabixi”, bem como eram idênticos os arcos e flechas e outros artefatos dos Cabixi e Nambiquara⁷⁸.

Roquette-Pinto, em “Rondônia”, afirma que os “verdadeiros Kabixi” eram os indígenas da Serra do Norte, que desciam pelo Vale do Guaporé, informando ainda que a origem do nome Nambiquara é Tupi-Guarani, que significa “orelha furada”. Foram denominados “Nambikuáras” pelos regionais e por “índios civilizados” vizinhos⁷⁹.

Diversas etnias com diferentes características culturais e identitárias, embora falantes de uma mesma família linguística, foram desde a Comissão Rondon genericamente arroladas como Nambiquara. Por quase todo o século XX, grupos do Vale do Guaporé, Serra do Norte e Chapada dos Parecis eram assim chamados. A partir da década de 1970, de acordo com Anna Maria Costa, eles começaram a ser reconhecidos pelas suas autodenominações⁸⁰.

A relação entre os Nambiquara e a sociedade não indígena ocorreu ao longo dos séculos de forma processual e conflituosa. A desigualdade dos contatos entre os grupos chamados de Nambiquara e a sociedade não indígena contribuiu para que tenhamos poucas informações a respeito das etnias do Vale do Guaporé, que são o objeto de estudo deste trabalho. Grande parte dos registros de viajantes, agentes coloniais e trabalhos antropológicos foram feitos sobre os grupos que viviam na Chapada dos Parecis, Cerrado, e na Serra do Norte. Até a ditadura militar, as etnias do vale eram consideradas isoladas pelo Estado brasileiro. Aparentemente não há, até esse período, registros oficiais e trabalhos antropológicos sobre eles. No entanto, nos registros coloniais é mencionada a presença de indígenas nessa região banhada pelos rios Guaporé, Sararé, Galera e seus afluentes.

⁷⁷ PRICE, 1972, p.31. “Um resultado coincidente da exploração de Rondon foi o batizado da tribo com o nome “Nambiquara”. Este termo, que significa “orelha furada” na língua tupi, já havia sido usado anteriormente para a tribo conhecida como Beijo de Pau (Lévi-Strauss, 1946). No entanto, Rondon usou guias Pareci, que aparentemente pensavam que o termo significava simplesmente “inimigo”, e o usavam, quando falavam português, para se referirem a seus vizinhos do oeste. Se, em vez disso, ele empregou como guia o povo de Villa Bela, é provável que o Cabixi ainda seja conhecido como “Cabixi”, e o Beijo de Pau ainda seja conhecido como “Nambiquara”. No entanto, Rondon optou por seguir o uso dos Pareci, e as inúmeras publicações da Comissão Rondon tornaram o nome “Nambiquara” canônico para a tribo que era chamada de “Cabixi” por 150 anos”.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Rondônia. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro vol. XX Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p.7. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:roquette-pinto-1917-rondonia>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁸⁰ COSTA, Op.cit..

Segundo o antropólogo David Price, os primeiros registros sobre a presença de grupos dos quais os Nambiquara seriam remanescentes são do século XVIII. Desde o início desse século, com as bandeiras de aprisionamento de escravos que partiam de São Paulo, e com a “corrida do ouro”, em 1737, na Chapada de São Francisco Xavier, os Nambiquara foram atingidos esporadicamente pelo avanço da sociedade colonial ao noroeste do Mato Grosso. Em 1746, rumores da existência de ouro no rio Arinos causaram o êxodo de pessoas para aquela região, que constataram a existência pouco significativa do ouro. Apesar disso, aquele território tradicionalmente ocupado pelos Nambiquara era objeto de uma lenda sobre minas perdidas de Urucumacum, como afirma Price, citando João Severiano de Fonseca (1881):

Even today, local Brazilians speak of the fabulous wealth of these mines which are supposed to exist “at the place where Serra do Norte intersects with Serra dos Pareci, near the origins of the Jamari [Machado], Galera, and Camararé⁸¹.

No entanto, a exploração do território Nambiquara e os primeiros registros dos contatos entre eles e a sociedade colonial foram documentados apenas a partir de 1770. O aumento dessa exploração ocorreu após 1769, com a chegada à Vila Bela, capital da província do Mato Grosso, do capitão geral Luiz Pinto de Sousa Coutinho, que promoveu expedições pela busca do ouro e para assentar indígenas nas margens do rio Guaporé⁸².

Naquele mesmo ano, saiu do Forte Bragança, que ligava Vila Bela à América Espanhola, pelo rio Guaporé, uma expedição que encontrou indígenas chamados de “Cautarios” próximos à cabeceira do rio São Domingo, além de outros, chamados de “Lambis” na cabeceira do rio São Simão Pequeno, “Crutrias” e “Patitis” na cabeceira do rio Colorado, “Cabixis” entre o alto Rio Cabixi, Rio Iquê e Juína, e Pareci no alto Juruena⁸³.

Segundo Price, os “Cabixis” foram encontrados ao norte do que era então o território Nambiquara. Para ele, provavelmente eram de fato um “bando” desse grupo linguístico, conforme os Sabanê o haviam informado. Os Cabixis foram capturados por membros da expedição, utilizados como guias e depois liberados. Ainda outros dois grupos foram vistos pela expedição: os *Tamarés* e *Guatitérés*⁸⁴.

Cabixis, Tamarés e Guatitérés, para o antropólogo, eram provavelmente grupos dos quais os Nambiquara são remanescentes. Além de ocuparem a mesma área que os Nambiquara

⁸¹ FONSECA, João Severiano de. *Viagem ao redor do Brasil: 1875-1878*. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro and c.1881p.67 apud PRICE, Op.cit, p.3. “Ainda hoje, os brasileiros locais falam da riqueza fabulosa dessas minas que deveriam existir “no local onde a Serra do Norte se cruza com a Serra dos Pareci, próximo das origens dos Jamari [Machado], Galera e Camararé” (tradução nossa).

⁸² Ibid.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Ibid.

ocupavam no período de escrita de Price, final da década de 1970, segundo os registros coloniais, eles não usavam roupas e dormiam direto no chão nu. Essas eram algumas das características atribuídas aos Nambiquara em diversos registros. Outro ponto era o fato do termo *Guaritéré* parecer ser uma transcrição em português para o nome *wálêteré*, com o qual os Nambiquara do Norte se referiam aos falantes da língua Nambiquara do Sul⁸⁵. Assim, Price concluiu:

Thus, by 1770, the Nambiquara had clearly come into contact with the Portuguese, who apparently knew them well enough to distinguish between three groups with basic cultural differences. Subsequently, however, these distinctions were forgotten, and all of the Nambiquara were generally referred to indiscriminately as Cabixi⁸⁶.

Há menções no final do século XVIII, em 1797, feitas pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, a indígenas que viviam no território tradicional Nambiquara, naquele período ainda chamados de Cabixis:

Nas montanhas, serras, matos, e campos dos Parecis vivem muitas nações de Índios ainda não domados, de que os mais próximos a nós e conhecidos são os seguintes: - Cabixis, nação que transita os Campos dos Parecis, **vivem nas cabeceiras e matos dos Rios Guaporé, Sararé, Galera, Piolho, e Branco**, entre os quaes se occultam muitos escravos fugidos. (SERRA, 1797, p. 30; 1884, p. 195)⁸⁷. (grifo nosso)

Foi também registrado por Antonio Pires de Campos, no século XVIII, os nomes Nhambiquara para designar os indígenas daquela região, além de Cabixis e Cahivis⁸⁸. Segundo Anna Maria Costa, antes mesmo da criação de Vila Bela existiam vilarejos produtores de minério que sofriam constantes ataques dos Nambiquara e Cabixi: Pilar, São Francisco Xavier da Chapada (1736), São Vicente⁴⁵ e Santa Anna (1754). A presença de moradores na região dos rios Galera e Guaporé, ocupados tradicionalmente pelos Nambiquara, se tornou consolidada⁸⁹.

Com a maior presença de não indígenas e com o avanço da administração colonial naquela região, a relação entre os Nambiquara e aqueles foi marcada pelas hostilidades. Tentativas de aldeamentos também foram realizadas no final do século pela administração colonial⁹⁰.

⁸⁵Ibid.

⁸⁶ Ibid., p.8. “Assim, em 1770, os Nambiquara tinham claramente entrado em contato com os portugueses, que aparentemente os conheciam suficientemente bem para distinguir entre três grupos com diferenças culturais básicas. Posteriormente, porém, essas distinções foram esquecidas, e todos os Nambiquara foram geralmente referidos indiscriminadamente como Cabixi” (tradução nossa).

⁸⁷ COSTA, Op. cit., p.36.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ PRICE, Op. cit.

Em 1781, foi criado um aldeamento no vale do rio Sararé, ao sul do território Nambiquara, onde foram estabelecidos 56 indígenas, entre “Pareci”, “Maimbaré” e “Cabixi”, sob a direção de Bernardo Cardoso. Dois anos depois, como reação aos desmandos do diretor, os indígenas queimaram o aldeamento:

Pouco durou por causa dos abusos e despotismo desse director. Eis como acabou-se: em fins de maior de 1783, vindo do matto um índio com uma nova mulher, irmã da que já possuía, Bernardo os descasou, tomando a noiva para si e dando em troca ao índio uma mulher com quem estava. Indignados os índios com tal despotismo incendiaram a aldeia, e mataram o diretor e todos os brancos aldeados, em número de sete⁹¹.

Segundo Price, depois desse aldeamento, não há informações sobre qualquer outro destinado aos Cabixi que tenha sido bem-sucedido⁹².

Apesar disso, expedições que buscavam escravizados fugidos das minas de ouro teriam afetado também aquele grupo. Na segunda metade do século XVIII, foram formados quilombos no território Cabixi, na região do Vale do Guaporé. Essas comunidades, formadas de escravizados fugidos de minas de ouro, também eram compostas de indígenas, possivelmente Cabixis⁹³.

Em 1770, foi mandada uma expedição para reprimir um desses quilombos nas “pradarias do Rio Galera”, às margens do rio Piolho, comandado por uma “rainha” e que possuía 79 negros e 30 indígenas. O quilombo de Quartirerê, como era chamado, foi destruído. A rainha se matou no caminho para Vila Bela de Santíssima Trindade, capital da capitania do Mato Grosso, enquanto alguns permaneceram escondidos na floresta, até se estabelecerem, posteriormente, nas cercanias daquela cidade⁹⁴.

Novamente, em 1795, outra bandeira para buscar escravizados fugidos, bem como buscar minas de ouro, foi realizada. A expedição encomendada pelo capitão geral do Mato Grosso, João Albuquerque Pereira de Mello e Cáceres, e chefiada por Alferes Francisco Pedro de Mello, partiu de Vila Bela, passando pelo rio Guaporé, rio Cabixi e Pardo e rio Piolho, onde encontraram novamente um quilombo composto de negros e indígenas, remanescentes de 1770. Os quilombolas foram capturados: seis negros, 27 índios e 21 mestiços chamados de “Caborés” foram levados para Vila Bela, deixando perplexo o capitão geral pela composição do grupo. Muitos dos negros quilombolas remanescentes de 1770 morreram em guerras contra os Cabixis,

⁹¹ FONSECA, Op. cit., p.156 apud PRICE, Op. cit., p.8-9.

⁹² Ibid.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Ibid.; COSTA, Op. cit.

em tentativas de raptarem as mulheres indígenas para terem filhos mestiços, os chamados “Caborés”⁹⁵.

O capitão geral enviou de volta ao antigo quilombo os indígenas e Caborés capturados, mas antes foram realizados batismos, nos quais ele mesmo apadrinhou alguns dos quilombolas:

As soon as these people arrived in Vila Bela, Your Excellency saw that all the Caborés and Indians who had attained their majority knew something of Christian doctrine, which they had learned from the Negroes; ... all spoke Portuguese with the same intelligence as the blacks from whom they had learned; and as all were ready to receive baptism, ... [this] function was celebrated on October 6, all the minors and some of the adults who were better instructed in Religion receiving this sacrament⁹⁶.

Ao retornarem ao antigo quilombo, ele foi rebatizado pelo capitão geral como “Aldeia Carlota”, em homenagem à princesa portuguesa. Teria sido combinado que os antigos quilombolas conquistariam para a capitania a amizade dos Cabixis, além de comercializarem com os regionais e levar mostras de ouro⁹⁷, o que indica que a relação entre eles e aqueles indígenas não ocorriam apenas por conflitos.

Dessa forma, para David Price, as primeiras relações dos Nambiquara com os “civilizados” teriam sido com os negros quilombolas fugidos da escravização nas minas de ouro da região. Essa era uma das versões sobre os primeiros contatos entre os Nambiquara e não indígenas naquela região, que conta que os primeiros brasileiros conhecidos por esses indígenas foram os negros que raptavam as mulheres do grupo para casarem-se. Outra história diz respeito a uma batalha dos Nambiquara com um inimigo que vivia no Vale do Guaporé, “criado entre os civilizados”, mas Price não oferece maiores explicações.

Um dos efeitos dessa relação entre os Nambiquara e os quilombolas teria sido a incorporação de novos cultivos pelos indígenas. Para o antropólogo, o indício dessa influência se justificaria na não menção desses cultivos no mito que descreve a origem da agricultura⁹⁸, a exemplo da banana, batata-doce, algodão, mandioca doce e amendoim⁹⁹.

⁹⁵ MELLO, 1795 apud PRICE .

⁹⁶ Ibid., p.14. “Logo que esta gente chegou a Villa Bella, vendo sua Excellencia que todos os Caborés e Indios de maior idade sabiam alguma doutrina Christã que aprenderam com os negros, e que instruíram suficientemente e com gosto nesta Capital onde se lhe acabou de ensinar, e ainda alguns Indios adultos, pois todos falavam Portuguez com a mesma intelligência dos pretos de que aprenderam; e como todos estavam promptos para receber o baptismo foi pessoalmente assestir a este sacramento, sendo padrinho d’alguns, assim como d’outros as principaes pessoas desta Villa, cuja função se celebrou no dia 6 d’Outubro, recebendo este sacramento todos os de menor idade e alguns maiores que estavam mais instruídos na Religião”.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Segundo Price, eles diziam que a batata-doce foi adquirida dos Mamaindê e as bananas do Negarotê e que amendoim, algodão e mandioca doce foram fornecidos pelos brasileiros.

⁹⁹ Ibid.

No século XIX, a produtividade nas minas de Vila Bela e na sua cercania entrou em decadência, e a capital da província foi mudada para Cuiabá em 1820. Cidades e vilas foram desaparecendo. Sobre a decadência daquela região, Francis de Castelnau afirmou que um dos motivos para isso foram os contínuos ataques dos “Cabixis” e “Parecis” aos regionais. Além disso, houve também a influência da resistência quilombola no processo de decadência, como apresentado no registro de Joseh Barboza de Sá, citado por Anna Maria Costa:

[...] Vendo eu que além da decadência actual das minas de Matto Grosso, experimentam os mineiros, e mais moradores desta capitania a perda, e danno da fuga de muitos escravos que tranquilamente existiam aquilombados na escarpa extensa a Serra dos Parecis, derramados pelos terrenos de que nascem os rios Piolho, Galera, Sararé, Pindaituba e outros, segundo huma constante notícia. [...] E repetidas fugas de muitos escravos que hiam aquilombar nas vizinhanças do Guaporé, eram objectos que exigiam o prontissimo remédio da formação de huma Bandeira que explorasse aquelles certões. [...] E certificando o Commandante a mais pessoal d’aquella Bandeira, da bondade e grande produção das terras, sitas aonde se achou o quilombo do Piolho e seus contornos, **habitados na maior parte pelos índios.** (grifo nosso)¹⁰⁰.

Com a decadência da mineração, na segunda metade do século XIX, a população de Vila Bela e da vizinhança passou a explorar significativamente a poaia no Vale do Guaporé para a produção farmacêutica, bem como a extração de madeira, peles e animais silvestres no território tradicional dos Cabixi¹⁰¹. A exploração da planta aumentou a invasão ao território indígena, intensificando os contatos e os conflitos entre os Cabixi e os regionais¹⁰². No entanto, a resistência dos indígenas à presença de não indígenas e à exploração de seu território fica expressa no escrito de Moutinho (1869):

[...] esta cidade no rápido decrecer em que vae, está sujeita a um ataque d’esses índios, cujos depredações tem mostrado a coragem e a audácia que possuem.
 [...] A grande ponte do Guaporé, na estrada que vae de Villa Maria aquela cidade, obra de muito merecimento e necessidade n’aquelle lugar, e que tinha 180 palmas de comprimento e 14 de largura, construída com madeiras muitas boas, foi incendiada pelos Cabixis há poucos anos.
 [...] Mato-Grosso vas definhando a olhos visto, e os cabixis indomitos e malfazejos como estão, conservando rancor à sociedade desde os tempos que os primeiros povoadores d’esses ermos os baterão, podem causar gravíssimos damnos à população que, continuando como vas, dentro em pouco não terá forças para se defender d’essa horda imensa e poderosa.¹⁰³

Segundo Anna Maria Costa, nesse período houve tentativas de sedentarizar e confinar os Nambiquara. Assim, foi fundada em 1852, entre os rios Sararé e Galera, a aldeia Santa Ignez

¹⁰⁰ COSTA, Op. cit., p.37-8 apud BARBOZA, 1975, p. 17

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² PRICE, Op. cit.

¹⁰³ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a província de Matto Grosso. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869, p.143-5 apud PRICE, Op.cit., p.20.

povoada pelos Guaraio, mas que tinha como objetivo também atrair os Nambiquara. No entanto, o aldeamento deles não obteve sucesso. Esse século foi marcado por conflitos entre os Nambiquara (Cabixis) e os regionais, bem como por expedições punitivas organizadas pelo governo da província¹⁰⁴.

No início do século XX, já no período republicano, o território ocupado pelos Nambiquara se tornou objeto das preocupações geopolíticas e econômicas do Estado, e foi nesse período que o nome “Nambiquara” começou a se popularizar para se referir aos indígenas que antes eram chamados de “Cabixis”. Sobre esse contexto, marcado pela passagem da Comissão das Linhas de Telégrafo, ou Comissão Rondon, naquele território, a historiadora Anna Maria Costa afirma:

A política de colonização no final do século XIX demonstrou sua preocupação em relação aos espaços pouco povoados e, através da legislação que concedia terras devolutas, atraiu migrantes para a região (Lei Nº 102, de 10.07.1895). Começaram a surgir referências mais seguras sobre aqueles *espaços vazios*, entre elas, a presença dos índios Nambiquara, bem como de outros povos indígenas. Dentre as medidas para efetuar o povoamento e expandir a fronteira agrícola de Mato Grosso, Cândido Mariano da Silva Rondon foi encarregado pelo governo federal de ligar a capital aos territórios do Amazonas, Acre, Alto Purús e Alto Juruá. A ligação do Estado de Mato Grosso ao do Amazonas, através da linha de telégrafo que cruzou o grande divisor as águas das bacias platina e amazônica, teve como meta a expansão nacional, a proteção das fronteiras, a ocupação do Centro-Oeste, bem como a integração dos índios à sociedade nacional. **Por onde a Comissão das Linhas de Telégrafo passou, apesar da enorme dificuldade em transitar tais regiões, os grupos lá localizados foram, em quase sua totalidade, dizimados**¹⁰⁵. (grifo nosso)

A Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas iniciou a travessia ao território Nambiquara em 1907, concluindo apenas em 1909. A função da comissão chefiada por Cândido Rondon, designado pelo presidente da república Afonso Pena, era construir uma linha telegráfica entre Cuiabá e Porto Velho, pelo “desconhecido” norte do Mato Grosso e território do Guaporé, atual Rondônia¹⁰⁶.

Segundo o antropólogo José Mauro Gagliardi, as comissões construtoras de telégrafos, como a Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia (1889-1892), a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1890-1892) e a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), assim como a Comissão Rondon, foram criadas em um contexto em que o Estado pretendia controlar territórios

¹⁰⁴ PRICE, Op.cit.; COSTA, Op. cit.

¹⁰⁵ COSTA, Op.cit, p.41.

¹⁰⁶ PRICE, Op.cit; Ver também: GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a República. São Paulo: HUCITEC, 1989; LIMA, Antonio Carlos Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995; RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. O desenvolvimento e os índios no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

considerados pouco habitados e abri-los à exploração econômica e ao povoamento. Elas eram a realização, principalmente, das intenções já existentes desde a Guerra do Paraguai, em ligar as comunicações do centro político brasileiro, no Rio de Janeiro, às regiões de fronteira com Paraguai e Bolívia, como fator de segurança nacional¹⁰⁷.

De acordo com Mércio Pereira Gomes, com o avanço das comissões no interior do território brasileiro, logo os seus membros entraram em contato com populações indígenas autônomas, chamadas de “isoladas”, das quais muitas eram hostis à invasão de seus territórios. Além da notícia de existência de grupos “isolados”, os jornais publicavam informações sobre a resistência dessas populações à penetração das frentes de expansão em seus territórios¹⁰⁸.

Nos contatos com os indígenas considerados “isolados”, se destacou o capitão Cândido Mariano Rondon, patenteado em 1955 como marechal, criador do lema que deveria servir como insígnia e ideal da política indigenista: “*Morrer, se necessário for; matar nunca*”. Rondon foi, inicialmente, auxiliar na Comissão de Cuiabá ao Araguaia e, posteriormente, líder da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas que, em razão de seu protagonismo, ficou conhecida como “Comissão Rondon”¹⁰⁹.

O primeiro contato da Comissão Rondon com os Nambiquara ocorreu em 22 de outubro de 1907, na região do rio Juruena, onde foram surpreendidos por um ataque dos indígenas. Segue a narrativa de Rondon sobre o encontro entre os grupos, marcada por um discurso de heroísmo:

Não fizéramos um kilometro; o nosso pensamento vagueava entre as dificuldades vencidas e a satisfação do triumpho; entre as agruras sofridas e a alegria da volta com o dever cumprido.

Um sopro perpassa-nos pelo rosto; pareceu-me um passaro que me cruzasse, rapido, o caminho; e o acompanhei à direita, para esbarrar com a vista na choupa, ainda vibrante, d’uma flecha, cuja ponta mergulharia no sólo arenoso, errado o alvo.

A compreensão súbita do que se passava me desalojou da sella, para atravessar o animal e preparar a defesa, á que fui levado instinctivamente; isto foi n’um pulo. Já no capacete, ánuca, viera rocegar a penna d’outra flexa e próximo, á doze passos, dous Nhambiquaras retesavam os seus arcos, inclinados para mim. Pareceu-me sentir o seu olhar tão duro como as pontas das flechas que elles pretendiam cravar-me.

A’esse tempo lhes dava resposta, á um e á outro. Tudo n’um relance tão fugaz, que dos demais meus companheiros nenhum se apercebeu do que se passava, senão depois. Domingos fora alvejado por duas flechas, eu por três-a terceira viéra se quebrar de encontro a minha arma, no momento em que a desfechei sobre o selvagem da esquerda, o que me alvejou no peito.

¹⁰⁷ GAGLIARDI, Op.cit.

¹⁰⁸ GOMES, Mércio Pereira. Por que sou rondoniano. Estudos avançados, São Paulo, vol. 23, n 65, p.173-191, 2009.

¹⁰⁹ Ibid. De acordo ainda com o autor, Rondon nasceu no Mato Grosso, descendente de indígenas, e começou sua carreira na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde conheceu o positivismo. Inicialmente, fez parte da Comissão de linhas telegráficas sob o comando do coronel Gomes Carneiro; posteriormente passou a liderar o estabelecimento de linhas telegráficas pelo país.

Não sei por que acaso encontrou ella um pequeno furo no couro da bandoleira; onde engastou-se, senão ter-me-ia fatalmente morto.

Mais me custou, passada a suspreza que foi enorme, conter meus companheiros. Quizeram precipitar-se, perseguindo os índios. Os dous em que atirei, eu os via abaixarem-se e desaparecerem no cerrado. Os cães sahiram-lhe no encaço. Em pouco, ouvimos os uivos de um; fôra atingido por qualquer flechada, d'ahi eu conclui que a guerrilha tinha uma segunda linha, naturalmente reforçada, que nos deveria conduzir ao desbarato, o que foi confirmado pelo Uazacuriri-gassú que bateu o cerrado em derredor, dizendo que havia quatro índios na segunda linha, e maior numero na terceira.

Organizei, desde logo, a retirada, embora contra a vontade dos meus companheiros, fazendo-lhes sentir que a nossa missão estava terminada. Não viemos conquistar índios, mas sim trazer até o Juruena o Reconhecimento indispensável à nossa construção – e isso estava feito. Insistir, pois, na marcha, para simplesmente fazer-lhes conhecer o rio, seria agravar a nossa situação e provocar, fatalmente a guerra que á todo transe devíamos evitar. Antes de tudo por dever de humanidade e depois em consideração ao próprio serviço que áquelles sertões nos levava, éra-nos vedado abrir lutas. **A nossa principal preocupação dever ser, systematicamente, o estabelecimento das melhores relações com os habitantes do território que invadimos.**

Em uma palavra – **só pela paz e jamais pela guerra** deveremos penetrar pelos sertões. (grifo nosso)¹¹⁰

Rondon se reconhecia, nessa passagem, como um invasor do território indígena, e certamente assim deve ter sido identificado pelos Nambiquara. Quando a comissão chegou ao território os Nambiquara eram considerados índios arredios e isolados, mas isso não correspondia à realidade. Eles já estavam em contato desde pelo menos o século XVIII com os não indígenas e mesmo no século XX¹¹¹.

Como reconhecia o próprio Rondon, no início daquele século eles haviam estado em contato com seringueiros antes de sua chegada. Exemplos desses contatos foram a passagem de um seringueiro em 1905, de nome Totósinho de Figueiredo, no Juruena, e de um ataque, em 1907, realizado por uma expedição liderada por Pedro Vigner, também seringueiro, no Vale do Uátiauíná¹¹².

Conforme destaca Antonio Carlos de Souza Lima, em discussão sobre os processos de pacificação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) criado em 1910, muitos povos indígenas que eram tratados como isolados, na verdade tinham um longo relacionamento com a administração portuguesa e/ou brasileira, e com diversos grupos não indígenas. Assim, a “pacificação” que a Comissão Rondon pretendia realizar dos indígenas que encontravam e, posteriormente, o foco da ação institucional do SPILTN, não necessariamente inaugurava contatos ou uma forma de relacionamento pacífico

¹¹⁰ RONDON, Cândido Mariano da Silva. Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telégraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento de Guerra. V.1, Publ. 1 [1909], p.58.

¹¹¹ PRICE, Op.cit.

¹¹² Ibid.

entre indígenas e não indígenas¹¹³. Esse foi o caso dos Nambiquara que já tinham um longo histórico de contatos que oscilava entre conflitos e relações pacíficas com os não indígenas da região.

Apenas em 1909, a Comissão Rondon conseguiu estabelecer contatos pacíficos com os Nambiquara. Entre 1907 e 1909, os indígenas fugiam da comissão, evitando o contato, o que levou Rondon e seus companheiros a encontrarem diversas aldeias recentemente abandonadas. Sobre a hesitação dos indígenas em permitir maiores contatos, Rondon afirmou:

Elles nos evitavam; não nos permitiam uma conferencia, em virtude da desconfiança natural que os animava contra os primeiros invasores das suas terras e profanadores dos seus lares. Quiçá nos odiavam também, porque, segundo a sua civilização, nós éramos todos membros dessa tribu guerreira que tantas desgraças já lhes tinha causado, desde tempos immemoriaes¹¹⁴.

Após diversas tentativas de Rondon e sua equipe entrarem nas aldeias Nambiquara e se reunirem com seus habitantes, foi Julio Caetano Horta Barbosa, militar membro da comissão, que estabeleceu o primeiro contato pacífico da comissão com os Nambiquara, na aldeia conhecida como “Aldeia 20 de setembro”. No ano seguinte, outro contato amistoso foi realizado na aldeia de Campos Novos, no Cerrado, por outro membro da comissão, Severiano d’Albuquerque, que encontrou o chefe e trocou presentes¹¹⁵.

O que se seguiu, a partir de então, foi uma tentativa do Estado brasileiro de controlar os Nambiquara e seus territórios, por meio de aberturas de postos indígenas e de posto telegráfico em território indígena. Após a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi criado o primeiro posto indígena destinado à pacificação e à sedentarização dos Nambiquara do Sararé, em 1919. Mas não houve qualquer contato com os grupos e o posto foi abandonado¹¹⁶.

Em 1925, um posto foi aberto no Córrego Urutau, a 12km do Rio Juína, que conseguiu atrair alguns indígenas. No entanto, a depressão econômica teria reduzido as atividades do posto, e nos anos 1930 não havia mais qualquer menção a sua existência nos arquivos da instituição. No ano de 1942, esse posto foi movido para o Córrego Espirito, à cabeceira do Rio 12 de Outubro, ao norte do território Nambiquara, próximo à Vilhena¹¹⁷.

¹¹³ SOUZA LIMA, Op.cit., p.166-7.

¹¹⁴ RONDON, n.d., p.106 apud PRICE, Op.cit., p.29.

¹¹⁵ PRICE, Op.cit.

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ Ibid.

O posto criado em 1942, nomeado “Pyreneus de Souza”, funcionou sob a chefia de Afonso Mansur de França até 1968, e tinha como função atender os Nambiquara da Serra do Norte: Sabanê, Tawentê/Tawantê, Yalakuntê¹¹⁸. França utilizava os indígenas como mão de obra escravizada na extração da seringa, primeiro, durante a Segunda Guerra Mundial, por meio de uma parceria do SPI com a *Rubber Development Corporation* e, posteriormente, por conta própria¹¹⁹.

Além dos postos indígenas, de acordo com Anna Maria Costa, a Comissão Rondon criou várias estações telegráficas, em Mato Grosso, no território dos Nambiquara:

A Comissão Rondon criou várias estações telegráficas em território Nambiquara: em Mato Grosso as de Pontes e Lacerda, Nambikuáras, Utiariti, Juruena (Major Amarante) e Pyreneus de Souza, e em Rondônia as de Vilhena e José Bonifácio. Em Campos Novos, também em terras dos Nambiquara do Cerrado, foi criada uma internada que consistia em uma espécie de fazenda, com casas, currais, gado e pastos cercados, destinada a refazer as tropas que vinham do Juruena, tornando-se, segundo Roquette-Pinto, no maior centro de atração para os Nambiquara. Também foi criado, em 1925, o Posto de Atração Urutau, localizado onde a linha telegráfica atravessava o rio Juína. Foi desativado em 1931¹²⁰.

O SPI e a Comissão Rondon sempre tiveram muita dificuldade de sedentarizar os Nambiquara, e a maior parte das tentativas foram malsucedidas. De acordo com David Price, os Nambiquara eram grupos autônomos que negavam a autoridade baseada no mando e costumavam entrar em contato com os postos apenas quando era de seu interesse¹²¹.

Além da presença do SPI, a abertura do território realizada pela linha telegráfica possibilitou a entrada de missionários protestantes e católicos, que iniciaram atividades entre os Nambiquara a partir dos anos 1920, estabelecendo relações com os indígenas marcadas por conflitos.

Em 1925, chegaram ao Juruena os primeiros missionários protestantes do *Inland South America Missionary*, o casal Reverendo A.F. Tylee e Ethel Tylee, que passaram a ficar na estação de linha telegráfica. A relação com os indígenas era marcada pela desconfiança. Em 1930, membros da aldeia de Capitão Júlio atacaram a missão. No ataque morreram Mr. Tylee, uma criança chamada Marian (filha do casal Tylee), Miss Kratz (enfermeira), e três brasileiros, sobrevivendo apenas uma missionária, Mrs. Tylee. Segundo Price, as razões para o ataque não são aparentes, mas é possível que tenha sido motivada pela morte por gripe de um indígena tratado por Miss Kratz, o que foi visto como envenenamento pelo grupo¹²².

¹¹⁸ PRICE, 1983a, p. 616 apud COSTA, Op. cit, p.44.

¹¹⁹ PRICE, Op.cit.

¹²⁰ COSTA, Op. cit, p.41.

¹²¹ PRICE, David. O projeto Nambikwára. Fundação Nacional do Índio, 1975c. Acervo Rubens Valente.

¹²² PRICE, Op.cit.

Com a morte dos missionários, eles foram tratados como mártires e a missão foi retomada em 1936, na estação de Campos Novos, no Cerrado, onde permaneceu até 1948. Em 1957, o reverendo Dudley Kinsman montou um posto no Rio Pardo, que posteriormente foi movido para a vila de Camararé em 1961¹²³.

Em 1959, Menno Kroker e Ivan Lowe, da *Wycliffe Bible Translators*, começaram as atividades missionárias em Serra Azul, aldeia Nambiquara do campo, estudando a língua Nambiquara do Sul e traduzindo o Novo Testamento. Contatos foram feitos com os Mamaindê, etnia da Serra do Norte, em 1962, por David Meech e Peter Weisenberger, e a língua do grupo foi estudada por Clifford Barnard e Peter Kingston¹²⁴.

Católicos também realizaram atividades missionárias no território Nambiquara, além dos protestantes. Nos anos 1930, foi fundada em Utiariti uma missão jesuíta, cujos missionários visitavam as aldeias indígenas em vez de se estabelecerem nelas, como faziam os protestantes. Na missão, meninos Nambiquara eram ensinados a ler e escrever¹²⁵.

No Vale do Guaporé, os missionários tiveram maior presença que o próprio SPI, atuando com grupos que eram considerados isolados até o período de ditadura militar. Em 1950, Jim Ostewig, Bruce Porterfield e Bob Williams, da *New Tribes Mission*, tentaram fazer contatos com indígenas daquela região. No ano seguinte, Dave Yarwood se juntou ao grupo. Em dezembro daquele ano, o corpo desse missionário foi encontrado com flechadas em um banco de areia no rio Guaporé¹²⁶.

Em 1959 e 1960, missionários da Missão Cristã Brasileira, Gustav Bringsken e Enrique Berg, uma das mais influentes na região no período ditatorial, iniciaram contatos com indígenas do Vale do Sararé¹²⁷. Já no Vale do Guaporé, próximo ao rio Galera, Harris Gregory, da *South American Indian Mission (SAIM)*, realizou contato com indígenas em 1963. No entanto, as atividades na região foram iniciadas, de fato, em 1966, pelo reverendo Dudley Kinsman e pelo casal Pedersen, bem como o casal Mosher, que se juntou ao grupo em 1968¹²⁸. O grupo com o qual a SAIM iniciou contatos e estabeleceu atividades de assistência e evangelização foram os Wasusu, chamados naquele período de “índios Galera”¹²⁹.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Ver SAIM. Relatório, 1969. Acervo Rubens Valente. Acervo Rubens Valente.

Assim, apesar da forte presença de missionários entre os Nambiquara atuando na evangelização, na assistência à saúde e, em alguns casos, na educação, de acordo com Price os indígenas não teriam virado cristãos:

Despite this heavy evangelization, I have never met a Christian Nambiquara. The reasons why some tribes are eager to convert while others obstinately resist are too complex to explore here, but both the ability of the missionaries to empathize and the conceptual system of the natives must be involved. The same organizations whose efforts have proved so futile among the Nambiquara have apparently met with considerable success among the Shavante. It is not clear whether this is due to a difference in the personality of the individual missionaries, a difference in the character of the two tribes, or both¹³⁰.

Desde a passagem da Comissão Rondon no território Nambiquara, a presença de não indígenas aumentou. Além de seringueiros, que exploravam as matas em busca da borracha, missionários, como já mencionado, e antropólogos estiveram presentes na região, desenvolvendo trabalhos de campo com os Nambiquara na primeira metade do século XX. Esses trabalhos geraram obras hoje consideradas clássicas como *Rondônia*, de Roquette-Pinto, e *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss, que se debruçaram sobre o cotidiano e a organização social dos Nambiquara, mas a partir das experiências com grupos da Serra do Norte e Chapada dos Parecis.

Para os grupos do Vale do Guaporé, foi a construção da BR-364 em 1960, estrada que ligava Cuiabá a Porto Velho, beirando a Chapada dos Parecis e o Vale do Guaporé, que possibilitou uma maior penetração de fazendas de gado e de regionais em suas terras. Foi também nesse período, mais precisamente, entre 1967 e 1970, que o antropólogo estadunidense David Price realizou sua pesquisa de campo com os Nambiquara, sendo o primeiro a abordar aspectos da organização social, política e cultural de grupos do Vale do Guaporé.

1.2 Organização social dos Nambiquara do Vale do Guaporé

Em sua tese *Nambikwara Society*, de 1972, David Price divide os Nambiquara por três regiões distintas, ambiental e linguisticamente: Serra do Norte, Chapada dos Parecis e Vale do Guaporé. Os grupos que viviam nessas três regiões eram falantes de três línguas da família

¹³⁰ PRICE, Op.cit., p.36-7. “Apesar dessa evangelização pesada, eu nunca encontrei um Nambiquara cristão. As razões pelas quais algumas tribos são ansiosas para a conversão, enquanto outras obstinadamente resistem, são complexas demais para explorar aqui, mas tanto a capacidade dos missionários para empatia e o sistema conceitual dos nativos devem estar envolvidos. As mesmas organizações cujos esforços provaram ser fúteis para os Nambiquara tiveram aparentemente um sucesso considerável entre os Shavante. Não está claro se isso se deve a uma diferença na personalidade individual dos missionários, uma diferença nas características das duas tribos, ou ambas”.

Nambiquara: Sabanê (Serra do Norte), Nambiquara do Norte (Serra do Norte) e Nambiquara do Sul (Chapada dos Parecis e Vale do Guaporé), com algumas especificidades, mas inteligíveis entre si¹³¹.

Para o antropólogo, os Nambiquara acreditavam ser um grupo homogêneo, porque apesar das diferenças regionais se viam como uma unidade diferente dos Paresí ou Cinta-Larga, por exemplo. Essa unidade estaria baseada no mito de origem do grupo, que diz que, quando o mundo caiu em escuridão, apenas um casal de irmãos teria sobrevivido, dos quais os Nambiquara seriam descendentes¹³². Entretanto, outros antropólogos argumentam que não havia um sentido de unidade para etnias do Vale do Guaporé, que reconheciam como “Nambiquara” os grupos da Chapada dos Parecis¹³³.

Além do sentimento de uma identidade comum, segundo Price, eles também se dividiam em bandos cujos alguns de seus nomes aparecem na literatura de forma equivocada, por causa das dificuldades dos pesquisadores de se comunicarem com seus informantes. Isso ocorreu, por exemplo, nos escritos de Roquette-Pinto ao nomear alguns grupos da Serra do Norte¹³⁴.

Price menciona algumas etnias Nambiquara que viviam no Vale do Guaporé naquele período: os *yuwároàtasú*, que ocasionalmente apareciam no Campo dos Cabixis, próximo ao Rio Verde; os *aláku'tésú*, também conhecidos por *Wasusu*, que viviam próximo ao córrego Margarida; *'wa'kalénant'ésú*, próximos a Fazenda Oeste; *wâi'ka'kosú*, próximos a Serraria Nomura, esses dois últimos inimigos. Ainda menciona outras etnias: os *âlánt'ésú*, a oeste do Rio Novo, inimigos dos *'wa'kalénant'ésú* e amigos dos *wâi'ka'kosú*; ao sul dos *âlánt'ésú* viviam os *wasusú*; a oeste desses grupos encontravam-se os *âi'ka'tésú* próximo ao rio Guaporé, temidos pelos outros grupos; e os *thauli'tésú* (ou *qalá'ta'tésú*) que viviam com os *wasusú*. Dos grupos que viviam próximos ao rio Sararé, também parte do Vale do Guaporé, Price acreditava que os indígenas daquela região formavam apenas um grupo, chamado *kátitauhlú*, mas constatou haver quatro etnias: *qáli'tsú*, *káluhwaisú*, *wáihlá'tisú* e *sayúli'kisú*, que tinham hostilidades entre si, além de serem inimigos dos *wasusú* e dos *áluqá'tesú*¹³⁵.

¹³¹ PRICE, 1972.

¹³² Ibid. Não foi possível confirmar se o mito de origem sobre os Nambiquara descenderem de um casal de irmãos é válido para todas as etnias Nambiquara. No mito de origem dos Wasusu, por exemplo, grupo do Vale do Guaporé, apresentado por Rafael Souza, não há menção sobre o grupo ter origem em um casal de irmãos. Ver: Ver SOUZA, Rafael Lemos de. Etnoarqueologia e história Wasusu no vale do rio Guaporé, Mato Grosso. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFGD, 2014

¹³³ Ver SOUZA, Op.cit; FUNAI. Relatório de viagem às áreas indígenas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé-MT. Brasília: Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, 1981. Núcleo de Documentação DPT/Funai

¹³⁴ PRICE, Op.cit.

¹³⁵ Ibid.

Cada um dos grupos do Vale do Guaporé costumava viver em uma aldeia, constituída por famílias extensas, que ocupavam regiões em que predominava a floresta com pouca savana. Esse padrão de organização era diferente, por exemplo, dos grupos que povoavam a região do rio Juruena, no Cerrado, caracterizada por savanas e poucas faixas de floresta, onde era mais comum múltiplas aldeias de uma mesma etnia, espalhadas pelo território¹³⁶.

Além das diferenças na forma de ocupação territorial, o território também era importante na configuração dos nomes das etnias, como veremos melhor no próximo capítulo. Os nomes das etnias poderiam derivar, em alguns casos, de nomes de chefes importantes na história dos grupos. No entanto, geralmente eles remetiam a uma área específica e os nomes pessoais também indicavam de onde essa pessoa era. Assim, a pessoa era identificada pelo seu local de nascimento, não pela região onde morava ou grupo com o qual vivia. Apesar disso, havia outros demarcadores étnicos: as diferenças linguísticas, estilos particulares de música, diferentes formas de se vestir e ornamentar. Para além dos elementos diferenciadores, a guerra era um dos principais fatores de manutenção e rompimento das fronteiras étnicas¹³⁷.

As guerras entre grupos, especialmente as relacionadas ao rapto de mulheres, ocorriam com frequência. No entanto, era interessante para os grupos manterem as alianças, pois o casamento era fundamental na configuração do poder das lideranças, no equilíbrio populacional do grupo. Quando não ocorriam numa mesma aldeia, era necessário que fossem realizados de forma exógena, entre aldeias diferentes ou grupos distintos. As relações oscilavam entre hostilidades e alianças, dessa forma¹³⁸.

Quando à organização política, a liderança dos chefes estava ligada à quantidade de genros que possuía, visto que o seu prestígio costumava ser proveniente da capacidade de sustentar sua família e dividir o excedente da caça ou da roça com outros membros da aldeia¹³⁹. Assim, uma maior quantidade de pessoas em um núcleo familiar aumentava as possibilidades de garantir a alimentação.

De acordo com Price, “os líderes das facções não mandavam por direito, mas por habilidade”. Isso estava relacionado ao fato de as residências costumarem ser matrilocais, saindo os homens das suas aldeias para viverem nas aldeias das esposas. Nas relações de poder,

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ Ibid.; COSTA, Op.cit.; SOUZA, Op.cit.

¹³⁹ Ibid.

era possível que na mesma aldeia surgissem diferentes facções, sendo o chefe do grupo o líder da facção mais forte¹⁴⁰.

Para a historiadora Anna Maria Costa, as mulheres na sociedade Nambiquara costumam ter certo prestígio:

Uma mulher (*dusu*) é sempre bem-vinda ao mundo Nambiquara. De certa maneira, na sociedade Nambiquara, a mulher desfruta de privilegiada posição. Ela não chega a exercer nenhuma posição política ou qualquer outra que a destaque diante das demais mulheres. Entretanto, junto ao seu companheiro compartilha importantes decisões. Um homem nunca toma qualquer atitude sem que tenha primeiramente discutido com sua mulher.

A riqueza de um homem Nambiquara relaciona-se ao número de filhas que possui, o que se traduz em muitos genros para parceiros nas atividades de caça, da pesca e da agricultura e, mais tarde, quando atingir idade avançada e não tiver mais condições para o trabalho, a garantia do seu sustento. [...] ¹⁴¹

Além disso, sobre o papel da mulher na sociedade Nambiquara e a separação de tarefas por gênero, ainda explica a mesma autora:

Em relação às mulheres, a distribuição das tarefas é aceita com naturalidade. Desde pequeninas são preparadas para os inúmeros afazeres que terão que executar num futuro bem próximo, já que se casam muito novas. Grande parte dos trabalhos domésticos femininos é desempenhado no espaço da aldeia. A coleta da matéria-prima, frutos, insetos, colheita da roça, preparo e armazenagem dos alimentos e confecção de várias peças ornamentais destinadas ao adorno do corpo são tarefas exclusivamente femininas¹⁴².

Diferentemente de Lévi-Strauss, Price defendia que os Nambiquara não eram nômades e apresenta alguns fatores que sustentam a sua argumentação. Em primeiro lugar, os Nambiquara eram agricultores, e a importância da agricultura na sociedade faz parte, inclusive, de um mito em que um garoto teria se transformado em doze tipos de plantas tradicionalmente cultivadas por eles, que correspondiam a partes do seu corpo: mandioca, feijão preto, feijão de fava, abóbora, araruta, cará, taiá, milho, pimenta, tabaco, cabaça e urucum¹⁴³.

Outro fator fundamental é que as aldeias eram construídas no local ou próximas de onde os mortos foram enterrados. Apesar das casas serem perecíveis e existir uma rotatividade na construção delas, por causa da importância da agricultura e do enterro dos mortos, elas

¹⁴⁰ PRICE, 1975c. Segundo Price, com essa dinâmica de casamentos, era comum os grupos fazerem dois casamentos simultâneos, para que o equilíbrio da força de trabalho masculina fosse preservado. Além disso, a alta mortalidade pós-parto de mulheres permitia aos pais das noivas um maior poder de barganha.

¹⁴¹ COSTA, Op.cit., p.82.

¹⁴² Ibid.

¹⁴³ PRICE, Op.cit. Segundo Price, ainda de acordo com o mito, o espírito ou alma do menino teria se transformado em flautas sagradas.

costumavam ser construídas em uma mesma área de influência. Antigos locais de roças ou de aldeias poderiam voltar a ser ocupados, posteriormente¹⁴⁴.

David Price critica a perspectiva de Lévi-Strauss, para quem os Nambiquara se organizavam em aldeias maiores na estação chuvosa, que correspondia também ao período de plantio e colheita, e nômades, dispersos, no período de seca, quando caçavam e coletavam. Price reconhece a existência de outras aldeias de um mesmo grupo, temporariamente habitadas, mas essas tinham a função de abrigar os caçadores em suas empreitadas ou quando membros saíam das aldeias para fazerem visitas a outras. Entretanto, para ele, os membros de uma aldeia Nambiquara costumavam viver nela cotidianamente, tanto nos períodos chuvosos, quanto nos secos, apesar de poderem sair nos casos mencionados¹⁴⁵.

Os aspectos levantados por Price como constituintes da organização Nambiquara, tal como o modelo de organização alimentar e formas de ocupação territorial, por exemplo, foram abalados nos grupos do Vale do Guaporé no final da década de 1960, com a entrada de grandes agropecuárias em seu território, e na primeira metade da década de 1970, com processos de remoções que etnias dessa região sofreram, realizadas pela Funai.

Em 1968 a Funai criou a Reserva Nambikwara na Chapada dos Parecis, concomitante ao oferecimento de certidões negativas a agropecuárias que buscavam na SUDAM subsídios e isenções para suas propriedades estabelecidas em território Nambiquara. A criação da reserva representava o estabelecimento de um regime tutelar do Estado sobre as etnias do Vale do Guaporé, consideradas “isoladas”, e que até aquele momento não recebiam atenção da Funai. Representava também a articulação entre a política indigenista e a política econômica ditatorial naquele momento.

Como veremos no próximo capítulo, o intuito da criação da reserva era abrigar todas as etnias Nambiquara espalhadas por diferentes territórios, começando pelos grupos do Vale do Guaporé que, naquele momento, disputavam espaço com as fazendas em seus territórios tradicionais. Nesse quadro de avanços das agropecuárias, etnias do Vale do Guaporé foram removidas dos seus territórios em processos que geraram mortes e doenças. As fazendas contaminavam os rios, promoviam o desmatamento, afetando o sistema alimentar dos grupos, levando à fome, a doenças e a mortes.

Um dos grandes impactos do avanço das frentes econômicas sobre o território dos Nambiquara, incentivado pelo Estado brasileiro ao longo do século XX, foi demográfico. A

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Ibid. ; MELATTI, Op.cit.

comparação das estimativas populacionais sugere a ocorrência de um genocídio do grupo linguístico ao longo daquele século. Segundo Anna Maria Costa:

O processo de movimentação dos grupos, aliado às doenças trazidas pelo grande número de trabalhadores na região, ocasionou uma grande depopulação ao povo Nambiquara. Dados populacionais levantados apontaram que na época existiam 528 índios Nambiquara quando, como já referido anteriormente, no início deste mesmo século Cândido Mariano da Silva Rondon estimou a população em 20.000 (RAMOS, 1943, p. 245), e ROQUETTE-PINTO (1935, p. 213), mesmo externando a sua incerteza, fez uma estimativa de 1.200. Em 1938, LÉVI-STRAUSS (1979, p. 302) calculou-a em cerca de 2.000. Mais recentemente, a dúvida persistiu: PRICE (1972, p. 18) concordou com a dificuldade em apresentar com certa precisão o número da população no início deste século. Acreditou que havia um total de 5.000 índios Nambiquara. Atualmente, a população é de aproximadamente 1.200 índios, de acordo com os últimos dados populacionais apresentados pela FUNAI em 1997. Inversamente, o número de não índios na região tornava-se cada vez maior¹⁴⁶.

Nessa conjuntura, os Wasusu, Alantesu, Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu, grupos do Vale do Guaporé considerados “isolados”, e que foram submetidos a processos de remoções de suas terras, precisaram conviver com as fazendas, traçando estratégias de sobrevivência e de resistência num quadro de desmatamento, doenças, mortes e fome. É sobre os processos de remoções e a atuação da política indigenista, bem como as estratégias de resistência dos Nambiquara do Vale do Guaporé, que nos debruçaremos nos próximos capítulos.

¹⁴⁶ COSTA, Op. cit., p.52.

CAPÍTULO 2: O exílio dos Alantesu e Wasusu: desenvolvimentismo e política indigenista autoritária

Este capítulo tem como objetivo analisar o processo de remoções dos Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara, entre os anos de 1972 e 1973. Busca compreender a atuação indigenista da Funai para com esses grupos, bem como a forma que eles lidaram com esse processo a partir de seus aspectos culturais, políticos e étnicos. A discussão é realizada por meio da análise de documentação primária, documentos oficiais e de entidades civis, articulando-os a etnografias e à bibliografia sobre o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura militar para a Amazônia Legal e sobre a política indigenista, permeada pelas reflexões teóricas.

2.1 O modelo econômico ditatorial e o papel da política indigenista

*“É ingênuo e inconcebível enfocar a problemática indígena fora dos marcos da política de “Desenvolvimento Nacional”, incentivada e sustentada por um modelo econômico extremamente antinacional e antipopular (...)”*¹⁴⁷. Essas foram algumas das primeiras palavras do deputado do MDB pelo estado do Mato Grosso, Dante de Oliveira, em discurso na sessão da Assembleia Legislativa daquele estado, em 11 de junho de 1980.

Em 1980, na ocasião de uma visita do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) coronel Nobre da Veiga ao estado do Mato Grosso, o então deputado estadual Dante de Oliveira – o mesmo que em alguns anos mais tarde proporia a emenda constitucional por eleições diretas –, denunciou na Assembleia Legislativa a iminência do genocídio dos Nambiquara, habitantes do Mato Grosso.¹⁴⁸ O contexto e pauta de seu discurso era a construção de uma variante da estrada BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho, financiada pelo Banco Mundial, que passaria por dentro das terras indígenas do Vale do Guaporé, ocupadas por etnias da família linguística Nambiquara.

Oliveira chamava a atenção para a articulação entre a política indigenista oficial tocada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e os interesses, do que o deputado chama de “grandes grupos econômicos”, nas terras indígenas do Mato Grosso, sobretudo de agropecuárias,

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Dante de. Governo extermina índios Nambiquara. Cuiabá, MT: Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1981, p.4. ISA.

¹⁴⁸ O pronunciamento de Dante de Oliveira gerou repercussão na Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior. Em ofício confidencial ao AC/SNI, o DSI/MININTER sugeriu possíveis enquadramentos legais para o deputado e para o Padre Iasi, que prefaciou o folheto do discurso, por crimes como divulgação de notícias falsas, perturbação da ordem pública, incitação à guerra e subversão, entre outros. DSI/MININTER. Pronunciamento do deputado Dante de Oliveira (MDB/MT), 1981. Acervo SIAN.

criadoras de gado, como causa para o genocídio Nambiquara. Para ele, a situação na qual se encontravam os povos indígenas era resultado da omissão e da participação direta de membros do Estado nas violações dos direitos. Na lógica dessa articulação, tal atuação estava ligada ao desenvolvimentismo autoritário e à falta de democracia no país.

No caso dos Nambiquara, a violação dos direitos indígenas estava representada na construção da rodovia, e não era uma novidade no contexto da ditadura militar. O deputado relembra à assembleia a prática de produção de certidões negativas da Funai, que estimulou a grande ocupação de agropecuárias no território Nambiquara do Vale do Guaporé, e as posteriores remoções das etnias do grupo para áreas fora de seus territórios tradicionais¹⁴⁹.

A situação então denunciada por Dante de Oliveira apenas teve o reconhecimento oficial do Estado brasileiro muitas décadas depois, em 2014, com a Comissão Nacional da Verdade (CNV). O relatório final publicado no capítulo “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”¹⁵⁰ reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro nas violações dos direitos humanos dos povos indígenas, pela sua omissão ou participação, entre os anos de 1946 e 1988.

Das muitas violações apresentadas no relatório, grande parte ocorreu no período de ditadura militar¹⁵¹, algumas com o grupo linguístico Nambiquara. Alguns exemplos foram as remoções forçadas, a violação do direito territorial, além da falta de assistência apropriada que levou a epidemias, fome e mortes. Foram citadas também a produção de certidões que negavam a presença dos indígenas em seus territórios tradicionais. Assim como Dante de Oliveira alertava em seu discurso a relação entre a política indigenista e os grandes grupos econômicos, a CNV defendeu que estas violações eram resultado de uma política de expropriações dos governos ditatoriais, ligadas aos interesses de grandes grupos econômicos e realizadas através de planos e projetos econômicos para a Amazônia Legal. A violação dos direitos territoriais teriam sido a base para as demais violações aos direitos humanos dos povos indígenas¹⁵².

Essa articulação entre ditadura militar e grupos empresariais, destacada pelos documentos acima citados, ocorreu no contexto do desenvolvimento do capitalismo na Amazônia e foi investigada por Octavio Ianni em seu livro *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. A tese sustentada por Ianni afirma

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Op.cit.

¹⁵⁰ Cf. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II, Texto 5. Brasília: CNV, 2014.

¹⁵¹ Usamos o termo *ditadura militar* como definido por Carlos Fico, que reconhece o golpe de 31 de março de 1964 como civil-militar. Entretanto, este conceito defende que a ditadura que se seguiu foi eminentemente militar, pois muitos civis que auxiliaram o golpe foram progressivamente afastados do governo por serem considerados um risco ao regime. Fico ainda defende que não é o apoio que define o caráter do regime, mas a participação dos agentes históricos na configuração da burocracia ditatorial. Ver: FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

¹⁵² BRASIL, Op.cit.

que o golpe militar de 1964, a montagem da ditadura militar e sua crise tiveram uma base agrária. Para Ianni, na relação entre o Estado e o capital multinacional, a Amazônia se tornou um enclave do imperialismo no Brasil, passando a ser integrada ao modelo de economia aberta dependente, que orientou as políticas econômicas e projetos de desenvolvimento para a região durante os governos ditatoriais¹⁵³.

De acordo com o autor, não se tratava dessa região não ter tido atenção dos governos anteriores e de políticas para a dinamização da economia. No entanto, antes de 1964, as atividades econômicas da região – extrativista, pecuária e agrícola – estavam articuladas principalmente ao mercado interno nacional e regional, voltadas em boa parte ao autoconsumo dos grupos produtores, com exceção da borracha que, nos anos de guerras mundiais, obteve grande demanda externa. Embora o extrativismo tivesse ao longo do tempo uma grande importância na economia regional, atividades como a pecuária e a agricultura eram pouco expressivas dentro dessa mesma economia, tendo essas duas atividades realizadas na Amazônia pouca participação na economia nacional. Assim, para Ianni, foi a partir de 1964, com planos e projetos econômicos, incentivos fiscais e subsídios oferecidos pelos governos a grandes empresas multinacionais, nacionais e estrangeiras, que a região passou a ter papel central na dinamização do capitalismo no Brasil, com maior participação nas exportações¹⁵⁴.

Entre 1964 e 1978, o Estado realizou uma política econômica agressiva de subordinação da agricultura ao capital, mais intensa que nos anos anteriores, tendo em vista as medidas governamentais que aceleraram a intensificação do desenvolvimento intenso e extensivo do capitalismo no campo. Em atividades já organizadas sobre agricultura capitalista, como a cana-de-açúcar, o Estado induziu a concentração de capital e a modernização produtiva com quimificação e maquinização. Em atividades como a pecuária na Amazônia, incentivou e apoiou a formação de empreendimentos de caráter extensivo na região, estimulando a concentração fundiária¹⁵⁵.

O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia no campo, da indústria e do setor financeiro, amparados pelo apoio estatal, foi estabelecido como integrante do “modelo de economia aberta dependente”. Neste modelo predominava, embora não exclusivamente, o capital monopolista estrangeiro. A predominância do capital estrangeiro encontrava-se articulada ao modelo de economia aberta organizado pela ditadura militar, que teve como um

¹⁵³ Cf. IANNI, Octavio. Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Ibid.

dos focos impulsionar toda a produção exportável possível nos setores primários e secundários, criando capacidade de importação e atraindo investimentos através de empréstimos e empreendimentos, aprofundando a dependência e a concentração de capital. Para Ianni:

Tratava-se e trata-se de produzir divisas para criar capacidade de importar tecnologia, insumos industriais e *know-how*, para produzir, para exportar, para criar a capacidade de importar e assim por diante. A acumulação capitalista, acompanhada de um intenso processo de concentração e centralização do capital, estava baseada num mercado interno restrito e num mercado externo em expansão. O mercado interno restrito era composto principalmente pela classe média urbana capaz de consumir automóveis, geladeiras, televisões, etc. Não houve qualquer intento de alargar o mercado interno por meio da política salarial ou alguma reforma agrária¹⁵⁶.

Nesse sentido, para viabilizar a execução desse modelo, a ditadura aprimorou as instituições e criou uma estrutura política e econômica repressiva propícia à acumulação de capital multinacional e estrangeiro na Amazônia; capitais norte-americano, japonês e alemão principalmente, e nacional, proveniente do Centro-Sul do país. Estes esforços se expressaram no fechamento do regime autoritário, no aumento da repressão aos trabalhadores e camponeses, na criação de novas instituições – tais como Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra) –, na reformulação do Banco da Amazônia S.A (BASA), bem como na expressiva política de incentivos fiscais e subsídios destinada principalmente às grandes empresas. Dessa forma, a ditadura militar assumia o compromisso com os agentes imperialistas e nacionais que apoiaram o golpe civil-militar de 1964:

Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho de Estado, mas toda a vida econômica, política e cultural do País passa a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. Tratava-se, por um lado, de expropriar ao máximo o proletariado industrial e agrícola, além de certos setores da classe média e do campesinato; e, por outro lado, tratava-se de abrir as portas do país à livre ação do capital monopolista estrangeiro¹⁵⁷.

A primeira instituição a ser criada com a finalidade de estimular a dinamização da economia na região foi a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, que passou a ser o principal órgão do governo federal a coordenar e supervisionar os demais órgãos federais que atuavam na região. Além disso, a SUDAM era o principal órgão

¹⁵⁶ Ibid, p.38.

¹⁵⁷ Ibid, p.17.

responsável por conceder incentivos fiscais e financeiros para atrair empreendimentos privados nacionais e estrangeiros para a região¹⁵⁸.

Também em 1966 foi reformulado o Banco de Crédito da Amazônia S.A, que passou a chamar-se apenas Banco da Amazônia S.A., ou BASA, o qual atuava articulado à SUDAM e ao Banco do Brasil, financiando empreendimentos públicos e privados. Em 1967, a Superintendência da Zona Franca de Manaus foi criada; em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹⁵⁹.

Planos, programas e projetos econômicos também foram criados pelos governos ditatoriais, especialmente para a Amazônia. O objetivo era o desenvolvimento e a “integração nacional”, aprofundando a concentração fundiária na Amazônia e a participação do capital estrangeiro, como destacam Ianni, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Fernando Henrique de Oliveira e Geraldo Müller. Em 1970, foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN), que tinha como foco a construção de grandes rodovias. Entre 1971 e 1975, foram criados dois planos de desenvolvimento: o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1971-1975) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Em 1971, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), estabelecendo a prévia indenização em dinheiro com recursos advindos do PIN para latifúndios expropriados pelo Estado, contrariando o Estatuto da Terra, que previa que a ação seria feita com pagamento da dívida agrária. O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) tinha por finalidade estimular as atividades agropecuárias, agroindustriais, florestais, mineradoras e metalúrgicas na região¹⁶⁰.

Como destaca Pedro Henrique Campos, em seu artigo sobre a hidrelétrica de Tucuruí, de título *Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí*¹⁶¹, apesar da grande influência e vantagens que o capital estrangeiro obteve em empreendimentos na Amazônia, no período ditatorial, o capital doméstico, nacional, também se beneficiou na realização de empreendimentos na região.

Pedro Campos demonstra em seu artigo que, na construção da hidrelétrica de Tucuruí, entre 1975 e 1984, no rio Tocantins, Pará, os interesses de empresas estrangeiras, domésticas e

¹⁵⁸ Ibid, CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Integrar para não entregar. Políticas públicas e Amazônia. Campinas, SP: Papirus, 1988.

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ Ibid.

¹⁶¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255 - 286, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019255>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

até mesmo associações militares foram contempladas, num modelo de desenvolvimento baseado em altos lucros oriundos da exploração da mão de obra, violência e corrupção. No caso do capital estrangeiro, empresas realizaram a exploração, beneficiamento e exportação dos minerais e derivados. Eram os principais consumidores, nas fábricas de alumínio, da energia gerada pela usina e produtores dos equipamentos necessários para seu funcionamento. Já o capital doméstico, representado pelos interesses de empreiteiros, atuou principalmente na construção e realização de obras na usina. Ambos os grupos eram fortemente favorecidos pelos subsídios e isenções fiscais oferecidos pelo governo do general Ernesto Geisel. Os interesses dos militares também foram contemplados, por meio da exploração de madeira da região, concedida à Capemi Agropecuária, de propriedade da Caixa de Aposentadoria dos Militares (Capemi). Assim, de acordo com o historiador, “a mesma ditadura que favoreceu o capital multinacional estrangeiro, defendeu e apoiou a formação do capital monopolista doméstico”¹⁶².

Como aponta José de Souza Martins, em *O poder do atraso: ensaios de sociologia de história lenta*¹⁶³, atendendo ao capital nacional privado, os militares incentivaram empreendimentos na Amazônia, com a criação do Banco da Amazônia e da SUDAM, principalmente para o setor agropecuário, favorecendo empresários do Sudeste brasileiro:

Os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do Sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietários de terras e empresários rurais. Em princípio, a aquisição de terras pelos grandes capitalistas do Sudeste animou o mercado imobiliário, convertendo, por isso mesmo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, por sua vez, a agirem como capitalistas. Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução de capital, *no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas por incentivos fiscais.*

[...]

O regime militar, por esses meios procurou modernizar, mantendo-a, a propriedade da terra, afastando, portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse à expropriação dos grandes proprietários de terra com a sua conseqüente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, com sucedera em outras sociedades¹⁶⁴.

Ainda de acordo com José de Souza Martins, em seu livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*¹⁶⁵, o modelo de modernização se deu por meio da expulsão de

¹⁶² Ibid., p.260.

¹⁶³ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia de história lenta*. Editora HUCITEC: São Paulo, 1994.

¹⁶⁴ Ibid, p.79-80.

¹⁶⁵ Cf. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

camponeses e indígenas de suas terras, pouco incorporando esses grupos espoliados como mão de obra dado o seu caráter extensivo, aumentando os conflitos na região entre os diversos grupos. Com o modelo de desenvolvimento implementado, o movimento de “ocupação” da Amazônia se realizou como uma contrarreforma agrária:

O governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda a sociedade o preço pela não realização de uma reforma agrária, isto é, a opção por um modelo de concentração de propriedade, e não por um modelo distributivista, este último reivindicado nas pressões sociais anteriores ao Golpe de Estado.¹⁶⁶

Essa expansão ocorreu, tal como no Vale do Guaporé, através de empréstimos e isenções fiscais. As isenções fiscais podiam chegar a até 50% de desconto no imposto de renda que empresas deviam em outras áreas do país. A dinâmica de oferecimento de incentivos fiscais é apresentada por Martins:

A condição era a de que esse dinheiro fosse depositado no Banco da Amazônia, um banco federal, e, após aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região amazônica. Tratava-se de uma doação, e não de um empréstimo.¹⁶⁷

A maior parte desses incentivos foi destinada ao setor agropecuário do estado do Mato Grosso, como podemos ver na tabela abaixo¹⁶⁸:

¹⁶⁶ Ibid, p.76.

¹⁶⁷ Ibid, p.75.

¹⁶⁸ IANNI, Op.cit. baseado em SUDAM, 1978.

Tabela 1: Total consolidado de incentivos liberados pela SUDAM (1965-1977)

Unidade política	Nº de projetos	Setor Agropecuário	Setor industrial	Setor serviços básicos	Setor agroindustrial	Setorial	Total
Acre	5	22.286.511	5.144.926	9.548.324	-	-	36.979.761
Amapá	7	-	43.175.380	48.544.977	-	-	93.720.357
Amazonas	74	66.004.644	664.362.287	45.950.463	7.618.455	127.646.191	991.581.940
Goiás	30	134.191.588	181.400.557	8.500.000	-	-	324.092.145
Maranhão	31	30.453.841	294.028.889	11.999.392	-	7.663.398	344.145.520
Mato Grosso	205	1.777.676.037	225.843.590	44.625.292	21.450.000	-	2.069.594.919
Pará	190	747.681.176	815.297.265	81.256.994	34.797.872	83.284.262	1.762.317.569
Rondônia	7	320.908	37.094.218	-	-	1.797.936	39.213.062
Roraima	-	-	-	-	-	-	-
Total	549	2.778.614.705	2.268.347.112	250.425.442	63.866.327	220.391.687	5.581.645.273

Cr\$ 1,00.

Fonte: IANNI, Op.cit., p.233 baseado em SUDAM, 1978.

Os governos ditatoriais destacavam em seus discursos que realizariam um amplo programa de colonização em terras públicas da Amazônia, com colonos provenientes principalmente do Nordeste, através de órgãos como Incra e SUDAM, de programas como PROTERRA, POLAMAZÔNIA, PIN e de planos de desenvolvimento da Amazônia. Apesar das promessas, incentivaram, promoveram e aprofundaram a concentração fundiária privada na Amazônia¹⁶⁹. Tal processo ocorreu também na região do Vale do Guaporé, território da Amazônia Legal ocupado por etnias Nambiquara.

É importante destacar que esse processo de desenvolvimento e ocupação autoritária da Amazônia brasileira fazia parte dos anseios da ideologia que sustentou o golpe civil-militar de 1964, bem como da montagem do Estado ditatorial: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), como Maria Moreira Alves apresenta em seu livro *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*¹⁷⁰. De acordo com a autora, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento pode ser assim resumida:

Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma nova teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado.¹⁷¹

¹⁶⁹ IANNI, Op.cit; CARDOSO & MÜLLER, Op.cit; OLIVEIRA, Op.cit; MARTINS, Op.cit.

¹⁷⁰ Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁷¹ Ibid, p.26.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN e Desenvolvimento) foi reelaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG). Dava fundamento ao autoritarismo do Estado, pois, segundo Alves, “com sua ênfase na segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso de poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão”¹⁷². Embora destaque que não havia um projeto pronto no momento do golpe, a autora ressalta os pilares ideológicos básicos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que orientaram a montagem e a institucionalização do Estado ditatorial.

O primeiro ponto destacado por Alves é *Segurança nacional, segurança interna e oposição*, e orientaria a DSN e Desenvolvimento como uma teoria da guerra que se preocupava com os diferentes tipos de guerra: guerra localizada e limitada; guerra total; guerra subversiva ou revolucionária; guerra indireta ou psicológica¹⁷³.

O segundo ponto constituinte da doutrina é a *Geopolítica: o papel do Brasil no contexto internacional*. Esse elemento da DSN consistia na forma como eram encarados o papel e o lugar do Brasil durante a Guerra Fria, mediante a configuração bipolar das relações internacionais e um possível confronto entre as duas superpotências, URSS e EUA. O principal e mais influente estudo a esse respeito, de acordo com a autora, foi o *Geopolítica do Brasil*, do General Golbery de Couto e Silva, principal ideólogo da DSN e chefe do Sistema Nacional de Informações nos primeiros anos de ditadura. No livro de Golbery, três pontos são destacados sobre a posição do Brasil e suas possíveis vantagens: a posição geográfica, que determinava a relação com as potências e tornava decisiva a importância da América Latina e do Brasil pela sua maior aproximação geográfica com os EUA; as possibilidades de abastecimento de matérias-primas e a quantidade populacional; e a segurança oceânica. Tais “vantagens” deveriam ser aproveitadas pelo Brasil como forma de barganhar com as potências a seu favor na construção de um Brasil que, no futuro, seria uma “superpotência”¹⁷⁴.

O terceiro pilar, *O Modelo econômico da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento* – orientação econômica desenvolvida pela ESG e adotado pelos governos da ditadura – quiçá tenha sido o aspecto mais desastroso para os povos indígenas entre todas as

¹⁷² Ibid, p.27.

¹⁷³ A guerra revolucionária seria o centro das preocupações dos militares da ESG. Para eles, esse tipo de guerra interna estimulada por uma ideologia, nesse caso a comunista, objetivaria dominar a “nação” através de mecanismos indiretos de controle psicológico local, até que essa estivesse em condições de depor as autoridades nacionais instituídas. Essa guerra seria uma expressão do comunismo internacional, que se utilizaria da população do país. Assim, essa mesma população tornava-se suspeita, potenciais “inimigos internos” que deveriam ser progressivamente eliminados. A partir dessa preocupação, criaram-se estratégias de segurança interna, o aparato repressivo e a rede de informações, para que qualquer empecilho à ordem e ao poder da nação fosse exterminado. Em relação à população se estabeleceu uma suspeição generalizada, já que o fato do inimigo interno ser considerado membro da própria nação dificultaria a sua identificação.

¹⁷⁴ ALVES, Op.cit.

outras bases da DSN. O primeiro ponto desse pilar era a ideia de que o *desenvolvimento* econômico estava intrinsecamente ligado à *segurança nacional*. Ambos eram interdependentes no combate ao comunismo e na promoção do crescimento econômico do Brasil e totalmente necessários para alavancar o desenvolvimento econômico do país e obter o apoio da população. Essa projeção desenvolvimentista¹⁷⁵ passava necessariamente pela afirmação da necessidade de ocupar espaços considerados “vazios” e vulneráveis do ponto de vista geopolítico. O objetivo era “integrá-los” ao Brasil; esse seria o caso da região Centro-Oeste e da Amazônia¹⁷⁶.

Além da política econômica, também a política indigenista ditatorial foi orientada pela DSN, tal como sublinha Egon Heck em *Os índios e a caserna*¹⁷⁷. Realizada por dois órgãos que atuaram durante o período de 1964-1985, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Funai, a política indigenista era caracterizada principalmente pelo seu caráter militarizado e a preocupação com os povos indígenas da Amazônia dentro da lógica de desenvolvimento econômico.

Esse “novo indigenismo”, de acordo com o autor, fazia parte do quadro geral das políticas desenvolvidas na montagem do Estado ditatorial, e contava com uma crescente militarização na burocracia do órgão, a qual passava a ser coordenada por militares ligados aos serviços de informação e segurança. O “novo indigenismo” obedecia às demandas dos grupos econômicos hegemônicos no poder, atrelado à DSN, para a qual Estado e capital eram determinantes na “concretização dos objetivos nacionais”¹⁷⁸.

Conforme destaca Heck, desde o período colonial os militares sempre tiveram participação expressiva na política indigenista, servindo como agentes da colonização. No período republicano, a política indigenista foi influenciada pelo Marechal Cândido Rondon, e adotou uma perspectiva secular e de cunho humanista, para a qual os indígenas deveriam ser “espontaneamente integrados”. Esse ideário humanista e republicano perdeu lugar para uma perspectiva de “integração acelerada”, atrelada aos projetos de desenvolvimento econômico, uma especificidade da ditadura, na qual o indígena tornava-se um “óbice”, um “inimigo”:

¹⁷⁵ O desenvolvimentismo é projeto de desenvolvimento econômico industrialista elaborado pelas elites periféricas no sistema capitalista. No caso do Brasil, elaborado a partir dos anos 30, correspondeu aos anseios de desenvolvimento industrial da burguesia nacional e do Estado, ao qual coube o papel de principal personagem do desenvolvimento nacional. O desenvolvimentismo brasileiro se consolidou em torno do tripé econômico a partir da década de 1950: capital privado nacional, capital estatal e capital multinacional. Na prática, o crescimento econômico do desenvolvimentismo não acompanhou a redistribuição de renda e nem a busca pela melhoria de vida dos trabalhadores. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro. Graal, 1986.

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ Cf. HECK, Egon Dionisio. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985*. Mestrado em Ciências Políticas. Campinas: UNICAMP, 1996.

¹⁷⁸ Ibid.

Uma clara continuidade é a proposta integracionista, que foi apenas adaptada ao ritmo de desenvolvimento e estratégia de segurança. Um abandono ou ruptura com o espírito rondoniano é a consideração dos índios como óbices, que precisam ser erradicados. Ou, como manifestariam outros, “os quistos étnicos”, os “apátridas” - que são obstáculos ao desenvolvimento e ameaça à soberania nacional. Por isso, precisam ser afastados das fronteiras, ter seus territórios reduzidos e, se possível, eliminados (propostas de lotes individuais ou colônias indígenas), e suas riquezas naturais devem estar às disposições da nação. O índio, de “guardião da fronteira”, passa a ser considerado “perigoso”, pois não tem nacionalidade.¹⁷⁹

Conforme os militares assumiram o poder do Estado, criando as estruturas de sustentação de suas políticas, a “questão indígena” tornou-se importante não apenas pela dimensão de segurança, mas também por sua relação com o modelo de desenvolvimento econômico ditatorial trabalhado anteriormente. As terras ocupadas pelos povos indígenas, as riquezas naturais e seu potencial produtivo, sobretudo da região da Amazônia, ganharam destaque como áreas estratégicas a serem integradas e desenvolvidas¹⁸⁰.

Com o fim do SPI, após escândalos de corrupção e crimes cometidos contra os índios por funcionários do órgão¹⁸¹, foi criada, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai), graças a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Segundo a lei, a Funai possuía a função de proteger e prestar assistência aos indígenas, semelhante às funções do extinto órgão. Centralizada em Brasília, em termos administrativos a instituição incorporou grande parte dos funcionários do SPI e manteve os postos indígenas, apesar das inspetorias terem sido transformadas em delegacias regionais. Outras instâncias administrativas também funcionaram, tais como ajudâncias, superintendências e administrações executivas.¹⁸²

Apesar da Funai ter sido criada, em teoria, para realizar uma política indigenista que não repetisse os mesmos erros do SPI, o que se apresentou durante os anos de ditadura foi uma Funai aparelhada pelos interesses de grupos empresariais hegemônicos, tais como mineradores

¹⁷⁹ Ibid, p.17.

¹⁸⁰ Uma discussão mais completa sobre a atuação indigenista na Amazônia e sua relação com o chamado período de “milagre econômico” pode ser encontrada em DAVIS, Op. cit.

¹⁸¹ Em outro trabalho tratamos de como as investigações sobre a existência de corrupção no SPI e crimes contra os indígenas, que resultou no chamado Relatório Figueiredo, foram tratadas pela imprensa, mais especificamente pelo Jornal do Brasil, entre os anos 1965-1998. Ver ARAÚJO, Rayane Barreto de. O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968). Espaço Amerindio (UFRGS), v. 12, p. 213-250, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/83428>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

¹⁸² Sobre a burocracia das demarcações ver: BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). Revistas de Estudos e Pesquisas – FUNAI, v. 4, n. 2, p. 13-93, 2007. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n2/Artigo_1_Elias_Bigio_A_acao_indigenista_brasileira_sob_a_influencia_militar_e_da_NovaRepublica_\(1967-1990\)1.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n2/Artigo_1_Elias_Bigio_A_acao_indigenista_brasileira_sob_a_influencia_militar_e_da_NovaRepublica_(1967-1990)1.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2019; OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil. Lima/Rio de Janeiro: CAAP/Contra Capa, 2006.

e pecuárias, grandes grupos econômicos, uma viabilizadora de projetos e co-participante em diversas modalidades de violações dos direitos indígenas¹⁸³. Como destacam Heck¹⁸⁴, e também Otavio Ianni¹⁸⁵, o próprio fato de ter sido criada como subordinada ao Ministério do Interior e ao lado de instituições como Sudam e BASA mostra a dupla função do órgão.

Reconhecendo a existência de diferenças na política indigenista entre 1964-1985, Heck divide “o novo indigenismo” em cinco grandes fases. A primeira caracteriza-se por um período de “crise” do SPI e “transição” para a nova estrutura representada pela Funai, momento no qual praticamente é paralisada a política indigenista. Este período corresponde aos dois primeiros anos em que a Funai ficou subordinada ao Ministério do Interior (1967-1968) sob a chefia do general Albuquerque Lima, durante os governos dos generais Castelo Branco e Costa e Silva. A segunda fase é o período de implantação do “modelo de indigenismo dos governos militares” 1969-1974, durante a presidência do general Médici, cujo ministro do interior era o general Costa Cavalcanti e os presidentes da Funai eram José de Queirós Campos e o general Bandeira de Mello. A consolidação do “modelo de indigenismo dos governos militares” ocorreu entre 1975-1979, na terceira fase, sob a administração de general Rangel Reis no Ministério do Interior e general Ismarth de Araújo na presidência da Funai. Por fim, o período de crise do modelo e aprofundamento do controle militar sobre a Funai, nos anos de distensão entre 1979-1985, com o coronel Mário Andrezza à frente do Ministério do Interior e com a incorporação à presidência da Funai de diversos membros da comunidade de segurança e informações, durante a presidência do general João Figueiredo¹⁸⁶.

O período de 1964-1966, ainda nos primeiros anos de ditadura e do aprofundamento da crise do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi marcado por um contexto de recessão econômica e da orientação de que o órgão buscasse autossuficiência orçamentária. Com menos recursos para a política indigenista, o ideal que se realizou na prática foi o aumento da exploração econômica nas terras dos postos indígenas para gerar recursos que se destinassem à máquina burocrática do órgão. Era a chamada “renda indígena”¹⁸⁷. Algumas das consequências do aumento da exploração das terras indígenas foram fatores que se tornariam importantes na posterior extinção do SPI. Também acarretou o aumento das pressões e conflitos resultantes da maior presença de grupos econômicos em terras de índios, e a corrupção dentro do órgão se

¹⁸³ Uma ampla gama dessas violações foi publicamente apresentada pela CNV, como já mencionado.

¹⁸⁴ HECK, Op.cit.

¹⁸⁵ IANNI, Op.cit.

¹⁸⁶ HECK, Op.cit.

¹⁸⁷ HECK, Op.cit.

tornou amplamente divulgada pela imprensa da época¹⁸⁸. No final do SPI, com o quadro de funcionários já esvaziado da presença de antropólogos, era ainda recorrente a incorporação de indígenas como “guardiões de fronteiras”, prática que posteriormente seria abandonada e tornar-se-ia um problema de segurança nacional.¹⁸⁹

Com a crise e os escândalos que acometeram o SPI, em meio a declarações do Ministro do Interior general Albuquerque Lima sobre a suposta prática de corrupção no órgão, o SPI foi extinto e substituído pela Funai em 1968 como forma de limpar a imagem da ditadura militar. Ao mesmo tempo em que o Ministro do Interior acompanhava as investigações sobre o SPI, iniciava-se uma ofensiva de ocupação da Amazônia sob a justificativa de ocupar “espaços vazios”, discurso que seria a tônica dos governos posteriores. Além disso, as ações indigenistas foram praticamente paralisadas por dois anos¹⁹⁰.

Segundo Heck, o que caracterizava o período entre 1967 e 1968 era a maior projeção que “a problemática indígena” passa a ter, tornando-se uma preocupação central para o Estado, já que as fronteiras e os recursos naturais se tornaram de maior importância nas estratégias de segurança e soberania, importância articulada à perspectiva de desenvolvimento. Esse seria o início de uma ocupação da Amazônia mais sistemática, na qual a política indigenista passaria a estar atrelada à geopolítica ditatorial, perspectiva aprofundada nos governos seguintes ao de Costa e Silva. Nesse contexto, e com tais expectativas, a criação da Funai coincidiu com o início da reorganização burocrática do Estado que resultou da reforma ministerial, a mesma que criou o Ministério do Interior, colocando-a sob o mesmo ministério em que estavam a SUDAM e a Sudene.

De acordo com o autor, foi no período entre 1969 e 1974, depois da criação da Funai, que se configurou o modelo de indigenismo ditatorial, organizando-se legalmente e definindo o modelo da atuação indigenista com a criação do “Estatuto do Índio”. É nesse contexto que fica evidente o objetivo de “integrar economicamente o índio” e a prioridade da atuação indigenista junto às etnias da Amazônia, representados nos discursos de ministros do Interior, presidentes da Funai e no próprio Estatuto do Índio¹⁹¹. A Funai vinha não apenas cumprir o papel de assistência e proteção aos indígenas, mas de servir como instrumento para viabilizar

¹⁸⁸ Sobre a atuação do SPI e sua crise ver: GAGLIARDI, José Mauro. O Indígena e a República. São Paulo: HUCITEC, 1989; GUIMARÃES, Elena. Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias. Mestrado em Memória Social. Rio de Janeiro: Unirio, 2015; LIMA, Antonio Carlos Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995; RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. O desenvolvimento e os índios no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁸⁹ HECK, Op.cit.

¹⁹⁰ Ibid. DAVIS, Op.cit.

¹⁹¹ Cf. HECK, Op.cit.

projetos econômicos, principalmente na Amazônia, o que se exemplifica nas muitas frentes de contato desenvolvidas ao longo da década de 1970, período também conhecido como “milagre econômico”. O objetivo principal das frentes de contato, sempre apoiadas em ações militares, era contatar e subordinar à Funai etnias consideradas “isoladas” – a exemplo dos Krenakore, Waimiri-Atroari e Yanomami, em territórios por onde passariam estradas e outros empreendimentos econômicos¹⁹². Nesse período também é criada a Guarda Rural Indígena (GRIN) e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, ambos em 1969¹⁹³.

É importante destacar que os Nambiquara do Vale do Guaporé foram considerados índios “arredios”, passaram a ser objeto da política indigenista da Funai e foram fortemente impactados pela atuação conjunta da Funai e outras instituições, por exemplo a SUDAM, como já mencionado. Entre os anos de 1972 e 1975, as etnias do Vale do Guaporé – Wasusu, Alantesu, Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu sofreram remoções compulsórias das suas terras para outras áreas interditadas, realizadas pela Funai. Justamente nesse período, a Funai concedeu a maior parte das certidões negativas para as empresas que se estabeleceram no Vale do Guaporé na década de 1970. Em outras palavras, o “milagre econômico” realizava-se negando a existência de povos indígenas e ocupando suas terras.

Segundo Pacheco de Oliveira e Rocha Freire, a Funai seguia ideologicamente a visão do antigo SPI de que os indígenas deveriam ser “integrados” espontaneamente e suas culturas respeitadas. Mas o que acontecia de fato era justamente o contrário: o aumento da pressão sobre as terras indígenas e a negligência nos contatos com diferentes povos:

O pós-contato sempre levava a doenças, fome e desespero entre os índios contatados, não só por falta de políticas desenvolvidas para essa fase, como pela própria pressão de projetos desenvolvimentistas do regime militar, os quais colocavam os direitos indígenas como secundários. A tragédia enfrentada pelos índios Kren Akarore (Panará), quando mais da metade dos índios morreu no imediato pós-contato (1974), é emblemática dessa fase (Arnt, Pinto & Pinto, 1998)¹⁹⁴.

De acordo com Shelton Davis, a finalidade do modelo de indigenismo de natureza desenvolvimentista da Funai era transformar o indígena em “civilizado”, um trabalhador de

¹⁹² Ver: DAVIS, Op.cit.; SILVA FILHO, Eduardo Gomes. Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014). Mestrado em História. Manaus: UFAM, Manaus, 2015; VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁹³ Ver: VALENTE, Op.cit.; CORREA, José Gabriel Silveira. A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (Dissertação de Mestrado).

¹⁹⁴ Cf. OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha Freire (org). A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p.132-133.

reserva, um produtor de mercadorias “às economias regionais em expansão e às estruturas de classe rurais no Brasil”¹⁹⁵.

Já João Pacheco de Oliveira, em seu livro *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*, resultado de sua tese na qual investiga as relações entre os Ticuna e o SPI, pondera que a ação indigenista do órgão tutelar é marcada por um “paradoxo ideológico da tutela”, gerada pelos condicionamentos históricos e culturais, nas relações entre tutores e tutelados. Para ele, de modo geral, o aspecto de maior destaque da tutela é a sua dimensão pedagógica da relação entre o tutor e o tutelado, esse último visto como detentor de um conhecimento parcial ou deformado sobre os códigos culturais dominantes. Outra dimensão também assumida é da repressão do tutor para com o tutelado. Ambas as dimensões compõem esse paradoxo.

Assim, a tutela pode ser definida como uma forma de dominação e mediação marcada por esse paradoxo, ao ser realizada com base em princípios contraditórios de proteção e repressão, que podem ser acionados alternadamente ou conjuntamente em diferentes contextos¹⁹⁶: “O tutor existe para proteger o indígena da sociedade envolvente ou para defender os interesses mais amplos da sociedade junto aos indígenas?”¹⁹⁷. A resposta de Pacheco de Oliveira e Rocha Freire é que essa ambiguidade é da natureza própria da tutela. Desse modo, a ação indigenista não pode ser lida como apenas uma ação humanitária, nem apenas como instrumento de dominação¹⁹⁸. Ela é formada de ambas as dimensões.

Na visão do tutor, o indígena era um ser transitório aos olhos do órgão indigenista, desde os tempos de SPI, e esta concepção sobre a transitoriedade da categoria “índio”¹⁹⁹ se apresentava de forma clara no próprio Estatuto do Índio²⁰⁰. Criado em 1973, seu texto servia para regulamentar a situação jurídica das populações indígenas com o propósito de “integrá-los harmoniosamente” à “comunidade nacional” e funcionava como principal instrumento legal de amparo à política indigenista, legislando sobre direitos civis, políticos, culturais, saúde, bens, terras, educação e penalidades passíveis de serem impostas aos povos indígenas até a Constituição de 1988²⁰¹. Nele, apesar de serem estabelecidos direitos indígenas já presentes na Constituição de 1967 e diretrizes para a política indigenista a ser cumprida pela Fundação

¹⁹⁵ Davis, Op. cit., p.74.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, 2016.

¹⁹⁷ OLIVEIRA E FREIRE, 2005. p.115.

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ Ver LIMA, Op.cit; OLIVEIRA. João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

²⁰⁰ BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

²⁰¹ Cf. OLIVEIRA & FREIRE, Op.cit.

Nacional do Índio, também limitava-se a autonomia das populações indígenas a partir da ligação entre a categoria “índio” e a noção de incapacidade civil e intelectual²⁰².

João Pacheco de Oliveira afirma que a finalidade da tutela é transformar a partir da ação pedagógica as condutas consideradas desviantes em comportamentos baseados nos códigos culturais dominantes: “Assim a tutela é um fator de controle do grupo social sobre um conjunto de indivíduos potencialmente perigosos para a ordem estabelecida, uma vez que partilham, junto com os infratores, de condutas vistas como anti-sociais”²⁰³. No caso dos indígenas, dos seus supostos conhecimentos parciais dos códigos dominantes²⁰⁴.

O que se concebia como “índio” no Estatuto estava baseado nas definições do Código Civil de 1916, como mencionado, vigente ainda no período, que definia o “índio” como “relativamente incapaz” e expunha o caráter racista do Estado brasileiro. Ele determinava que o “índio” deveria ser submetido a um órgão tutelar até que fosse “adaptado” à sociedade nacional²⁰⁵. Entre 1967 e 1988, a Funai funcionou como órgão tutelar e paternalista que juridicamente representava as populações indígenas, sendo também responsável pelas políticas de Estado direcionadas a essas populações, como a assistência e a proteção²⁰⁶.

No artigo 3º do Estatuto, os indígenas e os povos são definidos nos seguintes termos, de forma genérica e evolucionista:

- I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;
- II - Comunidade Indígena ou Grupo Tribal - É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.²⁰⁷

A perspectiva civilizatória, integracionista, evolucionista está presente em todo o texto. Várias passagens expressam a necessidade de “integrar” o “índio” à “comunidade nacional” e apresenta uma teleologia dos tipos de “índios” existentes naquele contexto. O padrão “índios mansos” x “índios bravos”, típico do período colonial e também dos textos legais do SPI, é

²⁰² Ibid.

²⁰³ OLIVEIRA, 1988, p.224

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ Cf. BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

²⁰⁶ Com a Constituição de 1988 foram reconhecidos o direito à autonomia e à diversidade das populações indígenas, o que possibilitou a superação teórica-jurídica da tutela, embora o Estatuto continue vigente. Ver OLIVEIRA & FREIRE Op.cit.

²⁰⁷ BRASIL, 1973.

mantido nas três definições de “índios” presentes no artigo 4º Estatuto: 1. Índios isolados; 2. Índios em via de integração; 3. Índios integrados:

I - Isolados - Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;
 II - Em vias de integração - Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento;
 III - Integrados - Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.²⁰⁸

Apesar do Estatuto no Art. 22 estabelecer que “Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes”, trecho esse inspirado no Art. 186 da Constituição Federal de 1967, ele também reafirmava a subordinação do “índio” não integrado à tutela do órgão indigenista²⁰⁹. Na prática, com a tutela, a partir das definições do Estatuto, o indígena “não integrado” não tinha a liberdade de se representar juridicamente ou politicamente, ficando limitado às ações da Funai para representá-los na busca e garantia dos seus direitos.

Nos documentos legais que versavam sobre os povos indígenas, ser “índio” correspondia a ser “relativamente incapaz”, atrasado, primitivo, infantil, impossibilitado de exercer seus direitos civis e políticos sem a tutela do Estado. Ser liberado do regime tutelar significava um processo de “desindianização” no qual o “índio” deveria provar ter condições mínimas de não ser tutelado, através da assunção de aspectos comportamentais e culturais considerados “civilizados”, como ter conhecimento da língua portuguesa ou, de forma mais genérica, ter compreensão dos usos e costumes da comunidade nacional. A pré-condição para que os indígenas tivessem liberdade do regime tutelar era deixar de ser índio, abandonando suas línguas, costumes, valores e tradições. Ser livre, não ser tutelado, nesse sentido, era se tornar um “civilizado” ou um “brasileiro”²¹⁰.

Como visto, o padrão do binômio identitário “tupi” x “tapuia” no período ditatorial foi reapropriado de nova forma: “índios” x “civilizados” ou “índios integrados” x “índios não integrados”. Essas dicotomias identitárias eram instrumentalizadas de diferentes formas,

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Art. 7º Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeito ao regime tutelar estabelecido nesta Lei. BRASIL, Op.cit.

²¹⁰ Ibid.

principalmente como modo de demarcar o controle sobre os mesmos. Sobre esse padrão dicotômico que segue desde o período colonial, John Monteiro ponderou:

este padrão foi reciclado em várias conjunturas distintas, reaparecendo em outros pares de oposição, tais como bravo/manso, bárbaro/policiado ou selvagem/civilizado. Mas essas percepções e interpretações não ficaram apenas nas divagações historiográficas ou nos debates antropológicos em torno da unidade e diversidade dos índios, pois tiveram um impacto profundo sobre a formulação de políticas que afetaram diretamente diferentes populações indígenas. Mais do que isso, também foram recicladas e reapropriadas entre alguns segmentos indígenas, o que torna esta história mais complicada ainda²¹¹.

Como destaca Ianni, é possível perceber na perspectiva integracionista (ratificada na lei de criação da Funai e no Estatuto do Índio) que o indígena era visto como um não nacional, um não brasileiro:

Essas leis distinguem e contrapõem “comunidades tribais” ou “comunidades indígenas” e “sociedade nacional” ou “comunhão nacional”. Tanto assim que o Estatuto do Índio estabelece, entre outras finalidades da política indigenista, que cumpre ao poder público prestar assistência aos índios e às *comunidades indígenas* ainda não integradas à *comunhão nacional*. Afinal, quem é o brasileiro? O modo pelo qual se define o índio acaba por transformá-lo em um “outro”, especial, à parte, diferente, estranho, estrangeiro.²¹²

Se tornar um brasileiro significava a perda dos direitos territoriais garantidos aos indígenas pela Constituição Federal vigente e pelo Estatuto do Índio. Como aponta João Pacheco de Oliveira, o “índio” é uma categoria jurídica que implica em ser sujeito de direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado²¹³. Assim, a “integração” em um contexto de expansão de atividades econômicas sobre territórios ocupados por indígenas significava, conforme destaca Gersem Baniwa, “focar um único objetivo de interesse do Estado: o fim da existência dos povos indígenas e a consequente negação e anulação de seus direitos sobre seus territórios”²¹⁴.

Podemos situar o discurso integracionista que o Estatuto reverberava, e sua própria funcionalidade, dentro de um tipo de ação indigenista republicana mais geral, com raízes na tradição colonial e institucionalizada na metodologia de ação do SPI. Conforme apresenta Antonio Carlos de Souza Lima, esse tipo de ação do Estado sobre os povos indígenas era o

²¹¹ Cf. MONTEIRO, John. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas. Unicamp, 2001. Tese de Livre Docência. Inédito, p.8.

²¹² Cf. IANNI, Op.cit., p.201.

²¹³ Cf. OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, Mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 3, n.6, 1997. pp.60-83.

²¹⁴ BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil Hoje. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, volume 1. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006, p.72.

poder tutelar, cujo estabelecimento coincidiu com a montagem do Estado-nação, visando submeter os povos indígenas e suas terras ao controle do Estado. Para o autor, o *poder tutelar*:

[...] é uma forma reelaborada de uma *guerra*, ou, de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamentos possíveis entre um “eu” e um “outro” afastados por uma alteridade (econômica, política, simbólica e espacial) radical, isto é, a *conquista*, cujos princípios primeiros se repetem - como toda a repetição, de forma diferenciada - a cada pacificação.²¹⁵

De acordo ainda com o autor, o *poder tutelar* pode ser visto ao mesmo tempo como um modo de integração territorial e político, uma modalidade de guerra que

implica em fixação de parte do povo conquistador nos territórios adquiridos pela guerra. Este processo se amplia após a vitória militar, configurando um maior afluxo de população das unidades sociais invasoras. Tal envolve o desdobramento da organização militar conquistadora em uma dada forma de administração, para gerir a exploração sistemática do butim, e a transmissão de alguns dos elementos culturais e valores principais do invasor, capazes de, por sua presença definirem o pertencimento dos ocupantes daqueles territórios a uma totalidade social mais inclusiva e com maior dependência funcional entre suas partes, signos e valores cuja introdução/cotidianização/reprodução seria realizada através de instituições concebidas para esse fim.²¹⁶

Como uma forma de guerra de conquista, o poder tutelar visa submeter territórios e seus habitantes, redefinindo legalmente o *status* dos habitantes originais. Isso ocorre porque, segundo Lima, a relação de conflito entre os ocupantes e aqueles que têm seu território ocupado varia entre a aniquilação total ou absorção.

Dessa forma, a ação da política indigenista republicana se realizou sob uma lógica de guerra. Mas diferentemente do período colonial ou imperial, que possuíam o foco de “cristianizar” ou exterminar, objetivava transformar os povos indígenas ocupantes originais do território em “civilizados” e “trabalhadores nacionais”, por meio das chamadas “pacificações”. Na retórica da “guerra de conquista sublimada” republicana, a proposta era “proteger” e “integrar” as populações indígenas sem o uso da violência física, mas lançando mão da violência simbólica. A teatralização desse poder tutelar era representada como o “grande cerco de paz”²¹⁷.

²¹⁵ Cf. LIMA, Antonio Carlos Souza. Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995, p.43.

²¹⁶ Ibid., p.53.

²¹⁷ Ibid.

A categorização e classificação dos povos indígenas pelo Estado republicano brasileiro, baseado nas dicotomias coloniais de “bravos” e “mansos”, “primitivos” e “civilizados”, justificavam a ação tutelar e a razão de ser dos órgãos indigenistas, que expressavam o poder do Estado sobre os habitantes dos territórios conquistados. É também nesse contexto que se pode entender o papel do Estatuto do Índio:

As disputas em torno da definição do que seja *índio* colocam-se a todos que pretendam governar uma população assim rotulada. Conhecer bases sobre as quais se assentam as taxionomias geradas e sua aplicação é conhecer os próprios contornos do modelo de governo que se lhes propõe. Ao mesmo tempo, é ter em mente que qualquer definição extranativa do ser indígena é parte de dispositivos de poder. Por ela se desloca o “direito à identidade” para uma forma externa de atribuição.²¹⁸

Em toda *guerra de conquista* existe um território a ser ocupado, dominado, explorado, e uma população a ser submetida, classificada, subordinada. Na ditadura, este território era, principalmente, mas não apenas, a Amazônia, os estados que faziam parte da chamada “Amazônia Legal”²¹⁹, com seus vastos recursos naturais e presença de inúmeras etnias indígenas pouco ou não contactadas pelo Estado. À medida em que a conquista avançava sobre o território, tendo como funções “pacificar” e “proteger” os indígenas daquela região, a Funai abria espaço para a também expansão da ação da SUDAM, do Incra, dos programas de construção de rodovias, e dos demais planos e programas de desenvolvimento econômico para a região:

Entre 1970 e 1974, a política indigenista brasileira tornou-se cada vez mais comprometida com a política global de desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro. Durante esse período, a Fundação Nacional do Índio passou a ser a principal cúmplice nos processos de etnocídio desencadeados contra as tribos da Bacia Amazônica. Para definir a situação nos termos mais simples, pode-se dizer que em sua política indigenista “reformada” acelerou, em vez de deter, os processos de destruição étnica que caracterizavam tão amargamente a história das frentes de expansão no Brasil²²⁰.

A ditadura militar aprofundou a tutela do Estado sobre os povos indígenas concomitantemente à expansão do controle territorial e à ocupação capitalista nos estados da Amazônia. Nesse sentido, a Funai serviu como o instrumento que permitiu viabilizar a expansão das frentes pioneiras, ao mesmo tempo que deveria, em termos legais, cuidar dos interesses dos

²¹⁸Ibid., p.119.

²¹⁹ A Amazônia Legal é composta por estados que ocupam área de Floresta Amazônia: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

²²⁰ Cf. DAVIS, Op.cit, p.104.

povos indígenas. A intensidade da expansão do Estado e de empreendimentos econômicos sobre territórios indígenas se apresentou como um processo extremamente danoso para diferentes etnias que ocupavam aquela região: doenças, fome, massacres, repressão, devastação do meio ambiente e trabalho escravo foram alguns dos resultados dessa experiência agenciada e financiada pelo Estado ditatorial brasileiro.

É nesse contexto histórico que devemos situar a política indigenista da Funai para com os Wasusu e Alantesu, etnias Nambiquara do Vale do Guaporé. O foco será o processo de remoções para a Reserva Nambikwara, ao qual foram submetidas essas etnias, entre os anos de 1972 e 1975, processo esse que tem ligações com a produção de certidões negativas sobre aquele território, iniciada em 1968.

2.2 Exílio dos Wasusu e Alantesu e reocupação dos territórios tradicionais: a força da etnicidade frente ao poder tutelar

Como apresentado no capítulo anterior, os primeiros registros da ocupação dos Nambiquara no Vale do Guaporé datam da primeira metade do século XVIII, quando bandeiras atingiram aquela região na busca por ouro. A partir desse período, os indígenas que viviam no que atualmente é todo o território Nambiquara, composto pelas três regiões, foram denominados “Cabixis” e tornaram-se alvos de tentativas de aldeamentos e bandeiras em diferentes períodos dos séculos XVIII e XIX²²¹. Entretanto, foi no início do século XX que relações mais pacíficas, mas ainda tensas, foram estabelecidas entre os indígenas e o Estado, com a chegada da Comissão de Linhas Telegráficas, também conhecida como Comissão Rondon e, posteriormente, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Essa relação entre os Nambiquara e o Estado, na primeira metade do século XX, ocorreu com grupos da Serra do Norte e da Chapada dos Parecis (cerrado)²²².

Embora o nome “Nambiquara” tenha sido atribuído aos indígenas ainda no século XIX, foi com o estabelecimento da ação tutelar republicana que a designação “Nambiquara” se tornou recorrente para designar grupos das regiões do Vale do Guaporé, da Serra do Norte e parte da Chapada dos Parecis. Durante a vigência do SPI houve tentativas de criação de postos indígenas, mas apenas o Posto Indígena Pyreneus de Souza, ao norte, teve algum sucesso, abrangendo etnias que viviam próximo à linha telegráfica, como os Sabanê, Mamaindê e os

²²¹ Cf. COSTA, Op.cit.; PRICE, David. Política indigenista e política indígena entre os Nambiquara. Informativo FUNAI, Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, ano V, n.15/16, p. 48-62, 1975.

²²² Ibid.

Negarotê. Os Nambiquara do Vale do Guaporé não estiveram totalmente isolados do contato com os não indígenas da região. No entanto, segundo David Price, estiveram “protegidos” de processos de escravização por serem considerados “selvagens e antropófagos” até os anos 1960²²³.

A partir da análise da documentação produzida pelo Estado e por missionários, é possível depreender que as etnias que viviam no Vale do Guaporé estiveram fora do guarda-chuva da atuação tutelar do SPI e da Funai praticamente até a década de 1970. Entre 1964 e 1974, a função de assistência foi realizada quase que exclusivamente pelo *South America Mission (SAIM)*²²⁴, organização protestante sediada nos Estados Unidos, que atuou entre os Wasusu, Hahaintesu e Waikisu²²⁵.

A primeira ação indigenista ditatorial voltada para os Nambiquara, que visou também os grupos do Vale do Guaporé, foi a interdição de uma área da Chapada dos Parecis e sua posterior demarcação, criando a Reserva Nambikwara. Ambas as ações ocorreram em 1968. A interdição e demarcação realizadas no governo do general Costa e Silva, durante a presidência de José de Queiroz Campos na Funai, e do general Afonso de Albuquerque Lima no Ministério do Interior, foram movidas por interesses econômicos, acompanhando o movimento de ocupação da Amazônia Legal. O momento revela o aparelhamento da Funai aos interesses do setor agropecuário, principalmente pecuarista²²⁶.

A Reserva Nambikwara foi criada em uma região inóspita da Chapada dos Parecis, onde apenas 15% de todos os Nambiquara viviam. Sua criação foi baseada em acidentes geográficos inexistentes e excluiu as terras férteis do Vale do Guaporé onde viviam grande parte dos grupos Nambiquara, a exemplo dos Wasusu e Alantesu²²⁷.

²²³ Ibid; Price, Op.cit.

²²⁴ Souza Lima, em sua análise sobre a política indigenista e o poder tutelar do SPI, apresenta que era comum a participação de membros externos ao órgão tutelar na realização de funções que deveriam ser de funcionários. Isso ocorria geralmente pela falta de recursos destinados à política indigenista pelos ministérios, ao mesmo tempo em que representava a forma como a tutela estava ligada a interesses de particulares. A despeito do que propunha o modelo laico e estatal de indigenismo, um grupo presente na prática assistencialista continuou sendo os missionários. Cf. LIMA, Op.cit.

²²⁵ Cf. SAIM. Formulário posto indígena ou colônia Galera, 1971. Acervo Rubens Valente; SAIM. Formulário posto indígena ou colônia Galera, 1974. Acervo Rubens Valente; SNYDER, David W. Relatório Conciso da SAIM, 1978. A SAIM, como era chamada, também atuava desde 1960 entre indígenas da Chapada dos Parecis, na aldeia de Camararé.

²²⁶ O acesso ao território Nambiquara foi facilitado com a construção da BR-364 (Cuiabá – Porte Velho) durante a primeira metade da década de 1960. Essa presença foi aprofundada, posteriormente, com a criação na década de 1980 de uma variante dessa estrada que cortou praticamente todo o Vale do Guaporé, financiada pelo Banco Mundial. Cf. COSTA, Op.cit.

²²⁷ Cf. COSTA, Op.cit.

A interdição de parte do território Nambiquara foi realizada a partir do Decreto nº 62.995 de 16 de julho de 1968²²⁸, assinado por Costa e Silva e Albuquerque Lima. A interdição foi decretada “para fins de pacificação” dos Nambiquara e Cinta Larga, e restringir o acesso de pessoas cujas atividades fossem “julgadas inconvenientes” naquele território, para a “pacificação”.

Como aponta João Pacheco de Oliveira, “pacificação” é uma categoria forjada no período colonial que atravessou toda a história do Brasil, até o período republicano. Aplicava-se a populações indígenas que deveriam seguir os padrões comportamentais ocidentais. A pacificação que ocorria no período colonial graças às chamadas “guerras justas” e expedições militares era a tentativa de dominação de indígenas considerados “índios bravos”, bem como o controle dos seus territórios, por meio do aldeamento desses grupos, de sua normatização dentro dos valores cristãos e da utilização deles como mão de obra livre ou escravizada²²⁹.

De acordo com Pacheco de Oliveira²³⁰ e Lima²³¹, os processos de “pacificação” passaram a ser a marca do indigenismo republicano brasileiro. A grande diferença é que, na República, a função pedagógica da “pacificação” não seria mais realizada por missionários, mas pelo próprio Estado brasileiro, devendo ser laica e fraternal. A “pacificação”, tal como preconizou Rondon, um dos precursores dessa perspectiva, seria proteger as populações consideradas primitivas, garantindo o usufruto exclusivo das terras públicas que ocupavam enquanto não fossem assimiladas pela sociedade nacional.

Apesar da proposta humanista, a pacificação na política indigenista não se expressava de forma tão diferente das guerras de conquista do período colonial. Ela continuou a confinar as populações indígenas em pequenos pedaços de terras, enquanto liberava os territórios indígenas para iniciativas privadas, além de continuar a vê-los enquanto reserva de mão de obra barata e sem direitos²³².

No período colonial ou republicano, a “pacificação” esteve calcada em uma retórica de superioridade do “pacificador”, do colonizador, em relação aos povos indígenas, constantemente representados como primitivos e bárbaros:

Pacificação e civilização são faces distintas de um mesmo processo, que tiveram/têm como finalidade a perda de autonomia e a introdução de dependências da coletividade

²²⁸ Não foi encontrado qualquer registro de estudos ou relatórios de identificação e demarcação dessa reserva.

²²⁹ Cf. OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

²³⁰ Ibid.

²³¹ Cf. LIMA, Op.cit.

²³² Cf. OLIVEIRA, Op.cit.

indígena em relação a bens e serviços sob controle exterior, tornando-as sujeitas ao exercício de um mandato tutelar.²³³

A “pacificação” seria o início do exercício da tutela, a condição para a sua realização: a dominação, o confinamento e a perda da autonomia dos povos autóctones, depende dessa ação inicial. Como ocorreu no estabelecimento da tutela sobre os Nambiquara do Vale do Guaporé, as consequências são geralmente a fome, as doenças e epidemias, o genocídio²³⁴.

A criação da Reserva Nambikwara ocorreu em 1968. Veio com o Decreto nº 63.368 de 8 de outubro de 1968, assinado também por Costa e Silva e Albuquerque Lima, junto com a criação de outras reservas indígenas: “Tapaiuna”, “Erikbatsa”, “Apiaká”, “Kayabi”, “Irantxe” e “Pareci”. O que chama a atenção no decreto, além dos limites geográficos cuja veracidade foi posteriormente questionada, é a abertura para que grupos que estivessem fora dos limites dela fossem estabelecidos no seu interior²³⁵:

Art.2º A Fundação Nacional do Índio promoverá as medidas necessárias no sentido de criar, nas reservas discriminadas no artigo 1º. Condições para que nelas sejam **localizados os grupos indígenas das tribos mencionadas, esparsos fora de seus limites.**²³⁶(grifo nosso)

Em 1973, através do Decreto 73.221, de 28 de novembro de 1973, os limites da Reserva foram alterados, estendendo-os até o rio Doze de Outubro. No entanto, ainda assim, as férteis terras do Vale do Guaporé em que os índios viviam não foram incorporadas²³⁷.

No início da década de 1970, foram removidos para a Reserva Nambikwara os Alantesu e Wasusu, do Vale do Guaporé, e os Mamaindê e os Negarotê, da Serra do Norte. A intenção do Ministério do Interior e da Funai era levar os demais grupos Nambiquara das três regiões, de modo que suas terras fossem liberadas para empreendimentos agropecuários²³⁸.

Segundo a historiadora Anna Maria Costa, ao mencionar os processos de remoções que os grupos do Vale do Guaporé sofreram na década de 1970, dentre os grupos removidos no primeiro processo, apenas os Negarotê e os Mamaindê permaneceram até a década de 1980 na

²³³ Ibid apud OLIVEIRA, 2010, p.31.

²³⁴ Ibid. Ver também: CORREA, Op.cit; DAVIS, Op.cit; SILVA FILHO, 2015 Op.cit.; VALENTE, Op.cit; GUIMARÃES, Op. cit.

²³⁵ Em memorando do Departamento de Estudos e Pesquisas, de outubro de 1970, que solicita recursos para que Fritz Tolksdorf realizasse uma viagem ao território da reserva, com a finalidade de estudar o local para onde seriam levados os Wasusu. O termo “localização” é utilizado se referindo à ação de estabelecer os indígenas na reserva. Cf. FUNAI/DGEP. Memorando nº 450/71. Fundação Nacional do Índio, 1971.

²³⁶ FUNAI. Identificação e delimitação da reserva indígena Nambikwara, localizada no município de Vila Bela da Santíssima Trindade – Mato Grosso. Brasília: Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, 1982, p.3; PRICE, David. Nambikwara society. Tese (For the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, 1972.

²³⁷ Cf. COSTA, Op.cit.

²³⁸ Ibid.

Reserva Nambikawara, enquanto os Wasusu e os Alantesu iniciaram a reocupação de suas terras até 1974. No entanto, quando retornaram, o território já estava tomado pelas fazendas e os recursos naturais devastados, o que dificultava a manutenção da vida dos grupos na região²³⁹. No total, teriam ocorrido dez tentativas de transferência de etnias do Vale do Guaporé para a Reserva até o ano de 1975, das quais apenas quatro teriam sido “bem-sucedidas” do ponto de vista governamental²⁴⁰.

Em 1974 e 1975, novas transferências de grupos do Vale do Guaporé ocorreram. Após declarar vazias as terras dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu, a Funai transferiu-os para o Vale do Sararé, onde viviam outras etnias Nambiquara inimigas²⁴¹. Nesse processo de transferência, várias crianças morreram de gripe, desnutrição e malária. Assim como ocorreu com membros dos grupos transferidos para a Reserva, os Hahaintesu retornaram a pé para suas terras²⁴².

O mapa de remoções abaixo, produzido pela Funai, apresenta o movimento de remoções e de retorno dos grupos às suas terras. No entanto, a data que atribui à remoção dos Wasusu vai de encontro a um ofício de 1972²⁴³, que indica que esse grupo foi removido nesse ano. Apesar disso, como não foi encontrado registro sobre os Alantesu terem sido removidos para a reserva em 1972, é possível que esse processo tenha ocorrido para esse grupo em 1973²⁴⁴. Por isso, vamos tratar essas primeiras remoções como se tivessem ocorrido entre 1972 e 1973, sem determinar o ano específico.

²³⁹ Ibid.

²⁴⁰ Relato de David Price em áudio do Conselho Indigenista, outubro de 1975. FUNAI. 1ª Sessão do Conselho Indigenista-Simpósio. Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio. 1975. 1 DVD (faixa 1: 1 h, 32min 42seg; faixa 2: 1h 29 min 07seg) Tempo total: 3h1min50seg. AVESON 222 C. Rolo. (a)

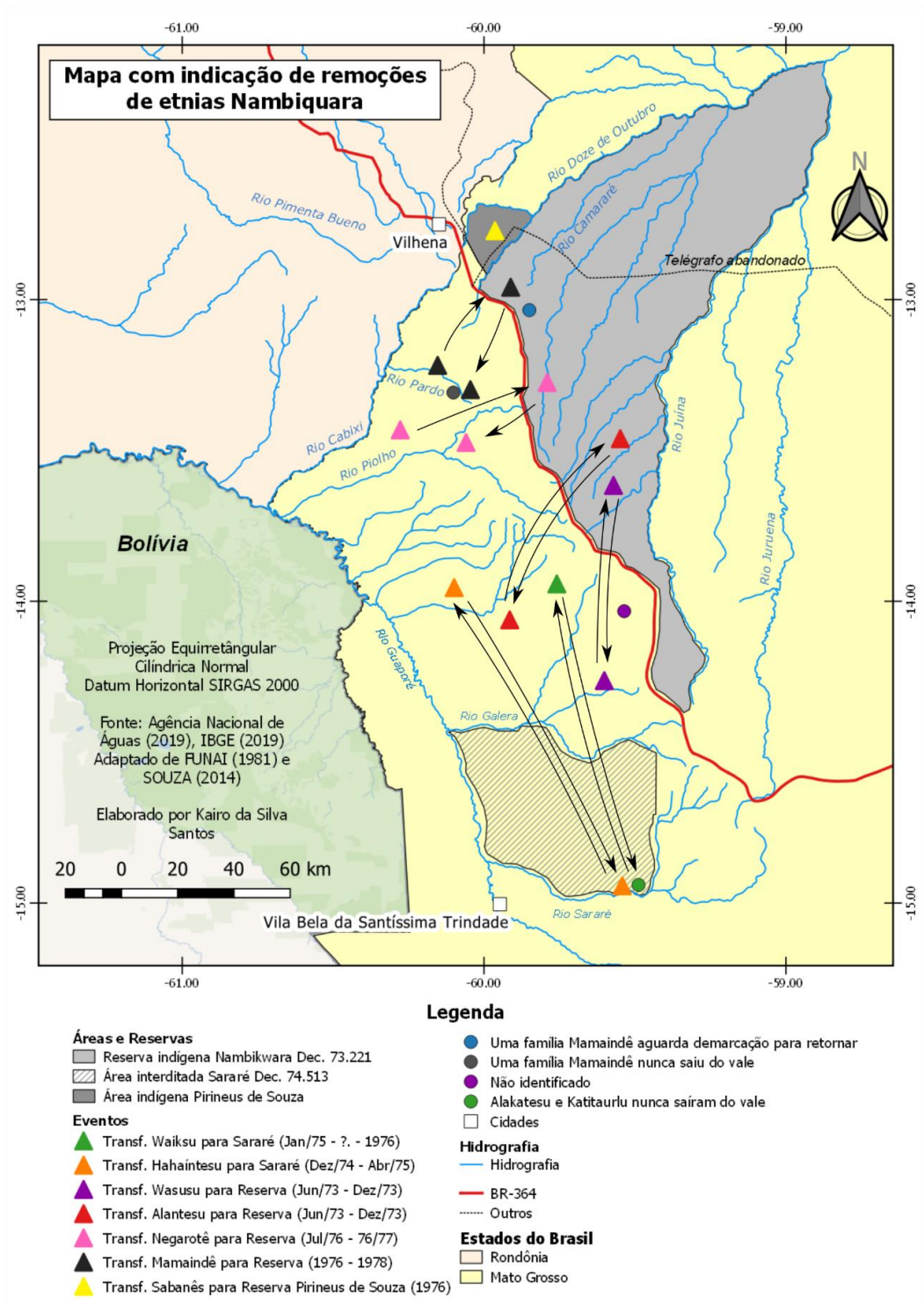
²⁴¹ COSTA, Op.cit. É importante destacar, como pretendemos demonstrar no próximo capítulo, que os dois processos de remoções, para a Reserva Nambikwara e para a área interdita, ocorreram em situações históricas distintas e possuem também características distintas.

²⁴² Ibid. VALENTE, Op.cit.

²⁴³ Cf. FUNAI. Processo/Funai/BSB/3092/71. Fundação Nacional do Índio, 1972.

²⁴⁴ Em relatórios, Price afirma que os grupos foram removidos em 1973. Ver, por exemplo: PRICE, David. Situação indígena dos Nambikwára nos meses de dezembro de 73 a março de 74. Fundação Nacional do Índio, 1974. ISA.

Figura 1: Mapa de transferências



Os processos de remoção dos Wasusu e Alantesu ocorreram simultaneamente à emissão de certidões negativas pela Funai. Tais certidões afirmavam não haver indígenas no Vale do Guaporé, concedendo, então, o necessário documento legal para que empresas agropecuárias solicitassem permissão para estabelecerem seus projetos nas terras indígenas. Podiam ainda obter créditos e isenções fiscais. Segundo a CNV, entre 1970 e 1971, o vale inteiro já

encontrava-se tomado pela pecuária.²⁴⁵ Nas palavras do jornalista Rubens Valente, em seu livro *Os fuzis e as flechas*, a Funai, entre 1970 e 1974, tornou-se uma “máquina de concessão de certidões negativas”²⁴⁶.

De acordo com as informações obtidas a partir do cruzamento de dados fornecidos por Carelli e Severiano (1980), Dante de Oliveira (1981) e pela Comissão Parlamentar de Inquérito (1977), entre 1968 e 1979, foram concedidas pelo menos 22 certidões negativas para empresas agropecuárias no território Nambiquara²⁴⁷. Como se observa na tabela abaixo, 19 certidões das 22 totais foram concedidas anteriormente ao ano o qual os Wasusu e o Alantesu sofreram as remoções, entre 1968 e 1971:

Tabela 2: Agropecuárias com certidões negativas

Fazendas	Datas de certidões
Colonizadora Guaporé	1968
Estrela do Guaporé	1968
Nomura Agropecuária S/A Comércio e Indústria	1968
Agropecuária Vale do Guaporé S/A	1969
Sapé Agropecuária	1969
Leo Maniero	1970
Kanaxué Agropecuária	1970
Agrorio- Agropecuária do Rio S/A	1970
Baguá S/A- Agropastoril da Bacia do Guaporé	1970
Agropecuária Cabixi	1970
Galera S/A- Agropecuária Comércio e Indústria	1970
Companhia Guaporé Agropecuária – Bonguapé	1971
Cerro Azul	1971
Agropecuária União S/A	1971
Agropecuária Guaporé Galera S/A	1971
Nhambikwaras LTDA	1971
Agropecuária Intapicuru S/A	1971 (1970)
Edmundo José Rodrigues	1971

²⁴⁵ BRASIL, Op.cit..

²⁴⁶ VALENTE, Op.cit, p.202. De acordo ainda com o jornalista, durante a presidência de Bandeira de Mello, entre 1970 e 1974, foram concedidas 772 certidões negativas a empreendimentos de caráter diversos.

²⁴⁷Cf. CARELLI, Vincent; SEVERIANO, Milton. Mão branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?, Brasil debates, 1980; OLIVEIRA, Dante de. *Governo extermina índios Nambiquara*. Cuiabá, MT: Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1981; BRASIL. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias relativas à invasão de reservas indígenas e avaliar o sistema de medidas desenvolvidas, no sentido de resguardar a fixação dos grupos indígenas nos respectivos “habitats”, 1977.

Bridão Brasileiro Pecuária e Comércio	1971
Sorana- Comercial e Importadora S/A	1974
Confap Cia Nova Fronteira Agropecuária	1976
Confap – Cia Nova Fronteira Agropecuária	1979

(Continuação)

Tabela de certidões negativas (Autoria própria)

As agropecuárias que obtiveram as certidões negativas da Funai ocuparam terras de todas as etnias Nambiquara do Vale do Guaporé²⁴⁸. Além das grandes propriedades de criação de gado, entre as quais algumas possuíam serrarias, também ocupavam o Vale do Guaporé pequenas fazendas e empreendimentos de mineração. Apesar disso, esses empreendimentos eram minoria diante da quantidade das grandes agropecuárias²⁴⁹.

As certidões negativas foram fornecidas principalmente durante a presidência de José de Queiroz Campos (1967-1970) e general Bandeira de Melo (1970-1974) à frente da Funai, durante o ministério do general Costa Cavalcanti, cujo filho foi apontado como sendo um dos beneficiários da prática de concessões²⁵⁰.

As presenças agropecuárias no Vale do Guaporé resultaram em um grande desmatamento, com a construção de pastagens e a contaminação de rios e terra com o uso de desfolhantes químicos. Utilizaram-se de muitos trabalhadores para realizar as derrubadas da mata, e houve a expansão de doenças e epidemias entre os indígenas. Foi esse o cenário que as etnias removidas tiveram que enfrentar antes da transferência compulsória e, mais ainda, após o retorno às suas terras²⁵¹.

Uma série de ofícios internos do Ministério do Interior e da Funai apresentam as opiniões entre chefes de diferentes departamentos a respeito da possibilidade de remoção dos Wasusu para a Reserva Nambikwara, bem como o conhecimento que se tinha dos problemas que tal ação poderia acarretar²⁵².

Aparentemente, esta discussão foi impulsionada por um bilhete do missionário da SAIM, Edwin Pedersen²⁵³, endereçado em 30/09/1971 ao chefe da 5ª Delegacia Regional,

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ PRICE, Op.cit.; SILVA, Op.cit.

²⁵⁰ CARELLI & SEVERIANO, Op.cit., VALENTE, Op.cit.

²⁵¹ Ibid; FUNAI, 1975(a); SILVA, Op.cit.

²⁵² A respeito dos relatórios, sobre os quais a discussão a seguir se debruça, ver também VALENTE, Op.cit.

²⁵³ Edwin Pedersen era o missionário responsável pela atuação da SAIM entre os Wasusu na região do rio Galera.

coronel Olavo Duarte Mendes, acerca de desentendimentos entre indígenas daquele grupo e funcionários da Fazenda Aguapé S/A, que construíam uma estrada nas imediações da aldeia:

Os índios não queriam que passassem e deu ordem para eles retirarem. (...) Os índios me prometeram que não flechavam ninguém se a turma retirasse (incompreensível) dia seguinte. O Chefe também prometeu retirar sua turma com toda a sua sabedoria. (...) A turma já saiu e os índios estão contentes com isso²⁵⁴.

O relato de Pedersen sobre a hostilidade existente entre os indígenas e os funcionários da fazenda Aguapé gerou alguns ofícios entre diferentes departamentos da Funai, como o ofício do delegado da 5ª Delegacia Regional²⁵⁵, coronel Olavo Duarte Mendes, e do diretor do Departamento de Gestão do Patrimônio Indígena (DGPI)²⁵⁶, coronel Clodomiro Fortes Flôres, ao Superintendente Administrativo da Funai, general Ienard Albuquerque, e ao presidente Bandeira de Mello, respectivamente.

No documento mencionado, de 06/10/1971, o delegado da 5ª inspetoria propunha a “transferência” da aldeia Wasusu que residia no rio Galera, justamente a que teria entrado em conflito com funcionários da fazenda de gado. Segundo Mendes, ele teria recebido na delegacia o missionário Edwin Pedersen e proprietários paulistas de fazendas na região, como Mário Brandão, Maxiliano Gorla e Wivaldo Combauva²⁵⁷. Na reunião, teria sido esclarecido o motivo do conflito. De acordo com um dos fazendeiros, os funcionários da fazenda tentaram abrir um acesso para a mesma, contornando a aldeia dos Wasusu. Os indígenas descontentes teriam “surrado” o funcionário de outra fazenda que se encontrava na entrada da picada. O fazendeiro Brandão ainda teria afirmado que a convivência entre ele e os indígenas sempre havia sido pacífica até a situação ocorrida.

Segundo o delegado, os “índios Nambikwara” se encontravam espalhados na região em inúmeras aldeias e alguns viviam sujos, com acesso à pouca água, se alimentando de baratas e em “estado primitivo”, relato que acompanha, em anexo, fotografia. Em seguida, apresentava a proposta do grupo dos fazendeiros paulistas de transferir os 44 Wasusu para a Reserva Nambikwara, mas a presença de outros grupos na reserva seria um problema, de acordo com

²⁵⁴ Cf. PEDERSEN, Edwin. Mensagem para Coronel Olavo Mendes Funai, 1971. Acervo Rubens Valente

²⁵⁵ Cf. MENDES, coronel Olavo Duarte. Comunicação (faz). Fundação Nacional do Índio/5ªDR, 1971. Acervo Rubens Valente

²⁵⁶ Cf. FLÔRES, general Clodomiro Fortes. Ofício ao presidente da Funai. Fundação Nacional do Índio/DGPI, 1971. Acervo Rubens Valente

²⁵⁷ Segundo Edwin Pedersen, o proprietário da fazenda seria Mário Brandão. Já de acordo com o delegado, a propriedade em questão seria de Maxiliano Gorla.

Pedersen, pois poderiam não aceitar os de fora²⁵⁸. A sugestão recomendava realizar um exame *in loco*, a ser feito com rapidez, no aldeamento dos indígenas sobre suas condições de vida, ou na própria Fazenda Agupé S/A, que teria 300 trabalhadores, o que representava, de acordo com o delegado, uma ameaça para os indígenas. Para Mendes, notava-se “por parte dos fazendeiros boa vontade em solucionar o problema de acordo com a orientação da Funai”²⁵⁹.

Em ofício posterior ao do delegado, o diretor do DGPI informava ao presidente da Funai sobre as informações contidas no ofício de Mendes, endereçado ao Superintendente Administrativo da Funai, lembrando os motivos dos atritos e a situação na qual se encontrariam os Nambiquara. Flôres menciona as certidões negativas concedidas pelo Ministério do Interior a 12 agropecuárias estabelecidas no território dos Nambiquara, entre elas a própria Agropecuária Agupé. Segundo ele, quando foram expedidas as certidões ficou determinado que os indígenas fossem “transferidos” para a reserva, enquanto as agropecuárias deveriam informar à Funai sobre atividades realizadas na área e eventual presença de indígenas, bem como aceitar pacificamente a possibilidade de interdição oficial para evitar conflitos, determinações que não estariam sendo cumpridas pelas agropecuárias. O diretor do DGPI ressaltava ainda que os Nambiquara eram inimigos entre si, o que dificultaria a “transferência” para a reserva, e defendia que as empresas fossem persuadidas a cumprir as condições das certidões negativas até que este processo fosse concluído. Criticava ainda a possibilidade de a Funai aceitar auxílio financeiro dos fazendeiros para a realização da remoção dos Wasusu, porque geraria consequências penais e morais para o órgão, assim como um escândalo “sem defesa e de repercussão muito triste”²⁶⁰.

A simpatia do delegado da 5ª Delegacia Regional para com a demanda dos fazendeiros era aparente, bem como não se apresentou desfavorável o chefe da DGPI.

A movimentação que culminou na remoção dos Wasusu da aldeia Galera para a reserva durou quase um ano. Em outubro de 1971, o sertanista Fritz Tolksdorf foi designado para estudar a área da reserva, com o fim de estabelecer os indígenas, sob recomendação do então presidente da Funai²⁶¹. Em junho de 1972, a remoção dos Wasusu já havia sido concluída,

²⁵⁸ Cf. MENDES, Op.cit. Ressaltando a importância da transferência, o delegado afirmava “Há assim, um problema criado e que, conforme sua avaliação poderá resultar em maiores complicações ou morrer no nascedouro”.

²⁵⁹ Ibid. p.3.

²⁶⁰ Cf. FLÔRES, Op.cit.

²⁶¹ Cf. FUNAI/DGEP, Op.cit.

através da ação de Fritz²⁶², e com a ajuda dos missionários da SAIM, que transportaram o grupo para a antiga Gleba Continental, dentro da área reservada²⁶³.

Levando-se em consideração o contexto de produção dos relatos de Flôres e Mendes, é preciso problematizar o discurso a respeito da situação dos Wasusu. Quais são as possibilidades das informações sobre os Wasusu encontrarem-se “sujos” e miseráveis em seus territórios terem sido apresentadas nos ofícios para legitimar a necessidade de remoção do grupo? A suposta surra que os indígenas teriam dado no funcionário da fazenda era verdadeira? Essa informação não encontra-se, por exemplo, presente no bilhete que Pedersen enviou ao chefe da 5ª Delegacia Regional, coronel Olavo Duarte. Conforme alerta João Pacheco de Oliveira, é necessário desconfiar de fontes oficiais:

Um regime de memória propicia relatar uma história; mas, para compreender a organização e o funcionamento de tais sociedades, o pesquisador não pode fixar-se em um só ponto de vista: deve buscar as muitas histórias e o seu entrelaçamento. Por isso, o investigador não deve se limitar a uma documentação produzida por fonte oficial e que reflita uma perspectiva supostamente canônica em relação àquele assunto: precisa explorar a diversidade de fontes e a multiplicidade de relatos possíveis, beneficiando-se do resultado de pesquisas antropológicas e históricas atuais²⁶⁴.

Apesar do bilhete de Pedersen ter gerado certa comoção nos departamentos da Funai, fomentando a discussão sobre a possibilidade de remoção dos Wasusu, registros sobre a intenção de remover os grupos do Vale do Guaporé para a reserva são anteriores, o que demonstra a precedência de algum planejamento, ou pelo menos intenção, por parte da Funai em realizar as remoções em anos anteriores²⁶⁵.

Em 10/08/1971, antes do bilhete de Pedersen, em documento confidencial, a Seção de Segurança e Informações da Funai (SSI) solicitou informações à Diretoria Geral de Assistência (DGAS) acerca da transferência de todas as aldeias indígenas do Vale do Guaporé (Sará, Galera (Wasusu), Mamaindê, Negarotê e Sabanê)²⁶⁶. Ao que parece, o conflito ocorrido entre os Wasusu e os funcionários da agropecuária estabelecida em suas terras foi a justificativa

²⁶² Cf. FUNAI. Processo/Funai/BSB/3092/71. Fundação Nacional do Índio, 1972. Acervo Rubens

²⁶³ SAIM, 1978.

²⁶⁴ Cf. OLIVEIRA, 2016, p.29.

²⁶⁵ No ano anterior, o então presidente da Funai, Queirós Campos, junto ao fotógrafo Jesco Von Puttkamer, visitou a aldeia Wasusu, em janeiro. O presidente teria destinado aos indígenas machados, enxadas, foices e facões como presentes para os homens do grupo, para auxiliar na roça daquele ano. Não possuímos mais informações sobre as intenções dessa visita e da entrega dos presentes. Fica a dúvida se esse encontro representava uma tentativa de negociação para que os indígenas fossem para a reserva. Ver MOSHER, Rev. Phillip. Relatório Conciso. SAIM, 1970. Acervo Rubens Valente.

²⁶⁶ Cf. FUNAI/SSI. Transferência de aldeias indígenas, 1971; DGPI/FUNAI. Ao senhor chefe da SSI/FUNAI, 1972.

necessária para que fossem finalizadas as tentativas de remoção do grupo para a reserva, bem-sucedida em 1972.

Em ofício de 16 de março de 1970, o chefe do Departamento de Pesquisas (DEP), Olympio Serra, apresentou ao então presidente da Funai, José de Queiroz Campos, informações sobre a organização social dos Nambiquara. Nesse ofício, ele destaca a área tradicionalmente ocupada pelos Nambiquara e questiona os limites da Reserva Nambikwara, criada em 1968. De acordo com ele, os Nambiquara habitavam tradicionalmente uma área compreendida entre os paralelos 58°30' e 60°30' W e meridianos 11°40' e 15° S²⁶⁷. A área delimitada pelo decreto de criação da Reserva Nambikwara incorporou apenas três das vinte ou mais aldeias dos Nambiquara. Para Serra, essa exclusão de grande parte do território ocupado pelos Nambiquara sugeria a intencionalidade de que todos os Nambiquara fossem reunidos em uma só reserva²⁶⁸.

Nesse contexto, certidões negativas continuavam sendo concedidas pela Funai. Meses antes do ofício da SSI ao DGAS, solicitando informações sobre a transferência dos indígenas, e meses depois do ofício de Serra que oferecia as coordenadas de ocupação tradicional dos Nambiquara, o presidente do órgão, general Bandeira de Mello, ofereceu certidão negativa à Agropecuária Guaporé Galera S/A. Em 17 de março de 1971, Bandeira de Mello certificou:

[...] não haver conhecimento da existência de aldeamento indígena no lote de terra de interesse da petionária, compreendido dentro das seguintes coordenadas geográficas: 60°06' a 60°03' de Longitude W, a 14°26' e 14°29' de Latitude Sul, no Município do Mato Grosso, Estado do Mato Grosso [...]. Essa certidão fará fê perante a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, de acordo com a Resolução nº34, de 15 de maio de 1968, do Conselho Deliberativo daquela Superintendência²⁶⁹.

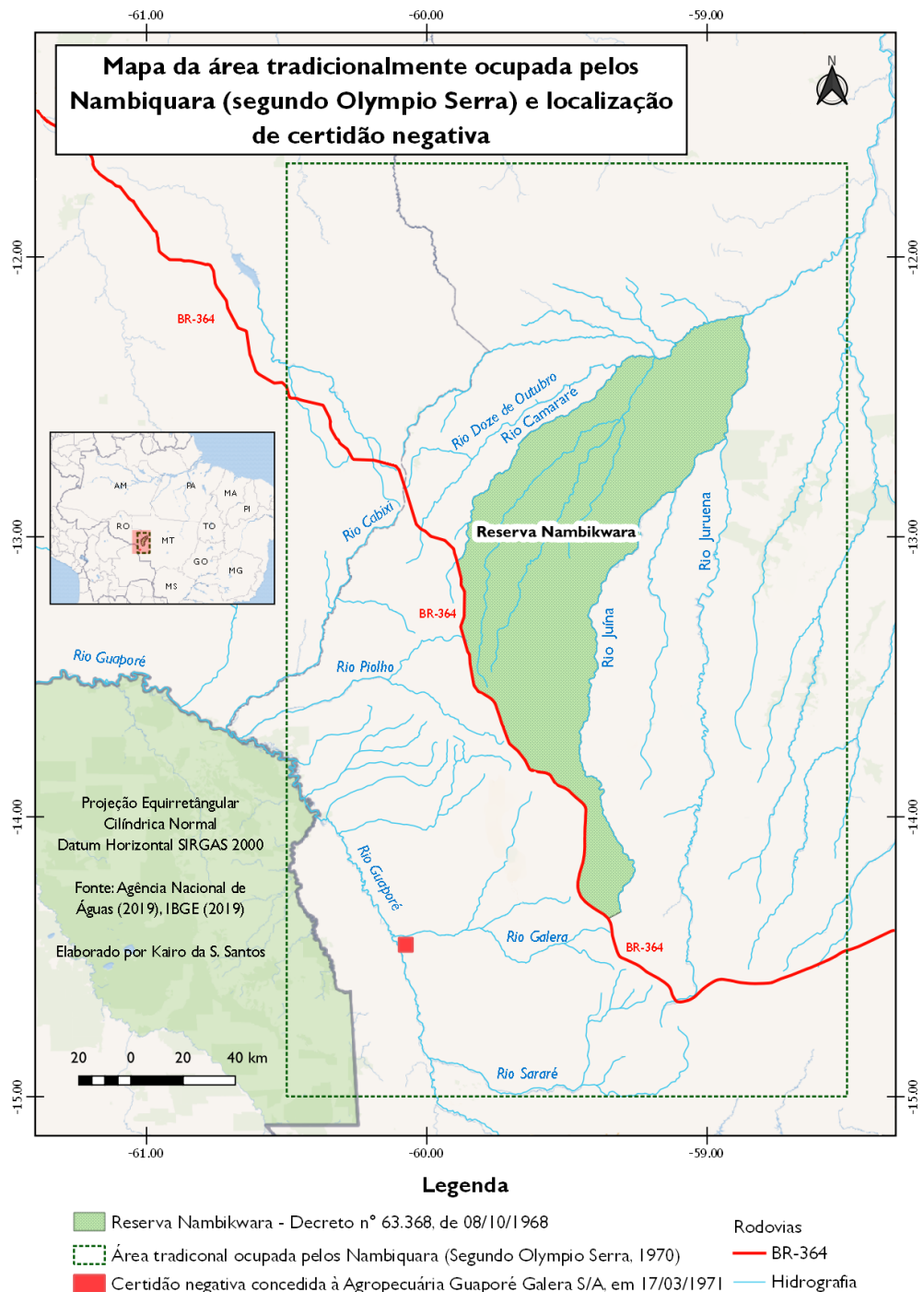
Cruzando as coordenadas oferecidas por Serra em 1970 sobre o que era o território tradicionalmente habitado pelos Nambiquara, trocando paralelos e meridianos por latitude e longitude, com as coordenadas da área que a certidão negativa abrangia, é possível demonstrar que a segunda estava contida dentro da primeira. Como mostra o mapa a seguir, a área que a certidão negativa contemplava, representada pelo quadrado vermelho, ocupou parte do que Olympio Serra afirmava ser o território tradicional Nambiquara, em retângulo verde:

²⁶⁷ A leitura correta é: 58°30'W a 60°30' W de longitude e 11°40'S a 15°S de latitude. Essas coordenadas também são encontradas em relatório do antropólogo David Price, de 1969, o que indica a possibilidade de Serra ter se baseado nas informações de Price. FUNAI. Proc. FNI/474/70. Ministério do Interior/Funai, 1970. Acervo Cimi

²⁶⁸ Ibid.

²⁶⁹ FUNAI. Certidão. Ministério do Interior/Funai, 1971.

Figura 2: Mapa da área tradicionalmente ocupada pelos Nambiquara (segundo Olympio Serra) e localização de certidão negativa



Não é possível afirmar se Bandeira de Mello conhecia o ofício de Serra, mas as informações sobre os possíveis limites do território tradicionalmente ocupado pelos Nambiquara poderiam ter sido buscadas junto ao Departamento de Pesquisas da Funai, caso não fosse de conhecimento do presidente.

Conforme apresenta Rubens Valente em depoimento, anos depois, à CPI do índio de 1977, Bandeira de Mello, que concedeu 772 certidões negativas para empreendimentos na Amazônia Legal, admitiu:

Em sã consciência, eu não posso afirmar que uma certidão negativa fornecida pela Funai corresponda à realidade. [...] Se essa plotação for errada, será dada a certidão negativa para uma área e na realidade a sua localização é outra, podendo inclusive, não havendo benfeitorias, se localizar dentro da área indígena²⁷⁰.

Por intencionalidade ou negligência de Bandeira de Mello, a certidão negativa da Agropecuária Guaporé Galera S/A, assim como de outras, abrangia uma área dentro do território tradicionalmente ocupado pelos Nambiquara, tendo ocorrido violação dos direitos territoriais indígenas, cometida pela própria Funai.

É aparente a debilidade da Funai na atuação indigenista em relação aos Nambiquara. Como mencionado, a assistência era realizada por missionários protestantes da SAIM e a função de proteção também não era cumprida pelo órgão, já que era o principal responsável por viabilizar no território indígena a presença dos fazendeiros com os quais eles entravam em conflito. Mesmo sem oferecer assistência e proteção adequada aos indígenas, a preferência da presidência do órgão e de membros de diferentes setores foi remover os indígenas para a Reserva Nambikwara, cujas condições ecológicas eram muito diferentes das demandadas pelos indígenas – mesmo que isso significasse descumprir as funções que deveriam exercer por lei.

Sobre ações negligentes, João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner de Almeida salientam sua função estratégica dentro da Funai. Nesse período ditatorial, era prática comum da Funai “administrar por crises”, dando respostas urgentes, caracterizadas pela inexistência de uma avaliação mais profunda sobre sua atuação, bem como sobre alternativas de ação na resolução de situações calamitosas²⁷¹. Entretanto, no que se refere às remoções dos Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara, parece ter sido menos um “administrar por crises” do que uma ação planejada dentro da lógica de concessão de certidões negativas para as agropecuárias.

Percebe-se na documentação anterior ao período de maior presença da Funai no Vale do Guaporé um certo silêncio nos documentos oficiais em relação aos Alantesu, grupo também removido entre os anos de 1972 e 1973. Talvez os Alantesu fossem tratados como indígenas

²⁷⁰ Depoimento de Bandeira de Mello à CPI do Índio, em 04 de outubro de 1977, citado por VALENTE, Op.cit., p;202.

²⁷¹ Cf. OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil. Lima/Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

Galera ou Wasusu, nomes usados como sinônimos pelos missionários e pela Funai antes da sua transferência e posterior retorno. Ou quem sabe o contato desse grupo com parte dos missionários e da Funai e sua remoção tenham sido posterior ao dos Wasusu. São apenas hipóteses, mas a lacuna permanece e deve ser pelo menos registrada.

Não foram encontrados registros oficiais anteriores ao ano de 1975 sobre os Alantesu nem sobre sua remoção. Os registros encontrados que mencionam o grupo em fontes oficiais e não oficiais são posteriores ao seu retorno²⁷². Apesar de sua presença no Vale do Guaporé não ser mencionada antes de 1975 nos documentos, David Price menciona diversas vezes em sua tese publicada em 1972, mas desenvolvida no final dos anos 1960, a presença da etnia naquela região²⁷³. Além do silêncio sobre os Alantesu até o seu retorno ao território tradicional, também não foram encontrados documentos oficiais produzidos no período em que os dois grupos ficaram na reserva, entre 1972 e 1974, que abordassem o cotidiano deles na reserva. As informações que possuímos sobre essa experiência são de quando os Wasusu e Alantesu já haviam retornado ao seu território.

As remoções que os Nambiquara sofreram mobilizaram denúncias por parte de membros da sociedade civil durante a década de 1970 e 1980. Algumas denúncias foram realizadas num contexto posterior às remoções, que tinham como foco denunciar a construção da variante da BR-364, mas que relembavam as consequências daquelas ações.

Ainda na década de 1970, uma das organizações a denunciar a política indigenista ditatorial foi a Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas – AEPPA, a qual se denominavam anonimamente como “antropólogos patriotas” que não queriam se identificar dado o regime “fascista” instalado no Brasil naquele momento. Em 1976, a AEPPA publicou em Lisboa o livreto *A política de genocídio contra os índios do Brasil*, no qual denunciava o genocídio dos indígenas brasileiros.

O texto da AEPPA vai ao encontro das informações e argumentos levantados pela literatura que tem tratado dos Nambiquara, apesar de não identificar a quais etnias estavam se referindo e apresentar um número muito alto de mortes. Assim como pesquisas mais atuais vêm percebendo, o sistema de certidões negativas e deslocamentos dos Nambiquara do Vale do Guaporé realizados pela Funai era resultado de uma política indigenista assimilacionista e autoritária, atrelada aos planos de desenvolvimento econômico para a Amazônia. Ademais, ressalta-se como esse processo levou, além de perdas territoriais, à irreparável perda humana:

²⁷² Encontramos menções aos Alantesu em documentos oficiais produzidos após 1974, que abordam as remoções, e a situação dos Nambiquara do Vale do Guaporé após as mesmas.

²⁷³ Cf. PRICE, 1972.

Os nambiquara que foram deslocados – cerca de 600 – não se deram bem na reserva. A terra é muito ruim [sic] para a agricultura, há pouca caça e ficaram totalmente abandonados pela FUNAI. Muitos índios adoeceram. Por isso, grande número deles decidiu voltar por conta própria à sua terra. Enfraquecidos pela longa viagem a pé cerca de 200 morreram no caminho. Na faixa de 15 anos para baixo sobraram poucos. Informada, a Funai efectuou uma custosa e tardia operação de socorro, com médicos e remédios. Os médicos chegaram a tempo de assistir a morte de 15 índios de sarampo e gripe²⁷⁴.

Em 1978, no texto de seu discurso no ato público de repúdio ao decreto de emancipação, realizado em 08/11 daquele ano, o Padre Antonio Iasi denunciava a política indigenista da Funai para com os Nambiquara. Nesse texto, chamado *O extermínio oficial dos índios Nambikwára*, Iasi destaca os impactos da produção das certidões negativas, da expansão das fazendas, responsabilizando a Funai pelas doenças, fome e morte dos Nambiquara. É interessante nesse pequeno texto a informação que apresenta sobre a presença de missionários no Simpósio Funai-Missões, em 1973, do qual parte retirou-se, após não encontrar espaço para debater a situação dos Nambiquara:

Em novembro de 1973, durante o Simpósio Funai-Missões, tentamos levantar a problemática em que se encontravam os índios Nambikwára, mas o então superintendente da Funai, auxiliar imediato do Gen. Ismarth de Araujo Oliveira, numa das suas hábeis escamoteações de verdade, alegou não estar a par do que acontecia com esses índios, o que motivou a retirada de vários missionários do recinto do simpósio, como protesto a essa fingida e vergonhosa “ignorância”²⁷⁵.

Carelli e Severiano, em *Mão branca contra o povo cinza (1980)*, livreto em que apresentam um histórico de violações de direitos dos Nambiquara, trazem uma passagem de um interlocutor indígena não identificado que relata a experiência da remoção: “ — Plantamos tudo, cará, batata, milho, mas não deu nada. A terra não presta”²⁷⁶. Ainda de acordo com os autores, além da fome, os indígenas teriam contraído sarampo dos brancos, uma epidemia que teria matado toda a população menor de 15 anos.

Também há registro da SAIM posterior ao processo de remoção que, embora não mencione mortes ou doenças, corrobora o argumento de que a Funai não levou em consideração as diferenças ecológicas do Vale do Guaporé e da reserva, bem como as dificuldades que essa incompatibilidade traria para os indígenas nas possibilidades de garantir sua subsistência. Em

²⁷⁴ AEPPA. A política de genocídio contra os índios do Brasil. Portugal: Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas, 1976. Centro de Referência Virtual. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pesq=aeppa>>. Acesso em: 20 jun. 2018, p.21.

²⁷⁵ IASI, Antonio. O extermínio oficial dos índios Nambikwára, 1978. ISA

²⁷⁶ Cf. CARELLI & SEVERIANO, Op. cit., p.14.

relatório de 1974, em que se fazia um balanço da atuação da SAIM naquele ano entre os Nambiquara, os missionários informavam que naquele momento faltava alimentação entre os Wasusu, já retornados da reserva, porque no antigo posto que abandonaram não havia produção. A terra da reserva “não rendeu quase nada” porque era arenosa e impossibilitava a plantação de roças do grupo²⁷⁷.

O antropólogo David Price, que desenvolveu um projeto de assistência para os Nambiquara entre os anos de 1974 e 1976 chamado “Projeto Nambikwara”, e Pedro Agostinho da Silva, antropólogo que trabalhou na parceria UFBA-Funai para o projeto, em diferentes relatórios produzidos em 1975 afirmam que fatores de caráter adaptativo, mais específico agrícola, teriam levado ao fracasso da transferência dos Wasusu e Alantesu para a reserva, que por sua vez retornaram ao Vale. As terras escolhidas na reserva, segundo eles, eram as piores, o que significava que, para os indígenas, não haveria onde fazer agricultura e nem meios de sobrevivência²⁷⁸.

Em áudio da Primeira Sessão do Conselho Indigenista da Funai, em outubro de 1975, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, admite para os conselheiros presentes que as tentativas de transferência para a reserva não levaram a qualquer resultado positivo. Pelo contrário, teria privado os grupos das suas possibilidades de plantar para “sobreviver”. Os indígenas “famintos” e “esqueléticos” disputavam espaço com as fazendas estabelecidas em suas terras com certidões negativas da Funai²⁷⁹. O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados de 1977, ao relatar o caso dos Nambiquara do Vale do Guaporé, se utilizou de termos como “um caso de vergonha nacional”, “transferência suicida” e “ocupação criminoso”²⁸⁰. Em 1980, o Brasil foi condenado internacionalmente no IV Tribunal Russell, ocorrido em Roterdã, por violações aos direitos humanos dos povos indígenas, pelos casos dos Nambiquara, Waimiri-Atroari, Yanomami e Kaingang de Mangueirinha²⁸¹.

Em sua dissertação de mestrado, o antropólogo Rafael Lemos traz um relato de um Wasusu sobre a remoção para a Reserva Nambikwara. De acordo com o indígena, de nome Heru, a remoção teria sido realizada sob intimidação de Hélio Bucker²⁸², funcionário da Funai, e do antigo SPI, para que cedessem. Nas palavras de Heru:

²⁷⁷ SAIM, 1974. Acervo Rubens Valente. Ver também VALENTE, Op.cit.

²⁷⁸ PRICE, David. Nambikwara (Histórico). Fundação Nacional do Índio, 1975b; SILVA, Op.cit.

²⁷⁹ Cf. FUNAI, 1975.

²⁸⁰ Cf. BRASIL, 1977.

²⁸¹ BRASIL, 2014.

²⁸² Hélio Bucker foi, no período do SPI, chefe da 5ª Inspeção Regional, referente ao estado do Mato Grosso. No período em que esteve à frente da chefia da 5ª Inspeção, era comum que realizasse críticas à prática de titulação de terras indígenas pelo estado do Mato Grosso, denunciando a participação de figuras da política mato-grossense no esbulho de terras indígenas. Ele também depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito de 1967, que resultou no

Nos mandar embora de nossa terra. Ele era um homem ruim; ele falou, falou muito, ele era um mentiroso, falou que nós os Wasusu, éramos preguiçosos, que não trabalhávamos, e que o lugar que estávamos era dos fazendeiros que iam trabalhar, derrubar as árvores e plantar muito, e que nós tínhamos que ir morar com os Nambikwara na Serra Azul pois tínhamos que deixar as terras para os fazendeiros, pois se isso não acontecesse os fazendeiros iam nos matar, ele disse aos fazendeiros que podiam nos matar, mas aí ele falou que só era para os fazendeiros nos matar se nós mexêssemos com eles²⁸³

Sobre a indisponibilidade de recursos nas terras da Reserva, Heru também afirma:

Nós fomos enganados, pois quando chegamos aos Nambikwara, lá não tinha comida, não tinha caça a gente ia caçar no mato, andava até três dias e não encontrávamos nada. A gente procurava procura e não encontrava porco, anta, por isso ficávamos com fome lá nas terras dos Nambikwara. Às vezes a Funai levava a gente pra caçar em nossas terras nós matávamos porco bastante, mas era muita gente pra comer aí logo toda a carne acabava, e ficávamos de novo com fome.²⁸⁴

Nas memórias de Fuado Sawentesu, da Chapada dos Parecis, a questão das possibilidades de subsistência parece ter sido um fator importante para o retorno também dos Alantesu, como o relato apresentado por Anna Maria Costa em sua dissertação:

Alantesu ficá embaixo do Posto. Caçou, Caçou não achou bicho. Cansou e retornou aldeia dele. Caminhão do Gustavo e Frito [Fritz] ajudá com Eduardo, ajudô tranferência. Seu Eduardo ajudô índios voltarem. Hahaintesu só veio prá visita. Quem morá prá experimentá é Wasusu e Alantesu. Por isso meu povo não esquece Wasusu e Alantesu. Tá bem ligado!²⁸⁵

Segundo o antropólogo Agostinho Silva, no *Projeto Nambikwara – relatório de avaliação*, sabia-se na Funai que o território para onde os Wasusu e Alantesu foram levados possuía poucas terras férteis e locais de caça, que isso teria sido informado para ele pelo próprio Fritz Tolksdorff, em Cuiabá, 1973: “Nessa época, pensava ele na possibilidade de povoar com coelhos aquelas savanas, de modo a superar a falta de carne”²⁸⁶.

Relatório Figueiredo, onde relatou diversos casos de massacres contra povos indígenas de todo o país, esbulho de terras e mau tratamento de funcionários dos postos indígenas do SPI para com índios. Ver GUIMARÃES, Op.cit.. Em pesquisa anterior encontrei uma matéria do Jornal do Brasil realizada com Bucker em 1965, quando era inspetor da 6ªIR do SPI. Nela, Bucker se queixava da falta de verbas, do despreparo de funcionários, da falta de autonomia financeira dos postos indígenas e da insegurança dos servidores frente às invasões às terras indígenas, além de destacar que funcionários do SPI eram também responsáveis por maus tratos a indígenas e por se envolverem irregularidades administrativas. Ver ARAÚJO, Op.cit.

²⁸³ Cf. SOUZA, Op.cit, p.57-58.

²⁸⁴ Cf. SOUZA, Op.cit, p.57-58.

²⁸⁵ Cf COSTA, 2002, p.50.

²⁸⁶ SILVA, Pedro Agostinho da. Projeto Nambikwara. Relatório de Avaliação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1975. Acervo Rubens Valente.

Referir-se à experiência dos Wasusu e Alantesu apenas como processos de “remoções”, “deslocamentos” e “transferências”, termos utilizados pelo órgão indigenista, não parece dar conta da complexidade dessas mesmas experiências para esses povos. Sobre processos que fazem com que povos indígenas deixem seus territórios tradicionais, James Clifford²⁸⁷ apresenta dois conceitos que se opõem a ideia de autoctonia, ou de identidade indígena, como sinônimo de uma presença constante e invariável de grupos em um mesmo território: exílio e diáspora.

A diáspora seria um processo de dispersão social de grupos indígenas que deixam suas terras tradicionais por uma gama de diferentes fatores – expropriação, busca por melhores condições de vida, entre outros – e que consiste em uma dupla relação de pertença a um lugar originário e o lugar onde se vive. Na diáspora, não há um necessário sentimento de retorno físico a um território originário, embora possa haver retornos irregulares pelas mais diversas práticas e motivos. É o sentimento de uma identidade dual que a define, o que se expressa geralmente na presença de elementos culturais tradicionais e modernos na constituição das identidades, como ocorre com muitos indígenas que vivem em contexto urbano. Na diáspora, o retorno físico à pátria não é um aspecto fundamental para reprodução da vida e manutenção das identidades de um grupo, mas o sentimento de ligação que se tem com ele. Apesar disso, esta não acarreta uma necessária perda de identidade; muitas vezes, na realidade, ela se reafirma²⁸⁸.

Já o exílio, ao contrário da diáspora, pressupõe a expectativa persistente do retorno ao lar desde que as condições de expulsão sejam solucionadas. Há um sentimento mais profundo de autoctonia, embora não menos indígena ou legítimo que as identidades produzidas pela diáspora:

The term thus applies to a broad range of displaced native peoples, even to those still living on their ancestral lands in reduced reservations or enclaves without the ability to freely hunt, fish, gather, travel, or conduct ceremonies in appropriate sites. The goal of an actual return remains alive, and it takes concrete political form in land claims and repatriations²⁸⁹.

²⁸⁷ Cf. CLIFFORD, James. Varieties of Indigenous experience: diasporas, homelands, sovereignties In: CADENA, Marisol de la; Starn, Orin.(Org.). Indigenous Experience Today. Oxford and New York: Berg Publishing, 2007.

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ Ibid, p.202. “O termo, portanto, se aplica a uma ampla gama de povos nativos deslocados, mesmo para aqueles que ainda vivem em suas terras ancestrais em reservas reduzidas ou enclaves sem a capacidade de caçar livremente, pescar, reunir, viajar ou realizar cerimônias em locais apropriados. O objetivo de um retorno real permanece vivo, e requer políticas concretas em forma de reivindicações de terras e repatriações” (tradução nossa).

Se na diáspora o retorno não é necessariamente obstruído, em uma situação de exílio ele o seria, de acordo com Clifford. No caso dos Alantesu e Wasusu, o retorno era obstruído pela presença das grandes agropecuárias (já estabelecidas em seus territórios, que ocupavam aquele espaço com gado, mas que também promoviam a destruição do meio ambiente) e pelos esforços da Funai em confiná-los naquele espaço. Eles foram exilados dos seus territórios tradicionais.

De acordo com Agostinho Silva, como já mencionado no texto, não se esperou a transferência para liberar as terras:

Resumindo: a política indigenista na primeira fase da Reserva Nambikwara orientou-se no sentido de privar os índios dos solos melhores; de os concentrar nos de pior qualidade, onde nem sequer haveria condições de sobrevivência física para toda a população nambikwara; e de atender assim a interesses particulares de membros da sociedade dominante. Esta prática contrariou frontalmente as disposições legais e a orientação expressa da política da Fundação Nacional do Índio, pois a segurança e desenvolvimento nacionais não estavam comprometidos.²⁹⁰

É possível perceber que a ação indigenista da Funai sobre os Alantesu e Wasusu, ao exilá-los de suas próprias terras, resultou na violação dos direitos territoriais e também na violação dos direitos humanos desses povos, além de terem sido descumpridas as obrigações do órgão.

Na Constituição de 1967, vigente naquele período, era reconhecido o direito a posse e uso exclusivo da terra: “Art. 186 – É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”²⁹¹. A lei de criação da Funai, Lei nº 5.371 de 1967²⁹², definiu como algumas das finalidades do órgão: estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista; conservar o patrimônio indígena; prestar assistência médico-sanitária aos índios; promover a educação; exercer o poder de polícia nas áreas reservadas. Essas finalidades deveriam ser orientadas pelos princípios de respeito à pessoa do índio e a suas comunidades, garantia da posse e usufruto exclusivo da terra, preservação do equilíbrio biológico e cultural, resguardo de sua “aculturação espontânea”. Além disso, ao implementar ações que produziram fome, doenças e, possivelmente, mortes, elas resultaram na violação dos direitos humanos, tais como o direito à vida e à dignidade humana, expondo os indígenas a

²⁹⁰ SILVA, Op.cit.,p.33.

²⁹¹ Cf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

²⁹² Cf. BRASIL. Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

situações degradantes²⁹³.

Embora o Estatuto do Índio de 1973, além dessas finalidades e princípios, ter estabelecido o direito de o Estado brasileiro interferir em terras indígenas e deslocar povos em alguns casos, como por “imposição de segurança nacional”, o que contradizia direitos indígenas e outros dispositivos do próprio documento – como aponta Shelton Davis –, ele não havia entrado em vigor no período das remoções dos Wasusu e Alantesu. Não havia, então, qualquer base legal que legitimasse a produção de certidões negativas e as remoções dos indígenas de seus territórios tradicionais.

Como destaca Pacheco de Oliveira²⁹⁴:

El objetivo final que se busca alcanzar es normalizar las prácticas a través de las propias prácticas. Esta es la regla suprema del juego. Lo legal aparenta ser subsidiario, accesorio y reservado a una última instancia entendida principalmente como reconocedora de lo ya hecho.²⁹⁵

O processo de avanço do Estado-nação sobre os povos indígenas e suas terras, que Lima denomina de *poder tutelar* que opera uma *guerra de conquista sublimada*, e que, no caso dos Wasusu e Alantesu, se realizou através da criação da Reserva Nambikwara e do exílio (mas não se encerrou aí), pode também ser pensado como um processo de *territorialização*, tal como define João Pacheco de Oliveira:

[...] a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura com o passado.²⁹⁶

Tal processo não ocorre apenas como uma dominação sobre os grupos indígenas, mas também resulta na reelaboração de estratégias, de organização e da formulação de uma identidade própria de grupos nativos:

O que estou chamando de processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma

²⁹³ Cf. ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

²⁹⁴ OLIVEIRA (org), Op.cit.

²⁹⁵ Ibid, p.55. “O objetivo final que se busca alcançar é normalizar as práticas através das próprias práticas. Esta é a regra suprema do jogo. O legal aparenta ser subsidiário, acessório e reservado a uma última instância entendida principalmente como reconhecedora do já realizado” (tradução nossa).

²⁹⁶ OLIVEIRA. João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*. 1998, vol.4, n.1, p. 55-6.

identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão cultural e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionariam como ambiente e com o universo religioso)²⁹⁷.

Nos diversos documentos mencionados, produzidos pela Funai, por missionários e por organizações civis, parece haver um consenso de que os Alantesu e Wasusu possuíam uma forma de subsistência incompatível ecologicamente com a Reserva Nambikwara, e que esse teria sido o principal motivo para o seu retorno às terras tradicionais, após terem permanecido lá por algum tempo. No entanto, as ações unilaterais da Funai em relação aos grupos Nambiquara, ao tratá-los como uma unidade homogênea, também não levaram em consideração as especificidades culturais e sociopolíticas entre os grupos confinados na Reserva Nambikwara.

A importância das dimensões culturais e sociopolíticas foi reconhecida por antropólogos que trabalharam entre os grupos do Vale do Guaporé após o primeiro processo de deslocamento para a Reserva Nambikwara, como expresso em relatórios e laudo antropológico produzidos no âmbito da própria Funai, entre os anos de 1974 e 1981²⁹⁸. De acordo com o *Relatório de viagem às áreas indígenas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé* (1981):

Além do problema de adaptação ecológica dos grupos Nambiquara que foram removidos, aspectos de sua cultura, não foram devidamente considerados [sic]. O faccionalismo é generalizado entre os Nambikwara, sendo cada dos grupos basicamente hostis [sic], o que em muito dificulta o seu deslocamento para áreas pertencentes a grupos distintos. Aspectos religiosos também são fatores impeditivos no processo de adaptação a áreas estranhas²⁹⁹.

É importante refletirmos sobre os significados que processos históricos possuem entre os grupos humanos a partir de suas culturas, além das interpretações específicas de práticas culturais comuns compartilhadas por diferentes grupos, como defende o antropólogo Sidney Mintz³⁰⁰. Além disso, é importante ressaltar a cultura como resultado de processos históricos e não como uma estrutura atemporal, formada e transformada nas relações sociais, conforme

²⁹⁷ Ibid., p. 55-6.

²⁹⁸ SILVA, Op.cit., PRICE, David. Situação indígena dos Nambikwára nos meses de dezembro de 73 a março de 74. Fundação Nacional do Índio, 1974a; _____. Projeto para a normalização da situação Nambiquara. Fundação Nacional do Índio, 1975a.; _____. Nambikwara (Histórico). Fundação Nacional do Índio, 1975b; _____. O projeto Nambikwára. Fundação Nacional do Índio, 1975c; _____. Memorando. Fundação Nacional do Índio, 1976; FUNAI. Relatório de viagem às áreas indígenas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé-MT. Brasília: Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, 1981.

²⁹⁹ FUNAI, Op.cit, folha 20.

³⁰⁰ MINTZ, Sidney. Cultura: uma visão antropológica. Revista Tempo. Vol. 14, n. 28. [1982] 2010. p.223-237.

aborda E. P. Thompson³⁰¹. Sendo assim, o que significava para os Wasusu e Alantesu, a partir de suas culturas e experiências, serem transferidos para uma reserva onde teriam de conviver com outros grupos? Qual era a sua relação material e cultural com o território que ocupavam? Quais eram os limites impostos pela reserva à vida dos Nambiquara em seus aspectos físicos, políticos e culturais? A forma de organização social dos Nambiquara é fundamental para compreendermos a relação dos diferentes grupos com o seu território. Ocupantes de três regiões ecológicas distintas – cerrado, na Chapa dos Parecis; Floresta Amazônica, no Vale do Guaporé; e região intermediária de serra, na Serra do Norte –, os Nambiquara possuíam características sociais, políticas e culturais semelhantes, mas também distintas entre si.

Segundo David Price³⁰², antropólogo que estudou os Nambiquara no final da década de 1960 e que trabalhou como antropólogo responsável pelo Projeto Nambiquara entre 1974 e 1976, o que convencionou-se chamar de Nambiquara é uma série de “bandos”, que aqui preferimos chamar de etnias ou grupos, que compartilham da mesma família linguística: a família linguística Nambikwara, como já mencionado anteriormente. No entanto, falam três línguas distintas, mas inteligíveis entre si, e sua organização social é semelhante, possuindo relações conflituosas e amistosas entre os grupos.

Entre as dimensões culturais, materiais e sociopolíticas fundamentais da vida dos Nambiquara, podemos mencionar: o padrão de alimentação; o sistema mágico-religioso; as hostilidades entre os grupos; as diferenças linguísticas; e a territorialidade. São elementos constituintes das identidades dos grupos e foram fatores importantes para explicar o retorno dos Wasusu e Alantesu aos seus territórios tradicionais.

De acordo com documentos produzidos por antropólogos da Funai, a relação entre os Nambiquara e seu território distinguia-se nas formas de subsistência e ocupação, e estava ligada às características ecológicas de onde habitavam. Entre os Nambiquara do Vale do Guaporé, a agricultura de coivara era baseada principalmente no milho, em uma dieta complementada com outros produtos agrícolas, tais como a mandioca, e as atividades de pesca, caça e coleta. Os solos férteis e profundos da região do Vale permitiam que os indígenas desenvolvessem o cultivo desse cereal; enquanto isso, entre os Nambiquara da Chapada, da reserva, pela falta de potencial agrícola do terreno arenoso de cerrado, a alimentação baseava-se principalmente da coleta e caça, apesar de ser complementada com a roça da mandioca³⁰³.

³⁰¹ THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. *Formação da Classe Operária – I: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. pp. 9-15.

³⁰² PRICE, 1972; PRICE, 1974a;.

³⁰³ Ibid. SILVA, Op.cit.

A distinção do padrão de alimentação entre os indígenas do Vale do Guaporé e os da Chapada dos Parecis também é apresentada em trabalhos acadêmicos de campo realizados por outros pesquisadores entre os Alantesu e Wasusu em períodos distintos. Eleonora Setz, em sua tese de 1983, trata dos Alantesu e Juína (Halotesu), este ocupante da reserva. Sobre eles, observa:

Se os Juína têm uma diversidade maior de itens na dieta, usam uma área maior e gastam mais tempo por indivíduo em atividades de forrageio do que os Alantesu, seu ambiente deve ter menor abundância de recursos alimentares por unidade de área do que o dos Alantesu. A base da dieta em coleta (dos Juína) e em colheita (dos Alantesu) muito provavelmente está relacionada à aptidão dos solos das regiões habitadas e exerce influência decisiva na ocorrência e diversidade de itens na dieta (maior nos Juína) e na ocupação do espaço (maior mobilidade e maior área utilizada pelos Juína). (...) O maior tempo empregado em forrageio pelos Juína em todas as categorias examinadas indica uma menor abundância de recursos por unidade de área no cerrado da Chapada dos Parecis, em relação à mata do Vale do Guaporé, pelo menos nos locais ocupados por estes grupos estudados.³⁰⁴

De acordo com Rafael Souza, que realizou pesquisa de campo com os Wasusu entre 2013 e 2014, a alimentação do grupo era ainda baseada no milho, reproduzindo-se uma cultura alimentar da época em que havia pouco contato com eles:

O Alimento preferencial dos Wasusu é o milho fofo e eles se orgulham de ter as mais variadas cores, o milho vermelho, branco, amarelo, preto e o pintado. Todos têm seu milharal, depois vem a batata-doce, cará de várias espécies, inhame, abóbora, mandioca, cana-de-açúcar, bananas de várias espécies (como nanica, marmelo, banana da terra, banana roxa, banana prata) etc³⁰⁵.

Como podemos observar, os indígenas do Vale do Guaporé tinham grande apreço pela variedade de sementes que cultivavam e pelo local onde viviam, caracterizado pela disponibilidade de local para caçar e fazer roça, tendo em vista que a área era composta majoritariamente por mata e terrenos férteis³⁰⁶. Enquanto isso, na reserva existiam poucas faixas dispersas de mata, o que demandava para os indígenas da Chapada dos Parecis a necessidade de maiores espaços e mais tempo para encontrar caça, frutos etc. Dessa forma, no Vale do Guaporé, os Alantesu e Wasusu tinham uma dieta mais rica em nutrientes, mais completa e mais

³⁰⁴ Cf. SETZ, 1983, p.168.

³⁰⁵ Cf. SOUZA, 2014, p.102.

³⁰⁶ Apesar de Lévi-Strauss, na sua pesquisa de campo da década de 1930, ter afirmado que as atividades para a alimentação ocorriam em dois momentos distintos, durante a seca e o tempo chuvoso, o primeiro de caça e o segundo de plantio, de acordo com David Price o dia dos grupos era intercalado entre essas duas atividades, que eram por sua vez divididas entre as famílias. Além disso, a divisão de gênero era comum nas relações de trabalho: enquanto os homens caçavam e se ocupavam do processo de plantação, as mulheres eram responsáveis pela coleta de frutas, raízes e pequenos insetos, além do trabalho doméstico.

abundante³⁰⁷. Esse seria um elemento importante para explicar o fato de as aldeias dos indígenas da Chapada dos Parecis serem mais esparsas que as do Vale do Guaporé³⁰⁸.

De acordo com David Price e Agostinho Silva, as diferenças ecológicas também eram fundamentais na forma como os grupos organizavam suas aldeias. Enquanto na região da Reserva Nambikwara as aldeias dos grupos eram mais dispersas e mais numerosas – pelas demandas ecológicas na busca por rios e faixas de mata no cerrado –, entre os grupos do Vale do Guaporé – que possuíam terras mais férteis e recursos naturais mais abundantes –, o padrão de habitantes por aldeia era muito maior. Esse aspecto demográfico correspondia, geralmente, em uma aldeia para cada grupo, diferente do que ocorria entre os grupos da Chapada dos Parecis, que costumavam possuir várias aldeias de um mesmo grupo. Os grupos do Vale do Guaporé costumavam se organizar em uma grande família extensa que vivia em uma mesma casa³⁰⁹.

Sobre a ocupação do território, Price afirma que as casas dos Nambiquara eram facilmente perecíveis e duravam em média três a quatro anos, quando então eram abandonadas e substituídas por outras construídas em outro lugar. Dessa forma, as aldeias mudavam de localização frequentemente, mas sempre eram construídas próximas às antigas aldeias. As roças eram abandonadas quando o solo se exauria, durando cerca de dois ou três anos. Isso possibilitava o descanso da terra, que podia ser novamente cultivada numa nova ocasião³¹⁰.

Os aspectos acima citados mostram que, apesar dos grupos possuírem uma certa mobilidade, esta se dava sempre dentro de uma mesma área de influência e ecossistema, onde estabeleciam suas aldeias e praticavam suas atividades econômicas.

A forte relação com o território tradicional se expressava também nas suas práticas funerárias e religiosas, o que parece ter sido fator importante para o fracasso da remoção e para a instauração de uma situação e sentimento de exílio entre os grupos deslocados, gerando o retorno dos Alantesu e Wasusu às suas terras. Os Nambiquara compartilhavam de um mesmo sistema mágico-religioso no qual a ocupação do território tradicional, sejam as áreas propriamente de aldeias ou de influência, era fundamental³¹¹.

³⁰⁷ PRICE, Op. cit; SILVA, Op. cit.

³⁰⁸ PRICE, 1972.

³⁰⁹ Ibid.

³¹⁰ Ibid.

³¹¹ Ibid.

Quando morria uma pessoa do grupo, seu corpo era preparado para o enterro dentro de sua moradia, e depois o corpo era enterrado na praça³¹² da aldeia. Os Nambiquara queimavam os pertences do morto e não pronunciavam mais o seu nome, porque acreditavam que o seu espírito ficaria vagando entre os vivos se assim o fizessem. Após o enterro, o espírito era conduzido pelo xamã até a caverna sagrada do grupo, localizada no seu território tradicional, onde se encontravam com seus ancestrais. Dessa forma, como apresenta o *Relatório de viagem às áreas indígenas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé*:

Acreditam que os espíritos têm uma vida social semelhante à do mundo físico, daí o fato de não privá-lo do convívio social com os de seu grupo. O espírito conviverá com todos os outros que tiveram seus corpos enterrados no mesmo local. A crença na vida social após a morte, é tão intensa [sic], que existem casos de andarem até quatro dias com o corpo em estado de putrefação à procura de um lugar onde já tivessem enterrado alguém³¹³.

Uma aldeia Nambiquara existia onde os seus mortos estavam enterrados. Mesmo que fosse uma característica o fato de mudarem e construírem aldeias em outros locais na busca por recursos, uma aldeia velha, onde estavam enterrados os seus mortos, era uma futura aldeia em potencial³¹⁴.

Considerando as crenças e o modo de vida Nambiquara, enterrar os mortos fora das aldeias tradicionais e longe das cavernas sagradas era uma ação que desestabilizava a organização cultural e social Nambiquara. Vale ressaltar que os espíritos dos mortos também tinham a função social no mundo dos vivos: auxiliar o xamã nas curas, além de serem importantes nos rituais de agricultura³¹⁵. Desse ângulo, uma hipótese plausível é interpretar que o quadro de doenças instalado no grupo após o processo de exílio tenha se transformado em um dos fatores que despertou a necessidade de os Wasusu e Alantesu retornarem ao seu território tradicional, onde estavam enterrados os seus mortos e onde teriam mais chances de cura e sobrevivência.

Outro aspecto fundamental para explicar o retorno dos Nambiquara do exílio é sociopolítico, e o encontramos em grande parte da documentação analisada, incluindo aquelas referentes à Funai. A organização sociopolítica dos Nambiquara se realizava por meio da

³¹² Segundo David Price, o centro da aldeia era a praça, onde ocorriam os rituais, as festas, o lugar de encontro ao fim do trabalho, o enterro dos mortos e toda a vida social dos Nambiquara, com exceção das atividades sexuais e de defecação.

³¹³ FUNAI, Op.cit., folha 30.

³¹⁴ Cf. PRICE, Op.cit.

³¹⁵ Cf. FUNAI, Op.cit.

alternância entre alianças e hostilidades. Os Nambiquara se organizavam politicamente em grupos que dominavam territórios e competiam por recursos necessários à própria sobrevivência. Possuíam um chefe que tinha seu poder baseado na habilidade – não na autoridade – de satisfazer as demandas do grupo³¹⁶. Apesar das guerras entre os grupos, causadas principalmente pelo rapto de mulheres, as hostilidades cessavam quando havia a necessidade de realizar trocas, alianças militares e casamentos, com a finalidade de manter o equilíbrio populacional³¹⁷.

O casamento era um dos elementos necessários para manter o poder do chefe, tendo em vista que a moradia do novo casal era matrilocal. Assim, no caso de um homem casar sua filha, o seu genro passaria a morar em sua aldeia. Isso possibilitaria o aumento de membros da família para auxiliar na caça, na coleta e no plantio, conferindo também maior legitimidade ao poder do líder e o fortalecimento da unidade familiar. O casamento também possibilitava que os homens fundassem novos grupos e assumissem assim postos de liderança dentro destes³¹⁸. Desse modo, o controle de recursos era um fator necessário para a manutenção da unidade do grupo e do poder dos chefes, bem como para a própria sobrevivência do mesmo.

O aspecto de hostilidade entre os grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, e também entre estes e os do cerrado, da Reserva Nambikwara, era um fator conhecido pela Funai. Sílbene de Almeida, em seu primeiro relatório sobre o posto indígena móvel Sararé, de 1975, afirma que os Nambiquara do vale e do campo *tinham suas diferenças*, para além das áreas serem ecologicamente estranhas³¹⁹. Em ofícios trocados entre departamentos da Funai, produzidos entre 1971 e 1972, sobre a transferência (chamada de “atração”) dos Wasusu para a Reserva Nambikwara, era destacado que a forte hostilidade entre os indígenas do vale e do campo poderia ser um problema para a conclusão das “transferências”³²⁰.

No período em que Price viveu entre os Nambiquara, os Wasusu eram inimigos dos Sáwentésú, e os Alantesu dos Wakalénantésú, ambos grupos da Chapada dos Parecis. Ademais, de acordo com relato de Samuel Kithaulhu, da Chapada dos Parecis, o histórico de conflitos parece abarcar outras hostilidades:

Halotesu [da Chapada dos Parecis] inimigo de Wasusu e Alantesu; inimigo de Wakalitesu era Manduca, Negarotê, Manairisu; Sawentesu era inimigo de Manduca; Katitaulhu era inimigo de Wasusu, Alantesu, Manairisu. Kithaulhu brigava com

³¹⁶ Cf. Ibid. PRICE, 1972; PRICE, 1974a; SILVA, Op.cit.

³¹⁷ Cf. PRICE, 1972.

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ Cf. ALMEIDA, Op.cit.

³²⁰ Cf. MENDES, Op.cit; FLÓRES, Op.cit.

Wakalitesu. Kithaulhu são amigo dele mesmo. Kithaulhu amigo de Sawentesu. Esse grudado mesmo.³²¹

É preciso destacar que as dimensões de hostilidade e relações amistosas entre os grupos dependiam do contexto histórico em que estavam inseridos, e apesar de não termos registros da convivência entre eles na reserva durante o tempo que lá permaneceram, é possível conjecturar que a busca por recursos pode ter estimulado, ou talvez reativado, o conflito entre grupos historicamente hostis ou o descontentamento de permanecer na reserva.

Para além das dimensões ecológicas e políticas que aparecem mais frequentemente na documentação da época, como fatores que levaram (ou levariam) ao fracasso das “transferências”, é importante salientar que os diferentes grupos Nambiquara possuíam também especificidades de ordem cultural, apesar de compartilharem de práticas culturais comuns, como o ritual da flauta ou do furo do septo nasal³²². De acordo com David Price, as diferenças eram principalmente de caráter linguístico, musical e de cultura material (características de flechas, vestimenta, ornamentos), e eram reconhecidas pelos próprios grupos.³²³

Apesar das diferenças, os grupos compartilhavam entre si práticas e adotavam costumes uns dos outros quando achavam interessante. É o caso das músicas dos Wasusu, que foram adotadas pelos Halotesu da Chapada dos Parecis³²⁴. Esse exemplo é a expressão de que as culturas são historicamente construídas e não são estruturas fechadas, como, entre outros, Mintz e E. P. Thompson defendem.

A partir do que já foi discutido, é possível definir os diferentes grupos Nambiquara como grupos étnicos e não apenas como “Nambiquara”. Como defende Fredrik Barth, os grupos étnicos são tipos organizacionais que compartilham de um sentimento comum de identidade, e são organizados a partir da interação entre aqueles considerados membros do grupo e os que são vistos como de fora. Portanto, os grupos étnicos se definem a partir do contato e da criação de fronteiras, e não em uma relação de isolamento. Os elementos de diferenciação entre os grupos étnicos são definidos pelos próprios agentes sociais e podem mudar ao longo do tempo³²⁵.

Não existia uma unidade identitária “Nambiquara”. Existiam identidades étnicas distintas, apesar do compartilhamento de práticas culturais, características sociopolíticas e

³²¹ Cf COSTA, Op.cit, p.32.

³²² Price afirma que havia diferenças que eram reconhecidas; por exemplo, o tamanho dos furos da perfuração do septo nasal entre os Halotesu e os Wasusu (wánailisu).

³²³ Cf. PRICE, 1972.

³²⁴ Ibid.

³²⁵ Cf. BARTH, Frederick. Os grupos étnicos e suas fronteiras In _____: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro. Contra Capa, 2000.

família linguística comum. Isso se expressa, por exemplo, no fato das etnias do Vale do Guaporé não se reconhecerem como “Nambiquara”, mas reconhecerem os demais grupos da Chapada dos Parecis como tais³²⁶.

Outro exemplo são as diferenças identitárias que eram ressaltadas mesmo entre os grupos do Vale do Guaporé, conforme apresenta Rafael Souza. A despeito da documentação que atribuía para todas as etnias do Vale do Guaporé o nome “Manairisu”, esta seria uma autodesignação dos Wasusu, que significaria “lagartixa rajada”, específica do território Wasusu, e não seria referente às outras etnias. Mas registros da Funai designavam erroneamente o etnônimo “Manairisu” para todos os grupos do Vale do Guaporé³²⁷.

Em ofícios escritos antes das remoções dos Wasusu e Alantesu, funcionários da Funai alertavam para as hostilidades existentes e a diversidade cultural, linguística, e ecológica dos territórios dos Nambiquara, o que indica que havia dentro do órgão algum conhecimento sobre esses aspectos. Destacavam ainda para a necessidade de criar pequenas reservas para esses grupos em seu território tradicional.

Em 16 de março de 1970, em ofício endereçado provavelmente ao presidente da Fundação Nacional do Índio – na época José de Queiroz Campos – Olympio Serra, chefe do Departamento de Pesquisas da Funai, apresenta informações sobre os grupos Nambiquara³²⁸.

O documento era uma resposta a questionamentos sobre denúncias realizadas pelo missionário Henrich Berg, em outubro de 1969, a respeito da atuação do órgão com aqueles indígenas³²⁹. Segundo Serra, essas denúncias poderiam ser atribuídas ao desconhecimento a respeito dos Nambiquara, quando houve a formulação do decreto de criação da Reserva Nambikwara em 1968. Assim, se propõe a apresentar algumas das diferenças existentes entre as etnias Nambiquara e sugere medidas para a atuação indigenista, que também teriam sido aconselhadas pelo antropólogo David Price, no ano anterior³³⁰.

Serra aponta que, embora pertençam à mesma família, as línguas faladas entre os indígenas diferiam-se entre si como “as línguas da Europa moderna”, divididas entre três regiões dialetais distintas (Sabanê, Nambiquara do Norte e Nambiquara do Sul), que dificultava o entendimento entre grupos das diferentes regiões. Do ponto de vista da organização política, destacava a existência de tensão social no relacionamento dos grupos, bem como a divisão dos

³²⁶ Cf. FUNAI, Op.cit.; SOUZA, Op.cit.

³²⁷ Cf. SOUZA, Op.cit.

³²⁸ FUNAI, 1970.

³²⁹ Ibid. Não fica explícito no ofício do que se tratava a denúncia de Berg mas, aparentemente, se tratava de uma epidemia entre os Nambiquara do Sararé.

³³⁰ Ibid.

grupos por “bandos”, com a existência de um “capitão” para cada aldeia, que habitavam áreas específicas. Ressalta ainda que havia diferença entre os graus de contato entre eles e os não indígenas³³¹.

As suas sugestões, que continham elementos também sugeridos por Price em relatório de 1969, eram: solicitar ao delegado regional da 5ª DR a criação de pequenas reservas para os grupos que não haviam sido contemplados com a criação da Reserva Nambikwara em 1968; apreender as certidões negativas concedidas, assim que a presença indígena nessas áreas fosse constatada; e apoiar a divisão de apoio e saúde da Funai ao posto volante da 5ª DR³³².

Em relatório destinado ao diretor do DGPI em 05.02.1971, portanto, anterior ao ofício do coronel Clodomiro Fortes Flôres ao presidente Bandeira de Mello, a Comissão de Estudos Territoriais apresentava os aspectos a serem levados em consideração na escolha de reservas territoriais para os Nambiquara do Vale do Guaporé. Para a Comissão, a presença das agropecuárias, próximas às suas aldeias, levou ao aniquilamento da caça nos seus territórios. Pela existência de hostilidades entre os grupos e as diferenças nos “diferentes estágios de aculturação”, não era possível estabelecer todos juntos em um mesmo território³³³.

Na conjuntura em que os grupos empresariais foram beneficiados pelos incentivos fiscais da SUDAM, sob a possibilidade de afetar a política desenvolvimentista do governo, não era uma solução fácil a resolução da questão territorial. A criação de uma reserva única para os Nambiquara, como a criada em 1968, era contestada porque não foram levados em consideração os interesses dos grupos, suas cisdões, os recursos naturais, as diferenças culturais e ecológicas dos habitats tradicionais, nem o que chamavam de “diferentes graus de aculturação”. Já a criação de reservas para cada um dos grupos demandaria a delimitação de áreas extensas que garantissem sua sobrevivência, realizada por garantias constitucionais, sendo necessário ainda afastar os grupos investidores da região³³⁴. A Comissão sugere o seguinte:

- 1- Delimitação da Gleba definida para cada subgrupo com área suficiente e em condições de cultura
- 2- Doação, por parte dos investidores, do equivalente à taxa percentual de 1 a 2% do valor de cada projeto na área do Vale do Guaporé, afim de:
 - Implantar nas respectivas áreas uma infra-estrutura capaz de modificar o sistema econômico do grupo, visando integrá-lo ao regional
 - Organizar o implantar um sistema operacional de assistência médico-social, baseado em um posto volante, capaz de atender aos grupos indígenas interessados.
 - Elaborar-se, através do DGEP, um plano de desenvolvimento comunitário a ser posto em prática em cada área.³³⁵

³³¹ Ibid.

³³² Ibid.

³³³ FUNAI. Processo FNI/BSB/592/70. Ministério do Interior/Funai, 1971. Acervo Cimi.

³³⁴ Ibid.

³³⁵ Ibid.

As sugestões de Olympio Serra e da Comissão de Estudos Territoriais, bem como informações e parte dos argumentos, foram inspiradas em relatório do antropólogo David Price, de 01.07.1969. Nesse relatório, destinado ao então delegado da 5ª DR, Hélio Buckler, Price sugeriu uma série de medidas a serem realizadas para os Nambiquara das três regiões, defendendo a impossibilidade de mudar os Nambiquara para uma mesma reserva pela heterogeneidade dos grupos, hostilidades, “graus de aculturação”, incompatibilidade ecológica e ligação religiosa com o território. Sua proposta, que mudou quando se tornou coordenador do Projeto Nambiquara, era a seguinte:

Em vista de todos estes obstáculos, a única maneira pela qual a FNI pode proteger os índios Nhambiquaras é pela criação/ de várias reservas pequenas, onde realmente existem aldeias. Tais reservas poderão tem um praza [sic] de 50 anos, sujeito a renovação, se no fim deste período ainda houver índios. Enquanto que é provável que muitos grupos pequenos desapareçam antes de 50 anos, também é capaz que alguns grupos aumentem. Quando todos os grupos chegarem ao mesmo nível de aculturação e cessarem de brigar, é provável que queiram juntar-se na Reserva Nhambiquara³³⁶.

Esses registros demonstram que existia o conhecimento da Funai sobre possíveis problemas na realização de remoções. Não apenas o conhecimento, como a sugestão de funcionários do próprio órgão para que os indígenas não fossem concentrados em uma mesma reserva e que fossem respeitados, através da delimitação de pequenas reservas, os territórios tradicionais. Além disso, é possível afirmar que, portanto, não havia um consenso dentro do órgão sobre remover os indígenas para a reserva; existia proposta contrária, que circulou entre departamentos, antes mesmo das remoções realizadas entre 1972 e 1973. Ainda assim, foram removidos ao mando do então presidente da Funai, general Oscar Bandeira de Mello.

Conhecidas as diferenças culturais, sociais, territoriais e políticas dos diferentes grupos, aparentemente foi um erro proposital da Funai, então subordinada ao mando do Ministério do Interior, realizar uma política indigenista de remoções que obrigava a conviver no mesmo território, com recursos naturais limitados, não apenas as etnias que viviam em sistemas ecológicos distintos, as do Vale do Guaporé e as da Chapada dos Parecis mas, também, etnias que viviam no mesmo sistema ecológico que não possuíam qualquer tipo de ligação identitária entre si, apesar de manterem relações flutuantes.

Isso nos faz lembrar de Boccara e de seu conceito de *etnificação*³³⁷ como um processo de imposição de identidades pelos Estados aos povos indígenas, que algumas vezes pode ser

³³⁶ PRICE, David. Relatório, 1969, p.26.

³³⁷ Cf. BOCCARA, Guillaume. Antropologia diacrônica, Mundo Nuevo Nuevos Mundos, revista eletrônica, 2005. Consultado em: 12 ago. 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/589>>; _____. Mundos

incorporado pelos grupos e reconfigurados em novas identidades, o que não parece se tratar do caso dos Alantesu e Wasusu. Apesar disso, não podemos dizer que as identidades são fixas. Assim como defendem Boccara e Barth, elas são fluidas, históricas e, por isso, mutáveis. Os grupos em questão eram remanescentes de outras etnias que progressivamente foram desaparecendo e se agrupando a partir de casamentos como forma de sobrevivência. Os Alantesu eram, naquele período, remanescentes dos Erihitaunsu e Alantesu³³⁸, enquanto os Wasusu eram um agrupamento de etnias desaparecidas possivelmente no processo de *territorialização*³³⁹. Os Alantesu e os Wasusu seriam, então, etnias configuradas no processo de conquista e territorialização em processos descritos com o termo *etnogênese*³⁴⁰.

De acordo com Barth, é a fronteira social o fundamental na formação dos grupos étnicos e em sua manutenção que separa aqueles que pertencem ao grupo e os que não pertencem. Na manutenção da fronteira, o autorreconhecimento e a exclusão do outro são fundamentais. Ainda que os elementos culturais que sustentam esta fronteira mudem ao longo de tempo e os membros dos *grupos étnicos* possam transitar de um lado para o outro, a fronteira permanece existindo³⁴¹. Não era fundamental os grupos compartilharem ou não de práticas culturais semelhantes: era a fronteira entre os Alantesu e os Wasusu, e entre estes e os demais Nambiquara que sustentavam seus grupos étnicos, mesmo que também fossem grupos compostos por remanescentes de outros.

Como defende Max Weber³⁴², os grupos étnicos são fundamentalmente comunidades políticas, construídas historicamente e socialmente, que acionam elementos como língua, religião e manifestações culturais como diferenciadores e demarcadores de identidade. Assim, o que fundamenta o grupo étnico é a política e não a cultura, pois novas culturas podem surgir a partir da configuração de novos grupos étnicos, e diferentes grupos étnicos podem compartilhar da mesma cultura (tal como ocorre entre os Nambiquara). É o sentimento político de comunhão, de identidade comum e de uma *origem* comum que forma e mantém os grupos étnicos, independentemente de seus laços biológicos, por exemplo. O sentimento político de

nuevos em las fronteras del NuevoMundo. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, revista eletrônica, Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001. Disponível em: < <http://nuevomundo.revues.org/426>>; Acesso em: 28 ago. 2017.

³³⁸ Cf. FUNAI, Op. cit, p.2.

³³⁹ Cf. SOUZA, 2014. Price relata em sua tese, de 1972, que entre os Wasusu viviam os Thaulitésú ou Galátatésu. É possível que esse grupo tenha sido algum desses remanescentes mencionados por Souza.

³⁴⁰ BOCCARA, Op. cit.

³⁴¹ BARTH, Op. cit.

³⁴² Cf. WEBER, Max. “Relações Comunitárias Étnicas” In _____: *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994, pp.267-277.

pertencimento a um *grupo étnico* específico mantinha a fronteira entre as etnias aqui estudadas e as demais.

Conforme destacam Poutignat e Streiff-Fenart, sobre a origem:

Todas as dimensões classicamente levadas em conta para definir o grupo étnico (língua, território, religião etc.) tornam-se aqui pertinentes, não justamente para nelas buscar critérios de definição, mas como recursos que podem ser mobilizados para manter ou criar o mito de origem comum. Embora determinados atributos culturais (como a língua) estejam em melhor posição para serem nisso utilizados, nenhum pode merecer o crédito de uma validade universal e essencial para a identificação étnica. Nem o fato de falarem a mesma língua, nem a contiguidade territorial, nem a semelhança dos costumes representam por si próprios atributos étnicos. Apenas se tornam isso quando utilizados como marcadores de pertença por aqueles que reivindicam uma origem comum³⁴³.

A importância da origem pode ser vista na passagem a seguir, em que Price demonstra que os nomes dos grupos étnicos, que chama de “bandos”, estavam ligados a uma *origem* geográfica específica, enquanto os nomes dos indivíduos indicavam que eles eram pessoas daquela área. Assim, o que definia a identidade étnica de um Nambiquara era o lugar de nascimento e não onde viviam, mesmo que ele tenha crescido em um outro lugar³⁴⁴. Por exemplo, em uma aldeia Wasusu em que vissem também Alantesu, estes seriam reconhecidos como Alantesu pelo critério de origem de nascimento. Essa identificação estabelecia os critérios de participação dentro da aldeia e conferia graus de autenticidade da relação identitária entre o membro e a aldeia:

Since the major reasons for the existence of the band are geographical, geographic criteria are the principal determinants of membership: a person belongs to the band in whose territory he was born. The boundaries between bands are marked by culturally recognized subcultural differences, particularly in language, music and material culture. Relations between bands involved the exchange of goods, the stealing of women, and warfare. Ongoing patterns of hostility were one of the most important means by which the boundaries between bands were maintained³⁴⁵.

³⁴³ Cf. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

³⁴⁴ Cf. Price, 1972.

³⁴⁵ Ibid, p.133. “Como as principais razões para a existência do bando são geográficas, os critérios geográficos são os principais determinantes da associação: uma pessoa pertence ao bando em cujo território ele nasceu. As fronteiras entre os bandos são marcadas por diferenças subculturais culturalmente reconhecidas: particularmente na linguagem, música e material cultural. Relações entre os bandos envolvem trocas de bens, o roubo de mulheres, e guerra. Os padrões de hostilidade foram um dos mais importantes meios pelos quais as fronteiras entre os bandos foram mantidas” (tradução nossa).

As especificidades culturais serviam como elementos diacríticos³⁴⁶ elencados pelos grupos de acordo com seus interesses. No entanto, naquele contexto histórico parece ser o sentimento político de pertencimento a um território que fundamenta a etnicidade dos Wasusu e Alantesu. O próprio significado do nome dos grupos representa essa importância do território originário. Como mencionado, os Wasusu que se autodesignavam “Manairisu” tinha no significado desse nome uma ligação com seu território específico, enquanto, por exemplo, o nome Alantesu significa “povo do pequi”, fruto importante na dieta do grupo e que era abundante no seu território³⁴⁷.

Podemos perceber, então, que as identidades dos Alantesu e Wasusu no processo de *territorialização* ao qual foram submetidos pelo *poder tutelar*, se apresentou na sua relação com o seu território de origem, sua autoctonia, atualizada no processo histórico.

Isto nos faz lembrar o que diz João Pacheco de Oliveira, para quem a etnicidade está ligada à origem, a uma ancestralidade, e à trajetória histórica vivida, que pode ser reforçada nos processos de *territorialização*:

A etnicidade supõe, necessariamente, uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade³⁴⁸.

Os Alantesu e os Wasusu mantinham o sentimento político de distinção entre si e em relação aos Nambiquara da reserva, o que se expressa não apenas em não se identificarem como “Nambiquara”, mas também nas dinâmicas políticas de ocupação de território, de dominação de recursos naturais e nas relações que possuíam com os outros *grupos étnicos*. No momento histórico do exílio imposto, o sentimento de *origem*, de pertencimento a um lugar se apresentou de forma aparente no retorno destes grupos para o Vale do Guaporé. O território era o elemento demarcador étnico mais importante e ao mesmo tempo possibilitava a reprodução física, política e cultural dos grupos. A expressão da comunhão étnica se realizava, principalmente, na relação das etnias com seus territórios. Era nele que se organizavam as diversas dimensões da vida dos Wasusu e Alantesu.

³⁴⁶ Cf. BARTH, Op.cit

³⁴⁷ Cf. SETZ, Op.cit; COSTA, Op.cit.

³⁴⁸ OLIVEIRA, 1998, p.66.

O esforço dos Alantesu e dos Wasusu para ocupar o seu território tradicional e ali reproduzirem a sua vida pode ser conceituado com o conceito de *territorialidade*, tal como apresentado por Paul Little:

o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* (cf. Sack, 1986:19).³⁴⁹

A relação entre o território e o grupo, o que Little chama de “cosmografia”, inclui os vínculos afetivos que mantém com seu território, a história da ocupação e a memória coletiva, o uso social e a defesa, seu regime de propriedade, saberes, ideologias e identidades³⁵⁰.

Considerando a territorialidade indígena, o que significou a “transferência” dos Alantesu e Wasusu para a Reserva Nambikwara? Qual é a relação dos retornos à terra original e da reocupação dos territórios tradicionais com o processo de produção e reprodução das diferenças étnicas destes grupos? Retomando Barth e Pacheco de Oliveira, são nos momentos de crises e de conflitos que as identidades étnicas se colocam de forma mais explícita. Foi isso o que ocorreu com os Wasusu e os Alantesu, que se negaram a permanecer na Reserva Nambikwara, um território ecologicamente distinto daquele com o qual se identificavam. Permanecer na reserva implicava na impossibilidade de praticar a cultura do milho e de ter acesso a outros recursos específicos de seus territórios. Significava ter de compartilhar recursos ecológicos limitados com outras etnias, privar-se do contato com cavernas sagradas e cemitérios de seus mortos. Significava, finalmente, dificultar a fluidez entre o agrupamento e a separação política que caracterizava a organização social Nambiquara em seu ambiente original. Uma vez que essas dimensões da vida das etnias se realizavam na relação entre elas e o seu território, a reocupação do território tradicional e de suas áreas de influência tornava-se fundamental para a reprodução das mesmas nas suas especificidades.

³⁴⁹ LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322, Brasília, Unb, 2002, p.253.

³⁵⁰ Ibid, p.254.

CAPÍTULO 3: O Projeto Nambiquara e o exílio dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu (1974 a 1975)

Neste capítulo temos como objetivo analisar o processo de remoções dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu no final de 1974 e no início de 1975, bem como os desdobramentos que essas novas remoções tiveram para esses indígenas. Também pretendemos compreender estratégias de resistência dessas etnias, investigando o seu cotidiano durante o funcionamento do Projeto Nambiquara. Seguimos o mesmo método do capítulo anterior, articulando e cruzando dados e informações retirados de documentos primários e de bibliografias referenciais sobre o tema. A documentação primária inclui relatórios produzidos por David Price, coordenador do Projeto Nambiquara, Sílbene de Almeida, chefe do Posto Indígena Sararé, e pelo antropólogo Agostinho Silva.

3.1 A criação e o planejamento do Projeto Nambiquara

Em 1974, após as remoções dos Alantesu e Wasusu, a Funai criou um programa de assistência voltado para os Nambiquara, nomeado “Projeto Nambiquara”. A proposta de sua criação partiu do chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas (DEP), Olympio Serra, que em 26 de abril de 1974 sugeriu ao Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC), por meio de um ofício, a criação de um programa voltado para os Nambiquara. Esse projeto, segundo a proposta de Serra, deveria ter verba própria, duração mínima de dois anos e ser coordenado por um antropólogo com experiência anterior com o grupo linguístico, o antropólogo estadunidense David Price³⁵¹.

No ofício, o diretor do DEP argumentava que, desde a criação do Posto Indígena Pirineus de Souza, ocorreu uma sucessão de erros da política indigenista, em virtude do desconhecimento sobre a diversidade sociopolítica dos grupos genericamente chamados de “Nambiquara”. Seria assim, necessário que a Funai escolhesse a alternativa mais apropriada para “reparar” os erros da política indigenista que a última transferência havia provocado. A criação de um projeto de assistência voltado aos Nambiquara e coordenado por David Price representava, para Serra, a possibilidade de resolução de um modelo de política indigenista fracassada³⁵². Após a aprovação do DGPC, pelo diretor substituto, a proposta foi acolhida pelo então presidente da Funai, Ismarth de Araújo Oliveira, e foi implementado ainda em 1974³⁵³.

³⁵¹ FUNAI/DGPC. Memorando nº 24/74. Fundação Nacional do Índio, 26/04/ 1974. Acervo SEDOC/Funai.

³⁵² Ibid.

³⁵³ Ibid.

O *Contrato de locação de serviços técnico-profissionais* oferecido pela Funai a David Price, assinado pelo antropólogo em junho de 1974, apresentava como objetivo do programa a elaboração de um projeto de pesquisa em antropologia na área da família linguística Nambiquara. Price seria contratado sem vínculo empregatício, e tinha como função a elaboração de um projeto que propusesse alterações de limites territoriais, levantasse a realidade socioeconômica, desenvolvesse um programa de educação e de “desenvolvimento socioeconômico” para os Nambiquara, a serem submetidos à aprovação da presidência do órgão. Como obrigações, ele deveria enviar ao DGPC relatórios de atividades trimestralmente; observar as determinações da presidência e do DGPC, departamento ao qual ficaria subordinado o programa; colaborar com esse departamento para a execução de trabalhos na área Nambiquara, até que o projeto fosse executado; e fazer prestações de contas regulares. Além disso, com validade de dois anos, a partir de 1º de agosto de 1974, podendo ser prorrogado ou rescindido, os recursos do Projeto Nambiquara teriam a seguinte proveniência: programa “Assistência e Previdência”, subprograma “Assistência Social”, atividade “Assistência às Comunidades Indígenas”³⁵⁴.

Apesar do contrato ter sido firmado em 1974, e nesse mesmo ano tenha sido planejada a disposição dos recursos, apenas em abril de 1975 o projeto foi de fato posto em prática. Segundo David Price, uma série de problemas impediram o seu funcionamento ainda em 1974, como a não liberação de verbas, a dificuldade de compra de veículo e do levantamento aerofotogramétrico da região Nambiquara junto ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)³⁵⁵.

Os princípios teóricos que guiariam o projeto foram expostos por Price no relatório *Projeto para a normalização da situação Nambiquara*, de 22 de janeiro de 1975. O princípio básico, apontado pelo antropólogo, era a concepção de que as sociedades se modificavam ao longo do tempo à medida que variava o caráter de seus indivíduos. Essa afirmação aparece como uma crítica à ideia de que os índios eram ingênuos, crianças a serem civilizadas, ou a serem “enchidas” com o sistema não indígena, perspectiva essa que, para Price, era comum entre pessoas que trabalhavam com os índios³⁵⁶.

Para David Price, as sociedades indígenas eram parte das sociedades humanas e, como tal, transformavam-se ao longo do tempo. Mas a sua “integração” à “sociedade nacional” seria

³⁵⁴ FUNAI. Encaminhamento nº 20/PJ-74. Fundação Nacional do Índio, 11/06/1974. SEDOC/Funai.

³⁵⁵ PRICE, David. Atividades durante o primeiro trimestre contratado. Fundação Nacional do Índio, 13/11/1974b. Acervo SEDOC/Funai.

³⁵⁶ PRICE, David. Projeto para a normalização da situação Nambiquara. Fundação Nacional do Índio, 1975a. ISA

um processo lento e isso se daria pelo fato de que os indígenas tinham um sistema cognitivo próprio, complexo e com significados específicos. Assim, os indivíduos adultos, com grande inserção dentro da cultura de seu grupo e do sistema cognitivo, eram mais resistentes a “integrarem-se” a uma sociedade nova do que uma criança, e o fariam apenas se fosse do seu interesse, incorporando da “sociedade nacional” apenas os elementos que achassem necessários para sua vida tradicional³⁵⁷.

A “aculturação”, resultante do contato entre uma sociedade pequena e outra maior, seria uma mudança lenta caso não houvesse desigualdade que ameaçasse a integridade do grupo menor. Doenças, interferência de missionários e indigenistas “mal informados” poderiam, para o antropólogo, “estragar” as instituições básicas que uniam os indígenas³⁵⁸.

Entre a “integração lenta” e a aculturação que desagregava (“estragava”) os indígenas, aos indigenistas existiam duas alternativas de atuação: favorecer a manutenção das instituições básicas das sociedades indígenas, com consciência da mudança social lenta, ou promover a desintegração dessas sociedades para que fossem “absorvidas pela sociedade nacional no mais breve tempo”. O projeto deveria atuar prezando pela primeira alternativa³⁵⁹.

De acordo com Price, a aculturação rápida e desagregadora, embora pudesse parecer mais simples e econômico, não abria outro caminho aos indígenas senão o de integrarem-se à “sociedade nacional” como mão de obra braçal, competindo com trabalhadores “civilizados”. Perderiam sua identidade, *não seria nem “índio” e nem “civilizado”*, e se tornariam “um peso morto para a sociedade nacional”³⁶⁰. No processo de integração lenta, ao contrário, ao mesmo tempo em que mantivessem sua organização social poderiam, com o tempo, integrar-se à sociedade nacional, produzindo o necessário para seu consumo e, eventualmente, vendendo excedentes. Dessa forma, a manutenção da organização social e o apoio à lenta “integração” exigia a garantia da terra aos indígenas:

De fato, estudos de vários casos, tanto no Brasil quanto em países estrangeiros, mostram que a maneira mais econômica e eficaz de administrar uma tribo é garantir para ela terras boas e fornecer condições para que chegue a poder atender às suas próprias necessidades, enquanto vai aproximar-se, pouco a pouco, ao caráter da sociedade em redor³⁶¹.

³⁵⁷ Ibid.

³⁵⁸ Ibid.

³⁵⁹ Ibid, p.4.

³⁶⁰ Ibid.

³⁶¹ Ibid, p.5.

Informações gerais sobre os Nambiquara e a situação deles no início de 1975, antes ainda do pleno funcionamento do projeto, foram apresentadas pelo antropólogo nesse mesmo relatório de janeiro de 1975. De acordo com critérios linguísticos, os Nambiquara estavam divididos da seguinte forma:

- A. Grupos que falam Nambiquara do Sul:
 - 1. Do Vale do Guaporé
 - a) Sararé
 - b) wasusu
 - c) al'ântésu
 - d) way'sú
 - e) hahayntésú
 - f) n'antósu
 - 2. Da Serra dos Parecis
 - a) saw'entósú
 - b) halótésú
 - c) w'akalitésú
 - d) kithawlhú
 - 3. Da Serra do Norte
 - a) niyalhosú
 - b) siwa'ayhsú
 - c) hinkatésú
- B. Grupos que falam Nambiquara do Norte:
 - a) Mamaindê
 - b) Nekarattú
 - c) t'áwenté
 - d) t'awanté
 - e) yálákunté
 - f) latundê
- C. Sabanê
- D. Massacá³⁶²

Essas informações sobre a composição dos subgrupos linguísticos da matriz Nambiquara mostram a diversidade de etnias que foram genericamente designadas pelos não indígenas apenas como “Nambiquara”. De acordo com os dados fornecidos pelo antropólogo, 628 era o número total de pessoas Nambiquara naquele contexto, sendo 248 indígenas do Vale do Guaporé, distribuídos da seguinte forma: 35 pessoas Sararé; 40 pessoas Wasusu; 35 pessoas Al'ântésu; 26 pessoas Way'sú; 52 pessoas Hahayntésú e 60 pessoas n'antésú. Vale salientar que a situação dos Nambiquara já estava bastante afetada pelo contato com a sociedade nacional. No geral, muitos grupos estavam reduzidos pelas epidemias e várias aldeias eram compostas por membros de diferentes grupos³⁶³.

³⁶² Ibid, p.6

³⁶³ Ibid.

O cotidiano dos Nambiquara e as experiências históricas que atravessavam suas vidas naqueles anos de ditadura militar tinham variado nas três regiões e estavam ligadas ao fracasso da política indigenista operacionalizada até aquele momento. Ao norte, por exemplo, no Posto Indígena Nambiquara, antigo posto Pirineus de Souza, os indígenas lidavam com as consequências de terem sido escravizados pelo chefe do posto indígena, até 1968.³⁶⁴ No Vale do Guaporé, os grupos que voltaram do primeiro processo de remoções lidavam com a presença das fazendas, que derrubavam as matas para a formação dos pastos e afugentavam a caça³⁶⁵.

Naquele momento, em todas as três regiões, era forte a presença de missionários de diferentes confissões entre os indígenas, atuando na evangelização e na assistência à saúde. A implementação da política indigenista era uma função da Funai. Apesar disso, a participação de missionários prestando assistência aos indígenas não deixou de ser recorrente, mesmo quando o Projeto Nambiquara já se encontrava em funcionamento. Atuavam as seguintes organizações entre os grupos: Missão Cristã Brasileira (MCB), atuando entre os Waysu, Hahaintesu, Sararé e Alantesu; *Summer Institute of Linguistics (SIL)* nas aldeias de Camararé, Serra Azul, Fifano (Reserva Nambikwara); *South America Indian Mission (SAIM)* entre os Wasusu e Camararé; Obra Beneficente Nova Suíça (sem maiores informações) e Missão Anchieta com os “Sainã”³⁶⁶.

Mediante o exposto, Price propunha um plano de ação “para resolver os problemas da região nambiquara, com o menor prejuízo tanto para os índios quanto para o desenvolvimento da região”³⁶⁷. Essa resolução passaria pela maior atenção à questão territorial, saúde, educação, integridade social e desenvolvimento econômico. O que se segue no relatório, a partir de então, é uma explicação de medidas a serem tomadas que deixam evidente a centralidade da situação dos indígenas do Vale do Guaporé para o projeto, bem como do papel das remoções e a ligação entre a questão territorial e os demais aspectos da vida Nambiquara³⁶⁸.

No contexto em que Price escreve *Projeto para a normalização da situação Nambiquara*, parte do território do Vale do Guaporé, entre os rios Galera e Sararé, havia sido interditado para futura delimitação de reserva. Além disso, os Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu

³⁶⁴ Ibid; No mesmo documento, Price menciona que naquele momento ainda existiam índios escravizados no chamado “Seringal do Faustino”, que era de propriedade do genro do referido chefe de posto, Afonso de França. De acordo com o antropólogo, eles seriam remanescentes de “uma espécie de dote humano”. Em outro documento, de 1976, Price afirma: “Durante 25 anos, os índios do Posto Nambikwára (outrora Pyreneus de Souza) sofreram incrivelmente com o Sr. Afonso de França, encarregado do Posto do antigo SPI. Ele escravizou os índios, obrigando-os a trabalhar nos seringais”. PRICE, Paul David. Memorando. Fundação Nacional do Índio, 1976, p.8. ISA.

³⁶⁵ PRICE, David. Projeto para a normalização da situação Nambiquara. Fundação Nacional do Índio, 1975a. ISA

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Ibid, p.14.

³⁶⁸ Ibid.

foram removidos de seus territórios para dentro daquela área, em dezembro de 1974 e janeiro de 1975.

A área interdita, de acordo com o antropólogo, foi criada com base em informações fornecidas por Fritz Tolksdorf, sertanista responsável pelo primeiro processo de remoção em 1972, sem a sua consulta, ainda que já tivesse sido contratado pela Funai para o Projeto Nambiquara,³⁶⁹.

O decreto de interdição nº 74.515, de 05 de setembro de 1974, declarava interdita para “fins de atração do grupo indígena Nambikwara” uma área no município de Mato Grosso, entre os rios Galera e Sararé, no Estado do Mato Grosso:

Art. 1º Fica interdita, temporariamente, **para efeito das providências de atração do grupo indígena Nambikwara**, disperso no Vale do Guaporé, a área situada no Município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso, compreendida pelos seguintes limites: Norte: Partindo da confluência do rio Guaporé com o rio Galera, sobre este rio até a confluência com o rio sem nome, de sua margem direita num ponto de coordenadas aproximadas de 59º 27' 54" W e 14º 28' 00" S; Leste: Deste ponto, por uma linha reta e seca rumo SE, numa extensão aproximada de 26 km até encontrar o rio Sararé num ponto de coordenadas aproximadas de 59º 26' 00" W e 14º 42' 12" S. Neste ponto desce o rio Sararé até sua confluência com o rio Guaporé; Oeste: Deste ponto desce o rio Guaporé até sua confluência com o rio Galera³⁷⁰. (grifo nosso)

Diferente do decreto de criação da Reserva Nambikwara em 1968, a área interdita teve sua criação justificada para fins de “atração” e não de “pacificação”. A “atração” dos indígenas “dispersos” no Vale do Guaporé para dentro da área interdita pressupunha, novamente, um novo processo de remoções das etnias que viviam fora dos limites da interdição. Após as malsucedidas remoções dos Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara, ocorridas entre 1972 e 1973, a Funai pretendia novas remoções de etnias Nambiquara para a área interdita. O objetivo era minimizar as consequências da presença das fazendas e do primeiro processo de remoção, assegurando alguma parte do território para os Nambiquara do vale. De fato, as transferências começaram a ser realizadas em dezembro de 1974 e janeiro de 1975 com as remoções dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu, como destacado, mas a intenção era que as demais etnias do vale também entrassem na área interdita³⁷¹.

Em ação conjunta de Price e missionários da Missão Cristã Brasileira, com apoio de fazendeiros, os Waikisu/Waikatesu foram transferidos em dezembro de 1974 e os Hahaintesu

³⁶⁹ PRICE, 1974b.

³⁷⁰ Decreto de interdição nº 74.515, de 05 de setembro de 1974.

³⁷¹ PRICE, David. Projeto para a normalização da situação Nambiquara. Fundação Nacional do Índio, 1975a. ISA.

em janeiro de 1975, antes mesmo do Projeto Nambiquara estar em pleno funcionamento e contar com a presença de chefes de postos indígenas e enfermeiros³⁷².

Segundo Price, mesmo que violando, em seus termos, a “política de mudanças” do projeto, os indígenas teriam sido removidos por causa das condições de vida as quais estavam submetidos nas terras onde moravam, próximos a fazendas e expostos a doenças³⁷³. Em relatório de novembro de 1974, o antropólogo afirma que a Agropecuária Vale do Guaporé S/A havia derrubado toda a mata e os indígenas se encontravam sem caça e sem roças e expostos a crises de fome³⁷⁴.

Os Waikisu/Waikatesu viviam na entrada de diferentes fazendas e os Hahaintesu ficavam na pista de pouso de uma das fazendas da Agropecuária Vale do Guaporé. Sobre a situação dos Hahaintesu, o antropólogo afirma:

Há três anos, não fazem mais roças, e com a derrubada de milhares de hectares pela fazenda, a caça sumiu. Os índios passaram a viver de malandragem, matando os animais da fazenda e roubando das roças e do armazém. Esgotada a paciência do pessoal da fazenda, eles começaram a ameaçar os índios de extermínio³⁷⁵.

Segundo o antropólogo, foram removidas de seu território tradicional, ocupado pelas fazendas, 78 pessoas, e levadas para uma derrubada que já continha roça de milho dentro da área interdita. Mas a área era de um proprietário chamado Albino Villa. Primeiro os indígenas foram levados de avião pela Missão Cristã Brasileira à cidade do Mato Grosso e, posteriormente, de caminhão dessa cidade para o local da roça. A Agropecuária Vale do Guaporé forneceu aos missionários gasolina e óleo para o avião, e pagou um roceiro pelo produto de sua roça que seria destinado à alimentação dos indígenas, até que eles realizassem a sua própria. Para Price, naquele momento, diferente do que reconheceu meses depois, as remoções foram bem-sucedidas:

Há tempos que os dois grupos de índios queriam mudar-se, fazendo a mudança de livre e espontânea vontade uma vez que fornecemos condições. Chegando à roça, gostaram muito do lugar, e temos toda a esperança que ficarão contentes ali.³⁷⁶

No *Projeto para a normalização da situação Nambiquara*, Price aponta um planejamento e medidas para o Projeto Nambiquara. O primeiro elemento do plano era a

³⁷² Ibid.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ PRICE, Op.cit.

³⁷⁵ PRICE, Op.cit., p.32.

³⁷⁶ Ibid, p.34.

resolução da questão de terras. Essa resolução indicava a criação de uma reserva na área interdita, a remoção dos grupos do vale para a nova área reservada e uma possível liberação das terras da Reserva Nambikwara para acolher fazendas que aceitassem sair da área interdita em troca de terras na área liberada da reserva em questão. Essas ações seriam vantajosas, segundo o antropólogo, porque a área interdita no Vale do Guaporé, embora fosse menor que a Reserva Nambikawara, com respectivamente 300.000 hectares contra 1.000.000, possuía 44% de área agricultável, enquanto a reserva possuía apenas 7%. Entretanto, a resolução proposta teria dificuldades de realização tanto pela negativa de transferência de grupos, quanto da oposição de fazendeiros à expropriação das fazendas que se encontravam na área interdita³⁷⁷.

Price acreditava que muitos indígenas aceitariam mudar-se para a área, mas alguns jamais o fariam. Segundo ele, dos chamados “Nambiquara do Sul”, etnias do Sararé já viviam na área interdita, os Waikisu/Waikatesu (chamados de Way’sú, por Price) e Hahaintesu já haviam sido removidos e permaneciam lá. Grupos do Vale do Guaporé, mais especificamente os Alantesu e os Wasusu, e da reserva, aldeia de Camararé e Joãozinho, tinham interesse em migrar para a área. Já os indígenas de Serra Azul e Bacaiuval, também da Reserva Nambikwara, não tinham o interesse de mudar, assim como os “Nambiquara do Norte” não aceitariam a proposta pela distância em relação ao seu território tradicional e diferenças culturais. Afirma:

Enfim, dos Nambiquara do Sul, três grupos já estão na área interdita, quatro grupos querem mudar logo para a área, e quatro grupos ainda não aceitaram mudar-se, mas provavelmente aceitarão quando conhecerem a área³⁷⁸.

É possível perceber que, embora por razões distintas, existia uma defesa das remoções como alternativa para resolução dos problemas causados pela disputa da terra indígena. A proposta de Price e da Funai, tal como expresso no decreto de interdição de parte do Vale do Guaporé, era fazer o mesmo que se pretendeu com a criação da primeira reserva (Reserva Nambikwara): transferir a maior parte possível dos grupos para a nova área a ser reservada em vez da ação jurídica pela retirada das fazendas de toda a região pertencente originariamente às etnias.

Além da não aceitação dos indígenas em se mudarem por meio da política de remoções, outro problema a ser enfrentado pela Funai seria o descontentamento dos fazendeiros com a criação da reserva na área interdita. Assim, segundo o antropólogo, a Funai teria dois

³⁷⁷ Ibid.

³⁷⁸ Ibid, p.15.

caminhos: alegar que a área era região indígena e, dessa forma, de acordo com a Constituição, patrimônio da União, de forma que não houvesse indenizações; ou indenizar os proprietários:

Assim, talvez seja possível fazer a Reserva na área interditada, sem necessidade de indenizar os proprietários. Mas, de outro ponto de vista, talvez seja interessante indenizar os proprietários, pois se aceitam a indenização, renunciam definitivamente ao título das terras, e a Funai evitaria uma longa luta legal para expulsá-los da área³⁷⁹.

A saída para o impasse seria liberar uma área de 700.000 hectares na parte sul da Reserva Nambikwara, a ser oferecida às fazendas desapropriadas da área interditada. Ainda que a área liberada fosse menos produtiva, as terras seriam maiores. Para as terras já beneficiadas, as indenizações deveriam ser pagas³⁸⁰.

No relatório, Price apresenta também informações referentes às propriedades existentes na área interditada. Segundo ele, em ação conjunta com a Polícia Federal no final de novembro de 1974, foram visitadas quase todas as propriedades para informar aos proprietários sobre a interdição e negociar a mudança deles para a reserva. O antropólogo apresenta todas as propriedades presentes naquela região, os nomes dos proprietários e a origem deles³⁸¹:

1. Fazenda Guaporé Galera: do proprietário João Pereira dos Santos e sua família, com endereço em São Paulo, possuidores de certidão negativa fornecida em 1971. Tinham cerca de 33.800 hectares, três pistas de aterrissagem com uma invernada de 25 reses e um curral. O proprietário achava razoável a possibilidade de troca das terras;
2. Fazenda Morada do Sol: de Foz de José Jorge, proprietário com endereço em Bauru, São Paulo. A fazenda tinha cerca de 7.000 alqueires, com uma derrubada e pista de aterrissagem. Tinha interesse na troca de terras;
3. Fazenda do Morro: o proprietário era Mario Brandão e amigos; o primeiro residia em Cuiabá. A fazenda tinha 16.000 alqueires, com pista e 32 alqueires de derrubada que, para Price, haviam sido feitas com pressa. Brandão havia achado interessante a proposta da troca;

³⁷⁹ Ibid, p.18

³⁸⁰ Ibid.

³⁸¹ Ibid.

4. Galera Agropastoril S./C.Ltda: sem informações sobre os donos, o escritório dessa agropecuária estava situado em São Paulo e possuía certidão negativa concedida em 1970. A propriedade tinha 1.000 alqueires dentro da área interditada, composta de pastos com 450 cabeças de gado, duas casas, ponte e uma pista de aterrissagem. Price acreditava que o gado havia sido colocado na área após a interdição;
5. Gabriel Seixas e Armando Almeida: donos residentes em Marília e São Paulo, estavam construindo uma pista de aterrissagem, mas não possuíam nenhum “benefício” ainda realizado;
6. Albino Villa e outros: propriedades de Albino Villa, Marília – SP, e registradas em nome de Mário Nobile, Rosalindo Guzzi e outros, teria o total de 105.828 hectares e posse de certidão negativa expedida em 1968 para a Colonizadora Guaporé Ltda com três derrubadas. A primeira com um alqueire de mandioca e 30 de pasto; a segunda com 18 alqueires de arroz, milho e mandioca, 15 alqueires de pasto formado, 500 pés de banana, 35 cabeças de porcos; a terceira era constituída principalmente de pasto, mas possuía 5 alqueires de milho e 3 de arroz;
7. Agropecuária Florêncio Bonito S/A.: o presidente dessa agropecuária era Zigomar Ferreira Franco, com endereço em Ituiutaba-MG, proprietário de diversas empresas pelo Brasil. A agropecuária possuía 67.000 hectares na área, 260 alqueires beneficiados em invernadas, contendo 480 reses. Possuía também certidão negativa concedida pela Funai em 1968 e incentivos do Proterra. Price desconfiava que o gado havia sido colocado na propriedade depois da interdição;
8. Ouro Fino Mineração Ltda. e E.S Ponso e Cia.Ltda.: empresas de Luis Eduardo Campelo e Eduardo Soligo Ponso, com escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro. Essas empresas realizavam pesquisas mineralógicas na área interditada há dois anos³⁸².

As informações sobre o tamanho das terras e as benfeitorias foram fornecidas pelos próprios proprietários ou por seus funcionários, o que torna problemática a credibilidade das informações. Além disso, segundo Price, todos que possuíam propriedades dentro da área

³⁸² Ibid.

interditada tinham títulos vigentes que derivavam de sesmarias herdadas pela família Muller e Arruda. Se a Funai decidisse indenizar os proprietários em um processo de expropriação, eles deveriam comprovar que os títulos não tinham impedimento³⁸³.

As informações apresentadas por Price permitem observarmos que, pelo menos naquela área, a maior parte dos proprietários eram provenientes do sudeste do país, muitos possuindo certidões negativas expedidas pela Funai em anos anteriores.

Para manter a integridade social dos Nambiquara do Vale do Guaporé, segundo Price, todos seriam mudados de acordo com o ciclo da agricultura para a área interditada. Depois da derrubada e do plantio na área interditada, todos os indígenas, incluindo mulheres e crianças, seriam levados para aquela região. Dessa forma, para o antropólogo, “os índios não chegarão a ser preguiçosos e dependentes, como ficariam se a FUNAI os mudasse de uma vez, fornecendo comida durante o primeiro ano”³⁸⁴.

Após serem estabelecidos, o problema para Price seria “manter e orientar a liderança indígena” em constante contato com indigenistas e missionários. Tendo em vista o poder econômico dos não indígenas, que controlavam bens como machados, facas, espingardas, enxadas, para ele, o poder do “cacique” era diminuído frente ao poder do “civilizado”. A sugestão seria diminuir a presença de missionários progressivamente e deixar apenas os funcionários da Funai quando a situação estivesse “normalizada”³⁸⁵.

A primeira proposta para a área de “economia” era evitar que os indígenas se proletarizassem, na tentativa de conseguirem o que Price chama de “bens da sociedade nacional”. Para que conseguissem esses bens, era preferível que fosse realizada a comercialização de artefatos tradicionais sob controle deles. Seguindo a sua argumentação, Price afirma que, se os indígenas vendessem sua mão de obra aos patrões, esses tomariam o lugar de poder do cacique, desagregando a sociedade, enquanto aqueles se tornariam apenas peões semiescravidados e sem quaisquer direitos sociais. Além disso, o monopólio das trocas pela Funai também era visto como um elemento de enfraquecimento do poder do cacique, ao mesmo tempo em que dificultava a “educação econômica do índio”, que aprenderia mais rápido o sistema de trocas caso participasse desse processo. Portanto, a Funai, por meio da 5ª Delegacia Regional, deveria vender em sua sede em Cuiabá os artefatos para os turistas, mas o indígena

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ Ibid, p.26.

³⁸⁵ Ibid.

não poderia ser apartado das vendas. Além das propostas mencionadas, o estímulo progressivo à criação de gado era uma alternativa que parecia viável para o antropólogo, futuramente³⁸⁶.

Para além da questão de terras e economia, outro setor de preocupação significativa do projeto era a educação. Para a educação, a perspectiva era promover a alfabetização bilíngue dos Nambiquara, começando pela língua nativa e depois pelo português, a ser realizado com o auxílio da *Summer Institute of Linguistics (SIL)*. Outra ação, nesse sentido, seria promover a educação econômica dos indígenas: pelo ensino de matemática, para as trocas com os não indígenas, na qual seria trabalhada a reciprocidade imediata da troca e o uso do dinheiro como substituto para bens. Em uma visão tutelar, o objetivo final era que os índios pudessem cuidar dos seus próprios interesses, aprendendo a lidar com a “sociedade nacional”³⁸⁷.

Por último, apresentava-se a necessidade de prestação de assistência à saúde por parte da Funai aos Nambiquara, em trabalho conjunto com a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), no combate e prevenção de doenças. A atuação deveria promover a vacinação contra tuberculose, varíola, sarampo e tétano, malária – que era endêmica na região da área interditada – além de controlar “doenças venéreas” e tratar do *Necator americanus*, o amarelão, “procurando meios de convencê-los de andar calçados e deixar de dormir no chão”³⁸⁸.

3.2 O cotidiano dos Nambiquara do Vale do Guaporé e o funcionamento do Projeto Nambiquara em 1975

Meses após o *Plano para a normalização da situação Nambiquara*, o projeto entrou em funcionamento em abril de 1975. Naquele mesmo mês foram realizados, em Cuiabá, cursos de formação de chefes de postos indígenas, coordenados também por David Price, nos quais foram trabalhados aspectos da geografia e ecologia Nambiquara, economia, organização política, estrutura social, religião, ciclo da vida, língua e mitologia. Price proferiu ainda palestras sobre a história de contatos dos Nambiquara com “a sociedade nacional”, com ênfase no papel de missionários e funcionários do Estado, explicando a política do projeto³⁸⁹.

O projeto era coordenado por David Price e composto ainda de chefes de postos indígenas, responsáveis por atender toda a região Nambiquara, dividida administrativamente em três distritos: distrito do Vale do Guaporé; distrito do campo (Reserva Nambikwara) e

³⁸⁶ Ibid.

³⁸⁷ Ibid.

³⁸⁸ Ibid, p.30.

³⁸⁹ PRICE, David P. Relatório 01/CPN/25. Levantamento para implantação do Projeto Nambiquara. FUNAI, 1975d.

distrito do Norte³⁹⁰. No Vale do Guaporé, o chefe do Posto Indígena Vale do Sararé era Sílbene de Almeida, que deveria atender 11 aldeias compostas por 178 Nambiquara, em um percurso de aproximadamente 1.240 km³⁹¹.

Segundo Price, a “filosofia” do projeto era a perspectiva de que o índio teria o controle do processo de “aculturação”, e que a assistência, nesse sentido, se limitaria a atender os problemas gerados na relação com a “sociedade nacional”³⁹². Partindo dessa filosofia, a função dos chefes dos postos era prestar a assistência médica, trocar artefatos para que os indígenas adquirissem produtos e aprendessem “o sistema econômico nacional”, incentivar a sedentarização dos indígenas nas terras reservadas e mediar os conflitos entre indígenas e não indígenas. O planejamento de mudanças agropecuárias para que substituíssem progressivamente a caça deveria ser realizado com consulta aos indígenas³⁹³.

Sobre a sedentarização, João Pacheco de Oliveira destaca que o Estatuto do Índio enfatiza a via camponesa como forma privilegiada de “integrar” as populações indígenas na sociedade brasileira. O direito à terra é afirmado, no entanto, não se trata apenas de conservar o local de moradia ou de significado simbólico, mas garantir a terra como meio de produção necessário. Para Oliveira, a construção de uma reserva permite que os indígenas cristalizem algumas peculiaridades econômicas e sociais, contribuindo para a reprodução de um “campesinato indígena” que, com posse comunitária da terra, se torna subordinada ao Estado³⁹⁴.

Apesar do planejamento, Price e os membros do Projeto Nambiquara teriam que lidar não apenas com as consequências da presença das fazendas no Vale do Guaporé, como também com a falta de recursos e com os desdobramentos das remoções dos Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu. Para compreendermos melhor o cotidiano do projeto e dos indígenas do Vale do Guaporé, é interessante analisarmos os relatórios de Sílbene de Almeida, chefe do Posto Indígena Vale do Sararé, produzidos ao longo de 1975, e também de relatórios de David Price, coordenador do projeto, daquele mesmo ano.

No seu primeiro relatório, referente ao segundo semestre de 1975 e destinado ao delegado da 5ª DR, Sílbene de Almeida expõe a situação dos Nambiquara do Vale do Guaporé e a atuação do projeto no período de março a junho de 1975. As aldeias dos Nambiquara, “naturais habitantes de toda a área”³⁹⁵, dentro e fora da área interdita, estavam próximas de

³⁹⁰ Ibid.

³⁹¹ Ibid.

³⁹² Ibid.

³⁹³ Ibid.

³⁹⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

³⁹⁵ ALMEIDA, Sílbene. Relatório n. 1 Nambiquara – Vale do Guaporé. Fundação Nacional do Índio, 1975a. ISA.

derrubadas, serrarias, pastos, água poluída. A caça se extinguiu e a área de roça diminuía com a expansão das grandes agropecuárias,

que usufrutam [sic] da madeira, da mata que derruba, do pasto que planta, do gado que corta, de uma nova situação que se implanta diante de quem não está preparado para maior relação econômica com a sociedade nacional além do artesanato³⁹⁶.

Naquele momento, os Hahaintesu já haviam deixado a área interdita e retornado para o seu território tradicional em outra parte do Vale do Guaporé. As circunstâncias do seu retorno não são totalmente esclarecidas na documentação, pois há informações distintas nos relatórios de Sílbene de Almeida e David Price. Assim como no caso dos Alantesu e Wasusu, ao retornarem para seus territórios após suas remoções, tiveram que disputar espaço com as fazendas já estabelecidas no local³⁹⁷.

No relatório número 1, apesar de não ter encontrado os indígenas das duas primeiras aldeias, Sílbene afirma que conheceu as seguintes aldeias: Jacutinga, Bibi e Bolinha. A primeira, com três casas, mais ao norte, “nas banhas da Chapada dos Parecis”, estaria a 6km de uma propriedade, e possuía pouca roça e caça razoável. Bibi estava a 5km da Fazenda Zillo, enquanto os 11 Hahaintesu da aldeia de Bolinha se encontravam a 12km da sede desta fazenda, com pouca caça e uma área já devastada³⁹⁸.

Os Hahaintesu, removidos para a área interdita, retornaram a pé para seu território tradicional. Segundo Sílbene, “Bolinha” e José haviam lhe informado que no Sararé era “negativo”, que lá morreram duas mulheres de seu grupo – provavelmente de malária – Maria, uma mãe, e uma criança, filha de Raimundo. Após as mortes, durante o retorno, o grupo de 17 pessoas fora encontrado por Sílbene, que lhes providenciou comida, agasalhos e abrigo, enquanto voltavam pela estrada, com fome, cansados e resfriados. De acordo ainda com o chefe do posto, eles foram levados durante parte do percurso de volta às suas terras por um motorista da Fazenda Sapé, e foram tratados da malária pelo administrador dessa mesma fazenda³⁹⁹.

A versão de Sílbene sobre as razões para o retorno do grupo é apresentada com maiores detalhes no relatório número 3, referente a outubro e dezembro de 1975. De acordo com o chefe de posto indígena, em uma mudança apressada e sem planejamento, os Hahaintesu foram para a área interdita “mais num sentido de passeio” e para buscarem uma criança de sete anos, chamado Martinho, que o missionário Gustav Brings levou para tratar de sua saúde e não mais

³⁹⁶ Ibid, p.2.

³⁹⁷ Ibid.

³⁹⁸ Ibid.

³⁹⁹ Ibid.

o devolveu. Na área interdita eles foram colocados juntos aos “Waikateçu” para uma região que não escolheram e não gostaram. Nesse relatório é feita a primeira menção aos Waikatesu (Waikateçu), o que seria, talvez, outra etnia, até então também tratada como um grupo Waikisu (Way’sú ou Waisu).

Na primeira oportunidade, na ausência do missionário, os Hahaintesu foram ao território dos Sararé, grupo rival, e comeram sua roça. Entrando em conflito com aquele grupo, também pela questão das mulheres, foram envenenados e retornaram ao seu território tradicional fora da área interdita. Os Hahaintesu mantiveram-se firmes quanto à legitimidade de seu retorno ao território tradicional:

Talvez isto prevesse [sic] Mamãe Grande (a índia mais velha do grupo) que não arredou os pés de sua região original, ficando aí inteiramente só durante os quatro meses que o grupo saía. Aqui estão eles no mesmíssimo local que estavam e sempre estiveram, reconstruíram suas casas (queimadas pelo administrador Sr. Max – enquanto estavam no Sararé). **Não pretendem sair do local, pois dizem estar no local primeiro que o Cachimbo (como chamam ao administrador) e que ele é que deverá ir pra Sararé (área interdita).**⁴⁰⁰ (grifo nosso)

Já David Price, em seu relatório de 07 de julho daquele ano, apresentou uma versão com algumas diferenças em relação à versão de Sílbene. Segundo ele, os Hahaintesu foram levados para a área interdita em janeiro e colocados juntos aos Waisu porque já havia uma roça previamente feita naquele lugar. Apesar de queixaram-se que o lugar tinha muita pedra e não possuir área branca, onde preferiam dormir, estabeleceram-se em um acampamento pouco distante daquele grupo e conseguiam boa caça. Eram assistidos pela Missão Cristã Brasileira, que os estimulava a colher a roça. Apesar disso, foram a pé até Vila Bela algumas vezes procurando retornar para suas terras tradicionais, mas foram dissuadidos pelo piloto da missão, que havia sobrevoado a área com eles, afirmando que poderiam escolher a terra que quisessem dentro da área interdita⁴⁰¹.

A partir daí, os Hahaintesu adentraram a área interdita e se estabeleceram em uma aldeia abandonada por indígenas Nambiquara do Alto Sararé. Ali morreram duas mulheres e uma criança, além dos Sararé cobrarem as mulheres que foram combinadas entre os grupos para casamentos. Os Hahaintesu que se encontravam com “falta de mulheres” se negaram a realizar os casamentos e assim os dois grupos entraram em conflito. Na ausência do missionário daquela região, pessoas da Fazenda Sapé-Saráre interferiram na briga, levando os Hahaintesu até a BR-

⁴⁰⁰ ALMEIDA, Sílbene. Relatório n. 3 Nambiquara – Vale do Guaporé. Fundação Nacional do Índio, 1975c, p.5 ISA.

⁴⁰¹ PRICE, Op. cit.

364 de caminhão. Da BR-364 se dividiram e alguns partiram de carona para a entrada das fazendas, onde era seu território tradicional, enquanto outros seguiram a pé⁴⁰².

Price relata ainda que, quando os membros do projeto chegaram na região, no dia 15 de abril, encontraram os Hahaintesu divididos em duas partes e acampados ao lado da estrada. Um grupo a 6km da Pensão Vale do Guaporé, e o outro a 1km. Os membros do projeto iniciaram a construção de uma barraca para abrigá-los e, ao retornarem, após buscarem medicamentos, todos sumiram. A conclusão que o antropólogo tirou da situação foi a seguinte:

A lição a aprender de nossa experiência com os hahaintésú é que não se pode mudar um grupo sem informações adequadas, e sem que os líderes do grupo expressem claramente a vontade de mudar. O Coordenador decidiu mudar os hahaintésú com urgência com base nas informações fornecidas pelo seu predecessor na área, o Sertanista Fritz Tolksdorf, e sem conhecer o grupo pessoalmente. Uma vez que ele visitou a região tradicional do grupo, compreendeu que a fartura de caça e comida na área interdita não constituiu nenhuma vantagem para o grupo, pois a região tradicional também tem ainda muita riqueza natural. Logicamente, os hahaintésú não querem mudar-se enquanto a sua região tradicional continue a fornecer condições adequadas à sobrevivência. Eles não percebem que em breve as fazendas da região acabarão com a mata e que muitos deles morrerão de desnutrição e doenças civilizadas. Infelizmente, até que estas coisas aconteçam bastante para os índios perceberem a triste natureza da sua situação, é impossível mudá-los.⁴⁰³

É possível perceber que o grupo removido junto com os Hahaintesu era ora chamado de Ways'ú, ou Waisu, ora como Waikatesu. Isso torna difícil a compreensão a respeito dos Waisu (Waikisu) e Waikatesu serem grupos distintos, ou apenas o mesmo grupo chamado de formas distintas.

No relatório número 1, Silbene menciona que os Waisu estavam divididos em dois grupos. O primeiro, composto de cinco membros, morava na Fazenda Sorana, entre derrubadas e roças, com pouca disponibilidade de caça e sem assistência de saúde dos missionários. Já o segundo grupo Waisu, levados para área interdita, era composto de 18 pessoas, das quais duas encontravam-se internadas com malária em um posto de saúde de Vila Bela e no Hospital de Pontes de Lacerda, além das outras quatro pessoas que haviam morrido pela mesma doença. Esse grupo era assistido pelo missionário Heinrich Berg, da Missão Cristã Brasileira e, segundo o chefe do posto, na área interdita pareciam “querer se fixar”.

Price também confirma que a etnia estava dividida em dois grupos. No primeiro, de 17 pessoas, os indígenas moravam fora da área interdita, na entrada da Fazenda Zillo, e foram mudados para a área interdita com o já mencionado missionário. Segundo o antropólogo,

⁴⁰² Ibid.

⁴⁰³ Ibid, p. 10.

gostavam do lugar novo e estavam fazendo roça, apesar das pedras daquelas terras. Foram acometidos pela malária, atendidos pelo missionário e levados para o hospital, mas morreram quatro pessoas. Já o grupo da Fazenda Amburana (Sorana), composto de cinco pessoas, não aceitou migrar para a área:

Este grupinho triste não quis mudar com os outros em janeiro, e ainda recusou outra oferta para mudá-los em março. Agora que as atividades da fazenda estão chegando ainda mais perto da aldeia, é de esperar que eles decidam juntar-se aos parentes⁴⁰⁴.

Apenas no relatório de número 3 que Sílbene distingue o grupo removido e o que permaneceu em seu território na Fazenda Sorana: o primeiro são mencionados como Waisu, e o segundo como Waikatesu. Apesar disso, Price costumava se referir como Waisu (ou Way'su) tanto o grupo que permaneceu quanto o grupo removido. Levando em consideração esse não consenso, nos referimos aos Waisu que permaneceram (sempre chamados de Waisu ou Waysu) como Waikisu, na grafia atual. Já os Waisu que foram removidos, nos referimos como Waikisu/Waikatesu (na grafia atual), visto que eram chamados tanto por Waisu quanto Waikatesu e não sabemos qual dos dois grupos étnicos são atualmente⁴⁰⁵.

No que se refere a etnias removidas entre 1972 e 1973 para a Reserva Nambikwara, no período de abrangência do primeiro relatório de Sílbene, os Wasusu estavam localizados na Fazenda Aguapé, próximos a estrada, pastos e derrubadas dessa fazenda. Quando foram visitados por membros do projeto, o “capitão” do grupo, Yaweé, reconstruía uma casa queimada pela morte de sua filha, e havia ainda uma criança de dois anos com um quisto no pescoço, para a qual Sílbene solicitou exame. Parte dos 43 membros do grupo, 17 deles, encontravam-se fora da aldeia por luto e visita a outras aldeias. Eram assistidos ainda, embora esporadicamente, por Edwin Pedersen, missionário que auxiliou na remoção do grupo para a reserva em 1973. Gostavam de suas terras, apesar da presença da fazenda, e segundo Sílbene, sentiam “necessidade de uma terra menos invadida”⁴⁰⁶.

O antropólogo Agostinho Silva, em seu relatório *Projeto Nambikwara – relatório de avaliação*, de 26 de outubro de 1975, oferece mais informações sobre a Fazenda Aguapé, que permitem que tenhamos maior compreensão sua dimensão e atividades:

No sopé da Chapada acham-se as pastagens e derrubadas ininterruptas, que nos informaram pertencerem à Fazenda Aguapé. Por 8,6 km acompanhamos a faixa

⁴⁰⁴ Ibid.

⁴⁰⁵ Anna Maria Costa e Rafael Souza mencionam esse grupo removido como Waikisu (grafia atual para Waisu). No entanto, não justificavam o uso desse nome, ainda que, como podemos ver, a documentação se refira também a eles como Waikatesu. Não há maiores explicações ou informações na bibliografia consultada.

⁴⁰⁶ ALMEIDA, 1975 a, p.3.

desmatada, até chegar à sede da Fazenda, passando por várias benfeitorias. Naquela, uma pista de aviação com 2.000m, gramada e balisada [sic] cuidadosamente, revela a importância do investimento. As casas principais são todas de alvenaria e apenas uma [sic] poucas de Taboado. Há serviço de rádio, e o veterinário encarregado do escritório disse-nos que, dos 6.000 alqueires possuídos, 4.000 foram deixados abaixo, servindo a um criatório de 6.000 cabeças⁴⁰⁷.

A situação dos Alantesu, também recém-retornados ao seu território tradicional, não se diferenciava tanto dos Wasusu. Sua aldeia foi reestabelecida na sede da Fazenda Estrela do Guaporé e próxima também da Fazenda Capriolli, com a qual mantinha contatos para trocas, visto que a caça já se encontrava escassa naquele contexto. Sobre as condições alimentares do grupo, Sílbene afirmou em seu relatório número 1:

Saém todos os dias prá caçar – nunca tiveram tão pouco. Voltam tristes, não querem conversas, vão direto prá casa. Estão derrubando área pré roça (demarcada coletivamente). Têm os peixes dos córregos próximos. A água que o índio usa está contaminada por derrubadas e boi [sic]⁴⁰⁸.

A Fazenda Estrela do Guaporé e sua serraria, a Serraria Amburana, avançavam sobre o território Alantesu, com derrubadas, pastos, desfolhantes, como apresenta Agostinho Silva:

No trajeto de 11,5 km entre aquela estrada (da estrada da Fazenda Lorenzetti) e a sede da Estrela do Guaporé, ainda há floresta, parte dos 20.000 alqueires que tem (metade dos quais este ano) o empreendimento. Destes, 800 estão derrubados, e o trabalho continua em ritmo acelerado, empregando 1.500 homens e desfolhantes, manualmente aplicado. As benfeitorias são muitas, mas de tábuas, sendo a principal a serraria, muito bem instalada e ativa; vejam-se as fotos dos troncos depositados ao longo da estrada. Há também 6.000 reses. O desmatamento está se aproximando da aldeia Al'antésú, que ainda dispõe de matas, o que não impede que logo desapareçam⁴⁰⁹.

Os Alantesu recebiam assistência médica de um missionário da Missão Cristã Brasileira, Sung Joon Kim, que os visitava quando possível. Sem assistência de saúde apropriada e sofrendo as consequências da ocupação de seus territórios pelas fazendas, era alto o índice de mortalidade infantil entre o grupo. Segundo Sílbene, dos 25 Alantesu, apenas três eram crianças com menos de cinco anos de idade, duas com menos de 15 anos, em um conjunto de nove casais. Exemplificando a alta mortalidade infantil, Sílbene destacou que, semanas antes de sua chegada, morrera uma criança, duas nasceram enquanto ainda se encontrava na aldeia, e uma faleceu depois de sua partida⁴¹⁰.

⁴⁰⁷ SILVA, Pedro Agostinho da. Projeto Nambikwara – relatório de avaliação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1975, p.21. Acervo Rubens Valente; SEDOC/Funai.

⁴⁰⁸ ALMEIDA, Op.cit.

⁴⁰⁹ SILVA, Op.cit, p.22.

⁴¹⁰ Ibid.

No primeiro relatório de Sílbene as informações sobre os grupos Sararé naquele período eram escassas na documentação e baseadas em dados fornecidos por missionários ao Projeto Nambiquara. Segundo Sílbene, parte dos Sararé vivia dentro da área interdita e outra fora, próximo ao seu limite, e totalizava cerca de 35 pessoas, divididas em três aldeias. Sílbene não os encontrou quando da sua visita, assim como também não estava presente o missionário da Gerbard Pauck, da Missão Cristã Brasileira. Uma das aldeias ficava próxima 8km da sede da Fazenda Sapé-Sará, e uma delas dentro da área interdita. Sobre esta última, o chefe do posto dizia parecer haver frutas, boa roça e caça razoável⁴¹¹.

Nos relatórios número 2, referentes ao mês de julho, e no relatório número 3, do período de outubro a dezembro de 1975, as dimensões sobre o quadro de doenças, mortes e conflitos entre indígenas e fazendeiros, bem como as formas de resistência e negociação dos Nambiquara são mais bem exploradas por Sílbene.

Durante a estadia de Sílbene, nas aldeias do Wasusu, Alantesu, Waikisu, Sararé e Hahaintesu, em julho, foram tratados problemas administrativos, sanitários, agrícolas e econômicos, além da complementação das fichas com os dados pessoais dos indígenas. A maior preocupação ocorria com os grupos fora da área interdita que, segundo ele:

Desterrados, torna-se difícil o controle de entradas, visitas, contatos de civilizados, doenças, pães e bebidas. Assim, estivemos voltados para a tribo dos Wasusu, Alantesu, Haihaintesu e Sorana, mais expostos, mais longe da área interdita, **distantes entre si, sem enfermeiro ou atendente, às vezes sem missionário, às vezes sem nós mesmo**⁴¹².

Naquele período haviam nascido duas crianças Wasusu, Téo e Nana, e uma Alantesu, Danilo. Já os Wakisu/Waikatesu⁴¹³, que haviam sido removidos para a área interdita, se encontravam na segunda epidemia de malária, assistidos pela Missão Cristã Brasileira em Vila Bela. O próprio Sílbene contraiu malária naquele mês. Tratados como “invasores à espera de uma reserva”, os Wasusu eram acusados por um dos acionistas da Fazenda Aguapé, Eli Mourão, de estarem fazendo roças nas suas terras. Já os Hahaintesu, ao voltar da área interdita para o seu território tradicional, teriam abatido bois da Fazenda Zillo, da Agropecuária Vale do Guaporé, e reestabelecido sua aldeia de frente para ela⁴¹⁴.

⁴¹¹ ALMEIDA, Op.cit.

⁴¹²ALMEIDA, Sílbene. Relatório n2. Nambiquara – Vale do Guaporé. Fundação Nacional do Índio, 1975b, p.1 SEDOC/Funai.

⁴¹³ Nesse relatório Sílbene ainda os chama de Waysu.

⁴¹⁴ Ibid.

As doenças e as mortes se expandiam entre os grupos do Vale do Guaporé, sem que o projeto conseguisse controlar a situação. Segundo Sílbene, as principais doenças que atingiam os indígenas eram a gripe, bronquite, diarreia, reumatismo, vermes e, apesar do programa possuir medicamentos mais urgentes, havia a necessidade da presença de um enfermeiro ou atendente. Assim, por causa da distância entre as aldeias e a pouca disponibilidade de pessoal, o projeto não conseguia estar sempre presente e os indígenas procuravam assistência nas fazendas. Esse era o caso dos Alantesu, por exemplo, que buscavam socorro na Agropecuária Estrela do Guaporé, e dos Hahaintesu, que procuravam atendimento na farmácia da Fazenda Zillo⁴¹⁵.

A falta de assistência apropriada foi a causa da morte de uma criança de uma das etnias Sararé. “Capitão Américo”, líder de um dos grupos, buscou ajuda na Fazenda Sapé para tratar de sua filha doente, pedindo que levassem a criança para a cidade, mas o pessoal da fazenda, com medo que esta morresse no caminho, se negou a levá-la. Segundo Sílbene, a criança morreu e o seu pai passou a ameaçar matar os membros da fazenda e o missionário que atuava naquela região⁴¹⁶.

O antropólogo Pedro Agostinho também mencionou em seu relatório a revolta do líder Sararé com os trabalhadores da fazenda, e a identificação que ele fazia da morte de sua filha com a fazenda. Segundo o antropólogo, Américo, pai da menina, culpava diretamente o pessoal da fazenda por descaso à doença da filha e ameaçava incendiar as casas dos peões, assim como envenenar o filho do missionário Pauck. Uma das casas teria sido incendiada, quando Agostinho esteve naquela região realizando o levantamento para o relatório⁴¹⁷.

Apesar da situação calamitosa de saúde, da presença e pressões das agropecuárias, os grupos do Vale do Guaporé davam seguimento à organização do seu sistema alimentar, fazendo roças, caçando, coletando nos poucos espaços de mata que lhes restava, pescando e criando pequenos animais, como porcos e galinhas. Realizavam também trocas entre si e produziam artesanato para a Funai vendê-los. Nesse sentido, de acordo com Sílbene, os Wasusu aumentaram sua roça em relação ao ano anterior, passaram a criar porcos, galinhas, plantaram arroz, mandioca e cana. Os Alantesu também aumentaram suas roças, plantando, inclusive, 150 pés de bananas. Já os Hahaintesu, apesar de trocarem sementes de milho e feijão com os Wasusu e Alantesu, preferiam se dedicar à caça⁴¹⁸.

⁴¹⁵ ALMEIDA, 1975 c.

⁴¹⁶ Ibid.

⁴¹⁷ SILVA, op.cit.

⁴¹⁸ Ibid.

Sílbene atuava promovendo o contato e trocas de objetos entre as etnias do Vale do Guaporé, mediando os conflitos anteriormente existentes, gravando recados entre as aldeias, levantando dados demográficos, prestando assistência de saúde. Pretendia também ampliar a relação dos Nambiquara do Vale do Guaporé com os Nambiquara da reserva. O objetivo dessa mediação era minimizar as hostilidades existentes, para uma possível transferência de todos os grupos para a área interdita. O estímulo à agricultura, por meio de oferecimento e troca de sementes, também era uma das ações promovidas pelo programa⁴¹⁹.

As atividades relacionadas à educação escolar desenvolvida pelo Projeto Nambiquara em conjunto com a SIL foram voltadas para os grupos da Reserva Nambikwara (PI Nambiquara, Camararé, Serra Azul e Areia Branca), não abrangendo os grupos do Vale do Guaporé. A escola funcionou entre julho e setembro de 1975, no antigo Posto Indígena Wasusu⁴²⁰, e pretendia alfabetizar adultos e crianças na língua Nambiquara do Sul⁴²¹. No que se refere a atividades econômicas, além de incentivar a agricultura às etnias do vale, o projeto também negociava o artesanato de todas as aldeias Nambiquara em Cuiabá⁴²².

O terceiro e último relatório de Sílbene, do ano de 1975, é o que mais traz informações sobre o conjunto dos grupos do Vale do Guaporé, citados pela primeira vez os Waikatesu, como mencionado, e apresentando, de forma mais explícita, as críticas do chefe do posto às condições de realização do Projeto Nambiquara. Não possuímos mais informações sobre a existência de outros relatórios escritos por ele ao longo de 1976⁴²³.

No último trimestre de 1975, os Wasusu eram o grupo que mais preocupava Sílbene pelo seu estado de saúde. Naquele período morreram duas crianças: Carlos, de 5 anos de idade, que chegou a ser hospitalizado em Cuiabá, mas faleceu de “diarreia”; e Téo, um bebê de 7 meses, que veio a falecer com uma infecção na pele, sem que Sílbene conseguisse a tempo um avião para socorrê-lo. Outras três crianças, com diarreia e desnutrição, foram levadas por ele à Vilhena para realizar exames, mas que sem atendimento foram tratadas pelo próprio projeto na aldeia. Sílbene também foi à aldeia do grupo com funcionários da Sucam para saneamento e coleta de sangue, assim como à aldeia dos Alantesu⁴²⁴.

As fazendas avançavam sobre os locais de caça dos Wasusu, que eram escassos. Insuficiente também era a disponibilidade de peixes que conseguiam em um córrego próximo

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ O antigo posto indígena Wasusu, criado por Fritz no primeiro processo de remoções, ficava na dentro da Reserva Nambikwara.

⁴²¹ PRICE, 1975d.

⁴²² Ibid.

⁴²³ Em *Before the bulldozer* Price afirma que o projeto funcionou entre 1974 e 1976.

⁴²⁴ ALMEIDA, Op.cit.

à Fazenda Aguapé. Apesar disso, mantinham suas roças, plantando milho, mandioca, batata, feijão, cará e banana e, quando a roça de mandioca era pouca, iam até a Fazenda Aguapé buscar⁴²⁵.

De acordo com Sílbene, os indígenas desse grupo tinham relações amistosas com funcionários das fazendas, o que parece ser possível já que muitas vezes recorriam a elas para o tratamento de doenças, buscando o auxílio que, amiúde, a Funai não conseguia prestar⁴²⁶.

Sobre os Alantesu, naquele trimestre não houve registro de mortes entre eles. Vinham sendo tratados pelo missionário Kim, da Missão Cristã Brasileira, que recebeu do Projeto Nambiquara medicamentos para prestar a assistência de saúde aos indígenas. O grupo tinha roças, caças e peixes, também realizavam trocas de animais, cestos, peixes e excedente da roça por arroz e açúcar com o pessoal das fazendas⁴²⁷.

É interessante trazer o caso dos Alantesu para destacar como proprietários e trabalhadores das fazendas estavam presentes nas relações cotidianas dos indígenas, exercendo, inclusive, papel no funcionamento da política indigenista regional. Como apresenta Sílbene:

Em casos de necessidade de tratamento, recorrem à Fazenda Estrêla, com cujos “civilizados” mantêm boa relação, particularmente com o administrador Sr. Álvaro e sua esposa Dona Rosa, que lhes trata especialmente bem. Conseguimos com o administrador mudas de mandioca e cana para a roça que fizeram.⁴²⁸

Os Waikisu/Waikatesu, após serem tratados da malária em Vila Bela e Pontes de Lacerda, retornaram para a área interdita. Depois voltaram para Vila Bela, na sede da MCB, ao não encontrarem missionários na área interdita⁴²⁹. Estabelecidos próximo à casa do missionário Gustav Bringskem, fora da área interdita e de seu território tradicional, os Waikisu/Waikatesu enfrentavam as dificuldades de estarem na cidade, sem roças e local de caça, vivendo de trocas com os cidadãos e o auxílio do missionário, tratando de recorrentes epidemias de malária⁴³⁰.

Sílbene criticou nesse relatório a forma como a remoção do grupo foi realizada: “de forma impraticável”. Questionou o fato de não terem sido providenciadas terras mais adequadas dentro da área interdita e a justificativa da Funai para não realizar uma nova remoção:

⁴²⁵ Ibid.

⁴²⁶ Ibid.

⁴²⁷ Ibid.

⁴²⁸ Ibid, p. 2.

⁴²⁹ Ibid.

⁴³⁰ Ibid.

O missionário Gustav Bringsken (também piloto) que os trouxe juntamente com o antropólogo para fora de sua área de origem, afirma que só os levará a procurar uma nova área com autorização da FUNAI, já que a área interdita está sob-júdice e não quer criar eventuais problemas com os “proprietários”. Entretanto, como foi que os retiraram para a área interdita em dezembro de 1974 se as condições legais ou ilegais eram as mesmas?⁴³¹

Ele também desacreditava na viabilidade dos indígenas retornarem ao seu território tradicional:

Nesses meses que saíram (há 1 ano), suas casas já foram destruídas, a região desmatada, onde era somente uma loja de um comerciante, ampliou-se para um dormitório com 6 quartos, construiu-se mais uma casa e avança as perspectivas no seu território agora, mesmo, livre. Ainda mais – é o lugar onde mais transita “álcool”, pois é o único boliche em toda a área da serra e para onde convergem todos os piões em suas folgas (ou fugas). Sabe-se até de início de prostituição entre os civilizados e as índias.⁴³²

Os grupos do Sararé, identificados nesse relatório nº3 como Saweteçu e Nuntateçu, rivais naquele contexto, resistiam à presença das fazendas e à possibilidade de serem removidos de seu território tradicional. Os Saweteçu, que segundo Sílbene possuíam uma área mais preservada que os outros grupos, com roças, áreas de caça e de pesca, protegiam-se ameaçando quem ultrapassasse a cerca que separava a pastagem da Fazenda Sapé-Saráre de suas casas. Esse grupo tinha “boa saúde”, de acordo com o chefe do posto, mas sofria de malária crônica. Já os Nuntateçu, que viviam fora da área interdita e onde também se estabeleceu a Agropecuária Sapé-Saráre, se negavam a sair de suas aldeias para entrar na área interdita, mesmo que ela fosse reservada: “Provavelmente porque teriam que entrar na região que sempre pertenceu ao grupo rival (Saweteçu) o que seria humilhante, **além de abandonarem todos os milhares de antepassados que repousam sob seus pés.**”⁴³³ (grifo nosso)

Os Hahaintesu, já de volta ao seu território tradicional, enfrentavam a presença das fazendas, disputando espaço com o pasto e reorganizando seu sistema alimentar. Com as matas convertidas em pastos pela Agropecuária Vale do Guaporé, e sem lugar para fazer roça, uma das aldeias Hahaintesu aproveitou a derrubada feita pela agropecuária para plantar mandioca, milho e banana⁴³⁴.

A administração da fazenda foi avisada pelo Projeto Nambiquara da necessidade daquela roça para os indígenas; assim mesmo ela semeou capim por toda a área da roça. Em tom de indignação, Sílbene questiona:

⁴³¹ Ibid, p. 6-7.

⁴³² Ibid, p. 7.

⁴³³ Ibid, p. 6.

⁴³⁴ Ibid.

Tal grupo, que há tempos – por desestímulo? – não plantavam mais, felicíssimos com a roça que conseguiram e então o capim? Procuramos não desestimulá-los, pois como sobreviverão? Recorrer como pedintes à Fazenda que lhes é agressiva, obrigar-se a saqueamento de roças ou acompanhamento de piões [sic]?⁴³⁵

Sobre outra parte do grupo que ficava próximo a uma pista velha da fazenda, afirma que na área em que vivia era impossível qualquer forma de cultivo pois, além de não terem mais matas, foi também transformada em pastagem: “Várias vezes, inclusive nós mesmo, espantamos o gado que aproxima demasiado da casa, bufando na palha da cobertura, impossibilitando a saída, o recreio das crianças e mesmo o sono – atormentadores rugidos e bufar ao pé do ouvido”.⁴³⁶ Já outra aldeia, a de Pirena, tinha alguma roça com batata, mandioca e milho⁴³⁷.

De acordo com Sílbene, o administrador da fazenda havia reclamado que os Hahaintesu continuavam matando gado, acusava a Funai de corrupção e o missionário, que os assistiam, de preguiçoso. Sílbene desacreditava as afirmações do administrador, ponderando os acontecimentos e criticando a situação:

Que os índios matam vacas, somente um índio que mora na maloca onde as vacas defecam, matara duas reses e isto no mês de agosto e não mais durante os meses de setembro, outubro, novembro, nem a quantidade que alega. E quando o faz – é quase um desespero pois sem roça, quase caça nenhuma, crianças a chorar e vacas a berrar, gado que lhes rouba a mata, o cerrado, acua a caça, que lhes significa um “atasu” (demônio) e de cuja carne têm nojo, medo, cujo sono lhes tira e lhes suja a água, e espelha-se o seu extermínio?⁴³⁸

Para ele, o gado poderia ter sido abatido pelos peões da fazenda, que fariam isso como única forma de consumirem carne, ou pelo responsável pelo gado, para esconder o adoecimento ou machucado dos animais que cuidava. De qualquer modo, os responsáveis teriam o apoio do administrador, por se tratar de denúncia contra os índios⁴³⁹.

Já o antropólogo Agostinho Silva afirmou que os Hahaintesu regularmente flechavam o gado e chegaram a entrar em casas de peões, retirando objetos e atirando ao chão o açúcar, que costumava ser objeto de seu interesse. Naquele contexto de pressões das fazendas, em que o gado invadia as roças, comia os alimentos das aldeias e as próprias coberturas das casas, para

⁴³⁵ Ibid, p. 3.

⁴³⁶ Ibid.

⁴³⁷ Ibid.

⁴³⁸ Ibid, p.4.

⁴³⁹ Ibid.

Silva: “Não admira que os Nambikwara vejam no boi um ser maligno, nem que o flechem quando o podem fazer”⁴⁴⁰.

O chefe do posto Vale do Sararé via o avanço das fazendas sobre o território indígena e as consequências dessa presença como responsabilidade direta da Funai, nomeando a situação como genocídio, ligado à produção das certidões negativas concedidas pelo órgão:

A FUNAI é corrupta? Não responderíamos, nem respondemos a nada, pois não lhe devemos explicações. Mas, intimamente, com toda a fidelidade que declaramos à nossa Fundação, temos o fato de que por corrupção (?) a Agropecuária Vale do Guaporé e demais fazendas e todo o Vale do Guaporé, obtiveram certidões negativas, permitindo a todas elas o incentivo da SUDAM e todo o genocídio que está sendo cometido aos grupos indígenas.⁴⁴¹

Partindo do quadro acima apresentado, com as informações extraídas dos relatórios escritos pelo chefe dos Postos Indígena Sararé, devemos fazer algumas considerações.

A equipe de operacionalização do projeto não tinha, aparentemente, conhecimento sobre as diferenças étnicas de todos os grupos e total controle sobre os dados demográficos nos seus primeiros meses de funcionamento, ou pelo menos não existia um consenso sobre a forma correta de nomear esses grupos. Muitos dados eram baseados no que os missionários afirmavam, visto que em grande parte das visitas os indígenas não estavam presentes em suas aldeias. Esse possível desconhecimento, ou não consenso, pode ser visto, por exemplo, no fato do grupo removido com os Hahaintesu terem sido chamados tanto de Waisu (Way'sú) quanto de Waikateçu, bem como na não identificação das etnias do Sararé pelos seus nomes étnicos, até o último relatório. Outro aspecto significativo são as diferentes versões de Sílbene e Price sobre as circunstâncias do retorno dos Hahaintesu ao seu território tradicional. Isso demonstra a possibilidade de haver pouca articulação e troca de informações entre ambos, ou até mesmo disputas, o que poderia agravar ainda mais a situação.

É importante ressaltar que o Posto Indígena Sararé funcionava, na prática, como um posto volante. Em vez de todos os indígenas ficarem próximos à sede do posto indígena, o projeto se propunha a realizar uma assistência volante, visitando cada aldeia. A razão para esse modelo era a abrangência territorial do Projeto Nambiquara e a dispersão dos grupos no Vale do Guaporé. No entanto, a intenção de David Price, coordenador do projeto, era que os grupos Nambiquara do Cerrado fossem também para a área interdita⁴⁴².

⁴⁴⁰ SILVA, 1975, p.17.

⁴⁴¹ Ibid.

⁴⁴² PRICE, Op.cit.

A atuação do Projeto Nambiquara na assistência à saúde ocorria em articulação com outros departamentos da Funai, como a equipe médica da 5ª DR e do Departamento Geral de Operações (DGO), e em conjunto com a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam). A equipe do projeto não era autônoma, nem possuía pessoal especializado e dependia dos recursos provenientes de outros departamentos da Funai. A falta de pessoal especializado e recursos eram fatores de constante reclamação do coordenador do projeto, David Price, que reconhecia a insuficiência da assistência e negligência dos escalões superiores da fundação:

Embora façamos o possível, o pessoal do Projeto Nambiquara não tem qualificações médicas, e portanto, dependemos neste setor em outros integrantes da FUNAI. Infelizmente, estas pessoas têm se mostrado relutantes em apoiar, e **a assistência prestada tem sido, na melhor das hipóteses, negligente**⁴⁴³. (grifo nosso)

As vacinas eram aplicadas pela equipe médica da 5ª DR, mas o tratamento com remédios era feito pelo próprio chefe de posto indígena, ou por missionários. O projeto não possuía médicos, posto de saúde ou enfermeiros à disposição. No Vale do Guaporé, Price, Sílbene e os missionários eram os responsáveis por atender todas as etnias daquela região, vacinando-os, medicando-os e levando-os aos hospitais das cidades mais próximas quando havia transporte à disposição para isso. A não disponibilização de maiores recursos pela Funai, expressa na falta de pessoal especializado, medicação e transporte, impossibilitava uma assistência adequada aos indígenas.

A respeito disso, David Price, em relatório trimestral, de 22 de outubro de 1975, sobre as atividades do programa no último trimestre daquele ano, relata as dificuldades para o programa conseguir recursos junto à Funai, e as consequências dessa falta para os Nambiquara. Segundo ele, em julho daquele ano, solicitou ao Departamento Geral de Operações (DGO) um atendente de enfermagem para o programa, mas o departamento negou, apesar de alegar que 20% da população Nambiquara havia morrido desde o início do projeto. Já em agosto, uma das enfermeiras da equipe volante da 5ª DR havia planejado visitar os Nambiquara para completar o programa de vacinação de sarampo e tuberculose. No entanto, o DGO demorou para responder o plano de viagem e negou disponibilidade das vacinas necessárias. Não houve vacinação naquele período⁴⁴⁴.

Além das vacinas, também faltavam medicamentos. Price solicitou, em agosto, à 5ª DR, medicamentos para o tratamento de parasitoses que estavam causando um quadro de anemia nos indígenas. Ao ir à farmácia da Funai para pegar os medicamentos, foi avisado que os

⁴⁴³ PRICE, 1975c, p.7.

⁴⁴⁴ Ibid.

remédios estavam em falta. A escassez dos recursos também afetava as possibilidades de transportar os indígenas em casos de doença⁴⁴⁵.

De acordo com o antropólogo, os Nambiquara haviam sido contagiados por três epidemias de sarampo, mas foram vacinados pela equipe médica da 5ª DR para essa doença e para tuberculose, ao longo de quatro anos. No entanto, analisando os dados oferecidos por ele, é possível observar que a percentagem de vacinados era pequena frente ao total da população em cada uma das regiões: em um total de 36% dos Nambiquara vacinados com BCG, 17% eram do Vale do Guaporé, 66% do campo (Reserva Nambikwara) e 25% do distrito do norte. Dos vacinados contra o sarampo, 84% eram do campo (Reserva Nambikwara), 37% do Vale do Guaporé e apenas 15% do norte⁴⁴⁶.

No trimestre de cobertura desse relatório, de abril a junho, não foi considerado necessário vacinar alguns grupos do Vale do Guaporé que, segundo Price, “criaram imunidade natural a partir das epidemias de sarampo que sofreram em 1970-71 e 1974”⁴⁴⁷. Apesar disso, o programa havia fornecido à equipe médica da Funai, em junho daquele ano, uma lista com o nome de todos os Nambiquara e as vacinações já feitas, bem como um plano para complementar o programa de vacinação quando essas estivessem disponíveis⁴⁴⁸.

A incidência de malária era recorrente no Vale do Guaporé, como mencionado por Sílbene em seus relatórios, principalmente na área interdita, sendo ela também uma das principais causas de mortes entre os Nambiquara. Na região, era comum a incidência do *P. falciparum*, que atingia pessoas de todas as idades⁴⁴⁹.

Apesar de Sílbene e Price apresentarem em seus relatórios casos que favorecem a hipótese de que a incidência de mortes por malária entre os Nambiquara era algo recorrente, com os dados oferecidos por eles não é possível concluir quantos indígenas morreram por essa doença durante o funcionamento do projeto. No entanto, segundo Price, apesar não existirem dados mais apurados, eram as doenças pulmonares a principal causa de morte de adultos, e a desinteria a principal entre crianças, causada principalmente pela água contaminada no Vale do Guaporé⁴⁵⁰.

Não há dados precisos sobre a taxa de natalidade e mortalidade por gênero e faixa etária sobre os Nambiquara, no período de funcionamento do projeto. Contudo, Price apresenta

⁴⁴⁵ Ibid.

⁴⁴⁶ PRICE, Op.cit.

⁴⁴⁷ Ibid, p.16.

⁴⁴⁸ Ibid.

⁴⁴⁹ Ibid.

⁴⁵⁰ Ibid.

algumas hipóteses, a partir do cálculo da média de crianças vivas pela quantidade de mulheres adultas. De acordo com ele, a média de crianças vivas para cada mulher adulta era de 1,7 no Vale do Guaporé, 2,0 no campo e 1,5 no distrito do norte, em uma média de 1,8 para o total dos Nambiquara. Na aldeia de Camararé, na Reserva Nambikwara, que tinha melhor assistência de saúde, a média era de 2,3 crianças para cada mulher, enquanto a pior média era dos Alantesu, com 0,7, praticamente sem nenhuma assistência no Vale do Guaporé.

Segundo o antropólogo:

Em geral, demógrafos calculam que, para uma população ficar estável, é necessário que uma média de um pouco mais de 2.1 crianças por mulher cheguem à maturidade. A base dos casos que conhecemos bem, podemos estimar um mínimo de cinco gestações durante a vida reprodutiva da mulher média, do qual podemos concluir que mais de 65% das crianças que nascem morrem na infância⁴⁵¹.

Outra hipótese de Price era que a proporção de mulheres mortas em decorrência de complicações no parto estava ligada à taxa de natalidade e à disponibilidade de recursos médicos. Assim, apresenta alguns dados percentuais sobre a parcela de mulheres na população total Nambiquara e das que chegavam à velhice: a percentagem de mulheres no Vale do Guaporé era 43% da população daquela região; no Distrito do Norte as mulheres eram 56%; no campo a população feminina era 47%; e no total de todos os Nambiquara as mulheres perfaziam 49%. Os valores para as mulheres que conseguiam chegar à velhice eram ainda menores, principalmente no Vale do Guaporé, com 33% de mulheres que chegavam à velhice; enquanto no campo a percentagem era de 43%; e no Distrito do Norte, de 52%⁴⁵².

Para Price esses dados sustentavam a hipótese da ligação entre mortes de mulheres no parto e taxa de natalidade, porque no Vale do Guaporé, onde a média de crianças vivas era de 1,7 e a assistência médica precária, apenas uma mulher a cada dois homens chegava à velhice. Já no campo, onde a média de crianças vivas era maior, com índice de 2,0, e a assistência médica era melhor, mais mulheres viviam até a velhice. Enquanto isso, no Distrito do Norte essa relação não parecia ser necessária, apesar da taxa de natalidade ser a mais baixa, 1,5 para cada mulher, mais mulheres que homens chegavam à velhice. A conclusão de Price é que “o parto é um grande perigo para a mulher, por falta de assistência médica adequada”.⁴⁵³

Além dos dados de natalidade e mortalidade de mulheres, as taxas de mortalidade geral dos anos de 1969 a 1975, apresentadas por Price, no seu relatório trimestral de julho de 1975, sugerem uma alta mortalidade entre os Nambiquara, sobretudo das etnias do Vale do Guaporé.

⁴⁵¹ Ibid. p.14-5.

⁴⁵² Ibid.

⁴⁵³ Ibid, p.15.

Segundo o antropólogo, naquele contexto os Nambiquara eram 94% do que eram em 1969. Os indígenas do Vale do Guaporé perderam 29% da sua população nesse período, enquanto os grupos do norte tiveram uma redução de 1% na sua população e os do campo (Reserva Nambiquara) aumentaram em 8%⁴⁵⁴.

Os dados demográficos totais do Vale do Guaporé e do conjunto de etnias Nambiquara são incertos. Eles provêm de diferentes fontes (de missionários e do Projeto Nambiquara), alguns são baseados em estimativas – como os de julho de 1975 sobre os Sararé – ou não contemplam todas as etnias da região – como o de 1969, que não possuía informações sobre os Hahaintesu, Waikisu e Waikatesu. Além disso, há contradições nos dados oferecidos por Price.

De acordo com o antropólogo em seu relatório de 1969, existiam cerca de 151 indígenas no Vale do Guaporé para aproximadamente um total de 600 Nambiquara. Já no levantamento de julho de 1975, os Nambiquara do Vale do Guaporé seriam 178 de um total de 528 Nambiquara. Realizando a soma de cada grupo das três regiões, com os dados oferecidos por Price nesse relatório de julho de 1975, eram 179 indígenas no Vale do Guaporé e 524 Nambiquara, não 528, como afirma o antropólogo⁴⁵⁵.

Mesmo partindo da hipótese de que os dados de julho eram corretos, ao realizarmos a porcentagem dos valores, os números não batem com os dados de 1969. Assim, de acordo com Price, os 528 Nambiquara de julho de 1975 eram 94% do que foram em 1969 e a população do Vale do Guaporé, 178 naquele momento, correspondia a 71% do que era no levantamento daquele primeiro ano. Com a porcentagem e os dados oferecidos, a população total dos Nambiquara deveria ser de 561 indígenas em 1969, e os do Vale do Guaporé, 250 pessoas. No entanto, retornando ao relatório daquele ano, como já mencionado, a estimativa do total de Nambiquara era de 600 pessoas e, para o Vale do Guaporé menor, 151 pessoas em 1969⁴⁵⁶.

Se levarmos em consideração dados do relatório de janeiro de 1975, comparando-os com os números de 1969 e julho de 1975, a situação fica ainda mais complicada. As estimativas do relatório de janeiro indicam 628 Nambiquara no total, sendo 248 do Vale do Guaporé. Comparando os dados dos outros relatórios, teria ocorrido entre 1969, janeiro de 1975 e julho do mesmo ano, uma grande oscilação populacional: aumentando de 600 Nambiquara de 1969 para 628 em janeiro de 1975, caindo então para 528 em apenas seis meses; 151 Nambiquara no Vale do Guaporé em 1969, passando para 248 em janeiro de 1975 e diminuindo para 178 em julho do mesmo ano. Em outras palavras, os censos sobre os indígenas eram precários, incertos

⁴⁵⁴ Ibid.

⁴⁵⁵ Ibid.

⁴⁵⁶ Ibid.

e, assim, não é possível afirmarmos com certeza os números de mortes entre os Nambiquaraneses seis anos que separam o primeiro relatório do último, nem confirmarmos se houve tamanha oscilação⁴⁵⁷.

As imprecisões e contradições dos dados oferecidos por Price dificultam a identificação das reais taxas de mortalidade dos grupos do Vale do Guaporé. Entretanto, essa constatação não nega a gravidade do quadro de saúde dos indígenas dessa região, relacionada à presença das fazendas e aos sucessivos processos de remoções, já que ela pode ser constatada nos casos relatados por Sílbene e Price em seus relatórios, bem como em fontes não oficiais, conforme discutido no capítulo anterior. Além disso, dados sobre os Alantesu, Wasusu e Sararé – os únicos grupos que constam nos três relatórios de 1969, janeiro e julho de 1975 –, caso sejam corretos, parecem confirmar a alta mortalidade entre os indígenas do Vale do Guaporé e uma tendência à diminuição populacional, com exceção dos Wasusu.

Na comparação dos três relatórios, é possível observar que os Alantesu foram o grupo do Vale do Guaporé que mais sofreram queda demográfica entre 1969 e 1975, depois da remoção para a Reserva Nambiquara entre 1972 e 1973. A população, que era de 58 pessoas em 1969⁴⁵⁸, caiu pela metade até julho de 1975, compondo nesse ano apenas 25 pessoas. Comparando os relatórios de janeiro e julho de 1975, caso os dados sejam fidedignos, eram 35 pessoas dessa etnia no primeiro mês e teriam morrido 10 pessoas até julho. Segundo Price, a principal causa dessas mortes era a desintéria, causada, provavelmente, por água contaminada pelas fazendas. Entre 1969 e 1975, as etnias do Sararé também sofreram uma baixa demográfica: passando de 57 pessoas em 1969 para 35 em 1975 (janeiro e julho)⁴⁵⁹.

Os Wasusu foram o único grupo étnico mencionado que, de acordo com os relatórios, tiveram uma alta populacional: 35 pessoas em 1969, 40 pessoas em janeiro e 43 em julho de 1975. No entanto, mais uma vez os dados são contraditórios. De acordo com Price, entre o relatório de 1969 e de julho de 1975 teriam morrido cinco pessoas e nascido nove. Assim, ao fazermos as contas, a população de julho de 1975 deveria ser de 39 e não 43 pessoas⁴⁶⁰. Tal situação tanto pode indicar erro de cálculo ou, mais provavelmente, que não foi recenseada a população total do grupo em 1969, alterando os resultados nos anos seguintes e passando a impressão de aumento populacional.

⁴⁵⁷ Ibid.

⁴⁵⁸ No relatório de julho de 1975, Price se equivocou com os números, afirmando que eram 47 no levantamento de 1969, mas nesse relatório o número é de 58 pessoas para a etnia Alantesu.

⁴⁵⁹ PRICE, 1969; PRICE, 1975a; PRICE, 1975d.

⁴⁶⁰ Ibid.

Se os dados apresentados por Price fossem precisos, seria possível indicar a quantidade de mortos Nambiquara entre 1969 e julho de 1975. Se a porcentagem da queda população tivesse sido de 6%, conforme afirmou, teriam morrido 33 Nambiquara no total durante esses anos. No entanto, a comparação com os dados para o Vale do Guaporé, comparados ao total do grupo linguístico, mostra novamente erros⁴⁶¹.

No Vale do Guaporé, onde teria ocorrido queda de 29% da população entre 1969 e julho de 1975, 72 pessoas teriam morrido nesse período, o que excederia o número de mortos no total de todo o grupo linguístico, se contássemos 250 pessoas em 1969, e não 151, e 178 em julho de 1975. Mais uma vez os dados se contradizem, dificultando a identificação com maior precisão da mortalidade dos Nambiquara. Teriam os Nambiquara uma taxa de mortalidade tão baixa? Seria possível uma quantidade tão alta de indígenas mortos no Vale do Guaporé em apenas seis anos? Teria ocorrido uma quantidade maior de mortes não registradas nos relatórios? Por que os dados são tão contraditórios? Infelizmente são perguntas para as quais não temos respostas apenas com os dados oferecidos pelo antropólogo. É importante destacar que as estatísticas apresentadas por Price partem de um momento em que os Nambiquara já estariam supostamente reduzidos a 10% do que eram no início do século XX⁴⁶². Além do quadro apresentado no seu relatório destinado ao presidente Ismarth de Araújo, Price reforçava a gravidade da situação de saúde dos Nambiquara e responsabilizava a fundação por negligência na assistência:

Na idade de transplantes cardíacos, ninguém deve morrer de sarampo, malária, bronquite, ou disenteria [sic]. Que os Nambiquara continuam morrendo destas doenças é devido simplesmente à falta de assistência adequada. Solicitamos, por isto, que a FUNAI proporcione um atendente de enfermagem para acompanhar cada Chefe de Posto e cuidar das doenças no seu distrito⁴⁶³.

Conforme podemos observar, Sílbene e Price teciam críticas à produção de certidões negativas, responsabilizavam a Funai pela situação de saúde e pelo alto índice de mortalidade entre os Nambiquara, e apelavam por maiores recursos e pessoal para que esses problemas fossem resolvidos. No entanto, não houve muitos esforços de outros departamentos do órgão nesse sentido. Pelo contrário, é possível perceber que a tônica do cotidiano de atuação da política indigenista era o imprevisto e a precariedade das condições de atuação, como destacamos no capítulo anterior, exemplificando o *modus operandi* da Funai de “administrar

⁴⁶¹ Ibid.

⁴⁶² PRICE, 1975d, p.30.

⁴⁶³ PRICE, 1975d, p.17.

por crises”, tal como explicado e desenvolvido por João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner de Almeida. Retornaremos a essa discussão mais adiante, no próximo capítulo.

Administrando pontualmente nos momentos de maior crise, sem recursos e sem pessoal para tratar os indígenas, o projeto recorria aos missionários para realizar a assistência de saúde, como já mencionado, o que por lei era obrigação da Fundação Nacional do Índio. É importante destacar que essa articulação entre a Funai e as missões religiosas, de diferentes confissões, não era exclusividade da atuação indigenista em relação aos Nambiquara, assim como não era uma novidade na Funai⁴⁶⁴. No período de ditadura, a Funai criou convênios com missões religiosas, e reestabeleceu convênios já existentes entre missões e SPI, a exemplo do convênio com a SIL reestabelecido em 1969⁴⁶⁵.

No que se refere à atuação de missionários entre os Nambiquara, de acordo com o jornalista Rubens Valente:

A partir dos anos 1950, os índios eram atendidos por missões religiosas, e o papel do SPI era apenas lateral. Após o golpe de 1964, o cenário continuou o mesmo, com a Funai desempenhando o papel fiscal da atividade dos missionários. O Estado brasileiro, a rigor, deu as costas aos Nambikwara. Esse vazio foi preenchido por missionários com nítidos objetivos de catequese.⁴⁶⁶

Apesar do Projeto Nambiquara não funcionar como instrumento de fiscalização da atuação dos missionários, e participar da assistência de saúde, esses últimos tinham maior presença entre os grupos e desenvolviam a maior parte das atividades de assistência. A principal razão para isso era o fato de o projeto ter poucos funcionários, composto mais especificamente apenas por Price e os chefes dos postos indígenas, além de possuir poucos recursos disponíveis.

O que tornava mais complexa toda a situação, para além do órgão indigenista designar a missões religiosas uma atuação que deveria ser sua, era a prestação de cuidados médicos por fazendeiros e seus funcionários aos indígenas. Ao mesmo tempo em que fazendeiros se beneficiaram de certidões negativas e ocupavam o território indígena, eles também os atendiam em suas enfermarias.

Como visto nos relatórios de Sílbene, quando não havia atendimento dos missionários ou da Funai, os Nambiquara do Vale do Guaporé, a exemplo dos Alantesu e Hahaintesu, buscavam medicamentos nas enfermarias das fazendas. O que o relatório de Price informa, mas

⁴⁶⁴ LIMA, Op.cit; GAGLIARDI, Op.cit.; PRICE, 1972, OLIVEIRA E FREIRE, 2006.

⁴⁶⁵ SETEMY, Adrianna. Fundação Nacional do Índio (Funai). In: Fundação Nacional do Índio (Funai) CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fundacao-nacional-do-indio-funai>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

⁴⁶⁶ VALENTE, p.207.

que Sílbene não aborda nos seus, é que essa prática era orientada pelo próprio coordenador do projeto:

No dia 17 de setembro, o Coordenador descobriu quatro índios na Fazenda Vale do Guaporé (Zillo) sofrendo de anemia aguda, sem dúvida provocada, pelo menos em parte, por parasitoses intestinais. Uma vez que não foi possível ficar no local para o prazo de aplicação dos remédios, ele aconselhou os índios a procurar ajuda na enfermaria da fazenda, e com o missionário, Ernst de Booy, para quem ele deixou medicamentos.⁴⁶⁷

A participação ou colaboração de missionários e elites locais na prática indigenista cotidiana não era uma novidade da Funai, pois foi também recorrente na história republicana durante a vigência do SPILTN e SPI, como Souza Lima apresenta em *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. As alianças com poderes locais, pela falta de verbas e pessoal do órgão indigenista, ou motivado pelos jogos de poder locais, eram recorrentes na atuação indigenista e poderiam ser vantajosas para ela. A seguinte passagem de Lima sobre as alianças realizadas pelo SPILTN nas expedições de “pacificação” permite identificarmos como não era incomum a participação de regionais na logística da atuação indigenista:

Para tanto, as alianças locais poderiam ser de grande valia e cabia aproveitá-las: das suscitadas pelas conferências de Cândido Rondon em São Paulo, passando pelo apoio de políticos locais, como Luiz Domingues, governador do Maranhão, àquelas com seringalistas em meio ao Amazonas, pois sem suporte logístico era impossível manter o ritmo do “ataque” necessário à vitória do *grande cerco de paz*⁴⁶⁸.

Em um cenário de aumento de doenças, fome e mortes causadas pela presença de fazendas, derrubadas de matas, plantio de pastos, contaminações das águas, perda de locais de roças, pesca e caça, os Nambiquara do Vale do Guaporé resistiam de diferentes formas. Flechavam o gado, atacavam os barracões, ameaçavam os fazendeiros, mas também negociavam ao realizar trocas e demandar assistência médica nas fazendas. Formas distintas de resistirem a um processo de genocídio, marcadas pelas experiências históricas concretas e pela complexidade das relações interétnicas entre os diferentes grupos indígenas e não indígenas que viviam no Vale do Guaporé.

⁴⁶⁷ PRICE, 1975e, p.8.

⁴⁶⁸ LIMA, Op. cit., p.169.

E. P. Thompson, em *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*⁴⁶⁹, critica o marxismo estruturalista, mais especificamente a corrente althusseriana que, para o historiador, era excessivamente teórica e pouco dava espaço para experiências concretas e agência dos indivíduos. Nesse livro, Thompson defende que as classes se constituem nas experiências históricas, assim como a luta de classes, pois não são estruturas fechadas e imutáveis que determinam as ações dos indivíduos, mas sim experiências históricas que as influenciam. Assim, os homens são agentes da história e não apenas reprodutores das estruturas. Como afirma, sobre as experiências históricas:

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam sobre a lei de novas maneiras [...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados⁴⁷⁰.

Sobre formas de resistência que não estavam ligadas necessariamente a conflitos armados, Maria Regina Celestino de Almeida utiliza o conceito de “resistência adaptativa”, de Steve Stern⁴⁷¹. O foco de Almeida no uso desse conceito é a forma como os indígenas se incorporaram e foram incorporados à sociedade colonial, especialmente nos aldeamentos do Rio de Janeiro. No entanto, sua reflexão sobre esse conceito nos permite pensar como os Nambiquara também se incorporaram à sociedade regional, estabelecendo relações interétnicas pacíficas que significava resistir dentro das condições que lhes eram possíveis. Desse modo, a autora escreve a seguinte passagem sobre a resistência adaptativa indígena na formação da sociedade colonial:

Colaborar com os europeus e se integrar à colonização também podia significar resistir. Nessa perspectiva, é possível pensar os aldeamentos como algo mais do que um simples espaço de dominação e exploração dos colonizadores sobre os índios. É possível perceber em seu interior a gestação do que se pode chamar de uma cultura de resistência adaptativa, desenvolvida num processo histórico concreto em que a própria cultura é constantemente recriada⁴⁷².

⁴⁶⁹ THOMPSON, Op. cit.

⁴⁷⁰ Ibid.

⁴⁷¹ STERN, Steve. Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world: 18th to 20th centuries. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987 apud ALMEIDA, 2013.

⁴⁷² ALMEIDA, Op.cit., p.34.

Assim como os indígenas no período colonial souberam ler sua realidade e estabelecer negociações avaliando as vantagens ou possibilidades de sobrevivência, os Nambiquara do Vale do Guaporé também o fizeram quando negociavam com as fazendas cuidados médicos ou trocas comerciais. As diversas formas de resistência trazem à tona um aspecto importante para se pensar a agência indígena: cada uma das etnias foi marcada por experiências históricas comuns, mas também específicas, bem como significaram de diversas formas essas mesmas experiências. Elas elaboraram, de acordo com suas visões de mundo e possibilidades de atuação, suas próprias estratégias de resistência.

É possível perceber essas diversas formas de ação, por exemplo, nas experiências ou tentativas de remoções. Se tomarmos como exemplo os indígenas que eram inicialmente chamados de Way'sú, os relatos indicam que parte do grupo aceitou ir para a área interdita e outra parte resolveu ficar em seu território. Os Hahaintesu retornaram para seu território de formas distintas, enquanto os Alantesu e Wasusu se negaram a ir para a área, bem como um dos grupos do Sararé. Sobre a relação com os fazendeiros, há relatos de Sílbene sobre negociações dos Alantesu com o pessoal das fazendas, por exemplo, e de conflito entre os Hahaintesu com as fazendas. Não havia, portanto, um modelo único de ação dos indígenas.

Não é possível calcular a dimensão dos impactos das pressões das fazendas, das doenças, das mortes e da fome entre essas etnias e a ligação disso com as suas formas de agência diante desse quadro. No entanto, é possível perceber que essa era uma realidade presente para todos os grupos do Vale do Guaporé e que os grupos avaliaram de formas distintas as “vantagens” de migrarem ou não para a área interdita. Apesar disso, é importante problematizarmos a ideia de “voluntariedade” nessas remoções, retomando o conceito de exílio trabalhado no capítulo anterior.

É possível falar de migração voluntária quando um território indígena passa a ser devastado com derrubadas, criação de pastos, contaminação dos rios, afugentamento da caça, aumento de doenças e mortes? Qual é o limite entre o voluntarismo e a necessidade de mudar? Como visto na definição de James Clifford, o exílio corresponde a experiências de deslocamentos de indígenas na qual a esperança de retorno ao território tradicional permanece viva até que as causas desses deslocamentos sejam solucionadas. Essa experiência exclui a ideia de voluntariedade da migração, pois existem fatores que pressionam os indígenas a migrarem, como ocorreram nos casos dos Alantesu e Wasusu removidos para a Reserva Nambikwara entre 1972 e 1973, e dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu para a área interdita em 1974 e 1975. Parece pouco possível tratar essas remoções como processos voluntários.

O que a discussão sobre o exílio também apresenta é a forte ligação entre os indígenas e seus territórios tradicionais. Apesar das experiências históricas que os separam de seus territórios tradicionais, os processos de retomadas são recorrentes e estão ligados à afirmação da própria identidade. Entre os Nambiquara do Vale do Guaporé, essa relação era tão importante que, de todos os grupos removidos entre 1972 e 1975, apenas os Waikisu/Waikatesu não retornaram ao seu território até aquele último ano.

Analisando os relatórios produzidos por Sílbene de Almeida e David Price, é possível observar que o Projeto Nambiquara não funcionou como esperava o seu coordenador, não atingindo até o final de 1975 todos os objetivos propostos no *Projeto para a normalização da situação Nambikwara*.

A assistência de saúde foi fortemente comprometida pela falta de recursos, pessoal, medicamentos e vontade política das esferas mais altas da administração federal, o que fazia com que o projeto dependesse da assistência de missionários e até mesmo de funcionários de fazendas locais. Da mesma forma, as campanhas de vacinação não ocorreram com regularidade e os índices de mortalidade, segundo as estimativas de Price – decorrente de doenças endêmicas e epidêmicas, verminoses, desnutrição e doenças bronquiais – eram altos, principalmente entre mulheres e crianças.

A questão da integridade social esbarrava na presença das fazendas no território dos Nambiquara e nas consequências dessa presença. O Projeto Nambiquara não conseguiu conter o avanço das derrubadas e dos pastos, a expansão das doenças e a desorganização do sistema alimentar das etnias do Vale do Guaporé. Apesar disso, parece ter existido uma aproximação de alguns grupos entre si, incentivada por Sílbene e Price, que se expressava em trocas de sementes e visitas dos grupos por diferentes aldeias. No entanto, alguns conflitos também foram potencializados pelas remoções promovidas pelo projeto, que negligenciou relações de hostilidade tradicionais entre algumas etnias, como foi o caso do conflito que eclodiu entre os Hahaintesu e um dos grupos do Sararé durante a remoção daquele grupo para a área interditada.

A questão territorial era um dos principais focos do Projeto Nambikwara, mas qualquer ação no sentido de interdição e demarcação não dependia apenas do projeto. Assim, ao longo do ano de 1975, em seus relatórios, Sílbene e Price ligaram o quadro de doenças e mortes dos Nambiquara à situação das terras, reforçando suas críticas ao modo como a questão territorial era tratada pelos escalões superiores da Funai. Defendiam, no geral, a necessidade de que a área interditada fosse reservada e que para lá fossem levadas, em novas remoções, todas as etnias Nambiquara do Vale do Guaporé, mesmo reconhecendo os fracassos das remoções anteriores.

A resolução da situação de terras aparece nos relatórios como uma das condições para o bom funcionamento do projeto e a melhoria das condições de vida dos Nambiquara, incluindo aí a própria assistência de saúde. Como vimos, apesar da ligação que Price e Sílbene faziam entre a situação da saúde e as condições existentes para a atuação indigenista, pouco sobrava para a reflexão sobre os impactos das remoções no agravamento desse quadro.

A questão territorial não foi resolvida com a interdição de parte do Vale do Sararé e as remoções realizadas. Além do conflito gerado entre os Hahaintesu e os Sararé com a remoção do primeiro grupo para a área interdita, da epidemia de malária que atingiu os Waikisu/Waikatesu, outro fator atrapalhava a resolução da questão: a presença de fazendas dentro da área. Essa presença era uma realidade tanto fora da área interdita quanto dentro. Todo o Vale do Guaporé encontrava-se com derrubadas, pastos e bois, restando poucas áreas sem a presença das agropecuárias e onde os indígenas pudessem manter seu sistema alimentar baseado em roças, caça, coleta e pesca.

Dessa forma, a questão territorial foi pauta do debate sobre os Nambiquara no ano de 1975, promovidos pelos membros do Projeto Nambiquara, bem como por outros membros da Funai ou envolvidos com o projeto de alguma forma. O que fazer com as fazendas? Qual é a melhor forma de delimitação de área para os Nambiquara do Vale do Guaporé? Quais são os critérios que deveriam ser respeitados para a realização da demarcação ou demarcações? Qual é a possibilidade de realização de novas remoções? Todos esses tópicos foram tratados no *Conselho Indigenista da Funai*, ocorrido em outubro de 1975. O Conselho foi o principal locus de discussão sobre a situação dos Nambiquara naquela conjuntura, e onde estiveram reunidos o presidente da Funai, Ismarth de Araújo, indigenistas, sertanistas, antropólogos e missionários, em busca de uma “solução” para o caso Nambiquara. É sobre as discussões dessa reunião do Conselho Indigenista que nos debruçaremos na próxima seção.

CAPÍTULO 4: O Conselho Indigenista da Funai e a questão das terras dos Nambiquara do Vale do Guaporé (1975)

Neste capítulo analisaremos o debate acerca da demarcação de terras para os Nambiquara do Vale do Guaporé realizado no Conselho Indigenista da Funai em outubro de 1975, apresentando os projetos em disputa e a centralidade que a questão de remover ou não os indígenas tinha nesses projetos. As reflexões partem da análise e do cruzamento de documentos primários, que consistem em áudios e ata das reuniões do Conselho Indigenista, relatórios dos antropólogos David Price e Agostinho Silva, articulados à interpretação teórica.

4.1 Apresentação da questão Nambiquara no Conselho Indigenista da Funai

Nos dias 27 e 28 de outubro de 1975 ocorreu, no Bristol Hotel, em Brasília, a primeira reunião do Conselho Indigenista da Funai. Como explicitado no capítulo anterior, o Conselho foi o principal organismo de discussão sobre a situação dos Nambiquara naquele momento, reunindo representantes de diferentes agências estatais, sertanistas, antropólogos e missionários em busca de uma “solução” para a questão Nambiquara. O Conselho estava organizado por um colegiado composto por membros titulares cuja ata foi assinada pelo então presidente da Funai, Ismarth de Araújo, por Antônio Carlos de Azevedo (médico e titular do Ministério da Saúde), Clóvis Viana da Fonseca (titular do Incra), Roque de Barros Laraia (professor e titular da UNB), Alfredo Gastal (arquiteto e titular do Ministério do Interior), George Zarur (antropólogo e titular da Funai), Orlando Villas Bôas (sertanista e titular da Funai) e James Wilson (professor e titular da SIL), contando também com a presença de missionários, professores e antropólogos convidados, incluindo aí o coordenador do Projeto Nambiquara, David Price⁴⁷³.

⁴⁷³ Segundo consta na ata da primeira sessão do Conselho Indigenista, participaram das reuniões do Conselho Indigenista como titulares: o presidente Ismarth de Araújo Oliveira, Dr. Antônio Carlos de Azevedo, Dr. Clóvis Viana Soares Fonseca, Dr. Alfredo Gastal, professor Roque de Barros Laraia, antropólogo George de Cerqueira Leite Zarur, sertanista Orlando Villas Bôas, professor James Winsfield Wilson. Como suplentes: professor Olympio José Trindade Serra, Dr. José Agripino Mendes, assistente social Elsi Silva; e convidados, professor Fernando Altenfelder, professora Lux Vidal, professora Carmen Junqueira de Barros Lima, professor Eduardo Galvão, professor Sylvio Coelho dos Santos, professor Pedro Agostinho, professor Anthony Seeger, professor Júlio César Melatti, professora Alcida Ramos, antropólogo Carlos de Araújo Neto, professor Kenneth Taylor, antropólogo Paul David Price, professor Peter Kingston, missionário Gustav Bringsken, professor Ney Land, antropólogo Peter Silverwood Cope, antropólogo Paulo Marcos Amorim, professor Daniel Gross e outros convidados. FUNAI. Ata da primeira sessão do Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio, realizada nos dias vinte e sete e vinte e oito de outubro de mil novecentos e setenta e cinco. Fundação Nacional do Índio, 1975. Acervo Isa.

As pautas da reunião do Conselho foram divididas pelos dias que funcionaria: no dia 27 de outubro, as discussões girariam em torno da “questão indígena Nambikwara” e no dia 28 sobre a participação de antropólogos na política indigenista brasileira. No entanto, a questão Nambiquara ocupou também parte do segundo dia de encontro⁴⁷⁴.

O presidente da Funai, Ismarth de Araújo, abriu a reunião dando as boas-vindas aos membros do colegiado e aos convidados. Também justificou a importância do Conselho, da sua composição e destacou a sua função:

O Conselho Indigenista da FUNAI, tem uma grande responsabilidade e, que essa responsabilidade, deve ser traduzida como órgão orientador, que apresente proposta e sugestões à FUNAI, sobre diferentes problemas relacionados com as comunidades indígenas; este é então um relevante papel do Conselho Indigenista. Para isso, este Colegiado deve ser constituído de elementos que, além de conhecedores da problemática indigenista, também, capacitados, para realizarem essa tarefa de orientação da FUNAI [sic] [...].⁴⁷⁵

Com a finalidade de auxiliar o Conselho na tomada de decisões, era permitido pelo regimento a participação de antropólogos e outras pessoas convidadas, familiarizadas com as questões em pauta, que fossem “conhecedores da problemática indigenista”, como definiu o presidente⁴⁷⁶.

A reunião foi aberta com a discussão sobre o quadro dos Nambiquara do Vale do Guaporé, contando com a presença de representantes de ministérios, instituições e departamentos da Funai. A este grupo somou-se professores, antropólogos, missionários, além de David Price. Todos receberam previamente relatórios a respeito da situação do grupo linguístico. O destaque dado aos Nambiquara, logo no início das atividades do Conselho, indica a importância e a gravidade das condições de vida daquele grupo linguístico naquele contexto, bem como a sua relevância dentro da política indigenista daquele período. É o que destacou o próprio Ismarth de Araújo, afirmando que a situação dos Nambiquara era uma das decisões mais difíceis que a Funai precisaria tomar⁴⁷⁷.

Mas, apesar de reconhecer a gravidade da situação, Araújo pôs “panos quentes” na atuação das gestões anteriores da Funai, amenizando a situação e dizendo que a intenção do Conselho não era criticar as decisões tomadas anteriormente, mas solucionar a situação da

⁴⁷⁴ Ibid.

⁴⁷⁵ FUNAI. 1ª Sessão do Conselho Indigenista-Simpósio. Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio. 1975. 1 DVD (faixa 1: 1h32min42seg; faixa 2: 1h29min07seg) Tempo total: 3h01min50seg. AVESON 222 G. Rolo. Museu do Índio.

⁴⁷⁶ Ibid.

⁴⁷⁷ Ibid.

melhor maneira possível. O papel dos membros e convidados para a reunião seria, então, emitir opiniões e pareceres com o fito de auxiliar a presidência a tomar uma decisão definitiva sobre a situação territorial dos Nambiquara, pois o Vale do Guaporé estava praticamente todo interdito à espera de uma solução:

Não vamos voltar ao passado, criticando decisões tomadas anteriormente com relação a essa comunidade. Nós estamos com um fato real, atual e que tem que ser solucionado da melhor maneira possível. Raciocinar que não devia ter sido feito isso, ou que deveria ter sido feito aquilo, é solução. O que não podemos é retroagir no tempo. Nós estamos com um fato atual, presente e que teremos que solucionar em benefício desses índios. Daí queremos ouvir cada um dos membros do Conselho indigenista e, também, dos elementos convidados, antropólogos convidados, as suas opiniões, os seus pareceres [...].⁴⁷⁸

Antes de passar a palavra para David Price e para os demais membros da reunião, Ismarth de Araújo realizou uma breve recapitulação das principais ações indigenistas que contribuíram para o cenário a ser discutido naquela reunião. Mencionou os fracassos das remoções realizadas até aquele momento e os interesses por trás da criação da Reserva Nambikwara:

Foi criada uma reserva Nambiquara a leste da estrada 364 com a finalidade de transferir para esta área todos os índios localizados ao oeste, no vale do Guaporé. Essa que foi a finalidade da criação dessa reserva. **As tentativas feitas, para esta transferência, não conduziram a qualquer resultado positivo.** Não só porque a área reservada era uma área praticamente agreste, que não permitia praticamente que os índios praticassem aquela sua simples produção de subsistência. E todas as tentativas feitas não conduziram a resultado algum. **O índio sem plantar no vale porque a previsão era transferi-lo para a área reservada e a área reservada também não permitindo que eles plantassem para sobreviver. E retornando sempre a sua situação anterior no Vale do Guaporé.** Os índios famintos, esqueléticos e... Sentimos que esta solução não era a melhor para os índios do Vale do Guaporé.⁴⁷⁹ (grifo nosso)

A criação da área interdita ao sul do Vale do Guaporé, cuja viabilidade de sua demarcação era o foco da reunião, teria ocorrido como forma da Funai tentar minimizar os problemas criados com o primeiro processo de remoções. Segundo Ismarth de Araújo, a área tinha a finalidade de receber os grupos do Vale do Guaporé, ou seja, novas transferências deveriam ocorrer. Entretanto, esse intuito esbarrava na presença das fazendas que, assim como no restante do vale, ocupavam aquele território, bem como nas diferenças étnicas e tensões existentes entre algumas etnias:

⁴⁷⁸ Ibid.

⁴⁷⁹ Ibid.

Partiu-se para uma outra solução que era reservar no vale uma área fértil onde o índio pudesse efetivamente, além de sobreviver ter condições posteriores e se desenvolver. Esta área também consta no esboço e constituiu uma área interdita que está localizada entre o rio Galera, e o rio Sararé, e o Guaporé no limite oeste. **O que existe, apesar não querer retroagir muito no tempo passado, mas se invés de se partir para a reserva Nambiquara a leste da estrada houvesse partido direto para uma área no próprio Vale do Guaporé, que constitui o habitat destes índios, talvez esse problema não existisse nos dias de hoje.** Mas não foi feito. E nós estamos então numa situação de uma área interdita com uma previsão também de levar para essa área os índios localizados no Vale do Guaporé. E uma situação de comunidades todas espalhadas em pequenos grupos, que pelo relatório, devem ter visto, 25, 30, 38, 40 índios cada grupo, com fricções interétnicas que não permitem juntar esses grupos numa só área. Então, estamos com um problema real. Uma área interdita destinada a remover esses índios. **Área rica, fértil, mas como em todo vale também cheia de fazendas⁴⁸⁰. (grifo nosso)**

A fala de Ismarth de Araújo, sobre a ocupação da área interdita pelas fazendas, pode ser exemplificada pelas informações apresentadas no *Relatório para a normalização da situação Nambikwara*, de janeiro de 1975, escrito por Price. Naquele relatório, como visto anteriormente, são apontadas as empresas que funcionavam na área interdita, em sua grande maioria fazendas de criação de gado e possuidoras de certidões negativas oferecidas pela Funai em anos anteriores⁴⁸¹.

Como afirma Agostinho Silva em *Projeto Nambikwara – relatório de avaliação*, ao contrário da área da Reserva Nambikwara na Chapada dos Parecis, onde havia a presença de pequenos proprietários rurais com poucos capitais, o Vale do Guaporé era ocupado predominantemente por grandes empresas capitalistas, empresarialmente organizadas, com investimentos oriundos do Sul do país. O antropólogo relata o que viu quando esteve na região, destacando o desmatamento e a complexidade dos empreendimentos:

De um lado a outro das estradas do Vale o desmatamento caminha e alarga, avançando com a ponta da pista à medida em que a mata recua. Simultaneamente, vão surgindo benfeitorias que demonstram os investimentos altíssimos: campos de aviação, serrarias, casas de empregados, escritórios, residências da administração, vendas, pensões e currais, tudo isso concentrado nas sedes das fazendas, e ainda os currais e os casebres da peonagem dispersos por toda parte. Do avião, até onde a vista alcança veem-se os penachos de fumaça das queimadas, que escurecem o céu na época seca⁴⁸².

A realidade com a qual a Funai teria que enfrentar para demarcar áreas ou uma área no Vale do Guaporé era difícil, pois tratava-se de uma região ocupada por agropecuárias estruturadas, possuidoras de diversas “benfeitorias” e com as quais deveria disputar

⁴⁸⁰ Ibid.

⁴⁸¹ FUNAI, Op. cit.

⁴⁸² SILVA, Op.cit, p.18.

judicialmente o território Nambiquara. Isso era reconhecido pelo próprio presidente do órgão, como se segue:

Todo Vale do Guaporé, praticamente todo ocupado por fazendas. Então o ponto “fazenda” não é fundamental para uma decisão. Que qualquer que seja a decisão, nós teremos ponto comum de ter que brigar com fazendeiros. Esse, então, não é ponto de discussão que possa definir uma solução. Todo o vale está praticamente ocupado. Com fazendas tituladas e algumas até com certidões negativas, que ensejaram financiamento da SUDAM. Então, esse é um ponto comum a qualquer solução. Quer dizer, ter que brigar com fazendeiro. **Essa é uma alternativa que não vai pesar na decisão**⁴⁸³. (grifo nosso)

Ainda de acordo com o presidente, havia pressões dos fazendeiros vindas das duas partes: tantos daqueles que se encontravam na área interdita, pressionando a Funai na justiça para que a área não fosse demarcada, quanto daqueles que estavam em outras partes do Vale do Guaporé, pressionando para que os indígenas fossem transferidos para uma área já interdita. Para o presidente, as pressões dos fazendeiros não deveriam, assim, influenciar nas decisões do Conselho, já que elas seriam inevitáveis em qualquer alternativa escolhida⁴⁸⁴.

A grande questão da sessão era definir se dariam continuidade à política de remoções dos Nambiquara do Vale do Guaporé para a área interdita, cujas experiências foram malsucedidas até aquele momento, ou se buscariam outras “soluções”. Toda a discussão sobre como proceder em relação às terras girou ao entorno desse ponto⁴⁸⁵.

Para o antropólogo George Zarur, chefe do DGPC, departamento que trabalhava com o Projeto Nambiquara, a alternativa de transferir os indígenas conflitava com os princípios que falavam de deslocamentos e transferências de populações indígenas – provavelmente se referindo ao Estatuto do Índio. Assim, seria uma decisão difícil transferi-los, tendo em vista que havia dentro do grupo de antropólogos uma reação à proposta de remoção. Zarur destacou também a necessidade de conferir se os subsídios para a ação de transferência eram suficientes⁴⁸⁶.

Após a exposição do chefe do DGPC, o sertanista Orlando Villas Bôas solicitou maiores esclarecimentos de David Price sobre a situação. O antropólogo e coordenador do Projeto Nambiquara, munido de mapas sobre a região ocupada pelos Nambiquara, apresentou sua proposta de transferências, justificando-a:

⁴⁸³ FUNAI, Op.cit.

⁴⁸⁴ Ibid.

⁴⁸⁵ Ibid.

⁴⁸⁶ Ibid.

A área interditada fica no extremo sul da área. Temos num outro mapa, embaixo, a área interditada levantado um tamanho maior, também com um levantamento de vegetação. Esse mapa foi feito por uma empresa de engenheiros agrônomos à base de fotos aéreas. Tem ... mostra cinco qualidades de vegetação: cerrado, mato, mato molhado, campo molhado e campo seco (incompreensível).

Agora, as possibilidades desta área são muito grandes. A primeira coisa, eu acho, para dizer é que realmente essa é a única área no Vale do Guaporé que ainda tem pouca coisa feita lá dentro pelas fazendas. Como falei, aquelas manchas amarelas no outro mapa são derrubadas (incompreensível).

Uma cabeça lá, tem 12.000 cabeças de gado já lá, os outros não posso dizer. Em comparação à área interditada, quase não tem derrubada, quase não tem nada feito aí por dentro. De fato, lá dentro da área tem algumas derrubadas pequenas, uma fazenda que estava entrando ano passado, quando eu (incompreensível). Em comparação, relativamente a área fica livre ainda⁴⁸⁷.

A criação de uma reserva naquela área estaria respaldada pela ocupação histórica dos Nambiquara, que Price garantia “sem nenhuma dúvida” ser área tradicional do grupo linguístico, com base em suas leituras de documentos escritos desde o século XVIII. Além de ser território de ocupação tradicional, existiam na região interditada aldeias de três dos cinco grupos que o Conselho discutia que fossem ali estabelecidos. Apesar disso, Price defendia ainda que não era muito importante se a área era ou não ocupada por aldeias naquele momento, porque o fundamental era transferir os indígenas para aquela área que também, segundo ele, era parte de seu território tradicional:

O fato é o seguinte: que embora o índio Nambiquara não é nômade [sic], como aparece na literatura de alguns lugares, o índio Nambiquara faz roças, a gente pode comprovar com documentos históricos que está fazendo roças desde mais de 200 anos. Embora que este seja o fato, a aldeia Nambiquara não é uma coisa extremamente permanente. A aldeia Nambiquara é utilizada durante 10, 20 anos, aí mudam, dividem a aldeia, às vezes voltam para a mesma aldeia. Então é, se a gente quer saber onde ficam os Nambiquara, qual é a região dos Nambiquara, não faz muito sentido perguntar onde eles têm aldeias. A questão basicamente é: qual é o território que eles utilizam? Dentro de qual eles caçam, coletam, plantam roças e fazem aldeias? [...]⁴⁸⁸.

Como aquela era uma área de ocupação tradicional e ainda possuía condições ecológicas de ocupação, a proposta do coordenador do Projeto Nambiquara era que para lá fossem levados todos os grupos do Vale de Guaporé e, posteriormente, algumas etnias da Chapada dos Parecis, que viviam na Reserva Nambikwara⁴⁸⁹.

De acordo com o que foi registrado na ata da reunião⁴⁹⁰, a exposição de Price foi baseada em um dos seus relatórios, que segue anexo no final daquele documento, e que identificamos no processo dessa pesquisa por meio de comparação do conteúdo da ata e de relatórios

⁴⁸⁷ Ibid.

⁴⁸⁸ Ibid.

⁴⁸⁹ Ibid.

⁴⁹⁰ FUNAI, Op. cit.

produzidos em 1975. Os fragmentos mencionados no registro da reunião do Conselho são informações que constam no relatório de 07 de julho de 1975, na seção de “terras”. Além desse relatório, os tópicos levantados por Price durante a reunião estão presentes em outros dois relatórios de 22/10/1975, nos quais é possível identificar com maior clareza a sua proposta para a resolução da questão das terras⁴⁹¹. Vale a pena uma breve apresentação de seus conteúdos, bem como das demais propostas em disputa.

4.2 Projetos em disputa para a demarcação de território(s) para os Nambiquara do Vale do Guaporé e o lugar das remoções

Para Price, a criação da Reserva Nambikwara foi um erro baseado em falta de informações. Ela continha pouca quantidade de mata, 75.000 hectares para um total de quase 1.000.000 de campo, cerrado e areal, além de parte, ao nordeste, não pertencer aos Nambiquara, mas sim aos Paresí. Dessa forma, para o antropólogo, a solução para os Nambiquara do Vale do Guaporé não era a realização de novas remoções de indígenas para a reserva antiga, mas sim a criação de outra reserva dentro do próprio Vale do Guaporé, para onde seriam levados de forma que fossem considerados os seus aspectos sociais, políticos, culturais e ecológicos⁴⁹². Nesse sentido, Price discute em seus relatórios algumas possibilidades de resolução da situação de terras para os Nambiquara do vale, apresentando propostas que estavam em disputa naquele contexto para a demarcação ou demarcações de terras para os Nambiquara⁴⁹³.

A primeira proposta cogitada pela Funai era criar muitas reservas pequenas para cada um dos 13 grupos existentes. Segundo Price, caso elas fossem feitas nos locais ocupados pelas aldeias, uma vantagem seria evitar novas remoções; importante porque cada grupo se vinculava à sua terra pelos rituais de morte e enterro de seus antepassados. Outra vantagem, para ele, seria facilitar a solução dos problemas legais, pois seria possível alegar a imemorialidade das aldeias ocupadas, e talvez grandes fazendas cedessem pequenas partes “de suas terras” aos índios⁴⁹⁴.

Apesar das vantagens, Price acreditava que seria impossível reservar terras nos locais ocupados naquele momento pelos grupos: os Hahaintesu moravam à beira de uma pista de aterrissagem da Fazenda Vale do Guaporé, construída em cima de sua aldeia tradicional; outros grupos da etnia viviam na estrada dessa fazenda; os Wasusu viviam na entrada da Fazenda

⁴⁹¹ PRICE, 1975e; PRICE, 1975f.

⁴⁹² PRICE, 1975d.

⁴⁹³ Ibid.

⁴⁹⁴ PRICE, 1975f.

Aguapé; os Waikatesu⁴⁹⁵ moravam à beira da entrada de várias fazendas, antes de sua mudança para a área interdita; os Alantesu ficavam a uma hora a pé da Fazenda Estrela do Guaporé; enquanto a aldeia Tito, de um dos grupos Sararé, ficava a dois quilômetros da derrubada da Fazenda Sapé-Sararé. Desse modo, para Price: “Não seria possível fazer pequenas reservas nestes locais sem prejudicar fazendas que valem bilhões de cruzeiros”⁴⁹⁶.

A demarcação de reservas múltiplas em outros locais do vale também era inviável para o antropólogo. Amparado em estimativas criadas por um dos missionários do SIL, Peter Kingston, que convivia com os Mamaindê (etnia Nambiquara do Norte), Price afirmava que os Nambiquara precisavam de uma área de dez quilômetros em volta da aldeia para viverem. Na proposta de aldeias múltiplas, deveriam ser criadas cinco reservas para os seguintes grupos: Hahaintesu, Alantesu, Wasusu, Waikatesu e o grupo do Alto Sararé⁴⁹⁷. Isso dificilmente poderia ser realizado, pois a região caracterizava-se pelas derrubadas já feitas pelas fazendas no vale. Além disso, seria duvidoso, para ele, que os índios respeitassem os limites artificiais das reservas demarcadas. Assim, por possuírem as reservas poucos lugares para roças e caça, para o antropólogo, a Funai teria que suprir a alimentação dos indígenas e essa opção, que era considerada pela “cúpula da Funai”, seria financeiramente de grande custo para o órgão⁴⁹⁸.

Price tentava convencer sobre a ineficiência da opção de múltiplas reservas, destacando os impactos negativos para os indígenas e para o orçamento da Funai, recorrendo ainda ao mito da indolência indígena:

Os índios não ficarão nas reservas, mas continuarão a visitar as fazendas, preferindo esmolar a trabalhar nas roças. Continuarão flechando gado; continuarão contraindo doenças dos civilizados. Acabará a caça nas pequenas reservas muito antes dos índios ficarem culturalmente prontos para aprenderem a pecuária; a desnutrição será agravada. O custo de assistência efetiva ultrapassará o orçamento da FUNAI. Enfim, criar muitas reservas pequenas no Vale do Guaporé é condenar os índios à morte⁴⁹⁹.

Para ele, se fossem criadas reservas múltiplas onde as aldeias estavam estabelecidas, ou se fossem criadas em outros locais do Vale do Guaporé fora da área interdita, os Nambiquara continuariam rodeados de fazendas e vivenciando os já conhecidos problemas: careceriam de caça, continuariam bebendo água contaminada pelo gado e atravessando as fazendas para visitarem outras aldeias, bem como para realizarem seus casamentos. As consequências dessa

⁴⁹⁵ Nesse relatório Price se refere ao grupo que antes chamava pelo nome de Waisu como Waikatesu.

⁴⁹⁶ Ibid. p.2.

⁴⁹⁷ Não há aqui qualquer menção ao grupo de Sorana, que era chamado de Waisu.

⁴⁹⁸ Ibid.

⁴⁹⁹ Ibid, p.3.

escolha seriam tenebrosas, para o antropólogo, pois poderiam levar ao genocídio dos Nambiquara:

O custo destes suplementos, tanto quanto da administração de cinco reservas, seria astronômico. Dificilmente a FUNAI conseguiria a verba necessária para manter vivos os poucos índios do Vale do Guaporé, quando há milhares de índios precisando de assistência em Amazonas. **Em cinco anos, os Nambiquara do Vale do Guaporé estariam todos mortos, e mais uma vez a imprensa mundial se queixaria, já tarde demais, de genocídio**⁵⁰⁰. (grifo nosso)

A única alternativa para o problema seria então a criação de uma ou duas reservas de tamanho razoável, que fossem capazes de sustentar os diferentes grupos. Essa alternativa pressupunha novas remoções e, para Price, deveriam ser realizadas considerando-se algumas questões. Uma delas era o padrão de ocupação territorial dos Nambiquara do Vale do Guaporé, que estabeleciam suas aldeias em área de areia branca, próxima aos campos, além da proximidade também com a floresta e os córregos⁵⁰¹.

Outro fator importante era o caráter da organização social dos grupos, que tradicionalmente se dividia em etnias e aldeias pequenas, pelo arranjo das famílias e do sistema político. De acordo com Price:

Qualquer solução ao problema de terras tem que prever muitas aldeias pequenas, separadas por bastante espaço para cada uma ter a sua própria área de caça, e com ainda mais área inutilizada para as novas facções aproveitar. Já que a estrutura de formação de facções estabelecidas dificilmente dura mais de duas gerações, há de esperar um padrão de utilização da terra no qual, através dos anos, várias aldeias pequenas vão surgindo e sumindo em várias partes de uma área determinada. Não é possível planejar com aldeias grandes nem com aldeias fixas. Qualquer política que ignore estes fatos fracassará⁵⁰².

Segundo Price, pela ocupação das fazendas e derrubadas, não seria possível “reservar outra área com tamanho razoável e terras aproveitáveis” fora da área interdita, sem incluir as fazendas e criar uma luta jurídica entre a Funai e os fazendeiros. Dessa forma, a Funai deveria reservar para os Nambiquara do Sul (Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis) a área entre os rios Galera e Sararé, que foi interdita pelo Decreto nº 74.515, enquanto parte da Reserva Nambikwara deveria ser garantida para os grupos da Serra do Norte⁵⁰³.

Price justificava a escolha da área interdita como nova reserva porque, segundo ele, era o único local possível por não ter muitas agropecuárias em funcionamento. Poderia, assim,

⁵⁰⁰ Ibid.

⁵⁰¹ PRICE, 1975d.

⁵⁰² Ibid.

⁵⁰³ PRICE, 1975d.

atender aos critérios socioeconômicos dos grupos, tais como a existência de uma boa área para roças e abundância de caças, campos para fazerem aldeias e córregos limpos⁵⁰⁴.

No que se refere aos limites, o território também era vantajoso por 87% dele ser formado por rios com leitos pantanosos e difíceis de transitar, que dificultariam futuras invasões de civilizados⁵⁰⁵. Destacava também a importância da reserva para preservar o território, do ponto de vista ecológico e histórico⁵⁰⁶.

Em relatório de julho, Price afirma que parte da área interdita era tradicional de grupos Nambiquara do Alto Sararé, que se encontravam parte dentro da área interdita, parte fora. Era também área de “perambulação” tradicional dos Wasusu e dos Alantesu, são mencionados ainda os Waisu (Waikisu/Waikatesu), esses últimos, naquele contexto, estabelecidos naquela área. Essa ocupação também justificava a criação da reserva na área interdita. Os Hahaintesu, para ele, era o único grupo que deixava dúvida se retornaria para a área⁵⁰⁷.

Apesar de defender que fossem levados em consideração as características de ocupação espacial, o território tradicional e a organização social dos Nambiquara do vale, para Price não era fundamental que as aldeias ocupadas naquele momento fossem incorporadas à reserva, ou que todo o território tradicional fosse abrangido:

Obviamente, os Nambiquara, já reduzidos a um décimo da sua população no começo deste século, não precisam de toda a sua região tradicional. Mas precisam, sim, de terras boas, terras dentro da própria região Nambiquara, terras que satisfaçam as exigências de sua economia e estilo de vida⁵⁰⁸.

Dentro dessa lógica, a proposta, como visto, não era necessariamente demarcar todo o território tradicional dos Nambiquara, mas parte dele. Dessa forma, além da reserva no Vale do Guaporé, respeitando os princípios socioeconômicos, deveria ser garantida parte da Reserva Nambikwara para os grupos do que chamava de “Distrito do Norte”, o que permitiria que outra parte fosse liberada para empreendimentos agropecuários como uma moeda de troca. Isso deveria ocorrer caso os indígenas das aldeias de Serra Azul e Camararé (Reserva Nambikwara) decidissem mudar para a nova reserva no Vale do Guaporé⁵⁰⁹.

Das justificativas de Price para reservar uma área contínua na área interdita, é interessante destacar a preocupação em evitar um possível futuro de genocídio dos Nambiquara;

⁵⁰⁴ Ibid.

⁵⁰⁵ Sobre a composição, no relatório de viagem, PRICE, 1975f, p.3.

⁵⁰⁶ Ibid.

⁵⁰⁷ PRICE, 1975d .

⁵⁰⁸ Ibid., p.30.

⁵⁰⁹ Ibid..

mas, ao mesmo tempo, a relevância em termos de custos que o processo poderia acarretar para o orçamento da Funai e para as próprias fazendas. Sendo ou não tal argumento apenas uma retórica para convencer a presidência do órgão a adotar o modelo que propunha, o fato é que esse tipo de ponderação mostra como a lógica da atuação indigenista estava submetida ao “paradoxo ideológico da tutela”⁵¹⁰, que costumava preservar o que em tese seriam interesses dos indígenas e ao mesmo tempo dos chamados “civilizados”.

Para o antropólogo, apesar do fracasso de remoções realizadas até aquele momento, a mudança seria possível mesmo que houvesse uma forte ligação religiosa dos grupos com os territórios tradicionais deixados para trás, caso critérios econômicos, ambientais e sociais fossem satisfeitos. Para ele, as remoções dos Waisu para a área interdita e dos Mamaindê para a Reserva Nambikwara eram exemplos de remoções que atenderam aos critérios socioeconômicos e de compatibilidade ecológica, o que justificaria a viabilidade de novas remoções⁵¹¹.

Price acreditava ainda que, com a criação da reserva na área interdita, quase todos os grupos Nambiquara aceitariam mudar, incluindo grupos do norte e da Reserva Nambikwara. Segundo ele, entre 1968 e 1975, a porcentagem de indígenas que haviam entrado na área interdita ou reservada aumentou, o que indicava uma possibilidade que ocorreria o mesmo na nova reserva⁵¹²:

A conclusão óbvia é que os Nambiquara do Campo e do Norte valorizam a sua Reserva, e irem, aos poucos, entrando nela. Prevemos que dentro do próximo ano, quase 100% dos Nambiquara do Norte estarão em terras reservadas. Se criarmos uma reserva para os Nambiquara do Vale do Guaporé, com a mesma ecologia à qual estão acostumados, também entrarão⁵¹³.

Além da proposta territorial, Price também elaborou um plano de infraestrutura com o objetivo de que a reserva da área interdita, as remoções e a permanência dos indígenas na nova área fossem bem-sucedidas. Visto que a malária era recorrente na área interdita, um sistema de comunicação e transporte deveria ser colocado em prática, para que os indígenas pudessem procurar ajuda, e Funai e missionário tivessem acesso às aldeias. Para ele, além das dez pistas de pouso já existentes na área, deveria ser criado um sistema de transporte terrestre, começando com a construção de uma estrada pedestre que atravessasse a área do sul para o norte, ligando as várias aldeias e, possivelmente, transitável por carro. Essa estrada deveria

⁵¹⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

⁵¹¹ PRICE, 1975d.

⁵¹² PRICE, 1975e.

⁵¹³ *Ibid*, p.4.

incorporar uma ponte que atravessava o rio Sararé, que poderia ser fechada para evitar a presença de pessoas não autorizadas⁵¹⁴.

Após a construção da estrada que deveria ser iniciada em abril do ano seguinte, no ano de 1976, seria criado o Posto Galera, próximo a algumas aldeias, onde haveria um estoque de medicamentos e uma pequena enfermaria. Havia ainda a possibilidade da criação de outro posto ao extremo sul da reserva, caso todos os Nambiquara do Sul aceitassem mudar. Possivelmente esse plano representava também um processo de sedentarização dos indígenas e do próprio atendimento à saúde ⁵¹⁵.

Para além da infraestrutura, a questão das diferenças e conflitos étnicos também era objeto de preocupação de Price. Reconhecendo que as tentativas de transferências dos Wasusu, Alantesu e Hahaintesu fracassaram por terem sido realizadas de forma inadequada, sem equivalência ecológica dos territórios e sem respeitar as demandas dos indígenas, o projeto estava “preparando” os grupos para se mudarem. Com a perspectiva de que esses grupos, ao se estabelecerem na área interdita, diminuiriam as distâncias geográficas existente entre eles, Sílbene poderia promover e estimular encontros, trocas de sementes e mensagens por videocassete, tal como discutido anteriormente.⁵¹⁶

Sistematizando as informações contidas nos relatórios de Price, a proposta do antropólogo era a seguinte: 1. Criar imediatamente uma reserva contínua e suficientemente grande para as necessidades socioambientais dos diversos grupos Nambiquara na área interdita e para lá levar as etnias do Vale do Guaporé que se encontravam fora dela; 2. Remover para a área interdita os grupos da Chapada dos Parecis; 3. Manter parte da Reserva Nambikwara para as etnias Nambiquara do Norte e, como moeda de troca para a saída dos fazendeiros da área interdita, “liberar” parte daquela reserva ⁵¹⁷.

Price tinha ainda um planejamento cronológico para as remoções a serem realizadas com os grupos do Vale do Guaporé:

1. Wasusu: entrariam na reserva por terra e se estabeleceriam em local escolhido por eles, separados do grupo inimigo do Alto Sararé. Mudariam definitivamente em março de 1977, mas iniciariam o processo de derrubadas e preparação para novas roças ainda em 1976;

⁵¹⁴ PRICE, 1975f..

⁵¹⁵ Ibid.

⁵¹⁶ Ibid.

⁵¹⁷ Ibid.

2. Alantesu: entrariam na reserva por via aérea e se estabeleceriam também em março de 1977, em território escolhido por eles. Assim como no caso dos Wasusu, ao longo de 1976, transitariam entre a aldeia antiga e a nova até que o processo de formação da nova roça estivesse concluído;
3. Waikatesu: segundo Price, os Waikatesu, que naquele momento viviam com missionários da MCB na cidade de Mato Grosso, retornariam à área interdita caso fossem oferecidas condições adequadas. A sugestão de Price é que eles fossem levados para uma área de campo, semelhante ao seu território tradicional (na beira da Chapada dos Parecis), no extremo sul da reserva, longe de seus inimigos Alantesu, e próximos aos seus amigos do Alto Sararé. O local deveria ser próximo também à estrada que seria criada na reserva. A Funai deveria fornecer alimentos para o grupo até que novas roças começassem a produzir;
4. Alto Sararé: das quatro aldeias das etnias do Sararé, três encontravam-se dentro da área interdita, segundo Price. Um dos grupos, da aldeia de Capitão Tito, estava convencido a não entrar na área interdita. No entanto, Price acreditava que a mudança do missionário Gehard Pauck para a área serviria como “foco de atração” do grupo resistente, que mudaria em dois anos;
5. Hahaintesu: os Hahaintesu, que haviam sido removidos para a área interdita no início de 1975, eram resistentes à proposta de mudar. Assim como no caso do grupo do Sararé, Price acreditava que os missionários seriam importantes para convencê-los a entrar na área, além de contar com um futuro isolamento, que dificultaria as relações de casamentos com os outros grupos. A própria continuidade das fazendas era um fator apontado que dificultaria a permanência dos indígenas. Em julho de 1978, depois que os Wasusu e os Alantesu estivessem na reserva, seria apresentada para os Hahaintesu uma área na reserva próximo àqueles grupos, semelhante à sua área tradicional, e por fim mudariam definitivamente em 1980⁵¹⁸.

Como podemos observar, a proposta de Price de remoções dos indígenas para a área interdita era organizada e continha uma metodologia de atuação, incluindo também uma organização cronológica. No entanto, apesar de destacar os aspectos socioeconômicos e ecológicos como fatores a serem levados em consideração para que as transferências não fracassassem como outras, na prática a importância da territorialidade para as etnias era tida

⁵¹⁸ Ibid.

como um fator menor diante dos riscos que corriam de desaparecerem com a expansão das fazendas. Como alerta:

O que mais precisa de ênfase é a urgência das medidas para resolver o problema de terras. Qualquer demora, e os Nambiquara ficarão extintos. Quem saiba da situação e permita demora é **culpável de genocídio**⁵¹⁹. (grifo nosso)

Como destaca João Pacheco de Oliveira, era comum indigenistas e antropólogos reivindicarem entre si o saber legítimo sobre o chamado “problema indígena”. Os indigenistas, para contraporem-se à visão fria e fatalista dos cientistas sobre o problema, costumavam apelar à emoção, usando de uma empatia romântica e argumentações filantrópicas⁵²⁰. Apesar disso, convergiam quanto à perspectiva de inadequação e à transitoriedade das culturas indígenas, assim como ocupavam os mesmos espaços políticos de mediação. Price, no entanto, era antropólogo e ao mesmo tempo um funcionário do órgão, um indigenista. Assim, nos seus discursos, em vez de esses aspectos serem dicotomizados, estavam reunidos na sua defesa pela demarcação de reserva contínua e transferências.

Price ressaltava ainda a legalidade da criação da reserva, bem como a legitimidade de todo o Vale do Guaporé como território Nambiquara. Para ele, a presença das fazendas era a representação de que a Constituição Federal não era respeitada:

Se fosse respeitada esta lei, quase todo o Vale do Guaporé seria patrimônio da União. O fato que é inteiramente em mãos particulares, a maioria dos quais tem Certidões Negativas da FUNAI, mostra que nem a lei nem a própria Constituição é respeitada, e que os órgãos aos quais competia a execução da lei não tinham o poder ou interesse de fazê-lo. A situação do índio nambiquara é uma vergonha nacional.

[...]

Os índios vão mal-nutridos pela ausência de caça, bebendo água poluída por gado, morrendo de doenças dos civilizados, enquanto a FUNAI fala respeitosamente com fazendeiros que queixam que os índios mataram um boi ou roubaram mandioca. Esta situação tem que parar. Temos que reservar terras boas para os Nambiquara: temos que fazê-lo imediatamente; e temos que protegê-las contra quaisquer tentativas de aliená-las⁵²¹.

Ao mesmo tempo em que criticava a permissividade da Funai em relação à presença dos fazendeiros do Vale do Guaporé, portanto da violação dos direitos indígenas, como é possível observar nos relatórios, a sua alternativa de reserva representava, além da demarcação de terras

⁵¹⁹ PRICE, 1975d, p.33.

⁵²⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. Segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do projeto Calha Norte. Antropologia e Indigenismo. Rio de Janeiro, v. 1, p. 15-22, 1990.

⁵²¹ PRICE, 1975d, p.29.

para os Nambiquara, o asseguramento de que grande parte das fazendas do Vale do Guaporé não seriam prejudicadas.

Após a exposição de Price, que foi baseada em seus relatórios, o professor Roque Laraia, um dos conselheiros, questionou o antropólogo sobre a opção de remover os indígenas de seus territórios para a área interdita como única via de resolução:

Minha pergunta se baseia na afirmação de que qualquer lugar que o índio estiver no Vale do Guaporé tem fazendas. Então, por que deslocar o índio de seu território tradicional, quando nós vimos no seu relatório que existem implicações até ordem religiosa sobre a permanência naquelas regiões onde eles estão? Talvez a minha pergunta ficaria simplificada pelo o que o Zarur soltou aqui: por que não deslocar as fazendas e, sim, deslocar os índios?⁵²²

Mais importante que a resposta de Price, baseada em justificativas e argumentos apresentados nos relatórios mencionados, é destacar que a pergunta de Laraia mostra que não havia um consenso entre os membros do Conselho em como proceder em relação à demarcação de terras para os Nambiquara e sobre as transferências. Pelo contrário, existiam propostas divergentes, sobre as quais as discussões se desdobraram durante toda a reunião. Uma questão que causava polêmica era a proposta de Price de criar uma reserva única para onde seriam transferidos os indígenas do vale. Havia, então, uma disputa discursiva girando em torno do próprio modelo da política indigenista a ser realizada para os Nambiquara.

Outra alternativa ao modelo de Price, que se tornou a principal dentre as várias apresentadas, era a criação de reservas múltiplas. Esse modelo criticado por Price foi levantado na reunião pelo antropólogo Olympio Serra que, em 1970, quando esteve à frente do DEP, sugeriu ao então presidente do órgão que fossem criadas múltiplas reservas para os Nambiquara do Vale do Guaporé, em vez de concentrá-los na Reserva Nambikwara⁵²³. Para Serra, a proposta de uma reserva única não se justificaria no fato de existirem poucas fazendas na área interdita ou de ser menos onerosa para a Funai. Criticava essa proposta porque havia naquela área fazendas já estabelecidas, que pressionavam a Funai. Propunha então outra via de atuação, sem mencionar qualquer necessidade de realização de remoções:

Considerando essa constante geral da presença de fazendas, inclusive na área interdita, que apesar de seu apontamento rigoroso para mostrar que são poucas as efetivas ocupações de brasileiros na área, nós sabemos, por outro lado, que a Funai já tem sofrido pressões por causa dessa interdição de proprietários que tem títulos, embora não tenham feito benfeitorias na região. E mais ou menos o quadro dessa constante presença de fazendas, a meu ver, permanece como... Eu arriscaria uma

⁵²² FUNAI, Op. cit.

⁵²³ Não há informações sobre em qual departamento da Funai estava Serra naquele momento. No entanto, ele esteve à frente do Parque Indígena do Xingu durante a gestão de Ismarth de Araújo, tendo sido demitido em 1978.

terceira alternativa: [...] seria possível se pensar em reservas médias? Que agrupassem as aldeias mais contíguas, como se pode perceber no próprio mapa?⁵²⁴

Além da proposta das reservas múltiplas, havia outra proposta que tentava incorporar aquelas duas primeiras, que foi apresentada pela antropóloga Carmen Junqueira⁵²⁵. Em sua fala, Junqueira sugere a manutenção da área interditada e propõe o debate sobre a criação de outras reservas menores, garantindo o território tradicional dos grupos do Vale do Guaporé. Sua justificativa era a seguinte: “O trabalho da Funai, e o nosso trabalho [...], não é facilitar a expansão das fazendas [...]. Nossa tarefa aqui é de fazer a defesa do território indígena”⁵²⁶.

Havia ainda outra sugestão que foi levantada algumas vezes na assembleia: a criação de uma reserva ou reservas ambientais no Vale do Guaporé, onde os indígenas poderiam ficar estabelecidos. Ela era elencada como uma opção que sofreria menos oposição dos fazendeiros e regionais que tinham uma visão estereotipada e preconceituosa dos índios; assim, deveria ser apresentada como algo também de seus interesses. A Funai deveria trabalhar em conjunto com órgãos ambientais nesse sentido, para minimizar as questões de pressões aos indígenas e seus territórios⁵²⁷.

Algumas dessas múltiplas possibilidades de demarcação estão presentes no relatório do antropólogo Agostinho Silva, da UFBA, que participou também do Conselho. Nesse relatório, intitulado *Projeto Nambikwara – relatório de avaliação*⁵²⁸, Agostinho sintetiza algumas propostas estudadas a pedido do presidente da Funai, Ismarth de Araújo, além de sugerir uma resolução e tecer comentários sobre a proposta de Price. Tanto nas alternativas apresentadas na reunião quanto no relatório de Silva é possível ver a centralidade que a questão das remoções tinha dentro desse debate.

Para Silva, a Funai deveria se concentrar nos esforços em reservar a área interditada, assim como Price propunha. Mas deveria evitar a remoção das etnias da Chapada dos Parecis para o vale e não liberar a área da Reserva Nambikwara como moeda de troca para as fazendas. Já a remoção das aldeias do vale seria inevitável pela devastação realizada pelas fazendas. Essa seria uma ação justificada pela inevitabilidade do desaparecimento dos Nambiquara daquela região se a remoção não fosse realizada, apesar das diferenças étnicas e a ligação com o território tradicional:

⁵²⁴ Ibid.

⁵²⁵ Ibid.

⁵²⁶ Ibid.

⁵²⁷ Ibid.

⁵²⁸ SILVA, Op.cit.

[...] Em princípio, aos indígenas desagradava abandonar territórios tradicionais, por motivos religiosos e outros; e a desconfiança vigente entre bandos aumenta o desagrado, porque trocar de território envolverá ficar mais perto de outros grupos. A requerida mudança psicológica e cultural demanda tempo, e este é um daqueles elementos imprevisíveis de que falamos. Mas o tempo é escasso, porque o avanço das fazendas cresce e faz perigar a mata, fundamento econômico das aldeias. Remoções como as dos Hahayntésú e Way'sú, que Price classifica como apressadas, e apressadas devido às pressões sofridas, conduziram ao que se viu. Mas grandes delongas serão também fatais se as fazendas mantêm o mesmo ritmo, que nos parece, como a Price, irrefreável pelo enorme poder econômico que detêm.⁵²⁹

A proposta de Agostinha Silva era um pouco diferente da proposta de Price, mas se igualava na perspectiva de criar uma reserva contígua e sobre ser necessária a realização de novas remoções. Sua sugestão era a de que fossem tomadas medidas legais para tornar a área interdita em reserva, mesmo que os Hahaintesu, um dos grupos resistentes a ir para a área interdita, não quisessem se mudar para lá. Além disso, a despeito dos Hahaintesu ficarem sem área reservada, deveria ser incorporado à área a ser reservada um trecho que estava fora dos limites, correspondente ao território de indígenas Sararé que se negavam a sair dele⁵³⁰.

O antropólogo ainda apresenta três alternativas estudadas a pedido de Ismarth de Araújo, que se preocupava com a possibilidade dos Hahaintesu, Wasusu, Alantesu e parte dos Sararé recusarem-se a mudar para a reserva na área interdita. As propostas apresentadas por Silva eram baseadas na combinação de alguns princípios que apresenta: preservar um território contínuo para os grupos, por questões ecológicas, sociais, demográficas e étnicas; evitar as transferências de aldeias; demarcar a partir de limites de acidentes naturais e não linhas secas⁵³¹.

As alternativas propostas, fundamentadas nesses princípios, seriam as seguintes:

1. Manter a Reserva Nambikwara; criar uma reserva ao sul da área interdita; anexar à reserva, a ser criada na área interdita, um trecho ocupado pelos Sararé; criar uma reserva para os Hahaintesu; transferir os Wasusu, Alantesu e Waysu (de Amburana) para a área interdita, permanências dos outros grupos em seus territórios, incluindo os Sararé. Os problemas dessa alternativa, para ele, eram a fragmentação territorial, a necessidade de transferir indígenas e a permanência dos Hahaintesu em áreas derrubadas. A vantagem seria não movimentar os dois grupos mais resistentes a remoções: os Hahaintesu e os Sararé;

⁵²⁹ Ibid., p35.

⁵³⁰ Ibid.

⁵³¹ Linhas secas são linhas imaginárias, que não possuem limites por acidentes naturais, ou seja, não visualizadas no campo. Ver: IBGE. Instruções para revisão do trabalho da base operacional geográfica TR-23. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0205.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

2. Manter a Reserva Nambikwara na Chapada dos Parecis; criar uma reserva no Vale do Guaporé entre este rio, a BR-364, o Galera e a estrada Edmundo José Rodrigues, com o rio que ia da sua ponta ao Rio Guaporé; criação de uma reserva entre o rio Galera e Sararé (limitadas por linhas secas a leste e oeste). Os defeitos dessa opção seriam a fragmentação territorial, o aumento da exploração por civilizados das áreas não demarcadas e as linhas secas difíceis de impedir as invasões. O benefício seria não remover nenhum grupo de seu território;

3. Manter a Reserva Nambikwara e criar uma reserva no Vale do Guaporé que abrangeeria as duas reservas sugeridas na alternativa 2; criar uma nova reserva também contígua à Reserva Nambikwara. A vantagem dessa proposta, para Silva, era tornar contíguo todo o Vale do Guaporé e a Reserva Nambikwara, sem precisar remover de seus territórios tradicionais nenhum grupo. Teria de ser rearranjado o comércio na BR-364 e poderia ser pensada a liberação de parte da Reserva Nambikwara a leste e norte da linha telegráfica. O grande problema seria a oposição que tal reserva levantaria, por incorporar um grande território, além de ser composta de território já devastado pelas agropecuárias⁵³².

Sem maiores explicações sobre o que significava uma “medida legal de exceção”, para o antropólogo, a única forma pela qual seria possível executar qualquer uma das propostas apontadas era por esse tipo de ação, para a retirada das fazendas estabelecidas no vale. No entanto, apresenta um certo pessimismo quanto à aplicabilidade das alternativas:

Por isso, opinamos que só uma medida legal de exceção será eficiente para, de um só golpe judicialmente irrecorrível, afastar as fazendas das áreas indicadas pela FUNAI para a Reserva. Bem entendido, referimo-nos especialmente ao caso destas (sem excluir o outro), e em caso contrário será preferível nem tentá-las sequer. Intimamente, estamos persuadidos de que medidas de exceção não serão aceitas como oportunas, e que portanto as alternativas são impraticáveis⁵³³.

As diferentes propostas discutidas na reunião mostram que não havia uma homogeneidade dentro da Funai sobre como agir com os Nambiquara naquele ano de 1975. A temática das remoções e do modelo de demarcação das terras para os Nambiquara do Vale do Guaporé tampouco era uma novidade daquele ano. Se retomarmos o capítulo anterior, onde apresentamos as opiniões de Serra e Price em relatórios de 1969 e 1970, antes da primeira

⁵³² Ibid.

⁵³³ Ibid., p.37.

remoção, também podemos observar que não houve uma linearidade de pensamento desses antropólogos sobre modelos de reserva e, no caso de Price, sobre a realização de remoções. Isso demonstra que dentro da Funai, ao longo do tempo, a política indigenista e a questão da reserva de terras foram atravessadas por múltiplas ideias, contradições e conjunturas, o que envolveu também o próprio tratamento dado à questão das remoções. Além disso, se entre 1969 e 1972 a questão era remover ou não os grupos do vale para a Reserva Nambikwara, nesse contexto se tratava de fazê-lo para a área interdita no Vale do Guaporé.

O posicionamento de Price sobre as remoções exemplifica um pouco essa dimensão. Price, antes de trabalhar como coordenador do Projeto Nambiquara e, portanto, de ser responsável direto pela assistência àqueles indígenas, era contra a realização de remoções, como demonstra seu relatório de 1969, no qual sugere a criação de múltiplas reservas para os Nambiquara do Vale do Guaporé⁵³⁴. No entanto, a sua vivência cotidiana no projeto, vivendo no vale com os indígenas, sofrendo ameaças de fazendeiros, sem recursos suficientes para atender os grupos ou enfrentar a expansão das fazendas, parece ter sido fundamental para que passasse a defender como única saída possível, naquele momento, transferir os indígenas para uma área que considerava menos afetada pela devastação das fazendas.

Como João Pacheco de Oliveira pondera, apesar de frequentemente se pressupor que no fenômeno da tutela exista um código comum de condutas conhecidas e compartilhadas em um determinado grupo, em muitos casos as pessoas se distanciam desses padrões e agem de maneiras diversas⁵³⁵. É possível incorporar essa ideia de Oliveira tanto para pensarmos as formas diversas com as quais os indígenas lidaram com os processos de remoções e presença das fazendas em seus territórios quanto para as contradições e propostas diversas existentes dentro da Funai.

A defesa das remoções dos indígenas, como visto, era marcada por um forte discurso fatalista sobre as possibilidades de sobrevivência dos Nambiquara. É importante pensarmos o fatalismo, tanto na sua dimensão de descrever o processo de genocídio que se encontrava em curso sobre os Nambiquara e outros grupos étnicos, quanto em uma retórica política de atores sociais que viviam o cotidiano das pressões das fazendas, doenças e mortes que os Nambiquara sofriam pela expansão das agropecuárias em seu território e da sua devastação.

Além disso, as propostas e todo o debate da comissão estiveram marcados por um forte paternalismo em relação aos Nambiquara, deixando claro o caráter tutelar da ação indigenista. Price, por exemplo, ao ser indagado pela professora Lux Vidal sobre os Nambiquara terem

⁵³⁴ PRICE, 1969.

⁵³⁵ OLIVEIRA, 1988.

consciência dos riscos que representavam os avanços das fazendas, apresentou a seguinte resposta:

Estes índios não sabem o que aconteceu. A maioria deles não falam mais que vinte, quarenta palavras de português. Eles não reconhecem que esta é uma situação que vai continuar e que inevitavelmente vai derrubar todo o Guaporé, e que vai absolutamente acabar com o habitat tradicional deles. Eles simplesmente não têm ideia do poder da sociedade nacional. Eles não têm habilidades de prever o futuro. Eles ainda estão tentando viver as suas vidas tradicionais, apesar dessas coisas que estão acontecendo. Consciência do que está acontecendo, não⁵³⁶.

Um pouco depois, o antropólogo corrigiu sua fala, ponderando ao dizer que os grupos tinham sim bastante consciência da situação, com exceção dos Hahaintesu, que era justamente o grupo que parecia ser mais resistente a migrar para a área interdita⁵³⁷.

Expressando a posição tutelar, o presidente do órgão, Ismarth de Araújo, em sua fala, ao justificar a importância do debate sobre a situação dos Nambiquara, reforçou antigos estereótipos a respeito dos indígenas, como o mito da indolência e do primitivismo:

Recentemente, juntamente com diretor DGPT, nós sobrevoamos aquela área e, inclusive, pousamos numa fazenda. Fizemos um contato com um grupo indígena Nambiquara na pior situação possível, no maior primitivismo que possa existir com relação às comunidades indígenas. Numa dependência completa da fazenda. Nem roças de subsistência faz. Fazenda alimenta, inclusive, os índios. Estão numa situação cômoda, mas numa dependência absoluta. Sem assistência de qualquer espécie, inclusive de saúde, que encontramos uma índia, inclusive, com hepatite deitada no chão. Nem aquelas esteiras simples, que eles costumam fazer para deitar, existem naquela área. E isso aquele grupo deve ser o mesmo espelho dos outros grupos espalhados que estão vivendo às custas de fazenda. Perdendo tudo o que tem de padrões de cultura da própria comunidade⁵³⁸.

Vistos como preguiçosos, primitivos ou sem “consciência” da complexidade da situação, para membros da Funai era o dever da fundação representar os seus interesses. Essa relação era explicitamente conceituada como “dependência” pelo próprio presidente do órgão. Em sua fala na reunião, disse ser preferível aos indígenas estarem dependentes da Funai do que das fazendas, expressando assim retórica de acordo com o regime tutelar⁵³⁹.

Assim, é interessante destacar que a tutela como dominação é fundada na ideia da superioridade do tutor, nesse caso a Funai, em relação ao tutelado, que aqui se trata dos Nambiquara, e na necessidade de assistir aos seus interesses, como destaca João Pacheco de Oliveira:

⁵³⁶ FUNAI, Op. cit.

⁵³⁷ Ibid.

⁵³⁸ Ibid.

⁵³⁹ Ibid.

São essas as duas suposições básicas sobre as quais se assenta a necessidade desse mandato: **1) o tutelado não é plenamente capaz de defender, expressar ou mesmo conhecer os seus reais interesses, havendo necessidade de alguém que atue ou decida em seu lugar para evitar que ele sofra ou seja lesado em consequência de atos que outros com ele concluíram;** 2) o tutelado não domina plenamente os códigos da sociedade nacional, necessitando de alguém que o oriente, mostrando os modos corretos de proceder em cada situação, disciplinando os seus modos de manifestação e evitando que ele transgrida as normas e entre em choque com direitos, valores ou interesses alheios⁵⁴⁰. (grifo nosso)

Os proponentes das “soluções” para a demarcação de território para os Nambiquara do Vale do Guaporé pretendiam, assim, ser porta-vozes dos interesses dos indígenas. Apesar de haver algum tipo de negociação entre membros do Projeto Nambiquara e os indígenas, no que se refere à possibilidade de migrarem para a área interdita, não há registros de que as etnias tivessem sido consultadas sobre o modelo de demarcação a ser realizado que contemplasse suas demandas e especificidades. Em nenhuma das propostas apresentadas na reunião do Conselho, de nenhum dos proponentes, se menciona que os indígenas tenham sido consultados sobre isso. Elas foram criadas com base na avaliação dos membros da Funai sobre o que entendiam como a melhor solução. Ainda assim, como mencionado, parecer ter havido alguma negociação, já que as decisões demandadas dos indígenas, pela Funai, se referiam a afirmativas ou negativas sobre migrarem para a área interdita, ou à escolha de terras dentro do território definido pela Funai como área legítima (a área interdita), mas não sobre onde desejavam que terras fossem demarcadas.

A Funai encontrava resistência da maior parte das etnias para migrarem à área interdita, onde possivelmente seria a área demarcada, o que dificultava a promoção de novas remoções. De acordo com Ismarth de Araújo, havia duas comunidades que se negavam a ir para a área interdita. Para ele, os indígenas não deveriam ser retirados à força de suas terras, mas a Funai precisaria de esforços para convencê-los, já que, segundo ele, era costume que os indígenas aceitassem a solução e depois retornassem aos seus territórios⁵⁴¹.

Naquele momento, segundo Price, eram quatro aldeias Hahaintesu, uma aldeia Alantesu, uma aldeia Wasusu, duas Waikatesu⁵⁴² e seis aldeias das etnias do Sararé⁵⁴³. Apesar de, em sua tese de 1972, afirmar que os grupos do Vale do Guaporé costumavam compor uma grande aldeia

⁵⁴⁰ OLIVEIRA, 1988, p.225.

⁵⁴¹ Ibid.

⁵⁴² Aqui Price se refere como Waikatesu àqueles grupos que costumavam ser chamados de Waisu em outros relatórios.

⁵⁴³ Os dados demográficos oferecidos por Price na reunião do Conselho são os seguintes: 26 pessoas Alantesu; 44 Wasusu; 22 Waikatesu; e 36 pessoas dos Sararé.

cada um, Price menciona a existência de múltiplas aldeias para a maior parte das etnias. Além disso, desses grupos, para ele, apenas os Hahaintesu e os Sararé não tinham interesse em migrar para a área interditada⁵⁴⁴.

Apesar da resistência existente em aceitarem a remoção, Price era otimista quanto aos Hahaintesu e Sararé migrarem para a nova reserva ao passar dos anos⁵⁴⁵. Já o antropólogo Agostinho Silva não acreditava na possibilidade dos Hahaintesu e parte dos Sararé mudarem. Cabe lembrar o que ele relata sobre um dos grupos Sararé: “A terra é deles desde tempo imemorial e dali não sairão sob pretexto algum, e se saírem voltarão da Área interditada [...]”⁵⁴⁶. Segundo ele, os Wasusu tinham o interesse em viver na área interditada, mas os Alantesu, Hahaintesu e Waisu não⁵⁴⁷.

Apesar do interesse predominante de transferir os indígenas e reservar a área interditada, a Funai enfrentava obstáculos legais para a execução dessas ações. Fazendeiros que tinham propriedades dentro dela iniciaram uma luta judicial contra a Funai para desinterditar a área e impedir a delimitação da terra indígena. Assim, cerca de 30% ou 40% da área encontrava-se subjúdice e a Funai não poderia transferir para lá os indígenas ou tomar qualquer outro tipo de ação na região enquanto não tivesse uma decisão legal⁵⁴⁸.

Um dos consultores jurídicos da Funai, chamado na assembleia pelo nome de Dr. Getúlio, acreditava que os processos demorariam cerca de oito ou dez anos, pelo menos. Apesar disso, não tinha muita esperança de que o órgão vencesse na justiça, já que o fato de a Funai ter fornecido certidões negativas às fazendas, negando a presença de índios naquele território, dificultava o reconhecimento da área como terra indígena⁵⁴⁹. Assim, de acordo com ele, a ação da Funai, naquele momento, estava sendo uma briga judicial pelo reconhecimento do artigo 198 da Constituição Federal de 1967, com base no argumento da preexistência da posse indígena⁵⁵⁰.

Segundo João Pacheco de Oliveira, terra indígena era uma categoria jurídica, definida pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6.001 de 10 de dezembro de 1973, que em seu artigo 17 elenca três tipos:

- a) Áreas de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas (adquiridas pela legislação civil: doações e aquisições de propriedade privada, por exemplo);
- b) As áreas reservadas (parques ou reservas demarcadas, bens inalienáveis da União);

⁵⁴⁴ Ibid.

⁵⁴⁵ Ibid.

⁵⁴⁶ SILVA, Op.cit.

⁵⁴⁷ Ibid.

⁵⁴⁸ FUNAI, Op.cit.

⁵⁴⁹ Ibid.

⁵⁵⁰ Ibid.

- c) “Terras tão-somente habitadas ou ocupadas pelos silvícolas” (de direito pelo artigo 198 da Constituição Federal de 1967, com ou sem demarcação, sendo bens inalienáveis da União).⁵⁵¹

Caso a Funai optasse pela disputa de criação de uma reserva, como essa definição não era baseada na ideia de ocupação tradicional ou imemorial, mas apenas de área destinada aos indígenas, ela deveria indenizar as fazendas que seriam expropriadas pela Justiça. Para Getúlio, as desapropriações custariam pelo menos 300.000.000 de cruzeiros e se abandonaria o artigo 198 da Constituição, afastando a argumentação de preexistência da posse indígena. Para Ismarth, a opção de desapropriação e criação de uma reserva seria renunciar ao habitat tradicional dos indígenas, e dependeria da Presidência da República, não da Funai, já que o órgão não teria os recursos para tal ação. A Funai pleiteava ainda junto à Presidência da República a possibilidade da criação da terra indígena por decreto presidencial⁵⁵².

A medida de expropriação, apesar de mais rápida que o processo baseado no artigo 198 da Constituição, é apontada por membros do Conselho como a mais onerosa para a Funai. Também por isso, além das preocupações humanitárias, para alguns membros do Conselho, transferir os indígenas para a área interdita e reservá-la não era uma saída interessante⁵⁵³.

Além da não existência de um consenso entre membros da fundação de como atuar em relação aos indígenas ou qual a forma mais apropriada de demarcar terras ou continuidade no modelo de ação, existiam limitações de caráter legal, de recursos e da própria autonomia do órgão indigenista dentro da burocracia do Estado. Como destaca João Pacheco de Oliveira:

É problemático tratar a FUNAI como uma instituição com uma unidade de ação, pois o ponto em que são tomadas as decisões básicas está situado fora de sua alçada, mais precisamente na articulação pela qual o Governo Federal determina o caráter de sua atuação. A escolha do titular do cargo de presidente da FUNAI (e a partir desse, o preenchimento dos principais cargos de direção no órgão), os arranjos financeiros e contábeis, a liberação da programação orçamentária regular, bem como as diretrizes políticas mais gerais procedem diretamente do Ministério do Interior. Não há continuidade administrativa, cada dirigente do órgão indigenista definindo uma linha própria de atuação, montando uma equipe nova de colaboradores e assessores, definindo as prioridades de sua administração e buscando captar no Ministério do Interior e em outros órgãos federais os recursos necessários para os programas que delineou. Além disso, cada gestão da FUNAI tem uma rede própria de aliados no âmbito do Poder Executivo, no universo político e econômico e junto à opinião pública⁵⁵⁴.

⁵⁵¹ OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

⁵⁵² FUNAI, Op.cit.

⁵⁵³ Ibid.

⁵⁵⁴ OLIVEIRA, Op.cit, p.39.

Diante de um quadro de limitações, sobretudo de caráter legal, se colocava como necessária uma saída que levasse em consideração aquela realidade de impossibilidade de transferências para a área interdita e necessidade de preservação do território Nambiquara. Alguns membros se opunham à ideia de realização de novas transferências, como Olympio Serra, Carlos Moreira Neto e Carmen Barros de Lima, argumentando a necessidade de a Funai defender os direitos territoriais indígenas e não beneficiar as fazendas da região. No entanto, a maior parte dos membros do Conselho defendiam a necessidade de transferências futuras dos Nambiquara para aquela área, bem como havia um consenso entre os dois grupos sobre a necessidade de preservar a área interdita e não interdita. Assim, o problema se tornava: o que fazer com os índios enquanto a área interdita não pudesse receber grupos transferidos? Como preservar a expansão das fazendas o território que ocupavam naquele momento?

As sugestões do Conselho transitaram principalmente entre aquelas propostas de demarcações já mencionadas. Mas uma das propostas venceu por unanimidade, inclusive com a anuência de Price: a que tentava preservar a área interdita e os territórios ocupados pelos Nambiquara do Vale do Guaporé naquele momento. A proposta acolhida foi da professora Carmem Barros de Lima, do sertanista Orlando Villas Bôas, do professor Fernando Altenfelder e do professor Carlos de Araújo Moreira Neto, que dizia o seguinte:

[...] efetuar em primeiro lugar; uma ação rigorosa da FUNAI em relação à área, não a área reservada, mas às outras áreas, abrindo imediatamente grandes roças, não estimulando os índios a abrir roças, mas fazendo a FUNAI, com utilização de trabalhadores e equipamentos modernos, devendo abrir grandes roças nas áreas florestais mais próximas às várias aldeias dos índios; segundo – a instalação nesses locais onde se abrirem roças de Posto de atendimento, onde funcionasse como centro de distribuição de alimentos, medicamentos, etc., e que tivesse um agente capaz de atrair os índios⁵⁵⁵.

Bem como a sugestão de Olympio Serra:

1º Aproveitar a área interdita pelo (Dec. 73.221, de 28.11.73), como área indígena Nhambikwara do Sararé e como válvula de escape para futuros problemas. 2º Manter as áreas indígenas no restante do Vale do Guaporé, em limites mínimos necessários, dada a impossibilidade atual de um território contínuo⁵⁵⁶.

A síntese dessas proposições foi apresentada pelo professor Roque de Laraia, fechando então os debates sobre a situação Nambiquara. A Funai deveria, a partir daquele momento:

⁵⁵⁵ Ata da primeira sessão do Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio, realizada nos dias vinte e sete e vinte e oito de mil novecentos e setenta e cinco. Fundação Nacional do Índio, 1975, p.27. Acervo Isa.

⁵⁵⁶ Ibid.

I)- “Paralizar [sic] as expansões das fazendas, através da contestação jurídica de posse por parte dos fazendeiros de terras que, tradicionalmente, pertencem aos índios”; “II)- lutar pela defesa da área interdita, a fim de possibilitar a transferência dos Índios, proporcionando-lhes viver, num território contínuo”⁵⁵⁷.

Essa proposição de lutar judicialmente pela área interdita e parar a expansão das fazendas no restante do Vale do Guaporé trazia subjacente o interesse de que os indígenas fossem futuramente concentrados na área interdita quando os impedimentos legais fossem retirados. A ideia de abrir grandes roças tinha um duplo objetivo: fortalecer a presença indígena na região, para o enfrentamento na justiça; e transferir a “dependência” que os indígenas supostamente tinham em relação às fazendas para a Funai⁵⁵⁸.

Além disso, não há qualquer menção a tentativas de delimitação de terras indígenas para os Nambiquara do Vale do Guaporé fora da área interdita. A defesa desse território se daria através da disputa judicial pela nulidade das propriedades e não pela demarcação de terras necessariamente. Nesse sentido, Ismarth de Araújo estaria também negando a concessão de qualquer certidão negativa a fazendas até que o processo estivesse terminado.

A manutenção do território fora da área interdita não era o fim, mas sim um meio necessário para que os indígenas sobrevivessem até que a área interdita fosse demarcada e que tivessem uma área para onde pudessem retornar, caso necessitassem. Como visto, a questão das transferências não foi abandonada; pelo contrário, esteve o tempo todo presente.

É importante destacar, como já mencionado no capítulo anterior, que a política de remoções contrariava os direitos indígenas, mas era vista pela presidência da Funai e por muitos de seus funcionários como um mal necessário, explicitando também o caráter emergencial das ações do órgão. Tal fato foi reconhecido pelo próprio Ismarth de Araújo, em sua entrevista para o documentário *O Brasil grande e os índios gigantes*, ao comentar sobre a remoção dos Panará para o Parque Indígena do Xingu:

O Estatuto do Índio diz que qualquer remoção de um núcleo indígena de seu habitat de origem para outra área tem que ser mediante ato do Presidente da República. Está no Estatuto do Índio. Eu estava vendo índio morrer em contato com a estrada, com os trabalhadores da estrada. Eu digo: vou fazer um expediente burocrático? Vou fazer uma solicitação ao ministro? O ministro estudar e mandar para o Presidente da República, para sair um decreto que transfira um grupo indígena de um lugar para o outro? Eles vão acabar com todo o resto do índio que estava lá naquela estrada. Transfere! Transfere! Orlando, transfere! Orlando transferiu! E não deu problema nenhum (risadas). **Acho que ninguém estava em dia com o Estatuto do Índio**

⁵⁵⁷ Ibid, p-27-8.

⁵⁵⁸ FUNAI, op.cit.

naquela ocasião, né? (Incompreensível) Mas ali era um caso de emergência, de necessidade que não pode estar subordinada a uma burocracia!⁵⁵⁹ (grifo nosso)

A fala do ex-presidente da Funai, Ismarth de Araújo, o mesmo que autorizou a remoção dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu para a área interdita, é explícita e bastante exemplar da forma como a Funai operacionalizava a política indigenista do órgão, administrando os assuntos e interesses indígenas sempre movido pelas crises, reagindo a uma *situação de emergência*⁵⁶⁰. Essa foi a tônica das ações em relação aos Nambiquara, tanto na atuação indigenista cotidiana do Projeto Nambiquara, sem recursos materiais e humanos para atender apropriadamente os indígenas, quanto na tentativa de resolução da demarcação de terras.

O cotidiano da política indigenista para os Nambiquara era muito mais uma resposta prática a situações de emergência, realizada muitas vezes por ações improvisadas, do que a materialização de um planejamento. Não que não houvesse quaisquer planejamentos. Como vimos, eles existiam e eram pensados sobretudo por David Price, que se encontrava à frente da coordenação do Projeto Nambiquara. No entanto, na prática, por falta de recursos e pressões, esses planos não eram plenamente realizados. Entre a teoria, o planejamento e a prática, não havia uma relação necessária, pois o cotidiano era atravessado por experiências históricas não planejadas.

Convém retomarmos a discussão de João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner de Almeida sobre “o administrar por crises” da Funai. Para os autores, era comum as ações do órgão funcionarem como uma resposta a uma situação de emergência. Eles chamam a atenção para essa dimensão da política indigenista, ao terem investigado a documentação de processos de identificação de terras indígenas.

O que havia em comum em todos os documentos analisados, segundo eles, e o que podemos observar também nas falas dos presentes na reunião do Conselho Indigenista e em relatórios dos antropólogos, é uma grande preocupação em ressaltar a gravidade da situação em pauta, sendo destacados nesses documentos, inclusive, a possibilidade de uma tragédia e, por isso, a necessidade de uma ação urgente, para que não houvesse consequências catastróficas para os índios e para a própria Funai. Assim:

Esse esquema se constituiu em uma verdadeira lei de funcionamento da FUNAI no sentido de gerar regularidades de ação e dar conta de recorrências aí verificadas, muito embora não se explicita no plano das normas burocráticas. Os próprios operadores

⁵⁵⁹ MICHILIS, Aurélio. O Brasil Grande e os Índios Gigantes. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S9kWU9ffVgg&t=1701s>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

⁵⁶⁰ OLIVEIRA, Op.cit.

dessa máquina (indigenistas, índios e funcionários) já aprenderam tal fato e oralmente transmitem esse conhecimento aos não-iniciados através de uma máxima utilitária: “A FUNAI só atua sob pressão”⁵⁶¹.

Foi assim, atuando sob pressão, que Price e Sílbene atuavam no Projeto Nambiquara, e que foram realizados os debates e as propostas no Conselho Indigenista para a resolução da situação de terras dos Nambiquara do Vale do Guaporé. Podemos observar isso em falas e escritos de Price, Sílbene, Agostinho Silva e até do presidente do órgão, Ismarth de Araújo, que justificavam a necessidade de resolução pela gravidade da situação dos indígenas ou da possibilidade de desaparecimento do grupo linguístico (no caso do indigenista e dos antropólogos citados).

De acordo com os autores, na prática, era a gravidade atribuída ao caso que determinaria o ritmo da atuação indigenista, sempre voltada para a crise do momento “que polariza as preocupações até serem relativamente aliviadas as tensões, ainda que a solução do caso esbarre em dificuldades por ora incontornáveis e entre em ritmo de espera”⁵⁶². Desse modo:

Localizando-se no outro pólo, o pragmatismo e o catastrofismo são os propulsores do administrar por crises. Em muitos momentos o órgão indigenista mais parece uma nau que, sem timoneiro ou plano de navegação, prossegue a sua viagem em um mar extremamente encapelado. Todo o esforço da tripulação se resume à tentativa de não submergir na próxima onda, avaliando um funcionário ou uma política exclusivamente por suas repercussões diretas na última crise⁵⁶³.

Finalmente, o processo de demarcação de terras não ocorreu como a resolução do Conselho indigenista, nem mesmo de acordo com as sugestões oferecidas por Pedro Agostinho no relatório *Projeto Nambikwara – relatório de avaliação*. De acordo com o *Relatório de viagem às áreas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé-MT*, assinado por Maria Helena Amorim, Reinaldo Florindo, Sílbene de Almeida, Ana Cecília Cardim e Hildegart Rick, em 1976 o antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel foi ao Vale do Guaporé para formular alternativas à resolução da questão das terras Nambiquara. Das alternativas sugeridas, a escolhida pela Funai foi a que previa a delimitação de áreas independentes para os Wasusu, Alantesu e Hahaintesu. A escolha foi implementada, abandonando-se grande parte da área interdita, desinterditando, em 1977, parte da área do Sararé por meio do Decreto nº 79.095 de 05 de janeiro de 1977 ⁵⁶⁴.

⁵⁶¹ Ibid, p.70.

⁵⁶² Ibid, p.72.

⁵⁶³ Ibid. p.73-4.

⁵⁶⁴ FUNAI. Relatório de viagem às áreas indígenas nambikwara do Vale do Rio Guaporé-MT. Brasília: Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, 1981. Núcleo de Documentação DPT/Funai.

Após essas áreas delimitadas, foram demarcadas pequenas áreas em 1978 para os Nambiquara do Vale do Guaporé, para atender os interesses das fazendas, mudando-se a configuração das áreas de 1976. Em 1977, foi constituído um grupo de trabalho para definir a área do Sararé. A proposta era a diminuição dela, mas não chegou a ser homologada. Em 1978, a Funai reavaliou as áreas delimitadas em 1976, para se adequarem às fazendas. Não foi proposta uma área para os Waikisu e Alakatesu⁵⁶⁵ “por falta de material cartográfico adequado”⁵⁶⁶.

No processo de demarcação em 1978, a área Hahaintesu foi modificada por pressões da COFAP, CONGUAPE e CONFAP, ficando com uma área de cerca de 22.250 ha. As pressões também foram sentidas no processo demarcatório dos Alantesu, suspenso pela Agropecuária Estrela do Guaporé, terminando os indígenas por ficarem com uma área aproximada de 10.830 ha. Os Wasusu, também pressionados pelas fazendas, tiveram demarcados 14.250 ha⁵⁶⁷.

Nesse processo teriam sido desconsiderados os padrões culturais dos grupos, áreas importantes para subsistência e cavernas sagradas, contrariando o Estatuto do Índio⁵⁶⁸. Não é possível afirmar, com base nesse documento, se houve redução das áreas delimitadas, porque não são oferecidos dados sobre o tamanho delas anteriormente. No entanto, afirmam os autores do relatório que os territórios foram limitados à proximidade das aldeias dos grupos.

Já em 1979, foi instituída outra equipe para reestudar as áreas Nambikwara. Foi proposta uma área para as etnias do Sararé e uma área contínua para os Alantesu, Hahaintesu, Wasusu e Waikisu/Alakatesu. O relatório antropológico não foi apresentado e os Nambiquara ficaram com os territórios nas configurações que já se encontravam⁵⁶⁹.

A demarcação das pequenas áreas para os Manairisu, levada a efeito pela FUNAI em 1978 (Edital de Concorrência Pública nº 002/78 – FUNAI, de 14.11.78), desconsiderou totalmente os padrões culturais do grupo, sua adaptação ecológica e a legislação vigente e respeito de comunidades indígenas. Limitando seu território às proximidades da aldeia, foram excluídas áreas indispensáveis à sua subsistência, onde exercem as atividades de caça, pesca, e coleta, contrariando o Art.23, do Estatuto do Índio: “Considera-se posse do índio ou silvícola, a ocupação efetiva da terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém, onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil”⁵⁷⁰.

⁵⁶⁵ É provável que esses grupos fossem os chamados por Waisu e Waikatesu em outros documentos.

⁵⁶⁶ Não há menção aos Waisu ou Waikatesu no relatório de viagem de 1981.

⁵⁶⁷ Ibid.

⁵⁶⁸ Ibid.

⁵⁶⁹ Ibid.

⁵⁷⁰ Ibid, p.25-6.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, novas configurações territoriais ocorreram a partir de novos processos de demarcações influenciados, em grande parte, pelas exigências do Banco Mundial, com a pavimentação da BR 364 e a construção da sua variante, a BR 174. Primeiro, se propôs a demarcação de uma área contígua no Vale do Guaporé, abrigando o território de parte dos grupos, com exceção dos Katitaulhu, para os quais foi criada uma área ao sul do Sararé. Posteriormente, foram identificadas e incorporadas à Terra indígena Vale do Guaporé outras terras indígenas Nambiquara: Lagoa dos Brincos, Pequizal e Taihãntesu. De acordo com Anna Maria Costa:

Lagoa dos Brincos é o lugar onde os Mamaindê e Negarotê coletam uma concha destinada à confecção de brincos, de uso feminino e masculino. Orivaldo Nambiquara, um Halotesu, expressou a importância desse adorno para esses índios, comparando-o à importância que os Manduca, grupo Nambiquara da Serra do Norte, dão ao machado de pedra. A Terra Indígena Pequizal foi criada com o objetivo de proteger o fruto do pequi (*Caryocar brasiliense St. Hil.*), o elemento primordial que solidifica a identidade cultural dos Alantesu e que o autodenomina como o *povo do pequi*. Nessa área há uma extensa reserva nativa de pequizeiros, cujos frutos, depois de cozidos, destinam-se à produção de uma bebida muito apreciada por eles. Taihãntesu, local onde encontram-se as cavernas sagradas, é, para o grupo Wasusu, a morada das almas após a morte⁵⁷¹.

É possível dizer que os desdobramentos do processo demarcatório das terras Nambiquara reforçam os argumentos já apresentados de que a Funai não tinha um projeto consistente para esse grupo indígena, seguindo um padrão de atuação que “administrava por crises” e ao sabor delas. Pressionada pelas fazendas, o órgão decidiu demarcar pequenos territórios para os Nambiquara do Vale do Guaporé, ignorando todas as discussões do Conselho Indigenista e as resoluções tiradas daquela reunião, evidenciando que atuava sob um “paradoxo da tutela” que tentava servir aos indígenas, mas ao mesmo tempo servia aos interesses dos fazendeiros.

Promover remoções esteve no horizonte de expectativas do presidente da Funai, Ismarth de Araújo, e de vários dos funcionários e consultores do órgão, mas era uma medida limitada pelas pressões das fazendas estabelecidas na área interdita. Além disso, enfrentavam a resistência das próprias etnias que não desejam deixar seus territórios tradicionais, onde viviam e estavam enterrados seus antepassados.

⁵⁷¹ COSTA, Op.cit., p.54.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa pretendeu investigar a política indigenista de remoções da Funai, na ditadura militar, para com os Nambiquara do Vale do Guaporé – Wasusu, Alantesu, Waikisu/Waikatesu e Hahaintesu – buscando compreender de que forma esses indígenas lidaram com esses processos e expansão de grandes agropecuárias sobre seus territórios tradicionais, entre os anos de 1968-1975. Pretendemos demonstrar a hipótese principal que os Nambiquara do Vale do Guaporé agenciaram estratégias diversas de resistência e negociação diante de uma política indigenista aparelhada pelos interesses de grupos agropecuários, e que atuava sob um *paradoxo ideológico da tutela* e por um *administrar por crises*.

Os Nambiquara foram ao longo desses séculos chamados por diferentes nomes – Cavihís, Cabixis, Cabixi-u-a-jurury, Beiços-de-Pau, Maimbarés, Uaikoákorê, entre outros – até o nome Nambiquara se popularizar com a Comissão Rondon. No entanto, Cabixis era o principal nome com o qual se referiam aos indígenas do Vale do Guaporé.

Vimos que os Nambiquara do Vale do Guaporé, chamados de “Cabixi”, estiveram em contato com a sociedade não indígena desde a segunda metade do século XVIII, que parece ter se retraído entre o final do século XIX e o início do século XX. Esse relacionamento com regionais, quilombolas e administração colonial foi marcado por conflitos, tentativas de aldeamentos e bandeiras nos séculos XVIII e XIX. Pela resistência que impunham à presença de não indígenas que mineravam e exploravam a poaia em seu território, foram considerados no século XIX, por alguns, como responsáveis pela decadência de Vila Bela de Santíssima Trindade e outras vilas.

Já no século XX, não há registros dos Nambiquara do Vale do Guaporé terem entrado em contato com a Comissão Rondon. O Serviço de Proteção aos Índios também não atuou entre eles, apesar de ter tentado criar um posto na região do Sararé em 1919, que nunca atraiu nenhum indígena da região. Ademais, missionários de confissão protestante começaram a se estabelecer na região e desenvolver atividades de evangelização e assistência à saúde dos Nambiquara do Vale do Guaporé, nas décadas de 1950 e 1960. Foi a partir da década de 1960, com a construção da BR 364 (Cuiabá – Porto Velho), mas sobretudo no período de ditadura militar, que os Nambiquara daquela região passaram a ser afetados pela política indigenista e pelo avanço das fazendas, com subsídios e isenções fiscais oferecidos pelo Estado a agropecuárias e concessão de certidões negativas pela Funai. Apenas na ditadura, após a criação da Reserva Nambikwara em 1968 que se realizou, de fato, uma política indigenista orientada para aqueles grupos.

Apesar de antropólogos passarem pelo território dos Nambiquara, a exemplo de Roquette-Pinto e Lévi-Strauss, David Price aparentemente foi o primeiro antropólogo a trabalhar aspectos da cultura Nambiquara do Vale do Guaporé em sua tese. Como apresenta, os Nambiquara viviam tradicionalmente em três regiões ecologicamente distintas (Serra do Norte, Chapada dos Parecis) e falavam três línguas diferentes, mas inteligíveis entre si (Sabanê, Nambiquara do Norte e Nambiquara do Sul), da família linguística Nambiquara. Além disso, possuíam características organizacionais semelhantes, mas também distintas. Era comum entre os grupos das três regiões que a liderança se baseasse na habilidade do membro da aldeia e na quantidade de genros, que possuísem hostilidades e alianças entre si, o que demandava certa distância territorial entre os grupos.

Os nomes dos grupos étnicos e de seus membros estavam associados ao território de nascimento, estabeleciam suas aldeias próximas de onde seus mortos estavam enterrados e costumavam reocupar antigos locais de aldeia e de roças. Eram distintos os territórios ocupados e a forma de organização de aldeias, além do padrão alimentar: enquanto os grupos do Cerrado, por exemplo, ocupavam locais de campo com pouca mata, os grupos do Vale do Guaporé viviam em locais de florestas com poucas faixas de cerrado e costumavam montar grandes aldeias para uma mesma etnia, diferente de grupos do cerrado, que possuíam mais de uma aldeia para o mesmo grupo étnico.

O padrão alimentar também diferia entre grupos do Vale do Guaporé e da Chapada dos Parecis, no cerrado: os primeiros baseavam sua alimentação na cultura do milho, principalmente, enquanto o segundo em caça, coleta e plantio da mandioca, por menor disponibilidade de terrenos férteis. Além disso, possuíam diferenças linguísticas e culturais, como forma de ornamentação e vestimenta. Todos esses foram aspectos importantes para o fracasso dos processos de remoções.

O primeiro processo de remoções dos Nambiquara do Vale do Guaporé, dos Wasusu e Alantesu, para a Reserva Nambiquara, entre 1972 e 1973, esteve ligado ao beneficiamento dos interesses de grupos agropecuários, sobretudo pecuaristas, pela Funai e pelo Ministério do Interior. A criação da Reserva Nambikwara em 1968 e a concomitante concessão de certidões negativas oferecidas pela Funai às agropecuárias, bem como as concessões, foram ações que expressam esse beneficiamento.

Como foi reconhecido por funcionários do órgão e membros da sociedade civil, nos diversos documentos trabalhados aqui, e como o próprio decreto de criação da Reserva Nambikwara sugere, havia o interesse desde a criação da reserva em remover para aquela região todos os grupos Nambiquara fora de seus limites.

Existia outra proposta, contrária à ideia de concentrar os Nambiquara em uma mesma reserva e remover as etnias do Vale do Guaporé de seus territórios tradicionais, que foi apresentada por Olympio Serra em março de 1970 e pela Comissão de Estudos Territoriais em fevereiro de 1971, à presidência do órgão e ao chefe do DGPI, respectivamente. A proposta, baseada em sugestões de David Price, apresentada em relatório de 1969, consistia que fossem criadas múltiplas reservas nos próprios territórios onde os Nambiquara do Vale do Guaporé viviam. Nesses ofícios, os funcionários indicavam a existência de conflitos tradicionais entre os Nambiquara, bem como a existência de diferenças culturais e linguística e a incompatibilidade ecológica dos territórios da Chapada dos Parecis e do Vale do Guaporé. O relatório da Comissão apontava ainda os efeitos negativos para os indígenas da presença das agropecuárias no Vale do Guaporé.

Certidões negativas foram fornecidas pela Funai para agropecuárias em área de território tradicionalmente ocupado pelos Nambiquara do Vale do Guaporé, cujos possíveis limites desse território tradicional eram de conhecimento do órgão, como indica o ofício de Olympio Serra de 1970. Mesmo assim, certidões negativas continuaram sendo fornecidas, a exemplo da certidão negativa concedida pelo general Bandeira de Mello, presidente do órgão, à Agropecuária Guaporé Galera S/A em 1971.

Mesmo com as informações sobre a diversidade étnica dos Nambiquara e seus territórios tradicionais distintos ecologicamente, a Funai, durante a gestão de Bandeira de Mello, removeu os Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara entre 1972 e 1973. Essas remoções, assim como a concessão de certidões negativas, violaram direitos territoriais, causaram mortes, doenças e fome dos Nambiquara do Vale do Guaporé. Ainda assim, os Wasusu e Alantesu resistiram, retornando ao seu território tradicional e disputando espaço com as fazendas. A ligação entre identidade étnica e território ancestral, a incompatibilidade ecológica dos dois territórios, que não permitia, por exemplo, que os grupos praticassem a cultura do milho, foram elementos fundamentais para que as remoções tenham sido malsucedidas e os indígenas retornassem ao seu território tradicional.

Após o fracasso do primeiro processo de remoções e o retorno dos Wasusu e Alantesu aos seus territórios tradicionais, a Funai, na gestão de Ismarth de Araújo, tomou novas medidas para lidar com a situação dos Nambiquara em 1974. A primeira medida foi a criação de uma área interdita ao sul do Vale do Guaporé, no Vale do Sararé, que tinha por objetivo a atração de indígenas Nambiquara para a área e uma futura delimitação. A outra medida foi a criação do Projeto Nambiquara, por sugestão do chefe de Olympio Serra, então chefe do DEP, a ser

coordenada por David Price, antropólogo que possuía um longo relacionamento com os Nambiquara, bem como grande conhecimento sobre eles.

Como visto, o Projeto Nambiquara contava apenas com David Price como coordenador, e os chefes dos postos indígenas, que no Vale do Guaporé era Sílbene de Almeida, apesar de contar com certo apoio da Sucam e de equipes de saúde da Funai, e outros departamentos. Esse contingente de pessoal limitava a atuação do projeto no atendimento de todos os grupos Nambiquara, fator que, junto à falta de verbas, vacinas e medicamentos impossibilitava a realização de atividades básicas no atendimento à saúde dos indígenas. Tanto Price quanto Sílbene, em seus relatórios, criticavam a Funai por não oferecer condições apropriadas à realização do projeto no Vale do Guaporé, chegando Sílbene a chamar de genocídio a situação dos Nambiquara, em um dos seus relatórios.

No cotidiano, os funcionários do Projeto Nambiquara, com recursos humanos e financeiros limitados, administravam por crises, tentando amenizar as consequências da presença das fazendas com as possibilidades que tinham de atuação. Exemplos de ação que se inserem nesse “administrar por crises”, operando em situações de emergência, foram as remoções dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu para a área interdita, em 1974 e 1975. David Price entendeu que era melhor afastar os indígenas do convívio com as fazendas estabelecidas no território tradicional dos indígenas, aparentemente sem avaliar as consequências de aproximar grupos rivais e levá-los para uma área endêmica de malária.

Na improvisação do dia a dia, o projeto contava com o auxílio dos missionários e até mesmo de fazendeiros, que auxiliaram a remoção dos Waikisu/Waikatesu e dos Hahaintesu para a área interdita e, em alguns casos, prestavam atendimento médico aos indígenas, o que tornava a atuação indigenista e as relações interétnicas mais complexas. Em todo o Vale do Guaporé havia fazendas possuidoras de certidões negativas, oferecidas pela Funai, até mesmo dentro da área interdita.

Os Nambiquara do Vale do Guaporé, ao serem afetados por uma política de assistência de saúde ineficiente, contraíam e morriam por malária, gripe, sarampo, tuberculose, doenças bronquiais, desintéria, entre outras doenças. Os dados oferecidos por Price indicam o aumento da mortalidade dos indígenas entre 1969 e 1975, sobretudo dos Alantesu, de mulheres e crianças.

Nesse quadro de presença das agropecuárias, de aumento das doenças e de desorganização do sistema alimentar e do ecossistema local, os grupos avaliaram os processos de formas distintas e agiram de acordo com as possibilidades da conjuntura. Os Waikisu se negaram a ir para a área interdita, quando houve o segundo processo de remoções, os

Waikisu/Waikatesu e os Hahaintesu foram para a área. Os Hahaintesu regressaram para o seu território por causa do conflito com uma das etnias Sararé. Retornaram ao seu território tradicional e ali reorganizaram suas aldeias, suas vidas, disputando o espaço com as fazendas e serrarias, assim como faziam os Wasusu e Alantesu. Os Waikisu/Waikatesu, após passarem por perdas humanas decorrentes de uma epidemia de malária, até o final daquele ano, preferiram ficar com missionários da MCB e não retornarem para a área interdita ou ao seu território tradicional ocupado por fazendas.

No cotidiano, além de retomarem seus territórios e reorganizarem suas vidas apesar da violência, fome, mortes e doenças, os Nambiquara do Vale do Guaporé resistiram e criaram estratégias de sobrevivência distintas: entraram em conflito com fazendeiros, flechando o gado, atacando barracões; ameaçavam os fazendeiros; negociavam a assistência de saúde com funcionários das fazendas; realizavam trocas de alimentos com membros das fazendas; se negavam a sair do seu território e se estabeleciam próximo a missionários que cuidavam dos doentes. Às vezes, várias dessas estratégias eram assumidas por um mesmo grupo étnico, a exemplo dos Hahaintesu que procuravam ajuda na fazenda Zillo, mas que plantaram roça em uma derrubada realizada pela Agropecuária Vale do Guaporé, e flechavam o gado da mesma agropecuária. Avaliavam, assim, com quem podiam negociar ou não.

A questão de terras tinha centralidade nas preocupações do Projeto Nambiquara. Reservar a área interdita e levar os indígenas para aquele território era visto como a principal solução para a situação dos Nambiquara do Vale do Guaporé naquele momento. Apesar de Price traçar uma metodologia de atuação e estabelecer objetivos, pelas circunstâncias cotidianas e condições de funcionamento, o projeto não alcançou todos os seus objetivos ao final de 1975: a prevenção de doenças, pela falta de pessoal, medicamentos e regularidade da vacinação realizada pela equipe de saúde da Funai; e a resolução da situação das terras da área interdita, por exemplo, não foram bem-sucedidas.

A gravidade da situação dos Nambiquara do Vale do Guaporé foi reconhecida pelo próprio Ismarth de Araújo, em reunião do Conselho Indigenista da Funai, ocorrido em outubro de 1975. A resolução da situação de terras dos Nambiquara daquela região era a pauta principal das reuniões do Conselho. Nas palavras do próprio presidente da fundação, a situação dos Nambiquara era uma das mais difíceis para a Funai lidar naquele momento.

Os debates ocorridos na reunião, que contou com a presença de representantes de ministérios, diretores da Funai, sertanistas, antropólogos e missionários, bem como os relatórios de David Price e de Agostinho Silva, mostram que havia uma disputa sobre o modelo de delimitação de terras a ser adotado para os Nambiquara do Vale do Guaporé. Esses projetos se

referiam principalmente a duas opções: demarcar um território contíguo na área interdita, que dependeria de novas remoções; ou demarcar pequenas áreas não contíguas no território ocupado pelos grupos naquele momento. Assim, não havia um consenso sobre o modelo de demarcação a seguir, como não havia sobre a viabilidade e legitimidade da realização de novas remoções, apesar dessa alternativa ter tido maior acolhida entre os presentes.

Apesar de parecer haver algum tipo de negociação entre a Funai e os indígenas para que migrassem para a área interdita, não há qualquer menção sobre os mesmos terem sido consultados a respeito do modelo de demarcação que atenderia às suas demandas e necessidades, expressão do regime tutelar. Além disso, parte dos grupos se negava a mudar para a área interdita, e assim deixar seus territórios de ocupação tradicional, a exemplo dos Hahaintesu e os Sararé.

Os debates do Conselho também mostram como a Funai não tinha autonomia no processo demarcatório e possuía limitações legais, em boa parte causadas pela produção de certidões negativas concedidas a agropecuárias em anos anteriores. Havia, portanto, uma grande pressão das agropecuárias que ocupavam todo o Vale do Guaporé, tanto para remover os indígenas de seu território tradicional quanto para não o fazer.

O órgão administrava por crises, atuava em situações de emergência, e o debate sobre a necessidade de demarcação de terras para os Nambiquara do Vale do Guaporé não foi diferente. A própria reunião do Conselho ocorreu em um contexto em que havia uma disputa na Justiça sobre o processo demarcatório, iniciado pelos fazendeiros que contestavam os limites da área interdita. Assim, a Funai buscava a melhor alternativa legal e financeira para ela, entre indenizar os fazendeiros ou argumentar a ocupação tradicional dos indígenas naquele território. No final, na prática, as resoluções do Conselho, que se tratavam de aproveitar a área interdita e manter as áreas indígenas no restante do Vale do Guaporé em limites mínimos necessários, não foram seguidas, tendo em vista que as terras delimitadas em 1976 excluíram parte da área interdita.

É possível concluir que a política indigenista entre 1968 e 1975, sob as administrações de José de Queirós Campos, general Oscar Bandeira de Mello e general Ismarth de Araújo Oliveira, foi uma política indigenista que violou direitos territoriais e humanos dos Nambiquara do Vale do Guaporé. Violações essas cometidas sejam por ações projetadas, como as remoções dos Wasusu e Alantesu para a Reserva Nambikwara entre 1972 e 1973, ou por ações desesperadas, desorganizadas, como as remoções dos Hahaintesu e Waikisu/Waikatesu para a área interdita em 1974 e 1975, ou pela negligência de departamentos da Funai que não ofereciam medicamentos, vacinas e pessoal suficientes para a assistência de saúde aos

indígenas, que era realizada pelo Projeto Nambiquara. Assim, se o primeiro processo de remoções se encontrava na lógica de desenvolvimentismo, organizada para dar espaço às agropecuárias que recebiam as certidões negativas da Funai, o segundo processo de remoções dos indígenas para a área interdita parece ter sido uma forma de “administrar por crises”, uma reação da Funai a uma situação de emergência, sem que houvesse uma avaliação das consequências, de forma que a violação territorial era tolerada como possibilidade de sobrevivência imediata dos Nambiquara. Por pressões das agropecuárias e da Funai, parte dos Nambiquara do Vale do Guaporé foram exilados de seus territórios tradicionais.

A Funai, de seus presidentes a indigenistas, possuía o conhecimento da gravidade da situação dos Nambiquara do Vale do Guaporé, resultado da expansão das agropecuárias, antes e depois dos processos de remoções. A questão da diversidade étnica, das diferenças ecológicas dos territórios, das hostilidades existentes entre alguns grupos, bem como da incidência de malária na área interdita, era de conhecimento da fundação.

Apesar disso, não houve um único modelo de política indigenista para os Nambiquara do Vale do Guaporé durante esses anos, embora as remoções tenham ocorrido em duas gestões, de general Bandeira de Mello e general Ismarth de Araújo, e aparecessem frequentemente nos discursos como uma alternativa possível para resolver situações de crise. Ainda assim, havia vozes dissonantes dentro da Funai sobre a realização delas, bem como existiam projetos conflitantes a respeito da demarcação de terras e funcionários que criticavam a instituição, como por exemplo os próprios David Price, Sílbene de Almeida e Olympio Serra.

Já os indígenas, resistiram, estabelecendo diversas estratégias de sobrevivência: se negando a sair dos seus territórios tradicionais ou retornando a eles após as remoções, realizando ameaças e ataques às fazendas, assim como negociando com o pessoal das fazendas e buscando o auxílio de missionários. Resistiram também reorganizando a vida das suas aldeias em seus territórios, apesar do avanço dos pastos e das derrubadas realizadas pelas agropecuárias. Eles agiam de acordo com as experiências históricas que viveram, pelas possibilidades de atuação, visões de mundo e significações que fizeram dos processos. Nesse sentido, a relação entre identidade e território ancestral era fundamental, também eram importantes as dimensões ecológicas, políticas e culturais.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas*. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v. 37, p. 10.1590/1806-93, 2017.

_____. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013 2. ed.

_____. “História e Antropologia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 151-168.

ARAÚJO, Rayane Barreto de. *O relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968)*. Espaço Ameríndio (UFRGS), v. 12, p. 213-250, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/83428>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, volume 1. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006.

BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na Funai (1964-1969)*. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2016.

BARROS, José D’Assunção. *A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos*. Cadernos de História, Minas Gerais: v.12, n.16. ISSN: 2237-8871, 2011.

BARTH, Frederick. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras In _____: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro. Contra Capa, 2000.

BIGIO, Elias dos Santos. *A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990)*. Revistas de Estudos e Pesquisas – FUNAI, v. 4, n. 2, p. 13-93, 2007. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n2/Artigo_1_Elias_Bigio_A_acao_indigenista_brasileira_sob_a_influencia_militar_e_da_NovaRepublica_\(1967-1990\)1.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n2/Artigo_1_Elias_Bigio_A_acao_indigenista_brasileira_sob_a_influencia_militar_e_da_NovaRepublica_(1967-1990)1.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002.

BOCCARA, Guillaume. *Antropologia diacrônica*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, revista eletrônica, Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2005. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/589>>. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. *Mundos nuevos em las fronteras del Nuevo Mundo*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, revista eletrônica, Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/426>>; Acesso em: 28 ago. 2017.

BRESTEIN, Serge. A cultura política in: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II, Texto 5. Brasília: CNV, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255 - 286, jan./abr. 2019. Disponível em <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019255>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

CLIFFORD, James. *Varieties of indigenous experience: diasporas, homelands, sovereignties* In: CADENA, Marisol de la; Starn, Orin. (Org.). *Indigenous Experience Today*. Oxford and New York: Berg Publishing, 2007.

CORREA, José Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (Dissertação de Mestrado)

COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. *Senhores da memória: história e universo dos Nambiquara do Cerrado (1942-1968)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UFMT, 2002.

_____. *Wanintesu: Um construtor do mundo Nambikwara*. Tese (Doutorado em História) UFPE. Recife, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro enigma, 2012.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil*. TEMPO E ARGUMENTO, v. 10, p. 80-108, 2018.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, Paulo José. *O governo militar e o incentivo de acesso à terra na Amazônia legal: controle e favorecimento do capital privado (1964-1980)*. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun., 2014. Disponível em: <<http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/85/21>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana In: _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOMES, Mércio Pereira. *Por que sou rondoniano*. Estudos avançados, São Paulo, vol. 23, n 65, p.173-191, 2009.

GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*. Mestrado em Memória Social. Rio de Janeiro: Unirio, 2015.

HECK, Egon Dionisio. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985*. Mestrado em Ciências Políticas. Campinas: UNICAMP, 1996.

IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KOHLHEPP, Gerd. *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira*. Estudos avançados, São Paulo, vol.16, n.45, ago., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964*. Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 111-138, abr. 2014. ISSN 2318-9657. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/40>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Editora Anhembi Limitada: São Paulo, 1957

LIMA, Antonio Carlos Souza. *Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia, n. 322, Brasília, Unb, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta*. Editora HUCITEC: São Paulo, 1994.

MELATTI, Júlio César “Alto Juruena” in: Melatti, Júlio César. *Áreas etnográficas da América Indígena*, 2011. Disponível em: < <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/c3juruena.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil*. Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro. Graal, 1986.

MILLER, Joana. *As coisas: enfeites corporais e a noção de pessoa entre os Mamaindê (Nambiquara)*. Tese de Doutorado, PPGAS-Museu Nacional, UFRJ, 2007.

MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas. UNICAMP, 2001. Tese de Livre Docência. Inédito.

MOREIRA, Vânia Maria L. *Entre índios e escravos armados: alianças interétnicas e formação de quilombos na província do Espírito Santo, 1808-1850*. Afro-Ásia, Salvador, n.41, p.57-83, 2010.

_____. *Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica*. Diálogos Latinoamericanos, Dinamarca, v. 3, n.3, p. 87-113, 2001.

OBBERG, Kalervo. *Indians tribes of Mato Grosso, Brazil*. Washington, DC: Institute of Social Anthropology, Publ. 15. 1953. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=txu.059173023872271;view=1up;seq=127>>. Acesso em: 12 jan.2019.

OLIVEIRA, Arriovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar. Políticas públicas e Amazônia*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). *Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil*. Lima/Rio de Janeiro: CAAP/Contra Capa, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo / Brasília: Marco Zero / MCT/CNPq, 1988.

_____. *Pardos, Mestiços ou Caboclos: Os Índios nos Censos Nacionais no Brasil (1872-1980)*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 3, n.6, 1997. p. 60-83.

_____. *Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana. v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

_____; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha Freire (org). *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

PRICE, Paul David. *Before the bulldozer: the Nambikwara Indians and the World Bank*. Washington, D. C.: Seven Locks Press, 1989.

_____. *Nambikwara society*. Tese (for the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, 1972.

_____. *Política indigenista e política indígena entre os Nambiquara*. Informativo FUNAI, Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, ano V, n.15/16, p. 48-62, 1975.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização. O desenvolvimento e os índios no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras: 1996 [1970].

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* vol. XX
Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2017. Disponível em
<<http://www.etnolinguistica.org/biblio:roquette-pinto-1917-rondonia>>. Acesso em 20 abr. 2018.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes. *Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014)*. Mestrado em História. Manaus: UFAM, Manaus, 2015.

SETZ, Eleonore Zulmara Freire. *Ecologia alimentar em um grupo indígena: comparação entre aldeias Nambiquara de floresta e de cerrado*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1983.

SOUZA, Rafael Lemos de. *Etnoarqueologia e história Wasusu no vale do rio Guaporé, Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFGD, 2014.

SETEMY, Adrianna. Fundação Nacional do Índio (Funai). In: Fundação Nacional do Índio (Funai) CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fundacao-nacional-do-indio-funai>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

STERN, Steve. *Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world: 18th to 20th centuries*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987 *apud* ALMEIDA, 2013.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. *Formação da classe operária – i: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. pp. 9-15.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.p

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas In _____. *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994, pp.267-277.

ZANCHETTA, Maria Inês. *Povos indígenas no Brasil: 2006/2010*. Socioambiental. São Paulo, Instituto Socioambiental, ano 17, n.49, 2011.

Leis e Decretos

BRASIL. Artigo 6, Lei nº 3071, de 01 de janeiro de 1916. *Dispõe sobre o Código Civil Brasileiro*. Disponível em : <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11494962/artigo-6-da-lei-n-3071-de-01-de-janeiro-de-1916>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. *Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D8072.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. *Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. *Decreto nº 62.995 de 16 de julho de 1968*. Declara interdita, para fins de pacificação de tribos indígenas, as áreas que se discrimina. SIAN- Arquivo Nacional.

_____. *Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967*. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> >. Acesso em: 01 nov. 2016.

Fontes

ACG/SNI. Parlamentar do Mato Grosso teme genocídio dos índios Nambikwara. 1981. SIAN – Arquivo Nacional.

AEPPA. *A política de genocídio contra os índios do Brasil*. Portugal: Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas, 1976. Centro de Referência Virtual. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pesq=aeppa>>. Acesso em: 20 jun. 2018. ISA.

ALMEIDA, Sílbene. Relatório n. 1 Nambiquara – Vale do Guaporé. Fundação Nacional do Índio, 1975a. ISA.

ALMEIDA, Sílbene. Relatório n. 3 Nambiquara – Vale do Guaporé. Fundação Nacional do Índio, 1975b. ISA.

BRASIL. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias relativas à invasão de reservas indígenas e avaliar o sistema de medidas desenvolvidas, no sentido de resguardar a fixação dos grupos indígenas nos respectivos “habitats”, 1977. Armazém da Memória, Docvirt.

CARELLI, Vincent; SEVERIANO, Milton. *Mão branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?*. [s.l.], Brasil debates, 1980. ISA.

DSI/MININTER. Pronunciamento do deputado Dante de Oliveira (MDB/MT), 1981. Acervo SIAN.

DGPI/FUNAI. Ao senhor chefe da SSI/FUNAI, 1972. SIAN – Arquivo Nacional.

FLÔRES, General Clodomiro Fortes. Ofício ao presidente da Funai. Fundação Nacional do Índio/DGPI, 1971. Acervo Rubens Valente.

FUNAI. 1ª sessão do Conselho Indigenista-Simpósio. Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio. 1975. 1 DVD (faixa 1: 1h32min42seg; faixa 2: 1h29min07seg) Tempo total: 3h1min50

seg. AVESON 222 C. Rolo. Museu do Índio.

FUNAI. [?] Sessão do Conselho Indigenista. Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio. 1977. 1 CD (faixa 1: 1h7min11seg). Tempo total: 1h7min11seg. AVESON 215 SCI-C. Rolo. Museu do Índio.

FUNAI. 1ª sessão do Conselho Indigenista – Simpósio. Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio. 1975. 1 DVD (faixa 1: 1h36min13seg; faixa 2: 1h32min03seg.). Tempo total: 3h8min 16seg. AVESON 222 G. Rolo.

FUNAI. Ata da primeira sessão do Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio, realizada nos dias vinte e sete e vinte e oito de outubro de mil novecentos e setenta e cinco. Fundação Nacional do Índio, 1975. Acervo Isa.

FUNAI. *Identificação e delimitação da reserva indígena Nambikwara, localizada no município de Vila Bela da Santíssima Trindade – Mato Grosso*. Brasília: Ministério do Interior, 1982. Núcleo de Documentação DPT/Funai.

FUNAI/DGEP. Memorando nº 450/71. Fundação Nacional do Índio, 1971. Acervo Rubens Valente.

FUNAI. Processo/Funai/BSB/3092/71. Fundação Nacional do Índio, 1972. Acervo Rubens Valente.

FUNAI. Relatório: Arqueologia das Grutas Nambikwara (Vale do Guaporé). Processo nº 3167/81. Núcleo de Documentação DPT/Funai.

FUNAI. *Relatório de viagem às áreas indígenas Nambikwara do Vale do Rio Guaporé-MT*. Brasília: Fundação Nacional do Índio, Ministério do Interior, 1981. Núcleo de Documentação DPT/Funai.

FUNAI/SSI. Transferência de aldeias indígenas, 1971. SIAN – Arquivo Nacional.

IASI, Antonio. *O extermínio oficial dos índios Nambikwára*. 1978. ISA.

MENDES, Coronel Olavo Duarte. Comunicação (faz). Fundação Nacional do Índio/5ªDR, 1971. Acervo Rubens Valente.

MOSHER, Rev. Phillip. Relatório Conciso. SAIM, 1970. Acervo Rubens Valente.

OLIVEIRA, Dante de. *Governo extermina índios Nambiquara*. Cuiabá, MT: Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1981. ISA.

PEDERSEN, Edwin. Mensagem para Coronel Olavo Mendes Funai, 1971. Acervo Rubens Valente.

PRICE, Paul David. Relatório, 1969. Sedoc/Funai.

PRICE, Paul David. *Situação indígena dos Nambikwára nos meses de dezembro de 73 a março de 74*. Fundação Nacional do Índio, 1974a. ISA.

PRICE, Paul David. *Atividades durante o primeiro trimestre contratado*. FUNAI, 1974b.

PRICE, Paul David. *Projeto para a normalização da situação Nambiquara*. Fundação Nacional do Índio, 1975a. ISA.

PRICE, Paul David. *Nambikwara (Histórico)*. Fundação Nacional do Índio, 1975b. ISA.

PRICE, Paul David. *O projeto Nambikwára*. Fundação Nacional do Índio, 1975c. ISA.

PRICE, Paul David. Relatório 01/CPN/25. *Levantamento para implantação do Projeto Nambiquara*. FUNAI, 1975d. Sedoc/Funai.

PRICE, Paul David. Relatório 02/CPN/25. *Atividades durante o terceiro trimestre*. FUNAI, 1975e. Sedoc/Funai.

PRICE, Paul David. Relatório 03/CPN/75. *Projeto de formação de uma nova reserva para os Nambiquara do Sul*. FUNAI, 1975f. Sedoc/Funai.

PRICE, Paul David. *Memorando*. Fundação Nacional do Índio, 1976. ISA.

SAIM. Relatório, 1969. Acervo Rubens Valente. Acervo Rubens Valente.

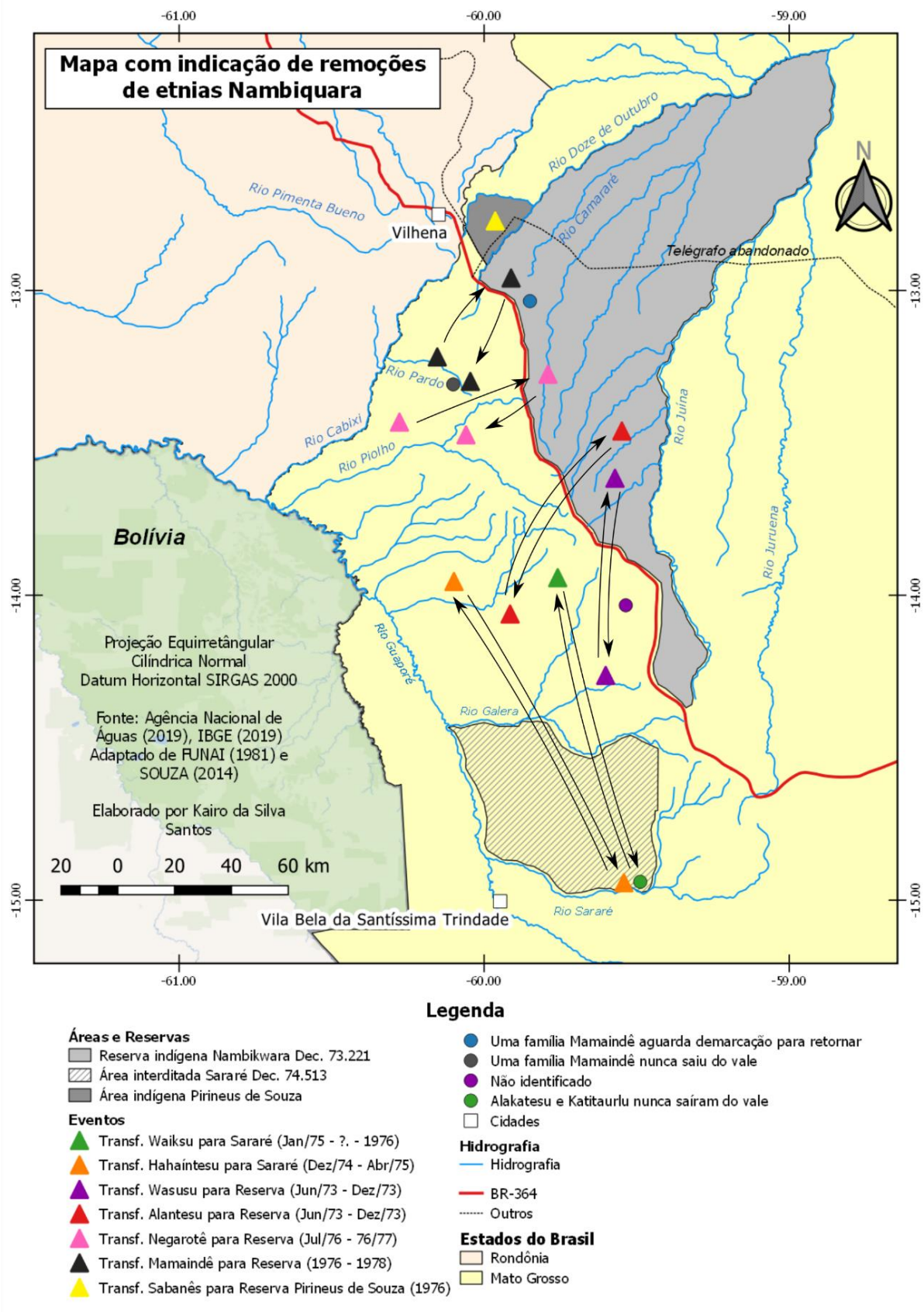
SAIM. *Formulário posto indígena ou colônia Galera*, 1971. Acervo Rubens Valente.

SAIM. *Formulário posto indígena ou colônia Galera*, 1974. Acervo Rubens Valente.

SILVA, Pedro Agostinho da. *Projeto Nambikwara. Relatório de avaliação*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1975. Acervo Rubens Valente.

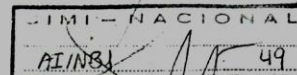
SNYDER, David W. *Relatório Conciso da SAIM*, 1978. Acervo Rubens

Anexos



Mapa de transferências

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI



CERTIDÃO

Q Me indígena
Vale do Guaporé

Em atendimento ao que solicita a firma AGROPECUÁRIA GUAPORÉ GALERA S/A, através de petição assinada por seu diretor - presidente, Sr. Elio Donaton, protocolada nesta Repartição em data de 18 de março do corrente ano, ouvido o Departamento Geral do Patrimônio Indígena, nos termos do Processo número FNI/BSB/696/1971, CERTIFICO não haver conhecimento da existência de aldeamento indígena no lote de terra de interesse da peticionária, com preendido dentro das seguintes coordenadas geográficas: 60°06' a 60°03' de Longitude W, a 14°26' e 14°29' de Latitude Sul, no Município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso, a qual, contudo, se compromete a entrar em entendimentos com a FUNAI na época da implantação de qualquer projeto na área e a informar imediatamente à Fundação Nacional do Índio a ocorrência futura de trânsito e/ou permanência de silvícolas na área, bem como, acontecendo essa eventualidade, aceitar pacificamente interdição oficial com a finalidade de evitar possíveis conflitos. Esta Certidão fará fé perante a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, de acordo com a Resolução nº 34, de 15 de maio de 1968, do Conselho Deliberativo daquela Superintendência. Brasília, 17 de março de 1971.

Assinado no
Original

Gen OSCAR JERÔNIMO BANDEIRA DE NELLO
- Presidente -

/TVM

Cópia de certidão negativa concedida à Agropecuária Guaporé Galera S/A em 1971 -
Acervo Cimi